UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCILENE MACEDO DA COSTA

RELAÇÕES SOCIAIS E TRAJETÓRIAS FEMININAS EM GUARAPIRANGA, MINAS GERAIS – SÉCULO XIX.

Mariana - MG
2015

LUCILENE MACEDO DA COSTA

RELAÇÕES SOCIAIS E TRAJETÓRIAS FEMININAS EM GUARAPIRANGA, MINAS GERAIS – SÉCULO XIX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.
Área de concentração: Poder e linguagens.
Linha de pesquisa: Poder, espaço e sociedade.

Orientadora: Profª. Drª. Andréa Lisly Gonçalves.

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2015

C837r Costa, Lucilene Macedo da.
Relações sociais e trajetórias femininas em Guarapiranga, Minas Gerais - século XIX [manuscrito]: / Lucilene Macedo da Costa. - 2015.
188f.: il.: color; grafs; tabs; mapas; Imagens.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. História.
Área de Concentração: Poder e Linguagem.

1. Gênero. 2. Família. 3. Redes Sociais. 4. Guarapiranga (MG). I. Gonçalves, Andréa Lisly. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Titulo.

CDU: 316.812:004.7

Catalogação: www.sisbin.ufop.br

UFOP
Universidade Federal de Ouro Preto

Lucilene Macedo da Costa

"Relações sociais e trajetórias femininas em Guarapiranga, Minas Gerais - Século XIX"

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª. Drª. Andréa Lisly Gonçalves

Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade

Departamento de História/UFOP

Prof. Dr. Fábio Faria Mendes

Departamento de História/UFV

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é minha fonte de fé e esperança, por abençoar cada passo e permitir que meus sonhos se tornem realidade.

À família. Minha mãe, que foi e é um exemplo de mulher no qual me espelho, por não ter medido forças para nos criar e sustentar, nos tornando capazes de lutar pelos nossos objetivos. Meus irmãos: Geovane, pelas visitas semanais breves e conversas sinceras, que me livraram da sensação de solidão por alguns minutos em terras marianenses; João, pelas acolhidas viçosenses, com um jeito todo moleque nas demonstrações de afeto. Meus avós, João e Maria, pelo carinho, preocupação, orações e tantos almoços de domingo. Todos os demais familiares, que sempre vibraram com minhas conquistas e enviaram tantas energias positivas em momentos complicados.

Ao meu companheiro, Marcus, pessoa com quem já caminhei por alguns anos e com a qual planejei boa parte da minha história de vida. Pela paciência infindável, pelo cuidado e carinho, e, sobretudo, por me ajudar a vencer todas as fases mais difíceis deste processo.

Aos amigos. Kátia e Adeilson, que considero como irmãos, pelos mais animados finais de semana, pelas visitas e passeios em Mariana e Ouro Preto, mas, sobretudo, pelo companheirismo e apoio. Fábio, Cláudia e Ana Beatriz, uma família ouropretana que conheci através do Marcus e admirei desde o primeiro encontro, e que se tornaram pessoas queridas e me privilegiaram com alguns encontros para distração. Jamylla, amiga desde o cursinho pré-vestibular, que também me proporcionou uma amizade com Fabiano e fez questão de nossa presença em momentos tão especiais para a sua família.

Aos amigos de graduação, que se mantiveram presentes, mesmo na distância. Suzi, que me privilegiou com amizade verdadeira e sincera, e provou que a distância é apenas um pequeno obstáculo que pode ser vencido por uma mensagem virtual, uma ligação ou um simples encontro. Tiago, que compartilhou comigo muitos momentos da vida acadêmica e, por entender toda a angústia vivida, se fez um ótimo ouvinte.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFOP pelo excelente curso e por colocar à disposição dos estudantes professores tão bem preparados para lecionar as disciplinas e conduzir as orientações.

Aos professores que acompanharam de perto o desenvolvimento de minha pesquisa. Andréa Lisly Gonçalves pela orientação atenciosa em cada etapa de meu texto. Francisco Eduardo de Andrade e Fábio Faria Mendes por novamente aceitarem o convite para compor a banca de avaliação e pelas sugestões tão ricas no momento da qualificação.

À Oficina de Paleografia da UFOP, onde desenvolvi ainda mais minhas habilidades para a leitura paleográfica e criei alguns vínculos que me possibilitaram contribuir com minha experiência, atuando em dois semestres na equipe de coordenação, ao lado dos colegas da pós-graduação (Wélington Silva e Tércio Veloso) e da graduação (Ana Paula Santana, Daiane Alves e Júlio Gouveia).

Ao Programa de Educação para a Diversidade (PROGED), pela oportunidade de atuar como tutora do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais (GPP-Ger), e por me possibilitar a primeira experiência na Educação Superior.

Aos alunos do curso a distância e também aos do ensino fundamental, que me permitem exercer a profissão que escolhi e me proporcionam realidades distintas do processo educacional, contribuindo para o meu próprio crescimento.

Embora ninguém saiba que tipo de "quem" revela ao se expor na ação e na palavra, é necessário que cada um esteja disposto a correr o risco da revelação (...).

Hannah Arendt

RESUMO

O tema desta dissertação são as relações sociais estabelecidas na Freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais, em finais do século XVIII e ao longo do século XIX. O fio condutor da análise foi a reconstituição de aspectos da trajetória de vida de duas mulheres que habitaram a referida freguesia: Clara Maria Violante e Francisca de Paula Januário Carneiro. Os métodos empregados foram os da Demografia Histórica, da História da Família e da análise de gênero. As principais fontes primárias utilizadas foram os Inventários *post-mortem*, os Testamentos, as Listas Nominativas, os Registros de Batismo e os Processos Matrimoniais. Enquanto as análises quantitativas nos permitiram a reconstituição do contexto social, a abordagem qualitativa nos proporcionou o estudo das relações familiares, conjugais e de compadrio. Tomando a família como estrutura básica para a vivência social no período analisado, nos propusemos a mostrar como a atuação dos sujeitos históricos demarca os diversos tipos de organização familiar. A partir da trajetória dos indivíduos intentamos delinear uma rede de relações que vai além da família e ilustra toda uma trama social constituída pelas relações de vizinhança e de compadrio.

Palavras-chave: Gênero; História da Família; Redes Sociais; Guarapiranga.

ABSTRACT

The thesis's topic is the social relations established in Guarapiranga Parish, Minas Gerais, in the late eighteenth century and throughout the nineteenth century. The key point of the analysis was the reconstitution of life story's aspects about two women who lived in the cited parish: Clara Maria Violante and Francisca de Paula Januário Carneiro. The methods employed were those of Historical Demography, Family History and gender analysis. The main primary sources were the Inventories *post-mortem*, the Testaments, the Nominative Lists, the Baptism Records and Matrimonial Processes. While quantitative analysis allowed us to reconstitute the social context, the qualitative approach provided us the study of familiar, marital and cronyism relationships. Taking the family as the basic formation for social life in the reporting period, we set out to show how the historical subjects's actions delimit the various types of family organization. From the individuals's trajectory we seek to outline a network of relationships that goes beyond family, and illustrates an social plot constituted by neighborly and cronyism relations.

Keywords: Gender; Family History; Social Networks; Guarapiranga.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa com representação de parte da Província de Minas Gerais 30
FIGURA 2: Mapa da microrregionalização da freguesia de Guarapiranga 35
FIGURA 3: Rede de Parentesco Clara Maria Violante – Ascendência 70
FIGURA 4: Rede de Parentesco de Clara Maria Violante – Primeira Geração (1798) 73
FIGURA 5: Rede de Parentesco de Clara Maria Violante - Primeira Geraçao (1818) 80
FIGURA 6: Rede de Parentesco de Clara Maria Violante – Descendência 87
FIGURA 7: Rede de Parentesco de Francisca de Paula Magalhães – Ascendência 92
FIGURA 8: Rede de Parentesco Francisca de Paula Magalhães - Primeiro Matrimônio 97
FIGURA 9: Rede de Parentesco Francisca de Paula Januário Carneiro - Segundo Matrimônio 104
FIGURA 10: Rede de Parentesco de Francisca de Paula Januário Carneiro – Descendência 112

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Estrutura da posse de escravos na freguesia de Guarapiranga 36
TABELA 2: População livre e escrava, Manja Léguas (1831-32) 40
TABELA 3: Percentuais étnicos entre livres e escravos, Manja Léguas (1831-32) 40
GRÁFICO 1: Pirâmide etária dos livres, Manja Léguas (1831-32) 41
GRÁFICO 2: Chefia dos domicílios de acordo com o sexo e o estado civil, Manja Léguas (1831-32) 42
TABELA 4: Chefia dos domicílios de acordo com sexo, qualidade e estado civil, Manja Léguas (1831-32) 42
TABELA 5: Estado civil de acordo com sexo e condição, Manja Léguas (1831-32) 43
GRÁFICO 3: Domicílios com posse de escravos, Manja Léguas (1831-32) 44
GRÁFICO 4: Ocupações dos homens chefes de domicílio, Manja Léguas (1831-32) 46
TABELA 6: Ocupações da população masculina livre, Manja Léguas (1831-32) 47
GRÁFICO 5: Ocupações das mulheres chefes de domicílio, Manja Léguas (1831-32) 48
TABELA 7: Ocupações da população feminina livre, Manja Léguas (1831-32) 48
TABELA 8: População Livre e Escrava de Piranga (1831-32) 50
TABELA 9: Percentuais étnicos entre livres e escravos, Piranga (1831-32) 51
GRÁFICO 6: Pirâmide etária dos livres, Piranga (1831-32) 52
GRÁFICO 7: Chefia dos Domicílios de acordo com o sexo e o estado civil, Piranga (1831-32) 53
TABELA 10: Chefia dos domicílios de acordo com sexo, cor e estado civil, Piranga (1831-32) 54
TABELA 11: Estado civil de acordo com sexo e condição, Piranga (1831-32) 55
GRÁFICO 8: Domicílios com posse de escravos, Piranga (1831-32) 56
GRÁFICO 9: Ocupações dos homens chefes de domicílio, Piranga (1831-32) 58
TABELA 12: Ocupações da população masculina livre, Piranga (1831-32) 59
GRÁFICO 10: Ocupações das mulheres chefes de domicílio de Piranga (1831-32) 61
TABELA 13: Ocupações da população feminina livre de Piranga (1831-32) 62
TABELA 14: Afilhados de Clara Mariana Violante 140
TABELA 15: Afilhados dos familiares de Clara Maria Violante 142
TABELA 16: Afilhados de Clara Maria Violante e Antonio de Souza Lobo 145
TABELA 17: Afilhados dos familiares de Francisca de Paula Januário Carneiro 162

TABELA 18: Afilhados de Francisca de Paula Januário Carneiro e Antonio Januário Carneiro 168

LISTA DE ABREVIATURAS

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana
AFP – Arquivo do Fórum de Piranga
APM – Arquivo Público Mineiro
APP – Arquivo Paroquial de Piranga
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Doc. – Documento
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Fl. – Folha
Lampeh – Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica
Lv. – Livro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: 14

CAPÍTULO 1: AS MATAS VIRGENS DO SERTÃO: FREGUESIA DE GUARAPIRANGA 20

1.1 As Minas setecentista e oitocentista na historiografia: 20

1.2 As minas de ouro e a organização de uma nova Capitania: 23

1.3 O desbravamento das matas virgens: a freguesia de Guarapiranga 27

1.4 A composição dos domicílios de Guarapiranga: gênero e chefia 37

1.4.1 O distrito de Manja Léguas: 39

1.4.2 O distrito de Piranga 49

CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIAS DE VIDA: RELAÇÕES DE GÊNERO E PARENTESCO DE CLARA MARIA VIOLANTE E FRANCISCA DE PAULA JANUÁRIO CARNEIRO. 65

2.1 Clara Maria Violante 68

2.2 Francisca de Paula Januário Carneiro 89

2.3 Trajetórias em contraste 116

CAPÍTULO 3: O UNIVERSO MATERIAL E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO: A REPRESENTATIVIDADE DO GÊNERO FEMININO NO CONTEXTO REGIONAL..... 121

3.1 O universo material como fator de distinção socioeconômica 121

3.2 Redes de compadrio e prestígio social 129

3.2.1 Relações de compadrio de Clara Maria Violante 131

3.2.2 A Rede de Parentesco Espiritual dos familiares de Clara Maria Violante 142

3.2.3 Relações de compadrio de Francisca de Paula Januário Carneiro 145

3.2.4 A Rede de Parentesco Espiritual dos familiares de Francisca de Paula Januário Carneiro 161

CONSIDERAÇÕES FINAIS 171

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS 175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 177

INTRODUÇÃO:

A freguesia de Guarapiranga tem sido o recorte espacial de diversos trabalhos na área de história nos últimos anos. Além da delimitação espacial, a maioria dessas pesquisas tem em comum um recorte temporal: o século XIX.[1]

A temática de nosso trabalho gira em torno das relações sociais estabelecidas por duas mulheres da Freguesia de Guarapiranga, Clara Maria Violante e Francisca de Paula Januário Carneiro. Nosso recorte temporal é delimitado pelo tempo de vida das personagens principais de nossa análise, iniciando-se no ano de 1773 e finalizando-se em 1865.

As principais questões que nos ajudaram a construir o objeto e a organizar as informações coletadas em fontes diferenciadas, foram: como os laços de parentesco e os matrimoniais influenciaram na trajetória de vida e nas relações sociais dessas mulheres? O sacramento do matrimônio, além de promover a legitimação de relações antigas, ocasionou uma projeção social das duas personagens? Como a trajetória individual dos sujeitos pode nos ajudar a reconstituir o contexto social de uma região?

Assim, após a definição do tema, o nosso objetivo central se resumiu em compreender os laços de parentesco e de sociabilidade de Clara e Francisca através do cruzamento de dados entre fontes históricas de diferentes tipologias (Inventários *Post-mortem*, Testamentos, Listas Nominativas, Registros Paroquiais), com o intuito de reconstituir as trajetórias individual e social dessas mulheres. Para tanto, buscamos amparo na demografia histórica.

A História da Família nos ofereceu o referencial necessário para compreender os laços de parentesco e estratégias que, além de ampliarem o núcleo familiar, refletiram na vida pública das personagens. O conceito de rede social foi imprescindível para reconstituição dos laços de parentesco biológico e os de parentesco espiritual. Ao adotarmos o gênero como uma categoria de análise, conseguimos entender a importância das mulheres para a constituição de sua própria história de vida e a forma como elas conseguiram interferir na estrutura familiar.

No Brasil, a Demografia Histórica, caracterizada pela ampliação do repertório de fontes utilizadas pelo pesquisador, sobretudo manuscritas e seriais, teve início na década de 1960

[1] O interesse desses pesquisadores originou-se do envolvimento em subprojetos desenvolvidos na Universidade

e seu desenvolvimento efetivo ocorreu a partir da década de 1980, quando Maria Luiza Marcílio[2] utilizou a técnica de reconstituição de famílias de Louis Henry.

Os estudiosos da população brasileira no passado contribuíram de modo significativo para um melhor conhecimento da história do país.

> Pela exploração de fontes e temas pouco abordados, ampliou-se de modo notável o conhecimento sobre a família livre e a escrava, sobre a criança e a mulher, sobre as relações de sociabilidade; fizeram-se, também, algumas análises críticas das fontes utilizadas.[3]

Neste contexto, também foram desenvolvidos significativos procedimentos técnicos e metodológicos.[4] A associação entre demografia histórica e história social influenciou historiadores brasileiros na definição de novas variáveis para suas análises, focalizando, principalmente as taxas de "mortalidade, natalidade/fecundidade, migração e nupcialidade."[5] E cada vez mais, passou-se a encarar os resultados alcançados através dos métodos demográficos como elementos que revelam o cotidiano social das comunidades do passado. Porém, apesar de a demografia histórica possibilitar o entendimento das sociedades pretéritas, Iraci Del Nero da Costa nos mostra que o método nos possibilita a compreensão de "uma área bem delimitada do conhecimento da vida social",[6] sem esgotar a realidade das relações vivenciadas na esfera pública.

De acordo com Sheila de Castro Faria, os estudos sobre a família brasileira tiveram como precursores os trabalhos de caráter demográfico da década de 1970. A autora ainda aponta que a História da Família teve três referências básicas no Brasil: "a demografia histórica, a análise da economia doméstica (por iniciativa principalmente de brasilianistas) e os debates interdisciplinares em ciências sociais".[7]

A utilização dos métodos demográficos para o estudo da família no período escravista esteve restrita às regiões sudeste e sul do país. Estes trabalhos ajudaram a revelar que "havia pluralidade de modelos familiares".[8] Na década de 1970, os estudos sobre essa temática ultra-

---

[2] MARCÍLIO, 1986.
[3] BACELLAR; SCOTT; BASSANEZI, 2005, p. 339.
[4] BOTELHO, 2004b.
[5] *Ibidem*, p. 2.
[6] COSTA, 2011, p. 215.
[7] FARIA, In: CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 367.
[8] *Ibidem*, p. 370.

passaram os limites de consanguinidade, abarcando variados modelos de família em seus aspectos cotidianos, públicos e privados.[9]

A princípio, os estudos demográficos apontaram uma tendência à ilegitimidade nas famílias brasileiras, e muitos historiadores, como Maria Beatriz Nizza da Silva,[10] associaram o fato às dificuldades impostas pelos trâmites eclesiásticos e aos altos preços cobrados para o recebimento do sacramento matrimonial. Faria aponta que resultados como "grande número de fogos chefiados por mulheres, a presença do concubinato, a ilegitimidade expressiva e as crianças abandonadas"[11] eram características comuns às áreas urbanas ou semiurbanas e mineradoras que "se caracterizavam por um fluxo intenso de gente, lugares que eram de passagem, diferente das agrárias, onde a família (e família legalizada pela Igreja) se tornava fundamental para o funcionamento e reprodução de unidades produtivas".[12]

A autora destaca, ainda, a importância que teve a associação entre Demografia Histórica e História da Família para a quebra de estereótipos que envolviam os escravos e seus descendentes. "Dados demográficos indicaram que a instituição familiar fazia parte da organização do universo escravo, embora nem todos a ela tivessem acesso (...)".[13]

Os trabalhos que tinham as mulheres como objeto de estudo também se beneficiaram dos avanços da História Demográfica e da Família. Muitas pesquisas que se dedicaram a essa temática apresentaram como marco cronológico os séculos XVIII e XIX, com destaque para temas relacionados ao "papel do feminino na família, relações vinculadas ao casamento, à maternidade, à sexualidade; interseção entre o privado e o público, entre o individual e o social, o demográfico, o político e o erótico".[14] As fontes principais "que permitiram tais reconstituições históricas foram aquelas produzidas pelo Estado e pela Igreja",[15] nas quais a figura feminina tem a presença reduzida.

Merecem destaque, também, as contribuições dadas pela Escola dos *Annales*, que ao conduzir "seus interesses para a história de seres concretos e para a teia de suas relações cotidianas, livrando-se de idealidades abstratas, instauraram a possibilidade de que as mulheres fossem incorporadas à historiografia."[16] Tanto a ampliação do conceito de fonte histórica, defendida por essa escola histórica, quanto a ideia de divisão do tempo histórico possibilita-

[9] FARIA, 1998.
[10] SILVA, 1984.
[11] FARIA, In: CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 371.
[12] *Ibidem, loc. cit.*
[13] *Ibidem*, p. 373.
[14] MATOS, 2000, p. 14.
[15] GONÇALVES, 2006, p. 83.
[16] *Ibidem*, p. 53.

ram uma aproximação entre público e privado e uma valorização da curta duração – o tempo do cotidiano.

A primazia do desempenho de atividades no âmbito doméstico – dona de casa, mãe e esposa – do século XIX, de boa parte do XX, se estendendo, em alguns casos, até os dias de hoje, ensejou interpretações diversas. Para Raquel Soihet, a mulher "ao viver em função do outro, não tem projeto de vida própria; atuando a serviço do patriarcado, sujeitando-se ao protagonista e agente da história: o homem".[17] Já para Mary Del Priori, a importância do espaço privado não deve ser menosprezada, pois nele as mulheres se unem aos filhos e garantem respaldo afetivo e material, bem como o exercício dentro de seu lar, exercendo uma autoridade que raramente possuíam em outros âmbitos da vida social.[18]

A emergência dos estudos voltados para análise do cotidiano das mulheres foi "fundamental para desacreditar a categoria do sujeito universal da História"[19] – o homem. No entanto, a ideia de uma condição feminina permaneceu inalterada, os trabalhos acabavam "reincidindo no erro, contra o qual lutaram gerações de historiadoras, de naturalização de algo que era definido historicamente e de forma relacional: a incessante construção das definições de feminino e de masculino".[20]

De acordo com Soheit, desde a década de 1970 o termo gênero tem sido usado para "teorizar a questão da diferença sexual".[21] Primeiramente, foi empregado pelas feministas americanas e, posteriormente, os historiadores se apropriaram do conceito a fim de apresentarem abordagens que evidenciassem o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, pois "nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado".[22] De acordo com Gonçalves, ao trabalhar com a categoria gênero, distanciamo-nos de análises essencialistas e abrimos possibilidades para entender a importância das mulheres em fatos em que apenas os homens foram considerados pelas fontes oficiais.[23] Devemos destacar que houve, a partir de então, uma preocupação em articular a categoria gênero às de classe e raça considerando que "as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos."[24]

---

[17] SOHEIT, In: CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 403.
[18] DEL PRIORE, 1993.
[19] GONÇALVES, 2006, p. 68.
[20] *Ibidem*, p. 69.
[21] SOHEIT, In: CARDOSO, 1997, p. 404.
[22] *Ibidem*, p. 404
[23] GONÇALVES, *op. cit.*.
[24] SOHEIT, *op.cit.*, p. 405.

Conforme nos mostra Gonçalves, do ponto de vista metodológico a análise relacional acentuou a ampliação das fontes e os historiadores não precisaram se limitar a documentos em que as mulheres fossem as protagonistas.[25] Nosso trabalho se baseia em todas essas perspectivas e, tomando gênero como categoria de análise, buscamos reconstituir a trajetória das duas personagens através de fontes cartoriais e paroquiais.

No primeiro capítulo, abordamos a história da Capitania de Minas Gerais e da freguesia de Guarapiranga através da historiografia. Mas o principal objetivo dessa primeira parte do trabalho foi a análise demográfica dos distritos de Manja Léguas e Piranga, localidades habitadas pelas nossas personagens principais e seus familiares.

A análise da população dos dois distritos se tornou possível por meio de consultas feitas às Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39. O original dessas fontes está depositado no Arquivo Público Mineiro. Recentemente, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) disponibilizou, *on-line*, uma transcrição dos maços dos distritos de Minas Gerais através do projeto Poplin-Minas-1830.[26]

No segundo capítulo, abordamos as trajetórias de Clara Maria Violante e Francisca de Paula Januário Carneiro. As histórias de vida dessas mulheres foram reconstituídas através de uma análise relacional de gênero, o que nos possibilitou desvendar os laços de parentesco consanguíneos e as estratégias matrimoniais adotadas por essas personagens em companhia de seus noivos.

As principais fontes utilizadas para escrita desse capítulo foram os Inventários *post-mortem*, os Testamentos e os Processos Matrimoniais. A partir da leitura dos documentos, coletamos informações e montamos nossos bancos de dados, bem como procedemos ao cruzamento das informações. A maioria dos Inventários e Testamentos utilizados está armazenada no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Também foram utilizados, em menor número, autos encontrados no Arquivo do Fórum de Piranga (AFP). Os Processos Matrimoniais estão sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM).

No terceiro capítulo, buscamos compreender algo sobre o universo material das personagens. A partir da análise dos bens arrolados em seus inventários, correlacionamos as diferentes dimensões das posses às características das relações sociais estabelecidas por Clara e Francisca, através dos laços de compadrio.

---

[25] GONÇALVES, *op. cit.*
[26] Disponível em: <www.poplin.cedeplar.ufmg.br>, acesso em 08 ago. 2015.

Com este objetivo, utilizamos, mais uma vez, os Inventários e tomamos conhecimento de alguns bens que cada uma das mulheres pesquisadas possuía em um momento imediatamente anterior à morte. Os Registros de Batismo nos revelaram a rede de compadrio em que Clara e Francisca estavam envolvidas e nos ajudaram a perceber as diferenças entre as relações estabelecidas por essas mulheres e seus familiares e cônjuges. Os livros de Batismo encontram-se depositados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) e no Arquivo Paroquial de Piranga (APP). Porém, o acesso a essas fontes foi facilitado pela disponibilidade das mesmas em formato digital no site coordenado pelos Mórmons – Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias.[27]

Por fim, encerramos o nosso trabalho apresentando as considerações finais. Esperamos que a leitura possa esclarecer a trajetória das duas mulheres escolhidas e ratificar a importância do aspecto relacional para entendermos o papel de cada personagem nas histórias de vidas que se cruzam. Por meio dos métodos utilizados, ressaltamos o papel feminino sem desvalorizar as ações do sexo oposto e, assim, evidenciamos que a sociedade é construída a partir das relações estabelecidas pelos indivíduos, as quais, por sua vez, irão constituir o espaço regional.

[27] O site funciona como uma espécie de cooperativa para alimentação de banco de dados. Os interessados devem se cadastrar em algum projeto disponível e tornar-se um voluntário através da transcrição de assentos de batismo. Disponível em: <https://familysearch.org/search>, acesso em 06 out. 2015.

CAPÍTULO 1: AS MATAS VIRGENS DO SERTÃO: FREGUESIA DE GUARAPIRANGA

Apoiando-nos nas considerações de Alexandre Mendes Cunha, é preciso ressaltar que o espaço é muito mais que um "(...) 'pano de fundo'. Trata-se de uma espécie de ator, mesmo nos processos sociais, influindo na vida cotidiana e 'personificando-se' à medida que suas formas são criadas e recriadas segundo as plantas do próprio devir do tempo social."[28] Nesse sentido, esse primeiro capítulo tem como intuito apresentar uma contextualização do espaço onde viveu as duas personagens femininas, cujas histórias de vida das mesmas serão minuciosamente descritas nos seguintes.

Essa seção se divide em três eixos principais: em primeiro momento tem-se um histórico sobre Minas Gerais nos século XVIII e XIX; por seguinte, uma abordagem sobre o surgimento e formação da freguesia de Guarapiranga; e, por último, uma análise demográfica dos distritos de Manja Léguas e Piranga.

A abordagem do contexto social e econômico de Minas Gerais e da freguesia de Guarapiranga baseia-se nas leituras de referências bibliográficas que caracterizam demograficamente esses territórios. A análise da região referente à freguesia ainda recebe um refinamento a partir da apresentação de dados demográficos levantados em pesquisas de um grupo de historiadores, que tem dedicado os seus trabalhos aos estudos desse espaço específico.

Para tanto, através de análises feitas em uma fonte primária, conseguimos reconstituir aspectos do contexto demográfico e econômico dos distritos onde viveram Clara Maria Violante, Francisca de Paula Januário Carneiro e os seus familiares. Acreditamos que o entendimento do contexto local facilita a compreensão da atuação dos indivíduos em seu meio e ações de uma vida cotidiana que contribuem para a configuração do espaço.

1.1 As Minas setecentista e oitocentista na historiografia:

Ao estudar a História de Minas é importante recordarmos a chegada da Coroa portuguesa à América, pois, a partir de relações comerciais estabelecidas entre a província mineira e o Rio de Janeiro através do Caminho Novo, esse fato proporcionou um impulso extra ao

[28] CUNHA, 2009, p. 60.

comércio interprovincial. Segundo Alcir Lenharo[29] e Francisco Eduardo de Andrade,[30] as porções sul e sudeste do território mineiro foram as grandes beneficiárias da transferência da Corte.

Tendo em vista esses fatores e as considerações de Cláudia Maria das Graças Chaves,[31] podemos dizer que a economia mineira, apesar do declínio da mineração em fins do século XVIII, manteve o seu dinamismo econômico, através da diversificação das atividades produtivas, com seus agentes investindo no desenvolvimento da produção interna, mantendo-se como importante centro exportador. Sendo assim, segundo Fernanda Borges de Moraes, "mesmo mantendo vínculos com a economia mineradora, outras atividades compartilhavam espaços geográficos e econômicos e investimentos, inclusive em mão-de-obra escrava".[32]

A possibilidade de negação da ideia de decadência surgiu na década de 1980 com o desenvolvimento dos estudos histórico-demográficos centrados em questões relativas à escravidão.

Nesse sentido, Roberto Borges Martins,[33] baseando em métodos da demografia histórica, mostrou a expressividade da escravidão em Minas ainda no século XIX, constatando a dispersão da posse cativa entre diferentes setores da sociedade. Ainda, de acordo com esse autor, Minas era a província que mais recebia escravos do tráfico internacional. Para ele, conforme considerações de Gonçalves, "(...) a lógica da reprodução da economia mineira baseava-se na produção de gêneros voltados para a auto-suficiência das unidades produtivas ou para os mercados vicinais, numa economia que seguia sendo pouco monetarizada".[34]

Para tanto, Douglas Cole Libby,[35] também analisando a ampla utilização da mão de obra escrava, apresenta os princípios de organização de uma "economia mercantil de subsistência", em que o cultivo de gêneros alimentícios básicos era destinado tanto para o autoconsumo, como para o mercado interno e provincial. O autor aponta o desenvolvimento de uma protoindústria, que contribuiu para a diversificação da economia mineira, evitando "importações custosas". O surgimento e combinação das várias atividades econômicas, que evitaram o risco de crise no período pós-mineração, é classificado por Libby como processo de "acomodação evolutiva".

---

[29] LENHARO, 1979.
[30] ANDRADE, 2008.
[31] CHAVES, 1999.
[32] MORAES, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 66.
[33] MARTINS, 1983.
[34] GONÇALVES, In: GONÇALVES; OLIVEIRA, 1998, p. 20.
[35] LIBBY, 1988.

Robert Slenes,[36] confrontando ideias de Martins,[37] chamou a atenção para a importância que o setor de exportação desempenhou na dinamização da economia mineira durante o século XIX e, por conseguinte, na continuidade da utilização, em ampla escala, da mão de obra cativa.

Nesse sentido, Angelo Carrara,[38] Carla Almeida,[39] Francisco Eduardo de Andrade[40] e Cláudia Chaves,[41] são considerados também precursores dessa vertente historiográfica sobre Minas Gerais.

Assim, as análises que se dedicaram à história social das Minas, "(...) perdem força as discussões mais estruturais em torno do Antigo Sistema Colonial, ao mesmo tempo em que se consolida a pesquisa sistemática de fontes, a qual se afirma como uma das preocupações básicas dos estudiosos".[42]

---

[36] SLENES, 1985.

[37] MARTINS, 1983.

[38] Em livro que resultou de sua tese doutoral, Carrara (2007) parte da dicotomia entre opulência e decadência para analisar a economia colonial mineradora. Através de "indicadores econômicos" da região – quintos dízimos, entradas de mercadorias, população – o autor percebe que "(...) a sociedade agrária de Minas se caracterizava pela coexistência de dois modos de produção articulados, o modo de produção escravista colonial, centrado na produção aurífera e na produção agrária mercantil (auxiliar à extração do ouro), e a produção camponesa de mão de obra familiar, ligada, ainda que de maneira 'frouxa', à produção mineira. É a articulação entre estes espaços econômicos (caracterizados pela natureza das relações de produção) que demarcaria o mercado interno no espaço colonial." (MENZ, 2008, p. 304). A partir do estudo dos registros de entradas de mercadorias, Carrara revela que a capitania se ligava a distintas regiões da colônia (Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo) e, assim, movimentavam mercadorias de diversos gêneros – escravos, gado, secos e molhados. "(...) À medida que surgiam novas demandas provocadas pelo crescimento de algum setor econômico, dentro ou fora da Capitania, as unidades de produção mais bem aparelhadas – leia-se, com maior número de escravos – circunstancialmente foram capazes de atender às demandas e de novo participar de uma conjuntura caracterizada por uma produção mercantilizada em grau relativamente elevado." (CARRARA, 2007, p. 144).

[39] Ao analisar a estrutura produtiva da região de Mariana, Almeida (1994) consegue demonstrar uma diversificação econômica, inclusive no período auge da mineração. Assim, a autora reafirma o equívoco das teses que insistiam na extrema especialização produtiva da economia mineradora.

[40] Na dissertação de mestrado intitulada *A enxada complexa:* roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, Andrade "a partir do número do tráfico de escravos, revela a importância do setor voltado para a produção com vistas ao mercado interno que representou, nas Minas provincial, o principal grupo econômico (...)." Para o autor, Minas era uma "(...) sociedade onde a riqueza e os recursos de poder encontram-se concentrados nas mãos de uma camada restrita de proprietários." (ANDRADE, 1994, *apud* GONÇALVES, 1998, p. 23).

[41] Em *Perfeitos negociantes:* mercadores das Minas Setecentistas, Chaves considera que "(...) a diversificação econômica de Minas Gerais foi sustentada por um setor comercial dinâmico. A característica peculiar da capitania, de economia profundamente monetarizada, possibilitou o surgimento de uma formação econômica e social, que garantia os investimentos no setor de produção. (...) a crise da mineração, longe de representar o declínio das atividades econômicas de Minas Gerais, poderia ser considerada como o início de uma nova etapa. Essas atividades passaram por modificações no sentido de se voltarem mais para o desenvolvimento da produção interna." (CHAVES, 1999, p. 41).

[42] GONÇALVES, 1998, p. 16.

1.2 As minas de ouro e a organização de uma nova Capitania:

Antes mesmo do início das atividades de mineração, parte do território, onde hoje conhecemos como Minas Gerais, era constantemente ocupado por bandeirantes em busca de índios para serem comercializados e utilizados como mão de obra no litoral da colônia. De acordo com Renato Pinto Venancio, em fins do século XVII teve início "outro processo fundamental [que] diz respeito ao segundo eixo de penetração",[43] o reconhecimento das lavras. Além disso, "a descoberta do ouro em Minas Gerais inseriu uma nova atividade, que desencadeou expressivas transformações na estrutura político-administrativa, econômica e territorial da América Portuguesa".[44]

Segundo o estudo de Mateus Rezende de Andrade, "(...) o povoamento [de Minas Gerais] deu-se de modo centrífugo, partindo dos principais centros mineradores às áreas circunvizinhas".[45] Essa ocupação territorial se deu inicialmente pelas incursões dos bandeirantes que partiam de São Paulo em busca do mais cobiçado metal precioso, o ouro. No decorrer do caminho, esses homens plantavam roças de milho que lhes serviam de sustento nas idas e vindas de suas viagens. Foi ao redor desses poucos e pequenos pousos dos bandeirantes que começaram a surgir os primeiros povoados.

Dessa forma, o território mineiro foi rapidamente povoado por homens vindos de diversas localidades "(...) da América Portuguesa (Nordeste e São Paulo), do norte de Portugal e de outras colônias lusitanas (...)",[46] em busca de ascensão social. Em pouco tempo, a Capitania de Minas Gerais tornou-se a mais populosa da América Portuguesa.

Além do rápido povoamento, o ouro também estimulou "(...) o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, como também com outras capitanias e com a própria Metrópole".[47] As diversas atividades desenvolvidas em Minas proporcionaram um processo de urbanização peculiar. A população se distribuiu "(...) em aglomeração de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa".[48] Esse processo também produziu "impacto na estrutura econômica e territorial da Colônia", pois gerou um "(...) deslocamento do eixo econômico-administrativo para o Centro-Sul e desenvolvimento

[43] VENANCIO, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 99.
[44] MORAES, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 63.
[45] ANDRADE, 2014, p. 31.
[46] *Ibidem*, p. 32.
[47] MORAES, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 64.
[48] *Ibidem*, p. 65.

de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna".[49]

Apesar disso, o crescimento populacional desordenado das minas também teve sérias consequências para a colônia e o Reino,

> gerou, sobretudo, o despovoamento de algumas regiões, cujos efeitos [foram] o abandono das áreas produtoras rurais; a redução dos contingentes militares responsáveis pela defesa do território; a falta de tripulantes para as embarcações, de artesãos e oficiais para as manufaturas, de braços para a construção, de clérigos para os ofícios religiosos (...).[50]

Contudo, a própria Capitania sofreu as consequências do *boom* demográfico:

> sua distância das regiões produtoras/exportadoras de secos e molhados aliada à precariedade dos caminhos e dos meios de transporte; à concentração de braços nas atividades de mineração; à falta de moeda circulante e aos vários tributos que incidiam sobre as mercadorias importadas contribuíram para a elevação de preços no mercado, bem como para a escassez desses produtos, sobretudo alimentos.[51]

Entretanto, como já nos alertou João Antonio de Paula, devemos ter em mente que "Minas Gerais nunca foi (...) apenas a mineração",[52] a região também acolheu atividade manufatureiras, comerciais e agropecuárias. No entanto, essa constatação não implica em secundarizar a importância da mineração para a história de Minas, pois, de acordo com este mesmo autor, foi a "atividade nuclear, decisiva, responsável pela especificidade do processo de constituição histórica da região".[53]

Além de gerar um rápido crescimento demográfico da Capitania através do intenso fluxo migratório, a mineração também proporcionou outras características a Minas Gerais: "a concentração do maior contingente de escravos da América Portuguesa"; "o dinamismo e mercantilização da economia"; implantação da "máquina estatal na colônia, a qual será, durante muito tempo, apenas fisco, polícia e justiça".[54]

---

[49] MORAES, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 65
[50] *Ibidem*, p. 74.
[51] BOTELHO, 2003, *apud* MORAES, *op. cit.*, p. 75.
[52] PAULA, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 279.
[53] *Ibidem, loc. cit*.
[54] *Ibidem, loc. cit*.

Sobre a relação da economia mineira com a presença da mão de obra escrava, Clotilde Andrade Paiva[55] destaca que embora as atividades fossem voltadas para o mercado interno, também se mantinha vínculos comerciais externos importantes, o que possibilitou duas formas de reposição da mão de obra escrava, pela reprodução natural e pelo abastecimento através do tráfico atlântico.

Para Paiva, a mineração foi o centro dinâmico da economia mineira, mas como tal gerou os "efeitos multiplicadores". A interrelação dessa atividade central com outras atividades econômicas variou de acordo com as fases de extração aurífera.

> Na fase da sua expansão que durou até 1730, o abastecimento era quase inteiramente vindo de fora da região, é o período das crises de abastecimento, carestia e fome. Nas décadas seguintes, quando se consolidava a extração do ouro e são atingidos os maiores volumes de produção, surgem os investimentos em gêneros de abastecimento principalmente para reduzir o custo de manutenção da escravaria. As grandes distâncias dos centros abastecedores também contribuem para o desenvolvimento de outras atividades tais como metalurgia e siderurgia. Contudo, a agropecuária foi o setor de maior densidade na segunda metade do século XVIII, coexistiu lado a lado com a mineração e abasteceu o mercado interno. Há evidências de que estas atividades estão longe de ter tido caráter apenas eventual, pois absorviam mão-de-obra escrava e produziam para mercados locais e regionais.[56]

Até 1709, Minas estava subordinada à jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, a partir de então, foram criadas as Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, como desdobramento da guerra dos Emboabas. As insurreições que ocorreram entre 1711 e 1719 também influenciaram o processo de demarcação do território, pois impuseram a criação, em 1720, da Capitania de Minas Gerais, "(...) marcando mais ostensivamente a presença da Coroa, na figura do governador e de todo um complexo aparato administrativo, judiciário e militar necessário para impor ordem àqueles sertões".[57]

Maria do Carmo Pires aponta que, em 1714, Dom Braz Baltazar da Silveira ordenou que a região mineradora fosse dividida em três comarcas: Vila Rica, Real Vila de Sabará e Rio das Mortes. Sendo assim, "a comarca de Vila Rica era a menos extensa da capitania, mas, durante toda primeira metade do século XVIII, foi o centro das atenções da Coroa", pois era a

[55] PAIVA, 1996.
[56] *Ibidem*, p. 44.
[57] MORAES, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 76.

sede da capitania das Minas. "Em 1745 a Vila de Ribeirão do Carmo passou a se denominar cidade de Mariana, após a criação do bispado do qual se tornou sede".[58]

Além da divisão por Comarcas, a Capitania passou por outras subdivisões para uma melhor organização política/administrativa. Dessa forma, a Comarca de Vila Rica também foi dividida em dois Termos: um com sede em Vila Rica e o outro em Vila do Ribeirão do Carmo. Os Termos ainda se dividiram em freguesias que, por sua vez, também se subdividiram em arraiais ou distritos.

Conforme Maria do Carmo Salazar Martins, a Freguesia ou Paróquia "era a divisão territorial de uma diocese sobre a qual tinha jurisdição ordinária um sacerdote".[59] Enquanto a Capela Curada ou Aplicação representava uma subdivisão da freguesia. Assim, "ao se formar um povoado ao redor de uma capela, o vigário da freguesia nomeava um pároco, ou cura, para se incumbir do pasto espiritual daquela comunidade".[60]

A fim de exercer controle sobre os inúmeros povoados que surgiam nesse contexto, a Coroa contou com o poder eclesiástico e as instituições político-administrativas. As capelas eram construídas pelos próprios fiéis, mas além de servir aos princípios religiosos, também serviam aos interesses máximos da colonização.[61]

Segundo Pires, "as primeiras freguesias de provisões episcopais se desenvolveram em torno das atividades mineradoras ou agrícolas e, aos poucos, a população foi se dedicando também a outras atividades necessárias para o desenvolvimento da região".[62]

Ainda analisando o Termo de Vila de Ribeirão do Carmo, Pires aponta que era o mais extenso territorialmente, possuía um maior número de freguesias e, consequentemente, um maior contingente populacional.[63] "Abrangia os sertões do Rio Pomba, Muriaé e Doce, atingindo as fronteiras do Rio de Janeiro".[64] Vasconcelos também chama nossa atenção para a diversidade natural da região, que possibilitava "uma ampliação econômica e abrigava áreas mineratórias, agrícolas e regiões ainda intocadas".[65]

Ao contrário do Termo de Vila Rica, a expansão dos arraiais do Termo de Vila do Ribeirão do Carmo continuou durante o século XVIII e XIX, principalmente através do "(...)

[58] PIRES, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 26.
[59] MARTINS, In: BOTELHO, 2001, p. 201.
[60] *Ibidem, loc. cit.*
[61] VASCONCELOS, 1974, *apud* ANDRADE, 2014.
[62] PIRES, *op. cit.*, p. 26-27.
[63] *Ibidem*.
[64] LEWKOWICZ, 1992, *apud* PIRES, 2008, p. 27.
[65] VASCONCELOS, 1974, *apud* PIRES, 2008, p. 27.

desmembramento das extensas freguesias de Barra Longa, Guarapiranga, Furquim e Sumidouro".[66]

De acordo com Moraes,[67] ao longo do período colonial, a Capitania de Minas Gerais contou com o reconhecimento de apenas 15 vilas e uma única cidade, Mariana. A autora ainda associa a negação de vários pedidos de emancipação à preocupação da Metrópole de conter o poder das autoridades coloniais.

1.3 O desbravamento das matas virgens: a freguesia de Guarapiranga

Após a descoberta do ouro um significativo contingente populacional foi adentrando os sertões mineiros. De acordo com Luiz Fernando Rodrigues Lopes,[68] Guarapiranga foi um dos primeiros povoados a surgir em meio às matas virgens do sertão. Localizada entre a região Mineradora Central e a Zona da Mata,[69] ao sul da cidade de Mariana e oeste da antiga Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), banhada pelo rio Piranga, fazia parte do Termo da Cidade de Mariana.

Em 1693, o capitão Rodovalho, comandando uma bandeira, encontrara populações indígenas à beira do rio e, após exterminá-las, se instalara ali fazendo roça e buscando ouro. Neste local, erigiu-se o arraial que ficou conhecido como Guarapiranga, que de acordo com o que se lê na documentação reunida no Códice Costa Matoso, denominou-se assim devido à existência de muitos pássaros vermelhos e pequenos (guará = vermelho, piranga = pequeno). Em 1694 foi construído um oratório com a invocação à Nossa Senhora da Conceição e, no ano seguinte, teve início a construção da igreja matriz.[70]

Na década de 1700, após a chegada da bandeira de Bento Fernandes Furtado, foram encontradas "faisqueiras" nas localidades que receberam os nomes de Pinheiro, Rocha, Bacalhau e Pirapetinga, ocasionando uma rapidez ainda maior no processo de ocupação da região.

A freguesia de Guarapiranga

> teve grande importância econômica, figurando entre os principais núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana. Esta proeminência lhe confe-

[66] PIRES, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 37-38.
[67] MORAES, In: RESENDE; VILLALTA, 2007.
[68] LOPES, 2014.
[69] PAIVA e GODOY, 2010.
[70] Códice Costa Matoso, Doc. 11, p. 257.

> riu a elevação à condição de freguesia e vigaria com título colativo, conforme consta em carta régia de 1724.[71]

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, o povoamento da região intensificou-se ainda mais entre os anos de 1753 e 1756, devido à concessão de inúmeras sesmarias nesse período.[72]

Mas a ocupação da região não se deu de forma tranquila e passiva, pois de acordo com registros disponíveis no Códice Costa Matoso, nesse território foram encontradas várias tribos indígenas, que foram conquistadas através da cooptação ou da violência.[73] E não foram apenas os povoadores da Freguesia de Guarapiranga que travaram batalhas com os indígenas no intuito de expandir as fronteiras. Pires, ao fazer uma análise da extensão ocupada pelo Termo de Mariana, afirma que apesar de

> (...) possuir um extenso território desde a sua formação, grande parte dele ficou praticamente habitado pelos índios, principalmente das famílias dos Puris, dos índios Caropós e Coroados até as últimas décadas do século, quando teve início uma expansão em direção a essas regiões.[74]

Em 1750, Luis José Ferreira de Gouveia, morador no arraial, informou à Câmara de Mariana que a presença dos índios era o motivo do impedimento da expansão territorial da freguesia.[75] A extensão territorial desde a freguesia de Guarapiranga ao povoado denominado Barra do Rio Turvo estava despovoada devido aos constantes ataques indígenas.

À medida que as fronteiras naturais iam se expandido, os indígenas passaram a ser agregados aos domicílios e, na maioria das vezes, serviram de auxílio na força de trabalho das propriedades que os acolhiam. Mas, com o desenvolvimento de uma economia local diversificada, foram as mãos negras que alimentaram a produtividade de grande parte dessa população. Além de não manter um ritmo de produção almejado nos trabalhos empregados, os indíos, frequentemente, mobilizavam invasões e assaltos às casas dos brancos. Na tentativa de conter esses ataques, na segunda metade do século XVIII, deu-se início ao processo de catequização dos indígenas.[76]

---

[71] ANDRADE, 2014, p. 34.
[72] BARBOSA, 1971.
[73] Códice Costa Matoso, Doc. 11, p. 259.
[74] PIRES, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 37.
[75] Códice Costa Matoso, Doc. 11, p. 260.
[76] LOPES, 2014.

A freguesia de Guarapiranga era composta por um conjunto de localidades. Lopes[77] destaca que além do arraial sede, faziam parte de sua composição administrativa outros arraiais, aplicações, povoados e distritos. Na segunda metade do século XVIII, entre 1750 e 1808, os arraias e povoados subordinados à jurisdição da freguesia de Guarapiranga (atual cidade de Piranga) eram: Barra do Bacalhau (Guaraciaba), São Caetano do Xopotó (Cipotânea), São José do Xopotó (Alto Rio Doce), Calambau (Presidente Bernardes) e Nossa Senhora de Oliveira (Senhora de Oliveira).[78] Ao lado da Freguesia de Furquim, Guarapiranga correspondia à "maior freguesia do Termo de Mariana em extensão territorial".[79]

A seguir apresentamos o recorte de um mapa apresentado nos estudos de Halfeld e Tschudi[80] que representa a área que a freguesia de Guarapiranga ocupava em meados do século XIX (FIG. 1). Como podemos observar o desenvolvimento ocupacional da região se deu ao redor da freguesia que pesquisamos, através da ereção de vários arraiais.

[77] LOPES, 2014.
[78] CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008.
[79] LOPES, *op. cit.*, p. 55.
[80] HALFELD e TSCHUDI, 1998.

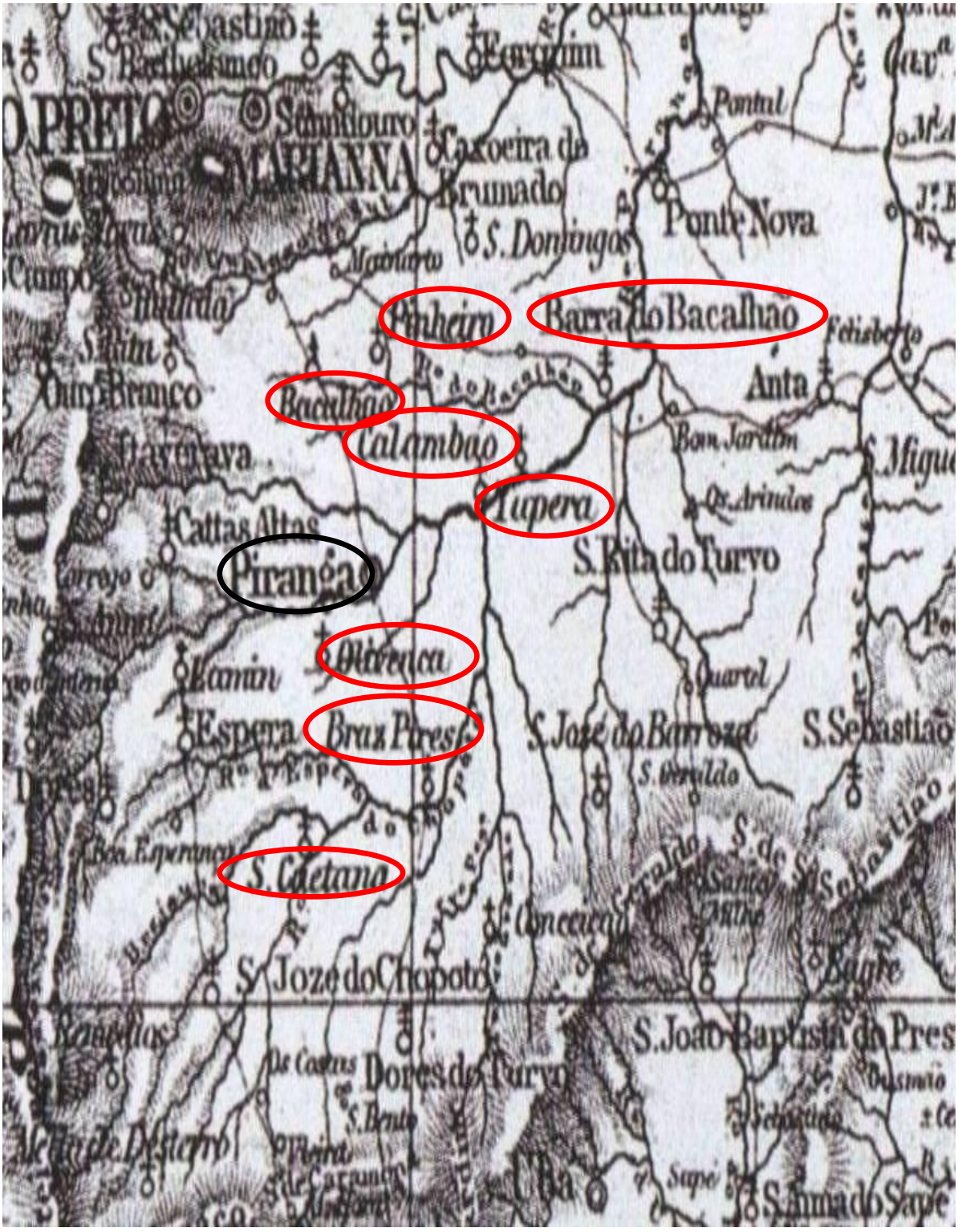


FIGURA 1: [Mapa com representação de parte da Província de Minas Gerais]*
Fonte: "Karte der Brasilian Provinz Minas Gerais (1855)". In: HALFED, H.G.F. e TSCHUDI, J.J. Von. *A Província Brasileira de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
* Circulado de preto o arraial sede e de vermelho os distritos.

Nas primeiras décadas de sua ocupação, a região, tornou-se um dos polos mineradores, com considerável incidência de lavras de exploração mineral.[81] Os limites foram definidos principalmente em relação à atividade de mineração, mas algumas porções do território apresentavam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, visto que "estas áreas respondiam pelo abastecimento do centro da região e representavam a transição para as regiões vizinhas, onde o cultivo e a criação eram atividades centrais".[82] Assim, devido a grande porção de terras cultiváveis, Guarapiranga teve uma economia com características híbridas, de associação entre agricultura e mineração.

Através de análise de inventários no período de 1749 a 1820 na Freguesia de Guarapiranga, Patrício Carneiro e Ralfo Matos destacam

> (...) em termos de cultivos, o milho, utilizado especialmente na produção de farinha de milho, angu e canjica, e o feijão. No quesito rebanho era comum a criação de porcos e a utilização de animais de tiro e tropa para o trabalho agrícola. Na pecuária bovina, o predomínio de pequenos plantéis, média de duas cabeças entre os inventariados, é indicador de uma atividade voltada prioritariamente para o consumo doméstico. Os gêneros cultivados, conjugados à pecuária suína, apontam para uma estreita ligação entre atividade agrícola roceira e produção voltada, principalmente, para o autoconsumo.[83]

Mas os autores chamam atenção para duas atividades econômicas de caráter nitidamente mercantil. "A primeira era a produção de fumo, notadamente no vale do rio Xopotó. A segunda consistia nos engenhos de produção de açúcar, aguardente e rapaduras, especialmente no distrito de Santo Antônio do Calambau".[84]

Com o declínio da extração aurífera, a economia mineira passou por um processo de rearticulação, iniciando-se a "acomodação evolutiva",[85] no qual o setor agrícola teve maior destaque. Minas Gerais passou por um processo de "ruralização" de sua economia.[86] De acordo com Andrade, a freguesia estudada é um espaço significativo para o entendimento desse processo, pois "caracterizou-se como um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável".[87]

Nesse período de reorganização da economia mineira, em Guarapiranga a agricultura tornou-se a principal atividade econômica, atraindo um forte contingente populacional e oca-

[81] VENANCIO, In: RESENDE; VILLALTA, 2007.
[82] CUNHA e GODOY, 2003, p. 25.
[83] CARNEIRO; MATOS, 2008, p. 7.
[84] *Ibidem, loc. cit*.
[85] LIBBY, 1988.
[86] CARRARA, 2007.
[87] ANDRADE, 2014, p. 35.

sionando um crescimento demográfico.[88] No período pós-mineração, percebe-se que "a produção agrícola, sobretudo a da cana de açúcar, era a atividade econômica primordial nas primeiras décadas do século XIX, senão de toda freguesia, pelo menos dos grandes proprietários de terras e de escravos".[89] Além disso, também foram encontradas algumas unidades agrárias que possuíam evidências da coexistência de atividades agropastoris, de extração aurífera, assim como, atividades protoindustriais (sendo mais comum a tecelagem). Essas características econômicas indicam que a região mantinha atividades complexas e diversificadas, apontando para a existência de uma economia mercantil com função de abastecimento de regiões limítrofes.[90]

De acordo com Gusthavo Lemos,[91] a freguesia de Guarapiranga abastecia regiões de intensa mineração, como Mariana e Ouro Preto, oferecendo-lhes aguardente e produtos agrícolas. Além da produção da cana de açúcar e da mineração, ali também se produzia suprimentos internos – que podiam ser comercializados no mercado local – e realizava-se a criação do gado vacum e muar para o pesado trabalho de tração e carga. Ainda, foi encontrada, em vários inventários, a relação de aparelhagens para a confecção das rudes vestimentas da escravaria e algumas tendas de ferreiro. A região também servia de alternativa para uma migração permanente.

Através da análise da relação entre história e demografia, Faria chega à conclusão de que "(...) a família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social. Pouco se referia ao indivíduo enquanto figura isolada – sua identificação era sempre com um grupo mais amplo".[92] A autora ainda acrescenta que "(...) o termo 'família' apareceu sempre ligado a elementos que extrapolavam os limites da consanguinidade – entremeava-se à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e de aliança política".[93]

No processo de formação e desenvolvimento da sociedade piranguense, a família assumiu uma posição central, pois além de unidade básica da vida social, era também a unidade primária da vida econômica. Diante disso, desempenhava uma função vital na reprodução da economia local, a partir de sua própria dinâmica reprodutiva.[94]

---

[88] LOPES, 2014.
[89] LEMOS; LOPES, 2009, p. 4.
[90] *Ibidem*, 2009.
[91] LEMOS, 2014.
[92] FARIA, In: CARDOSO, 1997, p. 372.
[93] *Ibidem. Op. cit.*.
[94] LEMOS, *Op. cit.*.

Após o período de reorganização econômica, de acordo com análises realizadas por Andrade, através da Lista Nominativa de 1831-32, o contingente populacional de Guarapiranga atingia 7.442 indivíduos livres e libertos e 2.176 escravos. A porcentagem da população piranguense livre (67,87%) se aproximava do valor encontrado para Minas Gerais (66,06%).[95]

De acordo com Andrade, havia uma maior expressividade da população cativa masculina frente à feminina, enquanto que para os livres, apesar de superioridade numérica das mulheres, os valores entre os sexos são mais equitativos. O estudo ainda chama atenção para a separação dos cativos em quatro categorias: crioulos, africanos, pardos e cabras. Os primeiros correspondiam a 49,17% do total dos escravos, enquanto os outros a 37,57%, 12,60% e 0,66%, respectivamente. Ao se comparar as proporções entre os sexos dos cativos, vê-se a grande maioria de africanos entre os homens e de crioulos entre as mulheres. Essas informações podem confirmar o envolvimento da região no tráfico intercontinental.[96]

A maior parte da população livre era formada por pessoas não brancas, que de acordo com Andrade, compunham "uma camada intermediária da estratificação social. Assim como os cativos, eles também foram segregados em categorias: pardos, crioulos, africanos, cabras e índios".[97] Os pardos representavam a maioria da população (50,38%), enquanto os crioulos e africanos correspondiam a 12,83% e 2,78%, respectivamente.

A partir das análises feitas através da Lista Nominativa de 1831-32, Andrade reconhece o casamento como uma forma de aceitação moral e um indicativo de mobilidade social. Dessa forma, entre os livres brancos, a taxa de matrimônio atingiu 55% para homens e 49% para mulheres, sendo que os solteiros representaram 41% para ambos os sexos. Já entre os indivíduos livres não brancos, há um aumento da taxa de solteiros. No entanto, o mesmo "padrão [foi] averiguado entre os brancos: um aumento da viuvez entre as mulheres e um mesmo percentual de solteiros".[98] Para incrementar a sua análise, o autor ainda subdivide os indivíduos a partir do gênero e faixas etárias, o que o possibilita encontrar um maior número de homens livres brancos se casando, ainda que em idades mais elevadas.

Através desses padrões encontrados sobre a nupcialidade, Andrade sugere que parte da população livre não branca era egressa do cativeiro, e, provavelmente, pouco abastada, o que impedia o acesso aos altos custos do matrimônio e os induzia a uniões consensuais.[99]

---

[95] ANDRADE, 2014.
[96] *Ibidem.*
[97] *Ibidem*, p. 41.
[98] *Ibidem*, p. 48.
[99] *Ibidem.*

Ao avançar nas análises dos dados demográficos encontrados na Lista Nominativa de 1831-32, Andrade sugere uma microrregionalização da freguesia de Guarapiranga e percebe que através dessa perspectiva, apesar de cada microrregião não apresentar diferenças muito destoantes das outras, é possível se ter uma reconstituição da dinâmica demográfica e econômica de cada parte da região.[100] Nessa perspectiva, a Figura 2 representa os distritos arrolados como pertencentes à freguesia de Guarapiranga na referida Lista Nominativa, divididos a partir da lógica de microrregionalização.

[100] ANDRADE, 2014.

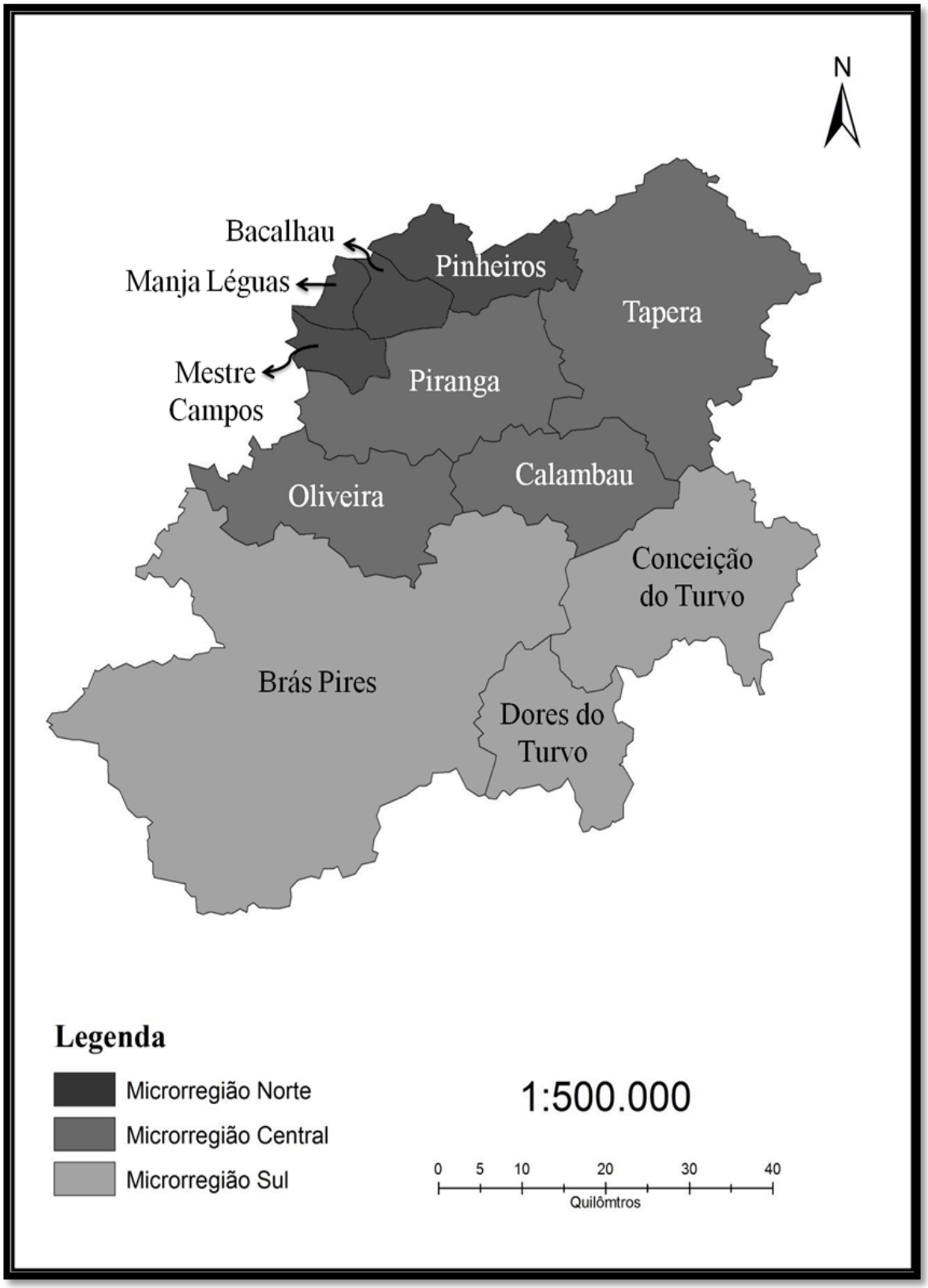


FIGURA 2: [Mapa da microrregionalização da freguesia de Guarapiranga]
Fonte: IBGE; Cartas Topográficas do Instituto Geográfico e Geológico de Minas Gerais; APM, Listas Nominativas dos anos de 1831 e 1832. In: ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola:* as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (1760-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

Andrade percebe através dessa divisão, que

> a microrregião norte caracteriza-se pela grande presença de pessoas livres de cor, provavelmente egressos do cativeiro em uma região primária de colonização, que no século XIX estava estancada economicamente – reflexo do esgotamento das lavras auríferas e da não solidificação de uma indústria canavieira agroexportadora. Já a microrregião central é definida pelo expressivo número de escravos, provavelmente reflexo da vocação agrícola, que ademais é onde se concentra a maior parte dos aguardenteiros do Piranga. (...) A microrregião sul possui características demográficas semelhantes às das localidades setentrionais e centrais, contudo, é onde se encontra o maior percentual de indivíduos recenseados como brancos nas listas nominativas.[101]

Como já citamos anteriormente, a maior parte da população livre piranguense era formada por homens e mulheres não brancos, mas ao tomar a perspectiva da microrregionalização como critério de análise é possível perceber que "na microrregião norte, correspondiam a 82,73% da população livre, na central a 61,26% e na porção sul a 58,73%, configurando um quadro disperso da significância desta população entre as microrregiões".[102]

Outra análise possível de se realizar a partir das Listas Nominativas diz respeito à posse de escravos dos chefes de domicílios da freguesia. A Tabela 1 foi construída de acordo com consultas feitas às Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-41 através do Poplin-Minas – 1830 e representa o padrão de posse de escravos na freguesia de Guarapiranga.

TABELA 1:
Estrutura da posse de escravos na freguesia de Guarapiranga

	Homens	**(%)**	**Mulheres**	**(%)**	**Totais**	**(%)**
1 a 3	196	46,1	92	54,7	288	48,6
4 a 10	150	35,3	50	29,8	200	33,72
11 a 49	77	18,1	25	14,9	102	17,2
50 ou mais	2	0,5	1	0,6	3	0,5

Fonte: Base de dados Cedeplar - Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39, Poplin Minas -1830, Freguesia de Guarapiranga.

Diante das informações, apresentadas anteriormente, sobre a freguesia, foi relevante a consideração do fator posse de cativos para Guarapiranga, pois, de acordo com as análises de Laird Bergad, de 1829 em diante há uma elevação dos valores de cativos para Ouro Preto e Mariana, chegando a atingir um valor superior a 1:1$200 réis (um conto, mil e duzentos réis)

[101] ANDRADE, 2014, p. 56.
[102] *Ibidem*, p. 60.

entre 1875 e 1879.[103] Não realizamos uma análise que contemple essa informação para a região de Guarapiranga, mas acreditamos que os valores médios de escravos na freguesia se comparem aos encontrados para Ouro Preto e Mariana.

Como já destacado por Bergad, a maioria das famílias, em Minas Gerais, não possuía escravos.[104] Na freguesia de Guarapiranga, um total de 979 fogos não contavam cativos entre seus habitantes (62,3%), sendo 631 chefiados por homens (64,5%) e 348 por mulheres (35,5%). Os dados da Tabela 1 nos revelam que a maioria da população que detinha escravos em seu poder possuía no máximo 10 e a taxa de escravarias correspondia a apenas 37,72% dos fogos.[105] Portanto, a freguesia não apresentou um grande nível de posse de cativos.

Adiante, ao apresentarmos as análises feitas para os distritos de Manja Léguas e Piranga, perceberemos que esse padrão de posse de escravos não variou muito de um local para o outro dentro da freguesia, sendo que a maioria dos senhores de escravos possuía de 1 a 5 cativos. Esse padrão foi a regra para toda a província e não sofreu grandes alterações em toda a sua história.[106]

Assim, o espaço que nos propomos a estudar pode ser caracterizado como uma freguesia populosa cujos moradores souberam se adequar às mudanças ocorridas no decorrer dos séculos XVIII e XIX em sua estrutura econômica e demográfica.

1.4 A composição dos domicílios de Guarapiranga: gênero e chefia

Nesse tópico, apresentamos a reconstituição demográfica dos distritos de Manja Léguas e Piranga. Para essa análise, enfatizamos a variável chefia de domicílios[107] e utilizamos a

---

[103] BERGAD, 2004.
[104] *Ibidem*.
[105] A taxa de domicílios com posse de cativos em Guarapiranga foi maior do que a encontrada por Paiva (1996, p. 124) após uma análise exaustiva da maioria dos distritos de Minas Gerais, 32,5%.
[106] BERGAD, *op. cit*.
[107] "Os termos família e fogo/domicílio se referiam à mesma realidade: um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe." (PAIVA e ARNAUT, 1990, *apud* LEWKOWICZ, 1992, p. 80). Lewkowicz (1992, p. 81) amplia o conceito de família, afirmando que esse "pode ser aplicado a um domicílio e/ou parte dele, a um conjunto de domicílios e ainda a uma noção mais ampla, abrangendo indivíduos de gerações diferentes unidos por laços biológicos". Paulo Eduardo Teixeira (2004, p. 49) afirma que "(...) o núcleo residencial passou a mostrar a variedade de relações existentes em seu interior, e o termo família, tal qual o entendemos hoje, foi incapaz de absorver essa multiplicidade, e este talvez tenha sido o problema que levou diversos estudiosos a adotarem o uso de termos como 'domicílio', ou 'unidade doméstica'." Por fim, o conceito de fogo foi definido por Eni de Mesquita Samara como "(...) a 'unidade básica de reconstrução da família' e também uma unidade de produção, podendo também ser denominado de casa ou domicílio." (SAMARA, 1989, *apud* TEIXEIRA, 2004, p. 50).

categoria de gênero para apontar as principais características da organização dos núcleos familiares e das atividades produtivas desempenhadas.

Para análise apresentada nesta seção nos baseamos em informações das Listas Nominativas dos distritos da freguesia de Guarapiranga no ano de 1831-32.[108] Segundo Bacellar,[109] o uso dessas fontes tem crescido desde a década de 1970 e podemos relacionar a ampla utilização desse tipo documental ao desenvolvimento dos estudos demográficos no Brasil.[110]

As Listas Nominativas, quando analisadas em série, "permitem análises bastante ricas e diversificadas das condições de vida cotidiana",[111] ao nos informar a estrutura familiar e do domicílio. Ao utilizarmos a Lista Nominativa de 1831-32, além de um estudo demográfico dos distritos de Manja Léguas e Piranga para esse período, conseguimos analisar a estrutura domiciliar em que vivia as duas personagens que escolhemos para reconstituição da trajetória de vida no terceiro capítulo.

De acordo com a perspectiva de microrregionalização, esses distritos estavam localizados na parte norte e central da freguesia, respectivamente. Ao analisar a chefia dos domicílios na freguesia, Andrade encontrou que os chefes da microrregião central correspondiam a 42,56%, os da microrregião sul representavam 31,72% e os da microrregião norte perfaziam apenas 25,72%. O autor ainda ressalta que a razão de sexo destes chefes tinha maiores taxas na microrregião sul, 392 homens e 135 mulheres, se diferenciando das outras microrregiões e perfazendo 290,37, enquanto a parte norte e a central alcançavam razões de sexo correspondente a 182,78 e 186,23, respectivamente.[112]

Esses dados também corroboram a nossa análise, pois de acordo com Andrade

---

[108] De acordo com Lemos, esses registros foram o primeiro produto do esforço estatal para a organização dos aparelhos administrativos provinciais após a autonomia política do Estado brasileiro. As informações normalmente encontradas nas referidas Listas são: ocupação de cada indivíduo, cor/condição, nacionalidade, idade e estado civil. O autor ainda chama atenção para o fato de que
"a organização das Listas não era de todo padronizada, em função da subjetividade de seus censores. Juízes de Paz, capitães-mores, capitães de distrito e párocos formavam um corpo diversificado de censores, o que viabilizava a discrepância na coleta de informações." (LEMOS, 2014, p. 22).

[109] BACELLAR, In: PINSKY, 2008.

[110] Vários historiadores fizeram o uso dessa fonte para o desenvolvimento de suas temáticas. Podemos citar aqui os seguintes trabalhos: BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra:* família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1866. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850* (Escravidão e a economia de São Paulo, 1750-1850). Stanford: Stanford University Press, 2003. 288 p.; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista:* 1700-1836. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000. 222 p.; SAMARA, Eni de Mesquita. *O papel do agregado na região de Itu, 1780-1830*. Coleção Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, Série História, v. 6, 1977, p. 13-121.

[111] BACELLAR, *op. cit.*, p. 28.

[112] ANDRADE, 2014.

> estas informações são sugestivas de que na microrregião sul prevaleceu uma sociedade rural centrada na figura do homem, enquanto nas outras localidades foram significativas outras experiências de organização familiar em que a mulher era a chefe do domicílio.[113]

1.4.1 O distrito de Manja Léguas:

Atualmente, o território de Piranga é composto pelo município sede e dois distritos, Santo Antônio do Pirapetinga e Pinheiros Altos.

Santo Antônio do Piranpetinga, atualmente, possui uma população de 2.648 habitantes, sendo que seu núcleo urbano conta com uma pequena parcela dessa população (131), pois a maioria dos indivíduos reside em áreas rurais (2.517). O território rural desse distrito é composto por dois subdistritos ou povoados, Manja Léguas e Mestre Campos.[114]

O povoado de Manja Léguas, mais especificamente, é o espaço que nos interessa nessa análise, pois foi onde viveu uma das personagens desse estudo, Clara Maria Violante. Na primeira metade do século XIX essa localidade era formada por 66 domicílios e um total de 360 habitantes.

Ao compararmos os dados populacionais desse local com os encontrados por Andrade[115] para toda a freguesia, através da Lista Nominativa de 1831-32, percebemos que o local não foge ao padrão apresentado para a região. Diante disso, podemos dizer: em termos de população livre, em Guarapiranga, os homens perfaziam um total de 32,43% e as mulheres 35,43%. Entre os cativos, o sexo masculino representava 19,85% e o feminino 12,30%. Em Manja Léguas, homens e mulheres livres correspondiam a um total de 30,28% e 36,39%, respectivamente. Já entres os escravos, contava-se 19,17% de cativos e 14,17% de cativas.

A partir dessa comparação, representamos na Tabela 2 os percentuais demográficos da população de Manja Léguas, tomando como critério de análise o sexo e a condição social.

---

[113] ANDRADE, 2014, p. 62.
[114] O Distrito de Santo Antonio do Pirapetinga. Disponível em:< http://www.piranga.com.br/distritos/index.htm>, acesso em 30 jun. 2015.
[115] ANDRADE, 2014.

TABELA 2:
População livre e escrava, Manja Léguas (1831-32)

	Homens		Mulheres	
Livres	108	61,01%	132	72,13%
Escravos	69	38,98%	51	27,9 %
Total	177	100%	183	100%

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

De acordo com as informações acima, podemos perceber uma pequena diferença entre a população masculina e feminina, havendo a presença de 177 homens e 183 mulheres. Essa divergência ainda se mantém ao contarmos os livres. No entanto, o contingente escravo, de ambos os sexos, era significativamente menor, o que pode ser indicativo de baixa concentração do trabalho sob a mão de obra cativa, sendo possível encontrá-los apenas nas maiores propriedades.

Com relação à qualidade dos indivíduos da localidade é evidente a maior porcentagem de pardos entre os livres e de crioulos em meio aos escravos, o que pode indicar forte tendência à mobilidade social para os cativos (TAB. 3). A população livre não branca era composta por egressos do cativeiro, descendentes de ex-escravos e por imigrantes que encontraram na localidade uma oportunidade para se estabelecerem e constituir domicílio.

TABELA 3:
Percentuais étnicos entre livres e escravos, Manja Léguas (1831-32)

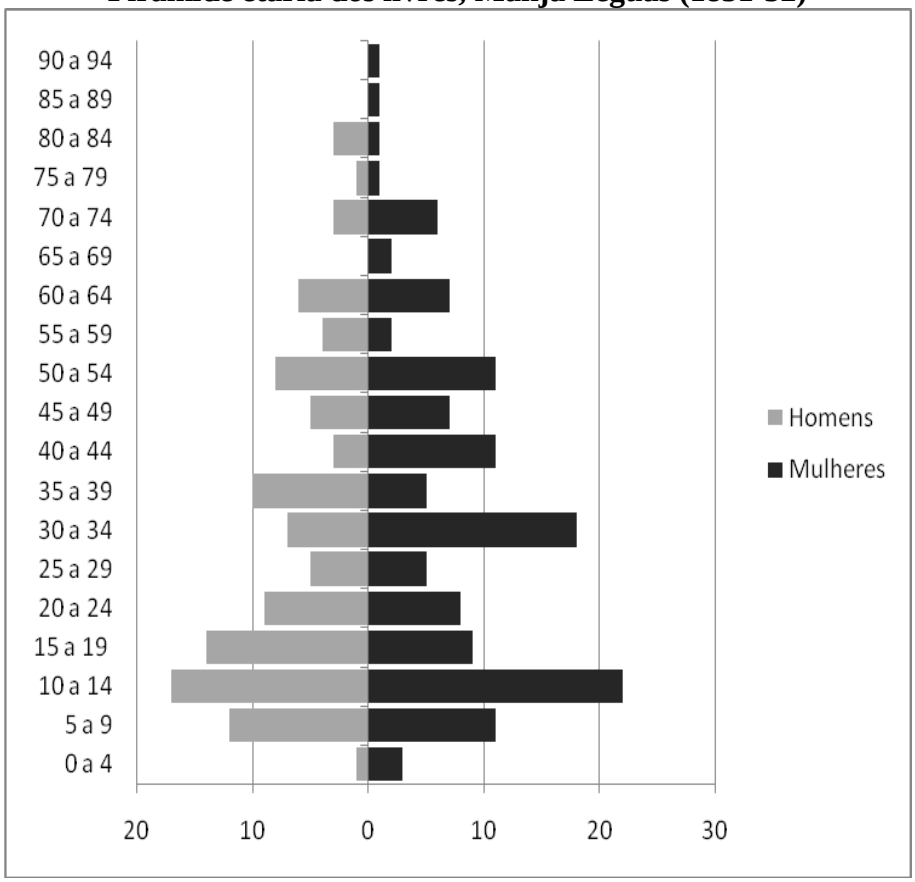
	Homens		Mulheres	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Branco	12,96	-	14,4	-
Pardo	73,14	5,79	68,18	15,69
Crioulo	11,11	46,38	14,4	56,86
Cabra	1,9	7,25	1,51	3,92
Africano	0,92	40,58	1,51	23,53

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

Sobre a população, ainda foi possível a reconstituição da composição etária do povoado. Através da pirâmide (GRAF. 1) fica nítido que apesar de não possuir uma elevada taxa de natalidade, a população do local era bem jovem, sendo que o maior contingente populacional foi contado entre 5 e 19 anos. Entre 20 e 59 anos, a população feminina foi expressiva, o que pode implicar na ausência dos homens desse local ou mesmo na mortalidade precoce; também podemos levar em consideração as observações de Paiva sobre os movimentos da população mineira, "em regiões que estão perdendo seus habitantes saem os adultos e ficam as crianças e

idosos alterando a participação relativa dos adultos no total".[116] Após os 60 anos, percebemos que o sexo feminino sobreviveu mais, especialmente, na faixa etária de 70 a 74 anos.

GRÁFICO 1:
Pirâmide etária dos livres, Manja Léguas (1831-32)

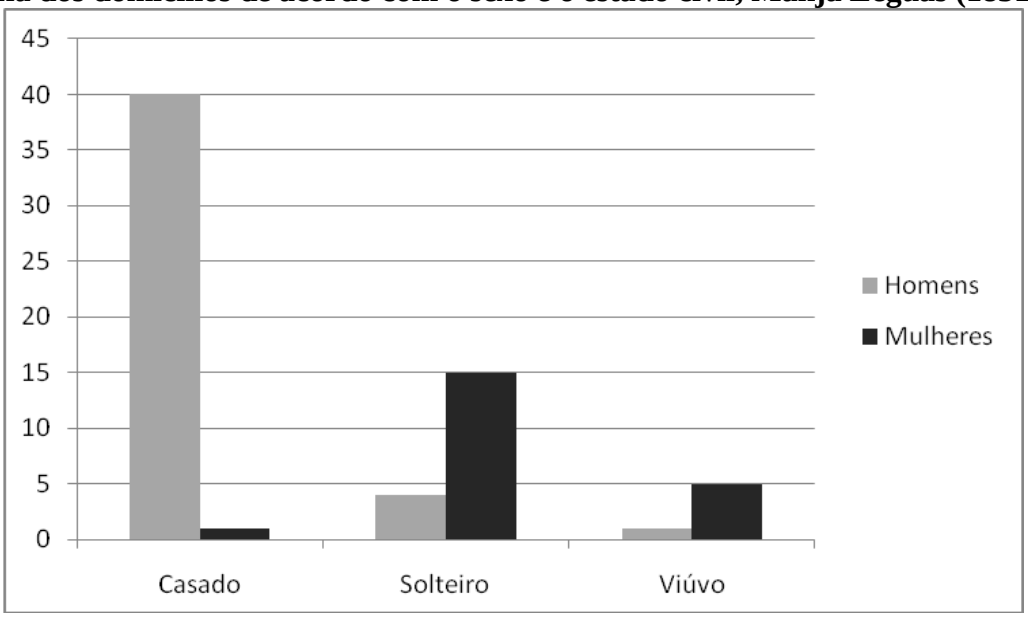


Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

Além da composição demográfica da localidade, a Lista Nominativa também nos permite um estudo detalhado sobre a chefia de cada domicílio (GRAF. 2). Através do gráfico, fica claro que a maior porcentagem da chefia de domicílios estava entre os homens do povoado (45), sendo quatro solteiros, um viúvo e 40 casados. Já os fogos sob chefia feminina somavam 21, sendo 15 solteiras, cinco viúvas e uma casada, sem a presença do marido (a ausência do cônjuge pode ser o indício de saída da localidade em busca de melhores oportunidades).

[116] PAIVA, 1996, p. 101.

GRÁFICO 2:
Chefia dos domicílios de acordo com o sexo e o estado civil, Manja Léguas (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

Além do gênero e do estado civil, também analisamos a situação desses chefes de domicílio com relação à qualidade (TAB. 4). Os dados evidenciam que os homens casavam um pouco mais que as mulheres, mas, em alguns casos, morriam antes que suas companheiras. Em contrapartida, 71,42% dos fogos chefiados por mulheres, estavam sob a responsabilidade de solteiras e agregavam diferentes arranjos domiciliares/familiares (a chefe, irmãos solteiros e escravos; a chefe, a filha solteira e a neta; a mãe e o(a) filho(a) solteiro(a); a chefe e seus escravos, a maioria, solteiros; a chefe, o irmão solteiro, um escravo e vários indivíduos de cor como agregados, etc.).

TABELA 4:
Chefia dos domicílios de acordo com sexo, qualidade e estado civil, Manja Léguas (1831-32)

	Homens			**Mulheres**		
	Casado	Solteiro	Viúvo	Casada	Solteira	Viúva
Africano	1	-	-	-	1	-
Branco	4	-	1	-	3	2
Cabra	1	-	-	-	-	-
Crioulo	7	-	-	-	5	1
Pardo	27	4	-	1	6	2
Total	40	4	1	1	15	5

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

A Tabela 5 complementa a análise, apresentando informações de todos habitantes com relação ao estado civil. As mulheres livres possuíam uma menor taxa de casadas (31,06%) e maior taxa de solteiras (62,9%). Podemos comparar esses dados aos resultados encontrados por Andrade[117] para a microrregião norte, que possuía a menor taxa de casamento entre as mulheres livres brancas da freguesia de Guarapiranga (66,67%).

TABELA 5:
Estado civil de acordo com sexo e condição, Manja Léguas (1831-32)

	Homens		**Mulheres**	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Solteiros	64	63	83	44
Casados	43	6	41	7
Viúvos	1	-	8	-
Total	108	69	132	51

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

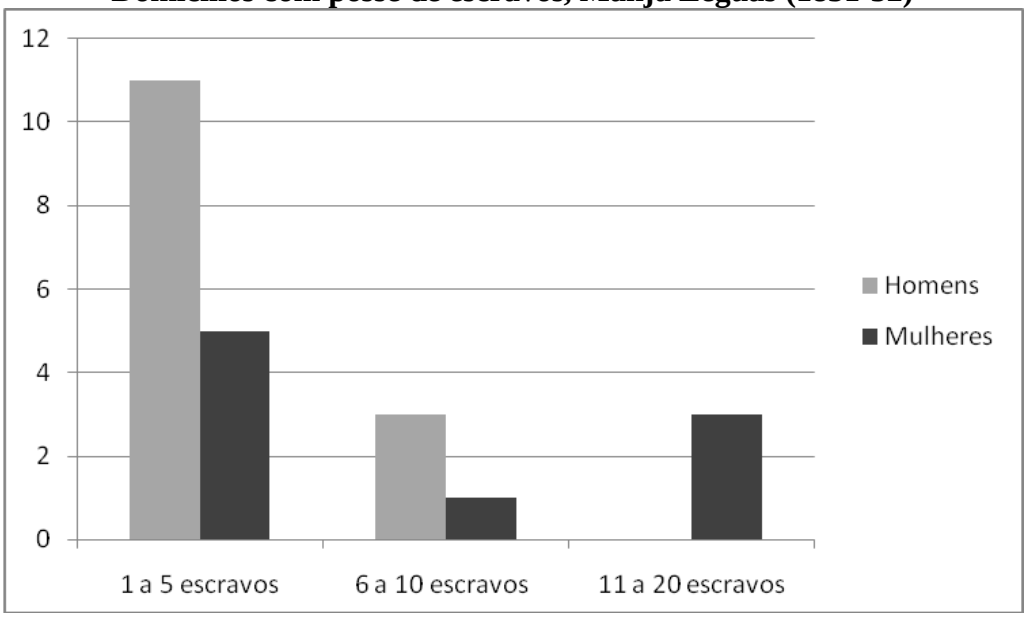
Através dos dados apresentados acima, podemos afirmar que o casamento não era uma prática muito comum entre os cativos desse distrito e, provavelmente, esse fato tem relação com a composição da população não-livre do local, que apresentava um grande percentual de homens. Contudo, menos de 15% das mulheres cativas desse distrito constituíram famílias através do matrimônio e talvez a presença de crianças dentro das escravarias tenha sido resultado de inúmeras relações consensuais entre companheiros de escravidão ou com indivíduos em outra condição. Além do número de pardos ser indicativo de indivíduos que ascenderam socialmente, podem também ser resultado de relações mistas entre livres e escravos. À frente teremos um caso ilustrativo dessa última hipótese na família de Clara Maria Violante: sua avó, uma escrava de origem africana, através de uma relação ilegítima com seu senhor, gerou uma filha que recebeu a liberdade na pia batismal e foi designada como parda.

De acordo com Andrade, "a microrregião norte foi onde se concentraram as maiores proporções de solteiros tanto entre os homens quanto entre as mulheres".[118] Como podemos perceber na Tabela 5, essa constatação retrata a situação de Manja Léguas.

A posse de escravo é um fator também de grande relevância para caracterizar os domicílios de acordo com sua chefia. O gráfico a seguir (GRAF. 3) ilustra a posse de escravos em domicílios chefiados por homens e por mulheres, apresentando uma contagem de quantos chefes possuíam determinado número de cativos.

[117] ANDRANDE, 2014.
[118] *Ibidem*, p. 70.

GRÁFICO 3:
Domicílios com posse de escravos, Manja Léguas (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

A maioria dos domicílios de Manja Léguas não possuía cativos. Mesmo entre os homens a taxa foi elevada. Dos 45 fogos sob chefia masculina, 31 não possuíam escravos, dos quais 29 estavam sob o comando de casados e os outros dois pertenciam a solteiros. Os 11 domicílios masculinos que contavam com 1 a 5 cativos, em sua maioria, pertencia a casados, sendo que apenas dois estavam sob os comandos de solteiros. Os três chefes que possuíam maior número de escravos eram dois casados e um viúvo, mas nenhum deles alcançou o número máximo da escala de posse, sendo que o viúvo tinha oito cativos em seu poder e os casados oito e seis, respectivamente.

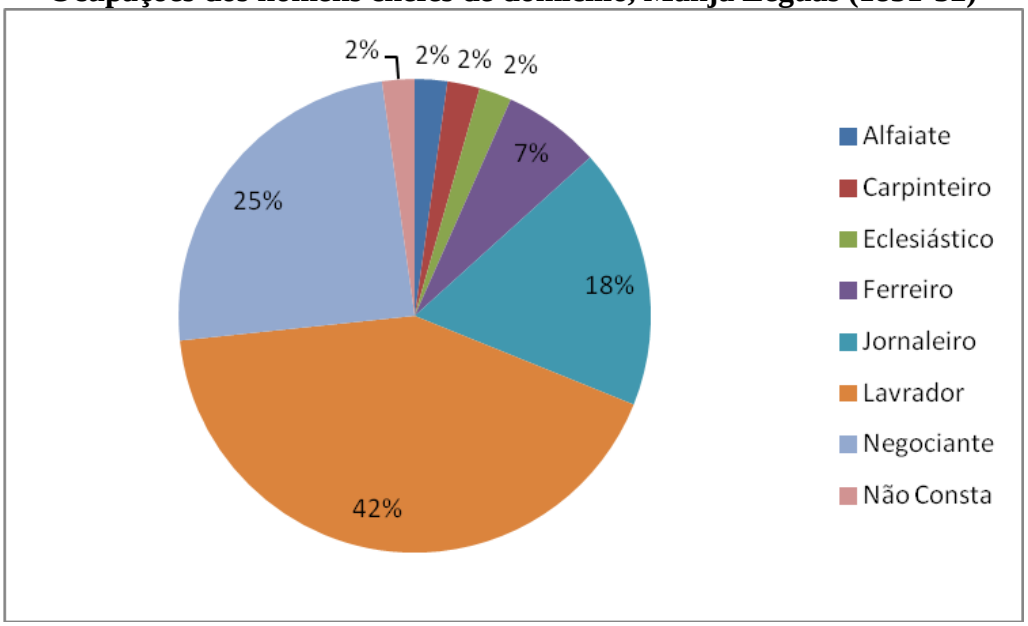
Os domicílios sob chefia feminina, em menor número, como apontado, apresentaram números divergentes em relação aos fogos masculinos no quesito posse de cativos. Havia 12 fogos que não possuíam escravos, a maioria estava nas mãos de solteiras (9), apenas dois eram comandados por viúvas e a única mulher casada também estava nesse grupo. Entre as que possuíam menos cativos, podemos contar quatro solteiras e uma viúva. A única mulher que ficou no terceiro patamar da escala de posse (6 a 10) era viúva. Enquanto nenhum homem chefe atingiu o quarto nível (11 a 20), três mulheres, duas solteiras e uma viúva representaram esse grupo, sendo que a última conseguiu o número máximo de indivíduos na escravaria.

A partir dessa análise, percebemos que a posse de cativos em Manja Léguas não atingiu altos níveis, a maioria dos senhores de escravos só alcançaram o segundo patamar da escala (1 a 5 escravos), tendo sob sua responsabilidade um pequeno grupo de indivíduos. No

entanto, é instigante o fato de as maiores senzalas da localidade estarem sob o comando de mulheres solteiras e viúvas. Se mulheres nessas condições civis estavam em desvantagem no que diz respeito à posse e domínio de seus bens, como elas conseguiram manter as maiores escravarias de Manja Léguas?

Outro aspecto importante para se abordar de acordo com os domicílios apresentados na Lista Nominativa de 1831-32 diz respeito às ocupações e ofícios dos chefes de domicílios e seus agregados (GRAF. 4).

GRÁFICO 4:
Ocupações dos homens chefes de domicílio, Manja Léguas (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

Paiva, trabalhando com fontes históricas de mesmo caráter, chega a conclusão de que

> em alguns casos, a ocupação é a atividade de onde a pessoa retira a sua fonte de renda, não sendo especificada qual a sua função dentro daquela. Revela o setor da economia ao qual aquela pessoa pode estar vinculada, mais do que sua situação sócio-profissional. Exemplos: agricultura, lavoura, etc. Em outros casos, a ocupação coincidia com o que chamaríamos de profissão, isto é, o ofício no qual a pessoa é especialista. Assim, encontramos vários ferreiros, feitores, alfaiates, tropeiros, etc. Há ainda uma terceira situação, onde está indicada não a tarefa exercida mais a forma de participação do indivíduo no mercado. Este é o caso de ocupações como jornaleiros, agência, proprietários, capitalistas, etc.[119]

Ainda levando em consideração as análises de Paiva, podemos dizer que diante da complexidade entre as situações de trabalho e outros aspectos da vida econômica e social das Minas Gerais do século XIX, possuir uma "(...) ocupação determinada e reconhecida socialmente era alguma coisa que distinguia o indivíduo, tornava clara sua 'identidade' diferenciando-o dentro do grupo".[120]

A partir do gráfico, podemos perceber que a maioria dos chefes de domicílio (19) foram classificados como lavradores. As atividades comerciais foram a segunda ocupação mais

[119] PAIVA, 1996, p. 62-63.
[120] *Ibidem*, p. 64.

desenvolvida (11) e uma quantidade significativa, se comparada as outras ocupações, ofereciam seus serviços como jornaleiros em troca de um pagamento.[121]

Ao analisarmos as ocupações da população masculina (TAB. 6), percebemos que grande parte não apresentava o registro das atividades em que, possivelmente, estava envolvida. Mas, é necessário destacar, que o maior número de indivíduos que não tiveram os ofícios declarados estava na faixa etária de 10 a 14 anos. A maioria dos homens que tiveram indicação das ocupações eram lavradores (21,29%), sendo acompanhados pelos jornaleiros (17,59%) e os negociantes (13,88%).

TABELA 6:

Ocupações da população masculina livre, Manja Léguas (1831-32)

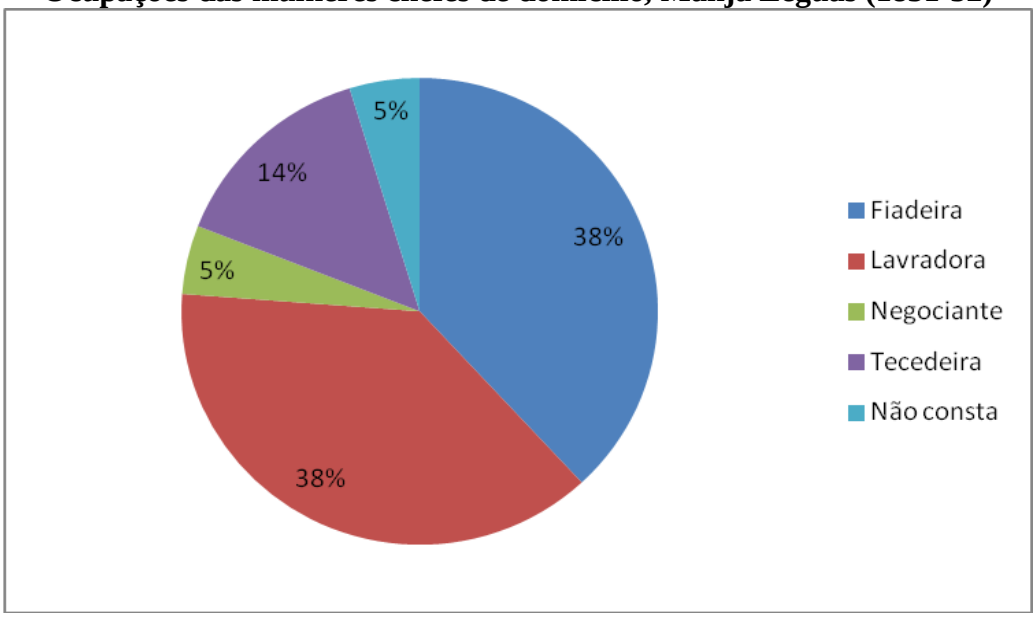
Idades / Ofícios	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 ou +	Total
Alfaiate	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1
Carpinteiro	_	_	1	_	_	_	_	1	_	_	_	2
Eclesiástico	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	1
Estudante	2	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	3
Ferreiro	_	_	2	_	_	_	_	1	_	1	_	4
Jornaleiro	_	4	_	1	4	3	2	_	4	_	1	19
Lavrador	_	1	4	1	1	2	_	4	3	2	7	23
Militar	_	_	_	1	_	_	_	_	_	_	_	1
Negociante	_	1	2	2	1	4	1	1	1	1	1	15
Não Consta	15	7	_	_	1	_	_	_	_	_	2	25

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

Para as mulheres chefes de domicílio notamos uma equidade entre as que desenvolviam a fiação e as que se classificavam como lavradoras (oito para cada ofício), sendo a tecelagem (3) a terceira atividade mais desenvolvida (GRAF. 5). Também podemos perceber uma menor diversificação das ocupações femininas com relação ao universo masculino. Entretanto, não encontramos nenhum domicílio que estivesse envolvido em atividades de mineração, independente do gênero da chefia, o que pode indicar um esgotamento total das lavras de ouro nesse distrito.

[121] De acordo com Bluteau (1769, p. 745) jornal significa "a paga de cada dia, que se dá a um jornaleiro".

GRÁFICO 5:
Ocupações das mulheres chefes de domicílio, Manja Léguas (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

No interior da população feminina livre foi contabilizado um maior número de indivíduos sem ocupação determinada. Novamente o grupo que corresponde à faixa etária de 10 a 14 anos foi o maior responsável pelo resultado. Mas não podemos deixar de evidenciar que em todas as outras idades tivemos mulheres sem ofício declarado, exceto entre 55 e 59 anos. As ocupações mais declaradas dentro desse grupo foi a de fiadeira (26,51%), costureira e lavradoras (ambas representando 6,06%) (TAB. 7).

TABELA 7:
Ocupações da população feminina livre, Manja Léguas (1831-32)

Idades / Ofícios	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 ou mais	Total
Costureira	1	2	_	2	2	_	1	_	_	_	_	8
Fiadeira	3	4	4	1	8	1	2	1	5	2	4	35
Lavradora	_	_	_	_	_	_	_	1	1	_	6	8
Música	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	1
Negociante	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1
Tecedeira	_	_	_	_	_	1	2	_	_	_	1	4
Não Consta	18	3	4	2	8	3	6	4	5	_	8	61

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga.

De acordo com Andrade, as atividades de comércio e mineração eram mais expressivas na microrregião norte, onde representavam 27,3% e 10,4%.[122] Mas, se compararmos esses

[122] ANDRADE, 2014.

dados com os encontrados na Lista Nominativa de Manja Léguas no ano de 1831-32, podemos perceber que o distrito não segue esse resultado, já que não encontramos nenhum fogo em que os moradores exercessem atividades de mineração e os negociantes não tiveram grande expressividade na população total.

Outra constatação de Andrade para a mesma microrregião é que a fiação e tecelagem representavam apenas 35,1% da ocupação da população feminina, sendo que a maioria das mulheres estava envolvida em atividades agrárias (54,4%). E, mais uma vez, os dados encontrados para o distrito aqui estudado não condiz com o cenário das ocupações na parte norte da freguesia, pois, como vimos, a maioria das mulheres desenvolviam atividades de fiação e as costureiras estavam em equidade com as lavradoras.[123]

As atividades desenvolvidas por homens e mulheres indicam que em Manja Léguas a economia estava voltada para produção de produtos agrícolas e de tecidos, tanto para o abastecimento interno como para serem comercializados nas fronteiras da freguesia.

As características geográficas, demográficas, étnicas e produtivas ressaltadas através da análise dos dados da Lista Nominativa de 1831-32 nos fazem supor que desde sua criação o povoado de Manja Léguas foi um espaço de aspectos rurais. E, seguindo a lógica proposta por Cunha (2009), podemos sugerir que, apesar de ser uma localidade geográfica e demograficamente pequena, o povoado analisado pode ter surgido da necessidade de abastecer os centros urbanos ocupados com as atividades de mineração. Essa hipótese explica a composição etária e étnica da população local, que pode ter se formado através de imigração de pessoas menos abastadas, em alguns casos, descendentes de negros escravos e ex-escravos.

A partir da perspectiva de microrregionalização proposta por Andrade podemos dizer, de forma geral, que Manja Léguas compartilhava da tendência percebida para a microrregião norte, caracterizada por "(...) grande presença de pessoas livres de cor, provavelmente egressos do cativeiro".[124]

1.4.2 O distrito de Piranga

[123] No entanto, nossas constatações não contradizem as conclusões de Andrade (2014). Como explicitado no mapa que ilustra a perspectiva de microrregionalização (FIG.2) a microrregião norte era composta para além de Manja Léguas por Bacalhau, Mestre Campos e Pinheiros. Os dados encontrados para os outros três distritos influenciaram nos resultados encontrados pelo autor.
[124] ANDRADE, 2014, p. 56.

O distrito de Piranga era a sede da freguesia e foi elevado a cidade no ano de 1868. Localizado na Zona da Mata Mineira, hoje, o município faz divisa com Mariana, Ouro Preto, Senhora de Oliveira, Catas Altas da Noruega, Porto Firme, Lamim, Presidente Bernardes, Guaraciaba e Diogo de Vasconcelos.

O Códice Costa Matoso nos informa como o distrito estava organizado em meados do século XVIII:

> se compõe de duas ruas para a parte do rio e uma para sair do terreiro para fora, para a parte da estrada, com vinte e cinco moradas de casas de sobrado, 55 térreas, com capacidade para se fazer uma povoação muito grande pelo terreno, águas, muita terra para mantimentos e o rio que passa pelo pé dele, navegável por toda freguesia.[125]

Piranga, por ser sede da freguesia, apresentava um perfil demográfico bastante diferenciado de Manja Léguas na primeira metade do século XIX. Na Lista Nominativa de 1831-32 podemos contar 373 domicílios, que estavam divididos em 15 quarteirões e somavam um contingente populacional de 2.006 habitantes.

O contexto de Piranga abrigava a nossa segunda personagem, Francisca de Paula Januário Carneiro, e sua família. Foi o espaço onde ela teceu suas relações pessoais, sociais e econômicas. Onde se casou com um homem influente, após anos de uma relação adulterina e ilegítima e garantiu aos seus filhos uma vultosa herança.

Os dados a seguir nos ajudam a compreender como se constituía a população do principal distrito da freguesia em questão (TAB. 8). A população masculina, contando livres e escravos, sobrepunha-se à feminina. No entanto, percebemos que o contingente de mulheres livres era significativamente superior ao de homens. A presença de mais escravos do sexo masculino nos leva a deduzir que a dependência em relação à mão de obra cativa era bem significativa na localidade.

TABELA 8:

População Livre e Escrava de Piranga (1831-32)

	Homens		**Mulheres**	
Livres	639	61,9%	741	76,2%
Escravos	394	38,1%	232	23,8 %
Total	1033	100%	973	100%

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

[125] Códice Costa Matoso, Doc. 11, p. 258.

Ao analisar a população como um todo, percebemos que os homens e mulheres livres em Piranga representavam 31,9% e 36,9% da população, respectivamente. Já entre os escravos, o sexo masculino representava 19,6% e o feminino 11,6%. Ao compararmos os números com os encontrados para a freguesia por Andrade[126] – que já foram citados acima – percebemos que os dados são bem equitativos, sofrendo uma maior variação apenas entre as mulheres livres e escravas, que para freguesia chegavam a um percentual de 35,43% e 12,30%.

Ao separar a população por sexo, condição e qualidade percebemos que nesse distrito a população parda também foi predominante entre os livres, correspondendo a 50,7% entre os homens e 49,7% entre as mulheres. Entre os escravos, a população africana foi superior entre os homens (56,3%) e as crioulas somaram a maioria das mulheres (54,7%) (TAB. 9).

TABELA 9:
Percentuais étnicos entre livres e escravos, Piranga (1831-32)

	Homens		**Mulheres**	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Africano	2,3	56,3	2,3	28,4
Branco	29,7	-	24,6	-
Cabra	0,3	1,3	0,1	4,7
Crioulo	16,6	33,5	22,9	54,7
Pardo	50,7	8,6	49,8	12,1
S/ inf.	0,3	0,3	0,3	-

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Apesar de a população cativa ser expressivamente menor que a livre, é importante nos atentarmos para a maior porcentagem de escravos africanos do sexo masculino. Essa informação pode indicar que as fronteiras da freguesia recebiam elementos do tráfico atlântico, que sustentavam a economia local através do trabalho nas grandes propriedades produtoras que, na sua maioria, estavam envolvidas no setor agrícola. A população crioula também foi significativa entre os cativos, principalmente entre as mulheres, como citamos acima. Para Andrade estes dados indicam a presença do tráfico de escravas crioulas, aptas aos ofícios do setor de fiação e tecelagem.[127]

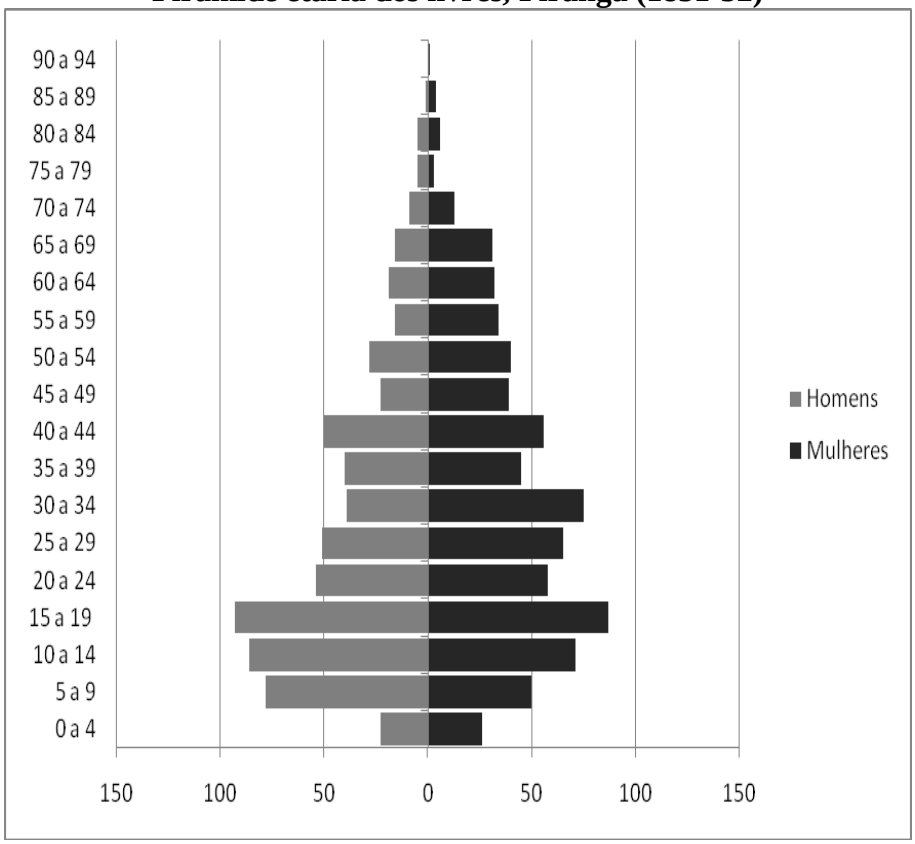
Piranga estava localizada na porção central da freguesia, que de acordo com análises de Andrade, era o local onde se concentrava a maior parte da população escrava da região. O

[126] ANDRADE, 2014.
[127] *Ibidem*.

autor associa a presença expressiva de escravos nessa microrregião à vocação agrícola que se confirma nas fontes.

Ainda sobre a composição da população, apresentamos os dados referentes à composição etária dos indivíduos livres desse distrito (GRAF. 6), através dos quais fica nítida a concentração de sujeitos, homens e mulheres, na idade produtiva (20 a 44 anos). Assim como em Manja Léguas, Piranga apresentou poucas crianças, aumentando o seu contingente populacional a partir da faixa etária que corresponde à adolescência (10 aos 14 anos). A expectativa de vida também não foi grande nessa localidade, poucas pessoas ultrapassaram os 74 anos. No entanto, a partir dos 55 anos, mulheres sobreviveram mais do que homens.

GRÁFICO 6:
Pirâmide etária dos livres, Piranga (1831-32)



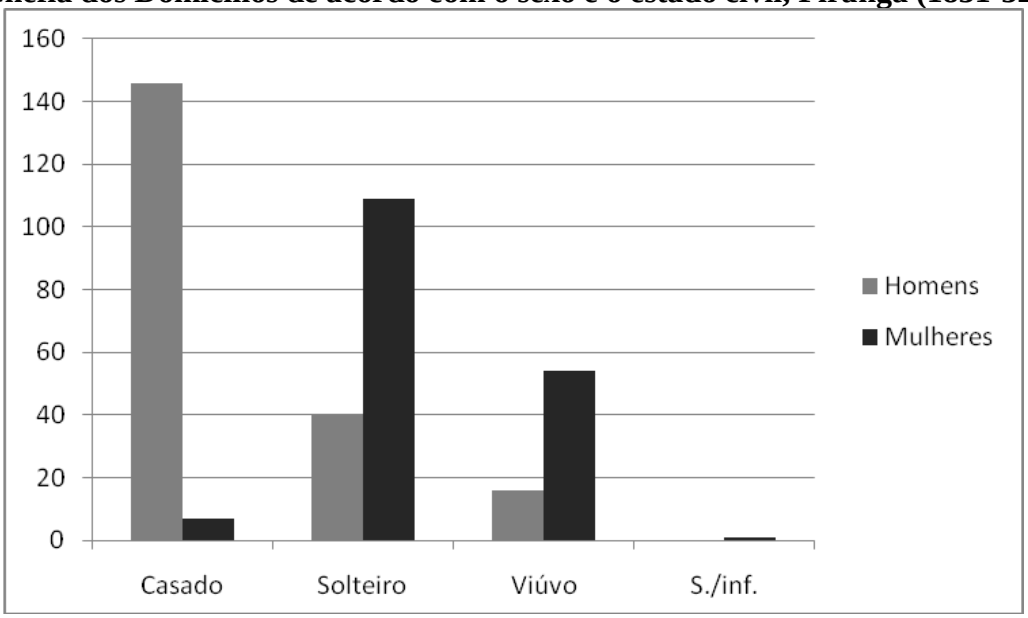
Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

De acordo com Paiva, ao constatarmos a maior participação da população adulta em uma localidade, "(...) podemos sugerir a presença de alternativas econômicas mais atraentes trazendo para esta região pessoas em idade de trabalhar e mais propensas a migrar."[128]

[128] PAIVA, 1996, p. 100.

Ao analisar a chefia dos domicílios do distrito de Piranga (GRAF. 7), percebemos que os homens casados (146) e as mulheres solteiras (108) compunham a maioria dos chefes. Entre os viúvos, havia mais fogos femininos (54) que masculinos (16). As casadas[129] comandavam apenas sete lares e os solteiros eram responsáveis por 41 conjuntos familiares. Da mesma forma, conforme constatado anteriormente, os fogos chefiados por mulheres assumiam uma estrutura variada resultando em diferentes arranjos familiares.[130]

GRÁFICO 7:
Chefia dos Domicílios de acordo com o sexo e o estado civil, Piranga (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Além dessa divisão dos chefes de domicílios por gênero e estado civil ainda é importante analisarmos a qualidade dos indivíduos. Assim, fica evidente que a maior parte dos fogos sob chefia masculina estava concentrada nas mãos de homens casados e pardos, sendo acompanhados pelos brancos em mesmo estado civil. Enquanto os lares chefiados por mulheres eram, em sua maioria, comandados por solteiras pardas e crioulas (TAB. 10).

[129] Como no caso percebido para Manja Léguas, as mulheres que declararam ser casadas, mas que ocupava a função de chefes de domicílios tinham os maridos ausentes.
[130] Entre as mulheres chefes de domicílio, consta uma sem referência ao seu estado civil.

TABELA 10:
Chefia dos domicílios de acordo com sexo, cor e estado civil, Piranga (1831-32)

	Homens			Mulheres		
	Casado	Solteiro	Viúvo	Casada	Solteira	Viúva
Africano	2	2	-	-	6	-
Branco	56	16	2	1	18	13
Crioulo	24	5	3	3	32	12
Pardo	64	17	10	3	53	29

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Os domicílios chefiados por mulheres solteiras somavam 63,5% do total de fogos femininos. E como vimos na Tabela 10, a maioria dessas mulheres não eram brancas, o que nos leva a concluir que também no distrito de Piranga as cativas tinham maior acesso à liberdade e melhores condições de ascenderem socialmente após constituírem seus fogos e se tornarem donas de seu destino.

Analisando os fogos mineiros no mesmo período (1832), através das Listas Nominativas encontradas para a Província de Minas Gerais, Cristiana Viegas Andrade percebe que a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres eram aqueles situados em localidades mais desenvolvidas socioeconomicamente, mas que são menos abastados, de pequena dimensão. Para a autora, essa descrição condiz com a situação de várias mulheres chefes analisadas na historiografia. "Elas poderiam ser concubinas ou prostitutas, já que não eram casadas nem viúvas e residiam em regiões mais desenvolvidas".[131] Ainda poderiam ser mulheres forras que constituíram seus lares sozinhas, após a liberdade.

Apresentamos abaixo os dados referentes ao estado civil de todos livres e escravos do distrito de Piranga, encontrados na documentação (TAB. 11). Assim, é possível afirmar que os homens casavam com mais facilidade, mas possuíam uma maior tendência em deixar suas companheiras viúvas, como já constatamos acima através da análise das faixas etárias da população.

[131] ANDRADE, 2001, p. 10.

TABELA 11:
Estado civil de acordo com sexo e condição, Piranga (1831-32)

	Homens		Mulheres	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Casados	195	24	198	30
Solteiros	426	370	474	202
Viúvos	18	-	68	-
S/ inf.	-	-	1	-
Total	639	394	741	232

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Ao observarmos os números para a população escrava, percebemos que em Piranga os cativos também se casavam pouco, observação válida, sobretudo, para os homens: apenas 6,1% se encontravam casados. Apesar de aparecer em menor número dentro da maioria das escravarias da região, as mulheres ainda se casavam um pouco mais (12,9%). Como apresentado acima, a maioria das escravas eram crioulas, enquanto que entre os homens predominavam os de origem africana. Ainda precisamos analisar um pouco melhor como se formavam esses laços, mas talvez seja um indicativo de que os casamentos entre escravos seguiam um padrão de endogamia.

Ao analisar as taxas de nupcialidade em toda a freguesia, Andrade constata que na microrregião central as taxas de casamento foram maiores do que na microrregião norte, sendo que

> a menor proporção de solteiros se deu no último grupo etário [50 a 54 anos], porém, com uma cifra bem inferior, 21,05%; já entre as mulheres, a proporção de solteiras nesta mesma faixa etária era de 51,92%, estando a menor encontrada (44,74%) entre as idades 35 e 39 anos.[132]

Dessa forma, o autor associa os resultados encontrados ao dinamismo econômico da parte central da freguesia, o que proporcionou uma grande diferença entre as populações masculina e feminina, resultando em diferenças no ciclo de vida destes indivíduos. Assim,

> supõe-se que os homens, ocupados nos setores do comércio e de artes e ofícios, angariam ao seu redor um pecúlio que lhes proporcionaram as núpcias, e consequentemente, a distinção social de chefiar um fogo e constituir família. Entre as mulheres a situação era inversa, pois, em sua maioria tecedeiras ou fiadeiras, ao obter algum cabedal, não tinham por prática esvanecer tal poderio econômico nas núpcias, prevalecendo assim uniões consensuais.[133]

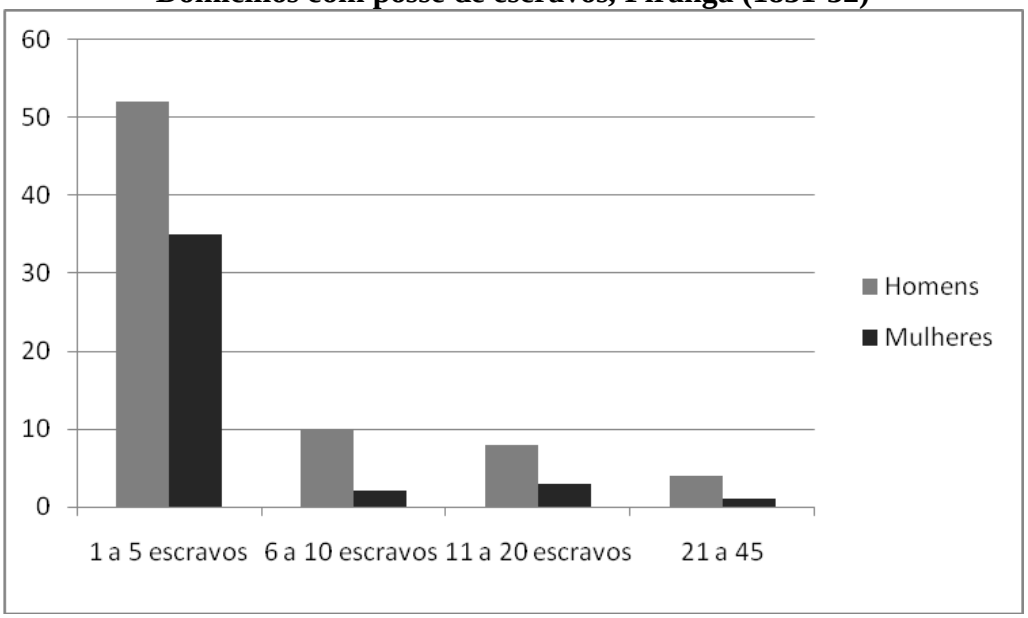
[132] ANDRADE, 2014, p. 70.
[133] *Ibidem*, p. 71-72.

Examinando a Tabela 11, também é perceptível que os padrões encontrados por Andrade se confirmam em Piranga. As mulheres livres casadas correspondiam a 26,7%, enquanto os homens na mesma condição e estado civil somavam 30,6%.

De acordo com Andrade, o distrito de Piranga estava localizado na microrregião central, que foi marcada por um "(...) expressivo número de escravos, provavelmente reflexo da vocação agrícola (...)",[134] apresentava uma economia dinâmica e padrões demográficos mais equilibrados e propícios ao desenvolvimento da população.

A partir dessa constatação, apresentamos a seguir o Gráfico 8, que expõe o fator posse de escravos nos domicílios de Piranga. No entanto, os fogos sem posse de cativos eram mais numerosos entre homens e mulheres.

GRÁFICO 8:
Domicílios com posse de escravos, Piranga (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Em todos os estágios da escala de posse os homens casados estiveram à frente, pois as maiores escravarias pertenciam a eles (quatro, que continham 27, 29, 35 e 44 cativos). No grupo que tinha em seu poder de 11 a 20 indivíduos, esses senhores somavam sete. Entre os que possuíam de 6 a 10 escravos, correspondiam a seis. Em meio aos proprietários com menor posse (1 a 5) totalizavam 100.

Os solteiros formaram o segundo grupo masculino que possuiu as maiores taxas na escala de posse de cativos. Acompanhando os níveis indicados no Gráfico 8, é possível contar-

[134] ANDRADE, 2014, p. 56.

mos 12 homens nesse estado civil que foram proprietários de 1 a 5 escravos; três que possuíram de 6 a 10 indivíduos em suas senzalas e um que possuía uma escravaria que atingia o terceiro patamar da escala (11 a 20).

Entre os 16 viúvos, apenas seis possuíam escravos e conseguiram alcançar somente os dois primeiros patamares da posse de cativos, sendo que cinco desses senhores possuíam de 1 a 5 escravos.

Analisando a mesma variável entre as mulheres, percebemos que as solteiras foram as que concentraram maiores números de escravarias, mas, em contrapartida, não alcançaram altos níveis de posse (1 a 5 escravos: 20 proprietárias; 21 a 45 escravos: uma proprietária). Entre as viúvas predominou o grupo que possuía de 1 a 5 cativos (15 pessoas), apenas quatro mulheres nesse estado civil fugiram do padrão (uma estava no grupo que possuía de 6 a 10 escravos e três no que tinha poder sobre 11 a 20). Das poucas mulheres casadas que encontramos como chefe de domicílio, apenas uma possuía escravos e detinha em seu poder apenas seis indivíduos.

Assim, podemos concluir que a posse de escravos era mais comum entre os homens casados e solteiros e que o matrimônio pode ter sido um fator decisivo para o aumento das riquezas, assim como da posse de escravos. Talvez essa tendência confirme as comparações que fizemos anteriormente com as constatações de Andrade[135] sobre o casamento (homens tinham maior tendência a se casarem e constituir família, devido os maiores rendimentos econômicos; enquanto as mulheres, ao reunir algum pecúlio, permaneciam solteiras).

Ainda podemos relembrar as considerações de Cristiana Viegas Andrade[136] ao analisar a chefia feminina dos domicílios, pois o fato das mulheres chefes permanecerem solteiras durante certo tempo ou por toda a sua vida, não significa que elas não formaram laços afetivos e geraram seus filhos. Assim como em Manja Léguas, é possível perceber que, os fogos chefiados por esse gênero, possuíam diversas configurações e entre as solteiras encontramos alguns casos em que fica nítida a presença de filhos/as.

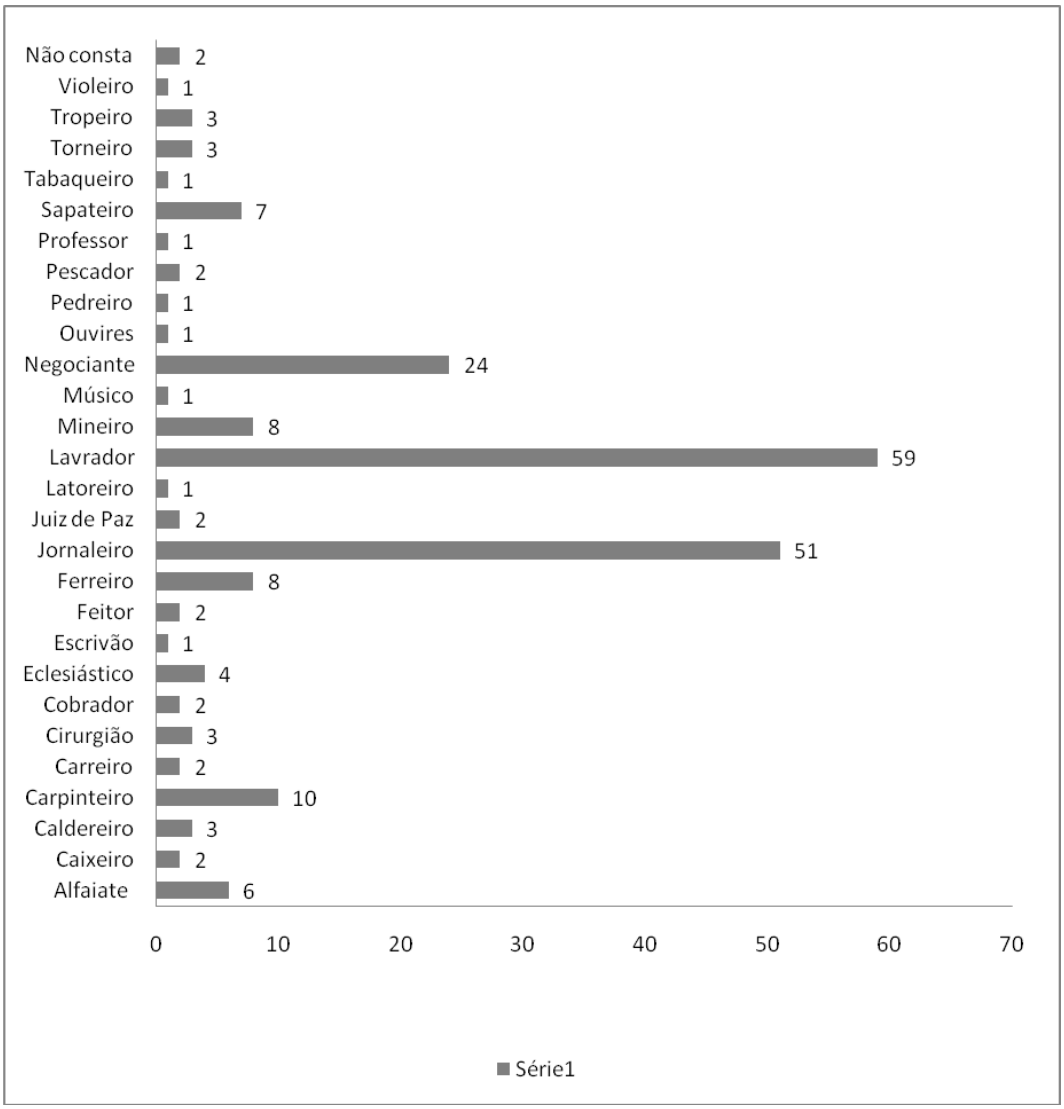
Outro fator analisado foi a ocupação dos chefes de domicílio, a fim de percebermos características econômicas e produtivas de cada família. Podemos ressaltar que a maioria dos chefes se declararam lavradores (29,2%), jornaleiros (25,2%) e negociantes (11,9%). Apesar de não representarem uma parcela significativa, as outras ocupações que apareciam em maior

[135] ANDRADE, 2014.
[136] ANDRADE, 2001.

número eram a de carpinteiros (4,9%), mineiros e ferreiros (cada um dos ofícios com 4,0% dos declarantes).[137] (GRAF. 9).

GRÁFICO 9:

Ocupações dos homens chefes de domicílio, Piranga (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

No intuito de compreender as atividades dominantes e que sustentaram a economia do distrito de Piranga, também analisamos os ofícios declarados pela população masculina como um todo, atentando-nos para as faixas etárias (TAB. 12).

[137] Se realizarmos a soma dos ofícios declarados no gráfico apresentado, perceberemos que o resultado será superior ao número de chefes de domicílios indicados anteriormente, por isso, faz-se necessário explicarmos que alguns desses homens declararam mais de uma ocupação. Entre 10 indivíduos que afirmaram possuir um segundo ofício, oito se classificaram como lavradores, um como negociante e outro como Juiz de Paz suplente. Desse grupo, um sujeito ainda possuía um terceiro ofício, o de negociante.

TABELA 12:
Ocupações da população masculina livre, Piranga (1831-32)

Idades / Ofícios	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 ou mais	Total
Alfaiate	_	13	1	5	3	1	_	2	_	1	1	27
Arrieiro	_	_	1	_	_	1	1	_	_	_	_	3
Boticário	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Caixeiro	1	3	2	1	1	_	_	_	1	1	_	10
Caldereiro	_	_	_	_	1	1	1	_	_	_	_	3
Carpinteiro	_	2	1	1	4	3	2	1	1	1	1	17
Carreiro	1	4	2	1	_	_	1	1	_	1	_	11
Cirurgião	_	_	_	_	_	_	1	2	_	_	_	3
Cobrador	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	2
Eclesiástico	_	_	_	_	_	1	2	1	_	1	1	6
Escrivão	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	1
Estudante	_	3	_	_	_	_	_	_	_	_	_	3
Feitor	2	1	1	1	_	1	1	1	_	_	1	9
Ferreiro	1	2	1	_	1	1	_	1	3	_	2	12
Fiadeira	_	1	1	_	_	_	_	_	_	_	_	2
Jornaleiro	3	21	18	23	12	14	14	1	5	3	17	131
Juiz de Paz	_	_	_	_	_	_	1	_	1	_	_	2
Latoeiro	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	_	1
Lavrador	1	14	5	9	6	5	17	6	10	3	14	90
Mineiro	_	_	1	1	_	_	_	_	5	_	5	12
Músico	3	2	1	_	_	1	_	_	_	_	_	7
Negociante	_	2	4	3	5	5	5	3	2	1	5	35
Of. Justiça	_	_	_	_	_	1	_	_	_	_	_	1
Ouvires	_	1	1	1	_	1	_	_	_	_	1	5
Pedreiro	_	_	_	_	_	1	1	_	_	_	_	2
Pescador	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1	2
Professor	_	_	_	_	_	_	_	_	1	_	_	1
Sapateiro	4	6	2	1	2	3	_	1	1	1	_	21
Tabaqueiro	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1
Torneiro	_	2	2	_	2	_	_	_	_	_	_	6
Tropeiro	1	_	1	1	_	_	3	_	_	_	_	6
Violeiro	_	1	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1
Não Consta	70	14	9	2	3	_	2	2	_	1	5	108

Fonte: Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Assim, podemos perceber que grande parte da população masculina livre não possuía uma ocupação (16,9%), mas é necessário enfatizarmos que a maioria dos indivíduos desse grupo estava na primeira e segunda faixa etária (64,8%), o que mais uma vez confirma um índice significativo de crianças de 10 a 14 anos nesse distrito.[138]

As análises também proporcionaram a percepção de uma inversão entre as categorias de ocupações mais declaradas pelos chefes de domicílio e a população livre masculina. Se entre os chefes os jornaleiros representavam o segundo grupo de ocupação mais desenvolvida, entre os homens livres era o ofício de maior destaque (20,6%). Os lavradores (14,1%) passam a representar o segundo grupo, enquanto os negociantes (5,5%) mantiveram-se no terceiro lugar da escala. Os alfaiates (4,2%), sapateiros (3,3%) e carpinteiros (2,7%) também possuíam uma boa representatividade nas atividades econômicas da localidade, tendo em vista a grande diversificação de ofícios.

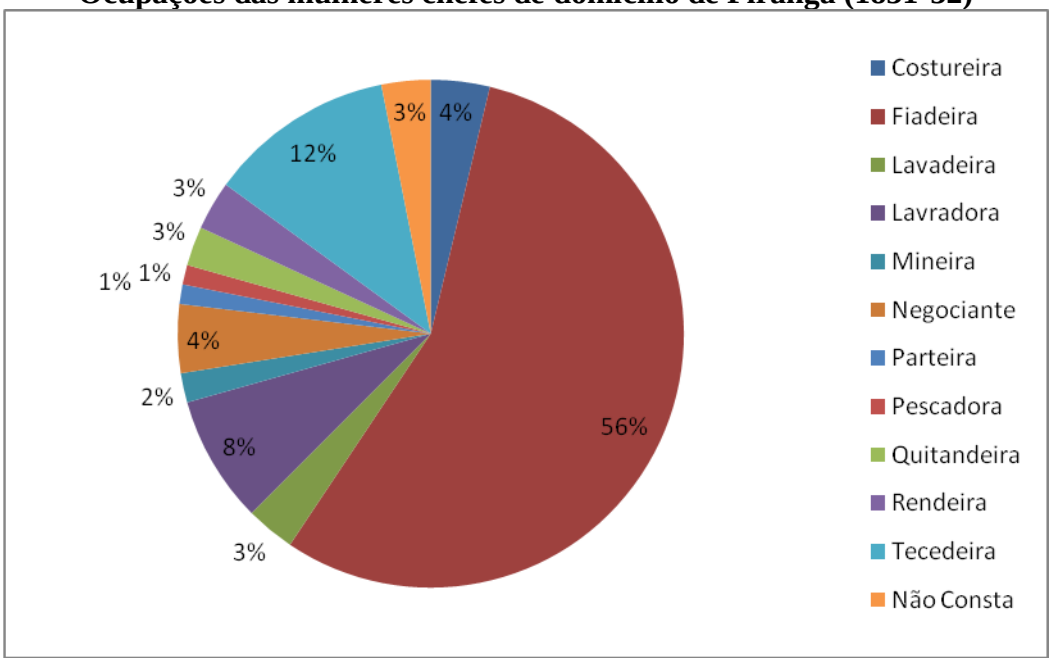
Ao analisar as ocupações das mulheres chefes de domicílio (GRAF. 10), percebemos que a maioria estava envolvida com a fiação (89) e tecelagem (19), sendo a terceira atividade mais desenvolvida a de lavradora (13).[139] Em número bem menos expressivo, as negociantes (7) representavam o quarto grupo dessa escala, sendo que essa atividade só foi desenvolvida por mulheres que estavam à frente de seus lares.[140]

[138] O fato de nenhum ofício ter sido declarado para crianças até 14 anos não significa que estes não desempenhavam nenhuma atividade para contribuir com a economia familiar. Como já fora considerado por Faria (1998), a família era a base da economia nesse período, cada membro contribuía para o bem comum da forma que lhe provinha.

[139] A Lista Nominativa apresenta algumas classificações (uma mulher "em companhia do pai" e oito "pobres") que não consideramos como categorias de ofício para a representação gráfica. Diferentes dos homens, as chefes de domicílio não apresentaram mais de uma ocupação.

[140] Outras atividades (mineira, parteira, pescadora e quitandeiras), como perceberemos na Tabela 12, também só foram desenvolvidas por mulheres chefes de domicílio.

GRÁFICO 10:
Ocupações das mulheres chefes de domicílio de Piranga (1831-32)



Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

As ocupações declaradas pela população feminina livre de Piranga também foram analisadas (TAB. 13). Nesse grupo, o ofício de fiadeira também representava o maior percentual (31,3%). Assim como ocorre entre os homens, houve uma inversão entre as ocupações mais desenvolvidas pelas mulheres chefes de domicílio e a população feminina de forma geral. A costureira, que entre as chefes foi a terceira categoria de ofício mais declarada, entre as livres passa para a segunda posição, com um percentual de 5,9%, enquanto as tecedeiras descem para a terceira posição dessa escala com 5,1%.[141] A divisão da maioria das mulheres nesses três grupos ocupacionais é representativa de uma tendência observada por Libby, uma proto-industrialização do setor têxtil nas Minas Gerais do século XIX, propiciada pelo cultivo de algodão. Segundo o autor, "em termos de absorção de mão-de-obra, a indústria têxtil doméstica era de longe a mais importante das atividades de transformação do setor industrial".[142]

[141] Além das classificações já citadas na nota 139, também não contabilizamos na população feminina total outros designativos que informam que a mulher não estava habilitada ao exercício de uma ocupação (cega, doida e doente).
[142] LIBBY, 1988, p. 201.

TABELA 13:
Ocupações da população feminina livre de Piranga (1831-32)

Idades / Ofícios	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 ou mais	Total
Caixeira	_	_	1	1	_	_	_	_	_	_	_	2
Costureira	2	17	6	4	6	3	3	_	1	_	1	43
Cozinheira	_	1	_	2	_	_	_	_	1	_	1	5
Fiadeira	7	33	23	31	24	13	21	15	20	12	33	232
Lavadeira	_	_	_	2	1	2	_	2	_	_	_	7
Lavradora	_	1	_	_	_	1	2	1	3	_	6	14
Mineira	_	_	1	_	1	_	_	_	_	1	_	3
Negociante	_	_	_	_	1	_	2	1	1	_	2	7
Parteira	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2	2
Pescadora	_	_	_	_	_	_	_	_	_	1	1	2
Quitandeira	_	_	_	_	_	1	1	1	_	1	1	5
Rendeira	2	7	_	1	1	1	1	1	_	1	1	16
Tecedeira	_	2	5	2	3	4	6	5	2	3	6	38
Não Consta	61	28	21	22	38	20	21	12	10	9	24	266

Fonte: APM. Lista Nominativa de 1831-32 para a localidade de Piranga, Freguesia de Guarapiranga.

Ainda podemos associar a maior existência de fiadeiras a um aspecto já observado por Francisco Eduardo de Andrade, "a fiação era, de fato, uma tarefa que não impunha a habilitação, e nem o tempo de aprendizagem, exigidos para o trabalho de tecelagem".[143] Mas o autor chama atenção para a dependência entre o exercício dessas duas atividades, pois, embora não estivessem necessariamente acopladas na mesma unidade domiciliar, compunham as etapas de fabricação dos panos de algodão. Deste modo,

> as fiandeiras, sendo muito mais numerosas do que as tecedeiras, geralmente deviam vender os seus fios ou encaminhá-los, conforme ajustes prévios como a divisão dos tecidos produzidos, às operadoras dos teares. Por outro lado, as tecedeiras podiam alugar o trabalho, pagando o jornal, das fiandeiras, ou ainda trabalhar com fios de outros.[144]

Assim como na população masculina, o maior grupo entre as mulheres foi o que não declarou nenhum tipo de ocupação (35,9%). Apesar de ser possível a contagem de pessoas em todas as faixas etárias desse conjunto, novamente os adolescentes de 10 a 14 anos representam a maior porcentagem (22,9%).

As diversas categorias de ofício listadas para os moradores de Piranga mostram que essa localidade possuía uma grande diversificação de suas atividades econômicas. Mas atra-

[143] ANDRADE, In: COSTA; BRUSADIN; PIRES, 2012, p. 94.
[144] *Ibidem, loc. cit.*

vés da análise de concentração dos indivíduos em categorias específicas dessas ocupações, podemos dizer que homens e mulheres tinham atividades bem definidas dentro desse distrito.

O contingente masculino se dedicava, em boa parte, às atividades agrícolas e comerciais. A presença de indivíduos que desempenhavam os ofícios de lavrador, jornaleiro, negociante, caixeiro e tropeiro, nos leva a pensar que estavam envolvidos na produção de alimentos para o abastecimento local e de regiões limítrofes. Na população feminina, a diversificação de atividades foi menor e estavam concentradas em atividades de fiação, tecelagem e costura.

Esses dados nos leva, mais uma vez, a uma aproximação das constatações de Andrade, que considera que na microrregião central as atividades agrárias correspondiam a 58%, as atividades mineradoras foram declaradas somente por 1,7% dos chefes de domicílios e o setor de fiação e tecelagem representava 62,4%, um reflexo do desenvolvimento da indústria têxtil na região.[145]

Caracterizando a microrregião central, Andrade afirma que essa parte da freguesia de Guarapiranga foi

> marcada pela agroindústria canavieira e consequente dinamicidade econômica, distinguiu-se por casamentos mais tardios do que na microrregião sul, consequência dos anos reservados à acumulação de algum cabedal e, então, inserção no mercado matrimonial.[146]

De acordo com os dados por nós apresentados, podemos dizer que o contexto de Piranga em 1831-32 correspondia ao encontrado para a microrregião em que estava localizada. No entanto não encontramos nenhum domicílio que estivesse envolvido na agroindústria canavieira.

Ao conjugar os dados referentes à caracterização dos domicílios de Piranga e os ofícios desempenhados pelos seus habitantes às conclusões de Cunha, podemos dizer que nesse espaço há uma indistinção entre o urbano e o rural. Segundo esse autor o que "dá a existência a esse espaço [urbano] é efetivamente a mineração".[147] E constatamos a existência de 15 fogos que declararam o envolvimento nesse tipo de atividade (12 masculinos e três femininos), sendo que a maioria dos homens mineradores tinha idades elevadas e, se estavam ali desde os primórdios da fundação desse local, podemos dizer que, a princípio, Piranga surgiu como um centro urbano. No entanto, como explicitamos acima, as principais atividades desenvolvidas

[145] ANDRADE, 2014.
[146] *Ibidem*, p. 67-68.
[147] CUNHA, 2009, p. 62.

guardam relações com um ambiente de características rurais, principalmente, se enfatizarmos a maior atuação em atividades de cunho agrícolas entre os homens.

Todavia, Cunha também ressalta que para identificarmos o espaço como urbano devemos nos preocupar em obsevar a sobreposição "de processos coletivos que adensam a população de forma regular e continuada".[148] E ao levarmos isso em consideração, fica evidente que as ocupações declaradas, além de apontar uma diversidade de ofícios, também ilustram a dinâmica dessa população, que se manteve ativa economicamente resistindo aos efeitos da crise da mineração. Pelo contrário, tinha suas fronteiras abertas para o recebimento de imigrantes e o desenvolvimento de novas atividades.

Portanto, após apresentação do contexto social e econômico da freguesia estudada e um maior detalhamento de fatores demográficos das localidades em que viveram as personagens por nós analisadas, fica perceptível que seus habitantes souberam se adequar às mudanças ocorridas com o declínio da mineração, apostando no desenvolvimento do setor agrícola, tanto para subsistência como para manutenção do mercado interno e de regiões vizinhas, demarcando ainda mais sua heterogeneidade econômica e social. Foi nesse universo que Clara e Francisca teceram suas relações e diferentes estratégias familiares, de parentesco espiritual e de casamento.

[148] CUNHA, 2009, p. 61.

CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIAS DE VIDA: RELAÇÕES DE GÊNERO E PARENTESCO DE CLARA MARIA VIOLANTE E FRANCISCA DE PAULA JANUÁRIO CARNEIRO.

O estudo das relações sociais e de gênero na região de Guarapiranga, como já ressaltamos, teve como ponto de partida o acompanhamento da trajetória de duas mulheres, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. A partir da história dessas personagens, objetivamos contribuir para a reconstituição do contexto histórico regional de Guarapiranga.

Para tanto, a demografia histórica foi de essencial importância na reconstituição dos núcleos familiares dessas mulheres e nos ajudou a lidar metodologicamente com as fontes – Inventários *Post Mortem*, Testamentos, Listas Nominativas e Registros Paroquiais. O estudo das relações intrafamiliares, conjugais, espirituais (compadrio) e de gênero faz com que os dados estatísticos de uma população ganhem outro sentido, nos levando a reconstituir o passado com outros olhos e visualizar, como demonstrado por Andrade, "(...) a existência de uma gama variada de arranjos familiares no decorrer do tempo e nos diferentes segmentos sociais, além de apresentarem a existência de diferentes relações entre os sexos e a distância entre a norma e a prática social".[149]

A Lista Nominativa de 1831-32, no capítulo anterior, nos serviu para um estudo demográfico dos distritos onde viveram as nossas personagens. Nessa parte de nosso trabalho, cruzaremos os dados referentes aos domicílios de Clara e Francisca em dois momentos, 1831-32 e 1838-39, com fontes de variadas tipologias, como explicitamos acima.

As fontes encontradas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana foram de grande importância para levantarmos dados referentes ao batismo e casamento das personagens que nos propomos a analisar. Por isso, utilizamos para essa análise os Processos Matrimoniais, que também nos proporcionaram acesso aos Registros de Batismo dos nubentes, pois para obter a liberação para o casamento os noivos deveriam comprovar as origens, o que fez com que muitos párocos anexassem cópias do primeiro sacramento da vida cristã nesse documento.[150]

Os registros paroquiais são fontes valiosas para análise dos diversos aspectos do cotidiano colonial. Através das cópias dos Registros de Batismo, conseguimos levantar os laços primários de parentesco de Clara e Francisca, assim como de seus maridos; identificar a ori-

[149] ANDRADE, 2001, p. 2.

[150] A obrigatoriedade dos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, foi definida a partir do Concílio de Trento na Europa, em meados do século XVI. No Brasil, os registros paroquiais foram regulamentados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707.

gem dos pais; as relações espirituais e sociais tecidas através dos nomes dos padrinhos. Os Processos Matrimoniais[151] tem grande importância para o entendimento da vida anterior ao matrimônio, sendo possível delinear a "rede de interesses que norteava a escolha dos cônjuges".[152] Dessa forma, as informações contidas nos documentos referentes aos casamentos de Clara e Francisca foram de extrema importância para reconstituirmos pontos de suas trajetórias, bem como, desvelar dados sobre os maridos de cada uma, já que não encontramos os Inventários e Testamentos dos mesmos.

Os Inventários *post mortem*[153] e Testamentos[154] (ou traslados) das duas personagens e de alguns membros dos núcleos familiares dos quais faziam parte, também foram analisados e serviram como fonte orientadora para nosso trabalho. A grande maioria dessas fontes da Freguesia de Guarapiranga encontra-se no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, mas alguns dos autos que utilizamos foram recolhidos no Arquivo do Fórum de Piranga.[155]

Como explicitado por Maria Helena Flexor, essas fontes deixam transparecer "informações de ordem social, econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa".[156]

---

[151] De acordo com Sheila Farias Silva (2009, p. 2), "eram autos da justiça eclesiástica que visavam habilitar os nubentes, que sofreram algum impedimento canônico, ao sacramento do matrimônio". Geralmente, os proclamas dos enlaces matrimoniais "consistia[m] no anúncio dos nomes dos noivos durante a missa por três domingos ou dias santos em todos os lugares em que os consortes residiram por mais de seis meses". (SILVA, 2009, p. 2). Após a intenção dos nubentes tornar-se pública, o padre ou o pároco responsável deveria aguardar que aparecessem testemunhas e comprovassem os dados apresentados pelos noivos ou denunciassem alguma diligência. Assim, através desse documento, temos acesso à identidade, idade, filiação, condição jurídica, estado civil, local de nascimento e de residência dos nubentes, bem como, informações sobre os pais e mesmo das relações sociais existentes (a partir do depoimento das testemunhas).

[152] (SILVA, 2009, p. 4).

[153] De acordo com Flexor, os Inventários "continham, além da relação de herdeiros, a avaliação dos bens móveis e imóveis – ou de raiz –, com suas devidas avaliações, relação de dívidas, partilhas, termos de curadoria ou tutoria, petições de várias naturezas, despachos de juízes, mandados, precatórias, certidões, notificações, custas, etc." (FLEXOR, 2007, p. 1-2).

[154] Ao caracterizar os Testamentos, Flexor aponta que esse tipo de fonte tratava "das disposições de última vontade do testador, relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônias de seu funeral, de sua naturalidade, do estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais". (FLEXOR, 2007, p. 1). Sobre a estrutura dos Testamentos, Lewkowicz ressalta que os notários geralmente seguiam um estilo repetitivo, "mas que em certos casos deixavam transparecer os sentimentos dos testadores" (LEWKOWICZ, 1992, p. 232). Além disso, esses documentos podiam servir como "ajustes de contas finais nas incompatibilidades e traições que de parte a parte, os casais cometiam" (LEWKOWICZ, 1992, p. 233).

[155] Os Inventários do 1º Ofício que estão fisicamente armazenados no AHCSM foram digitalizados e encontram-se disponíveis *on line* no site do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (Lampeh) da UFV (http://www.lampeh.ufv.br/, acesso em 18 out. 2015). Já o acervo do AFP não se encontra totalmente organizado. Há várias caixas de documentos que precisam ser identificados, higienizados e catalogados. Os autos de inventários aqui utilizados foram disponibilizados pelo Professor Fábio Faria Mendes (UFV), que através de um Projeto de Extensão realizou, com a ajuda de bolsistas e voluntários, a identificação, higienização e organização de vários autos de Inventários *post mortem*.

[156] (FLEXOR, 2007, p. 1). A autora ainda chama a atenção para obrigatoriedade do Inventário, no caso da existência de bens a serem partilhados, e o caráter facultativo do Testamento. Segundo Lewkowicz (1992), os inventários tornaram-se obrigatórios apenas a partir de 1809, pelo Alvará de 17 de junho.

A partir desses documentos, tivemos acesso às informações que nos ajudaram a reconstituir as relações familiares, o parentesco, a vizinhança e/ou redes de sociabilidade dos indivíduos, os bens possuídos (ou riqueza acumulada), o universo de ofícios em que as personagens estavam envolvidas, a relevância do indivíduo inventariado na escala da estratificação social.

Para o cruzamento de dados e reconstituição das trajetórias de vida de Clara Maria Violante e Francisca de Paula Januário Carneiro, também nos foi de suma importância a compreensão do conceito de rede social e a percepção da intensidade dos laços que essas mulheres constituíram no decorrer de suas histórias.

De acordo com Botelho; Andrade e Lemos rede social "é um conjunto de *nós* socialmente relevantes ligados por uma ou mais relações. Os *nós*, ou membros da rede, são as unidades que estão ligadas pelas relações sociais, cujos padrões estudamos".[157]

Para a interpretação das relações constituídas por nossas personagens, nos servimos da tese de Mark Granovetter, para quem os

> indivíduos que compartilham 'Laços Fortes' comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de 'Laços Fracos' são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de 'ilhas isoladas' dos *clusters* e assumindo a configuração de rede social. Nesse sentido, as relações baseadas em 'Laços Fortes' levam a uma topologia da rede, isto é, definem a configuração dos nós da rede de conexões entre os indivíduos (...).[158]

Assim, nesse capítulo, apresentaremos aspectos das relações sociais compostas pelos "laços fortes" estabelecidos por nossas personagens, ou seja, nos deteremos na análise de parentesco e nos enlaces matrimoniais que possibilitaram a formação de novos núcleos familiares e que apresentaram Clara e Francisca como sujeitos ativos de sua própria história de vida.[159] Em suma, nos deteremos à análise do espaço doméstico, pois como apontado por Faria, a História da família está essencialmente ligada a esse espaço e as relações consanguíneas conferiam "aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social".[160]

---

[157] BOTELHO; ANDRADE; LEMOS, 2013, p.10.
[158] KAUFMAN, 2012, p. 208.
[159] Os "laços fracos" serão analisados no próximo capítulo, quando apresentaremos a rede de compadrio que se formou ao redor dessas mulheres, procurando demonstrar como a posição social de cada uma interferiu nas relações sociais estabelecidas.
[160] FARIA, 1997, p. 372.

2.1 Clara Maria Violante

Aos 19 dias do mês de março de 1773 foi batizada, na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Pirapetinga, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, a inocente Clara Maria, filha legítima de Caetano José Machado e Clara Dias, nascida aos nove do mesmo mês e ano, tendo como padrinho Francisco de Sousa Lobo.[161]

Os avós paternos de Clara eram Antonio de Freitas e Antonia Josefa Cunha, naturais do Arcebispado de Braga, e os maternos Antonio Dias Cunha e Teresa Dias (uma negra de origem Mina), moradores em Manja Léguas, Freguesia de Guarapiranga. No entanto, no decorrer de sua trajetória de vida, percebemos que as fontes não fazem referência à cor, se na Lista Nominativa e no Processo Matrimonial temos acesso a essa informação, no Inventário e Testamento a ascendência africana, vinda de sua avó materna, não é citada, sendo sua cor omitida. Seria isso evidência de mobilidade social?

De acordo com Botelho, a condição e cor/etnia eram atributos muito mais definidores de lugar social, especialmente a partir da combinação entre ambos.[162] Ainda conforme o autor, podemos dizer que a declaração da qualidade dos indivíduos era, muitas vezes, influenciada pela posição social dos mesmos.[163] Assim, talvez seja possível, que um pouco antes de sua morte, em 1856, pela adoção de estratégias sociais diversas, Clara poderia ter alcançado uma posição social um pouco mais elevada do que em 1831-32 e 1838-39, quando foi listada como parda nas Listas Nominativas.

Outro fato que pode ter influenciado no desaparecimento do registro da qualidade dos indivíduos desse núcleo familiar, foram as relações sociais estabelecidas. Como podemos perceber, desde a ascendência de Clara, havia relações desiguais se formando, especialmente, no matrimônio ou relações consensuais. O caso de sua avó materna foi o mais exemplar nesse sentido, pois, apesar de ser escrava de origem Mina constituiu relações ilegítimas com um homem branco e de origem portuguesa, natural da Freguesia de Sampaio de Vieira, Arcebispado de Braga, gerando uma prole natural.

Os pais de Clara também se uniram em uma relação desigual, pelo menos no quesito cor da pele. Caetano José Machado era filho legítimo de um casal de portugueses, naturais da Freguesia de São João Batista do Conselho de Vieira, Arcebispado de Braga.[164] Enquanto,

---

[161] AEAM, Processos Matrimoniais, 33-8162, 081620. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, fl. 9.
[162] BOTELHO, 2008.
[163] *Idem*, 2004a.
[164] AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 35, Auto 821. Inventário de Caetano José Machado, 1798.

Clara Dias Cunha era filha natural de uma escrava africana que manteve uma relação ilegítima com seu senhor e foi liberta por seu pai na pia batismal.[165]

As relações tecidas pela mãe e avó de Clara contrariaram critérios e valores morais que giravam em torno do casamento. O avô e o pai de nossa personagem não se importaram com a pureza de sangue, origem e riqueza de suas companheiras, critérios observados na população paulista do século XIX, como evidenciado por Samara.[166]

Talvez a família de Clara Maria Violante seja uma das exceções, já que trabalhos de diferentes matizes são unânimes em indicar que o casamento, no Brasil, se pautou pelo princípio da igualdade social entre os nubentes. Como apontado por Silvia Maria Jardim Brügger, o principal pressuposto dessa equidade é a condição jurídica dos noivos.[167] Mas, também, podemos aproximar o caso das ponderações de Botelho, para o qual "a homogamia seria mais uma construção social realizada no momento da constituição do casal do que a expressão de uma 'realidade' racial".[168] Isso porque, o autor considera a hipótese de que os párocos ou os juízes de paz poderiam tender a enxergar os cônjuges com a mesma cor/etnia.

A seguir, apresentamos de forma gráfica as relações que compõe a ascendência de Clara Maria Violante (FIG. 3).

[165] AEAM, Processos Matrimoniais, 02-151, Reg. 001501. Processo Matrimonial Caetano José Machado e Clara Dias Cunha, fls. 5v-6.
[166] SAMARA, 1988.
[167] BRÜGGER, 2007.
[168] BOTELHO, 2004a, p. 8.

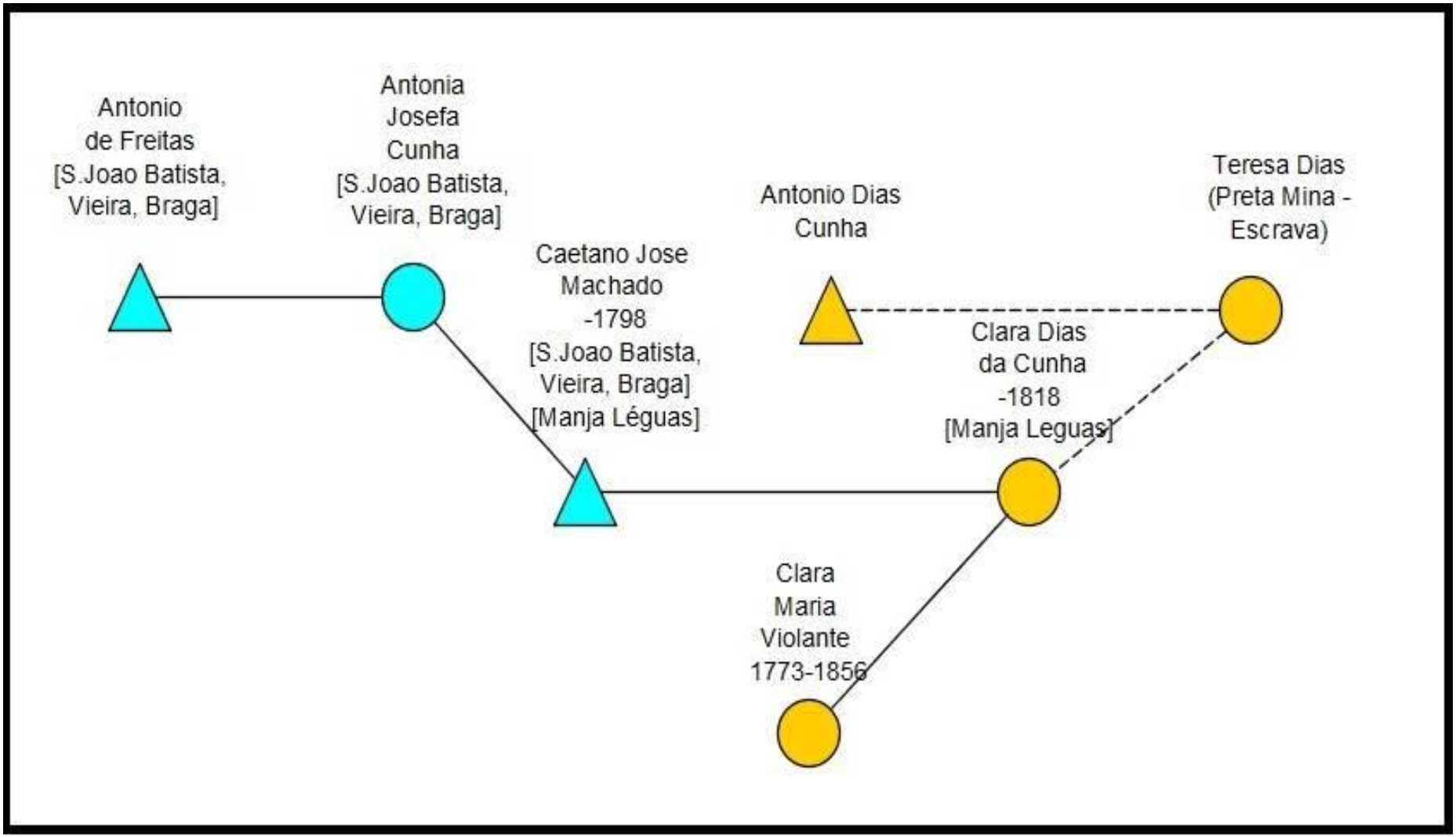


FIGURA 3: [Rede de Parentesco Clara Maria Violante – Ascendência][1]
Fonte: AEAM, Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, 33-8162, 081620; AFP, Inventário, 1° Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856.

Antes de começarmos a analisar o casamento de Clara Maria Violante e Antonio de Souza Lobo, precisamos apresentar os dados referentes ao Inventário do pai dessa mulher. Pretendemos seguir uma ordem cronológica em nossa análise, a fim de facilitar o entendimento da trajetória das personagens escolhidas. Ao analisar o inventário do pai de Clara teremos acesso às informações do seu núcleo familiar de origem, assim como das relações sociais e econômicas desse clã.

No ano de 1798 morreu Caetano José Machado, homem branco, natural de Portugal e que fora casado com Clara Dias Cunha.[169] Nessa época, Clara Maria Violante foi declarada como uma moça solteira de 24 anos. Dos cinco filhos listados no referido Inventário, apenas um era homem, José Caetano Machado. As três filhas eram casadas.

O *status* conjugal das irmãs de Clara com relação à ela indicava um certo privilégio, pois todas as três haviam recebido uma escrava como dote[170] do pai para se casarem. Mesmo que o bem ficasse sob a responsabilidade e administração de seus respectivos maridos, elas já haviam começado a reunir alguma posse, quando o pai ainda estava vivo. De acordo com Teresa Cristina de Novaes Marques, o dote fortalecia as mulheres ao entrarem na sociedade conjugal, no entanto, a desigualdade permanecia entre elas e os maridos, pois o cabeça do casal era o homem, "(...) aquele que detinha amplos poderes sobre a mulher, os filhos e a gestão do patrimônio comum dotal".[171]

Todavia, Caetano José Machado se resguardou da possibilidade de estar cometendo injustiça com sua única filha solteira, pois em Testamento, deixa à Clara uma escrava de nome Rita com idade de 8 anos e que foi avaliada em 70$000 (setenta mil réis). De acordo com as considerações de Lewkowicz, esse homem cumpre com "o padrão dotalício frequentemente encontrado, nas Minas, (...) a doação de um único escravo".[172] A autora ainda destaca que a prática de dotar as filhas, mesmo não possuindo grande quantia de bens, representava que o

[169] AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 35, Auto 821. Inventário de Caetano José Machado, 1798.
[170] De acordo com o *Direito Civil de Portugal*, o dote era responsabilidade do pai "e o valor do dote variava de acordo com a riqueza dele, a quantidade de filhos que ele tinha e a condição social e econômica do futuro genro. Permanecia a obrigação paterna ainda que a filha já estivesse casada, fosse emancipada, ou fosse ilegítima. Mas não haveria mais a obrigação se a filha fosse rica e tivesse bens suficientes para o dote; se o pai fosse tão pobre que não pudesse dotar a filha sem se comprometer; se a filha já tivesse consumido o primeiro dote (o pai não era obrigado a pagar dois); se a filha se casasse sem consentimento paterno; se a filha fosse herege e o pai não seguisse a mesma seita; se houvesse causa para deserdar a filha ou, ainda, se esta fosse imoral e indigna. Se a mãe fosse casada na comunhão de bens, deveria também ficar responsável pelo dote da filha, mas se o regime fosse dotal, não tinha essa obrigação, salvo se fosse muito rica, se a filha não tivesse mais pai ou se este fosse muito pobre. Mas se o pai fosse pobre, o avô deveria dotar a neta preferencialmente à mãe. O irmão só dotava a irmã pobre subsidiariamente." (CARNEIRO, 1858, *apud* AMARAL, 2012, p. 12).
[171] MARQUES, 2013, p. 125.
[172] LEWKOWICZ, 1992, p. 267.

progenitor preocupava-se com a honra da família, incentivando a prática legal do matrimônio após torná-las mais atrativas ao mercado matrimonial.

Através da descrição de bens no Inventário de Caetano, conseguimos perceber que a família Machado era vizinha da família Souza Lobo, pois possuíam uma fazenda que fazia divisa com terras de Francisco de Souza Lobo, possivelmente, o mesmo homem que fora padrinho de batizado de Clara. Antonio, que se tornara marido de Clara, anos após a abertura desses autos, carregava o sobrenome da família vizinha. Esses fatos apontam para um estreitamento nos laços sociais das duas famílias: a vizinhança, o compadrio e o matrimônio os uniam.

Caetano José Machado conseguiu deixar aos seus herdeiros um monte-mor de 907$015 (novecentos e sete mil e quinze réis), que após a retirada da terça e a soma dos dotes, a legítima paterna para cada filho correspondia ao valor de 113$579 e 1/3 (cento e treze mil quinhentos e setenta e nove réis e um terço de real).[173]

A partir das informações reunidas após a análise do inventário de Caetano José Machado conseguimos construir uma representação gráfica das relações de parentesco que resumem a primeira geração da família Machado/Dias Cunha (FIG. 4).

[173] De acordo com os Padrões Monetários Brasileiro, mil réis designavam a unidade monetária e réis, os valores divisionários (sistema de base milesimal) (Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/S%C3%ADntesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>, acesso 30 jul. 2015). Assim, um terço de real correspondia a três partes centésimas de um réis (ou real).

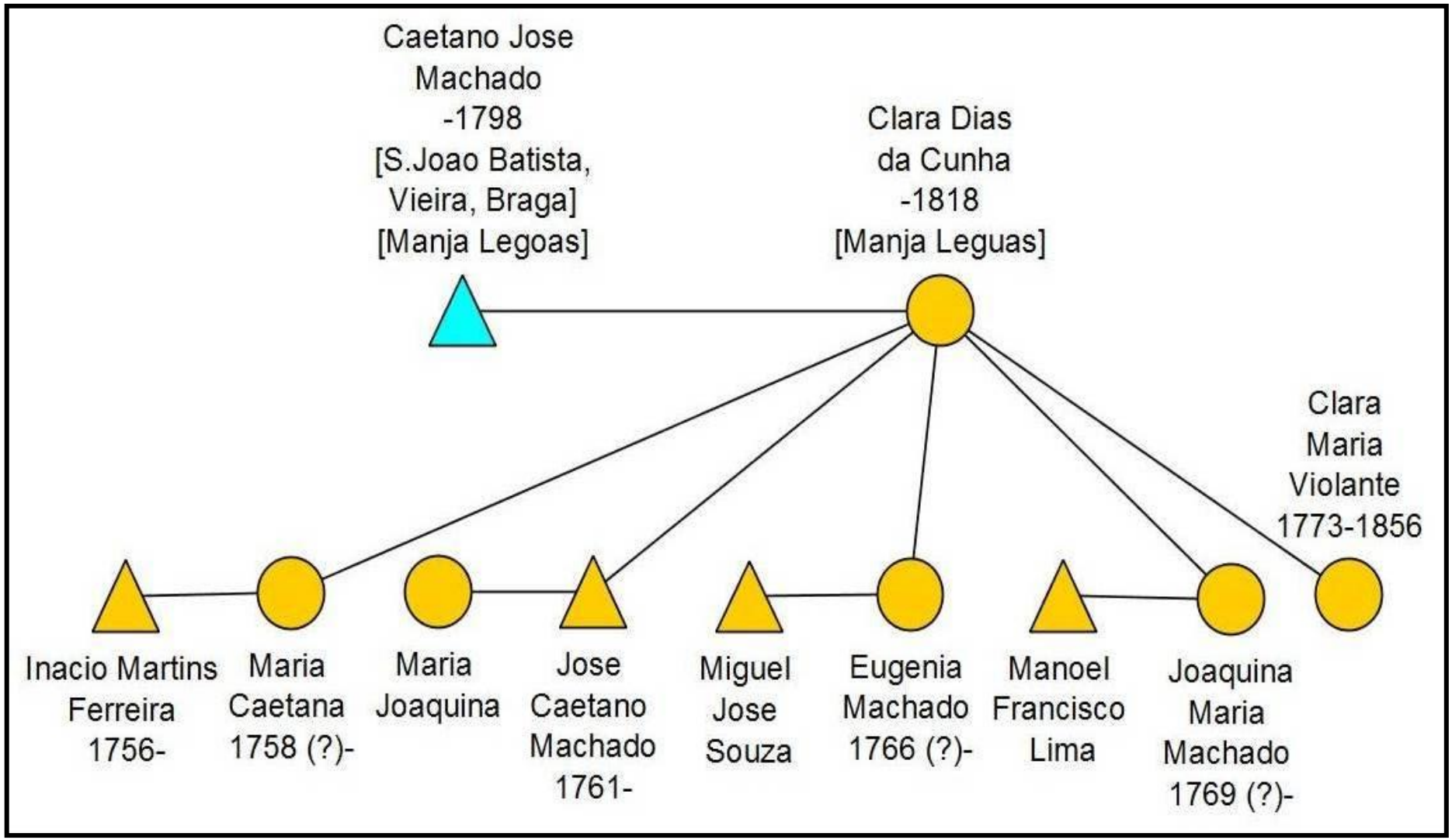


FIGURA 4: [Rede de Parentesco de Clara Maria Violante – Primeira Geração (1798)]
Fonte: AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 35, Auto 821. Inventário de Caetano José Machado, 1798.

Em 15 de fevereiro de 1816 o Vigário Geral Marco Antonio Monteiro de Barros, considerou Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante habilitados para se casarem.[174] E como ficará claro, a partir da análise do Processo Matrimonial desse casal, diferente de sua mãe e avó, Clara seguiu os princípios da homogamia: ambos os nubentes eram pobres e foram denominados como pardos em alguns momentos.

Apesar da declaração de pobreza dos nubentes, é importante lembrarmos que o "o casamento legítimo era algo que fazia parte da experiência de vida de uma parcela limitada da população brasileira".[175] No caso de Clara e Antonio, como veremos a seguir, eles tiveram um processo matrimonial dispendioso para quem se dizia pobre, pagaram em torno de 17$911 (dezessete mil e novecentos e onze réis) para obterem a dispensa para o matrimônio.

Antonio de Souza Lobo também era morador no distrito de Manja Léguas, um homem pobre e que vivia de seu ofício de alfaiate. O Processo Matrimonial de seu segundo casamento não informa sobre sua ascendência, no entanto, sabemos que ele era viúvo de Inácia Maria do Sacramento e no processo de dispensa de seu primeiro enlace matrimonial, encontramos uma cópia do seu Registro de Batismo. Assim, descobrimos que o pretendente de Clara foi batizado aos 30 de julho de 1756, era filho de pais incógnitos e havia sido exposto em casa de alguém, quando ainda era um recém-nascido ou uma criança com pouco tempo de vida.[176] O sobrenome de Antonio indica a família que o acolheu e justifica o seu envolvimento com Clara.

Os nubentes, Antonio e Clara, tiveram que solicitar dispensa para se casarem. O processo teve início em novembro de 1815 e o contraente era acusado de ter tido cópula ilícita com a irmã da contratada e ter mantido por muitos anos uma relação consensual com a noiva, o que havia resultado na difamação desta.

Como justificativa para alcançarem a liberação para o sacramento os contraentes apontavam a necessidade de legitimação da relação mantida há tempos através do matrimônio e afirmavam que, apesar de pobre, o suplicante tinha condições de sustentar a esposa e os filhos que viessem a ter, através do seu ofício de alfaiate.

Durante todo o Processo Matrimonial encontramos referência à cor/condição de Antonio e Clara somente no momento em que é proclamada a vontade dos nubentes de se casarem. Buscando provar que o casal estava livre para o matrimônio, o Vigário Joaquim José Lopes

[174] AEAM, Processos Matrimoniais, 33-8162, 081620. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante.
[175] BOTELHO, 2004a, p. 3.
[176] AEAM. Processos Matrimoniais, 01-124, 001236. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Inácia Maria do Sacramento, fl. 5v.

Mendes transcreve uma cópia do Registro de Óbito da primeira esposa de Antonio, quando este é denominado como pardo.[177]

A partir do dia 27 de novembro de 1815, o Pároco e Vigário Joaquim José Lopes Mendes começou a recolher os depoimentos das testemunhas em busca de esclarecer qualquer impedimento que o casal tivesse para o matrimônio. Os primeiros a depor foram os contratados para o sacramento e a partir daí conseguimos mais algumas informações sobre os nossos personagens.

Sobre a sua idade, Antonio de Souza Lobo declarou 58 anos, considerava-se livre e desimpedido para unir-se a Clara, já que sua primeira esposa havia falecido e ele não tinha trato de se casar com qualquer outra pessoa. Além disso, afirmou não ter parentesco consanguíneo e nenhuma afinidade espiritual com a pretendente. Confirmando as afirmações do contraente, Clara prestou o seu depoimento seguindo praticamente a mesma fala dele. A sua declaração foi assinada pelo Vigário José Lopes Mendes, pois ela não sabia escrever. À época do processo, a declarante tinha 42 anos.[178]

As declarações feitas pelo casal eram fundamentais para o desenvolvimento do Processo Matrimonial, pois explicitava que os nubentes estavam dentro dos requisitos estabelecidos pelo direito eclesiástico para o recebimento do sacramento. Para se casar, os pretendentes deveriam ter "idade mínima, capacidade de fato e de direito, realização de denunciações e mútuo consentimento entre os nubentes". [179]

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que

> O Varão para poder contrahir Matrimonio, deve ter quatorze annos completos, e a femea doze annos também completos, salvo quando antes da dita idade, constar, que tem discrição, e disposição bastante, que supra a falta daquella: porem neste caso os não admittão os Parochos, nem os denunciarão sem licença nossa, ou de nosso Provisor por escripto, a qual licença se não dará sem primeiro constar legitimamente como por direito se requer que tem a tal discrição, e disposição.[180]

Além disso, os nubentes deveriam estar em "sã consciência (...) para expressarem legítimo consentimento".[181]

---

[177] AEAM. Processos Matrimoniais, 33-8162, 081620. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, fl. 9.
[178] AEAM. Processos Matrimoniais, 33-8162, 081620. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, fls.11-12.
[179] AMARAL, 2012, p. 4.
[180] VIDE, 1853, p. 109-110.
[181] AMARAL, *op. cit.*, p. 4.

No entanto, após prestarem os seus depoimentos, Antonio e Clara precisavam esperar que as testemunhas se manifestassem. E no dia 4 de dezembro de 1815, o Pároco e Vigário dá início ao registro dos depoimentos. Três homens denunciaram os impedimentos do casal: um branco, que vivia dos jornais de seus escravos (Antonio Joaquim da Silva) e dois pardos, o primeiro era alfaiate (Cipriano Luiz dos Santos) e o segundo afirmou que vivia de "seu negócio" (Manoel Antonio Teixeira). Os depoentes eram moradores na mesma localidade do casal, aplicação da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Pirapetinga, distrito de Manja Léguas. Os dizeres praticamente não apresentaram divergências e afirmavam basicamente que:

> (...) o orador teve cópula ilícita com uma irmã da oradora; que este por fragilidade humana e não por facilitar a dispensa vive ilicitamente com a oradora com quem trata há muitos anos; que esta se acha inteiramente difamada com o orador, que é maior de vinte cinco anos, órfã de pai, e que não casando com o orador ficará inupta e sujeita às misérias do mundo; que os oradores são pobres, porém que o orador pelo seu trabalho e ofício de alfaiate pode bem sustentar a oradora e filhos se os tiver; que a oradora não foi raptada e que vive em companhia de sua mãe (...).[182]

Apesar das denúncias que impediram o casamento, as testemunhas, nesse caso, tentaram amenizar a situação, destacando pontos que poderiam servir como justificativa para a concessão da dispensa matrimonial ao casal (como a honra da mulher e a capacidade de o homem sustentar a esposa e filhos que tivessem). O conhecimento da situação econômica do casal era fundamental para as considerações sobre o processo; segundo Samara "da parte da mulher, desde que houvesse condições econômicas, existia o dote e o pretendente deveria apresentar provas de que uma sobrevivência, ao menos decente, seria assegurada à mulher, durante a vida conjugal e também na viuvez".[183]

Antonio e Clara não negaram os depoimentos das testemunhas, pelo contrário, assumiram que o orador havia tido cópula com a irmã da contraente e tomaram como principal justificativa, para não terem o sacramento impedido, a honra da oradora, que caso não se cassasse com Antonio ficaria exposta a todas às misérias do mundo, já que viviam há muitos anos ilicitamente.

Curioso o fato das testemunhas apontarem uma relação ilícita entre Antonio e uma das irmãs de sua noiva, pois como veremos adiante, através da análise do inventário de Clara Dias Cunha, das três irmãs que Clara Maria Violante possuía, uma havia falecido e as outras duas encontravam-se casadas. Se de fato ocorreu essa relação, foi de caráter adulterino e talvez isso

[182] AEAM. Processos Matrimoniais, 33-8162, 081620. Processo Matrimonial Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, fl.16v.
[183] SAMARA, 1986, p. 52.

justifique a não revelação do nome da acusada durante os testemunhos e dela não ter deposto. Pois, de acordo com as disposições das Ordenações Filipinas, uma mulher adúltera poderia ser severamente punida a partir da confirmação do ato e do desejo do marido. No entanto, é importante observar que, assim como em outros itens, as disposições inclusas nas Ordenações, "(...) respeitavam, em princípio, a hierarquia social vigente",[184] portanto, se o adúltero tivesse melhor condição que o marido as justiças lhe faria exceção.[185]

O fato de Clara e Antonio confirmarem a relação de concubinato que mantinham pode estar relacionado a um aspecto percebido por outros historiadores brasileiros. Samara aponta que os altos custos das despesas matrimoniais se apresentavam como um entrave para a legitimação das famílias.[186] Talvez, por isso, o casal tenha vivido tanto tempo em concubinato até terem condições de arcar com as despesas do matrimônio.

A abundância de casamentos consanguíneos entre parentes até quarto grau, nas áreas rurais e urbanas, preocupava os clérigos e governantes e

> fez com que o Papa Pio VI, em bula expedida em Roma, a 26 de janeiro de 1790, desse poder aos Bispos do Brasil para dispensarem de Graça em todos os graus de parentesco (à exceção do primeiro de consanguinidade assim em linha reta, como em linha transversal, e do primeiro de afinidade em linha reta somente).[187]

Essas medidas foram tomadas, com a finalidade de abreviar os processos matrimoniais e diminuir os custos com os mesmos. A autora ainda reconhece que entre "os contraentes de origem humilde, em geral, requisitavam a dispensa por afinidade, o que pressupunha a existência de cópula ilícita com parente do futuro cônjuge".[188] Foi exatamente o tipo de impedimento que levou Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante a solicitarem dispensa.

Mesmo diante dos impedimentos, parece que as autoridades eclesiásticas entenderam que o casamento poderia reparar os erros e faltas de Antonio e evitar que ele continuasse vivendo escandalosamente com Clara. Eles receberam a dispensa em 5 de dezembro de 1815 do Reverendíssimo Provisor e Vigário Geral, o Padre Luiz Caetano de Oliveira, que considerou o fato de o casal não ter faltado com a verdade. As penitências[189] foram passadas, e, em feverei-

---

[184] SAMARA, 1988, p. 104
[185] Código Philippino, 1603.
[186] SAMARA, *op. cit*..
[187] *Idem*, 1986, p. 95.
[188] *Idem*, 1988, p. 95.
[189] O Vigário Geral, Doutor Marcos Antonio Monteiro, determinou que os oradores cumprissem as seguintes penitências: "(...) servirão por dois meses [corroído] Matriz ou Capela Filial em que residirão naqueles ministérios públicos que lhe forem designados pelo seu Reverendo Pároco proporcionados a cada um em razão [ilegível]; jejuarão todas as sextas e sábados a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, e a pureza de Nossa

ro do ano seguinte, já haviam sido cumpridas e aprovadas, o que habilitava os contraentes para a realização do matrimônio.

De acordo com Amaral, os párocos jogavam com os interesses e se considerasse conveniente, liberavam com maior facilidade dispensas para os cônjuges. Porém, quando julgavam não ser adequado o futuro enlace, levavam as duras penas o processo matrimonial, seguindo rigidamente a lei.[190] Mirian Moura Lott considera que os impedimentos podiam ser facilmente contornados, mas, para isso, os envolvidos deviam pagar penitência em orações e acompanhamento de missas, bem como doar moedas ou serviços para a Igreja.[191]

Através da análise do Processo Matrimonial ou de qualquer outra fonte de caráter eclesiástico e/ou jurídico não temos como saber, de fato, quais foram os motivos que fizeram Antonio e Clara assumirem o relacionamento perante a Santa Igreja, já que viviam há tanto tempo juntos e ambos possuíam idades bem elevadas para se casarem. Talvez, o casal tenha sentido a necessidade de legitimar o laço para, assim, defender o patrimônio construído e garantir a posse para o que ficasse viúvo primeiro – já que adiante perceberemos que Clara não chegou a ter filhos com o esposo. Porém, não acreditamos ser improvável, que o sentimento que brotara de anos de convivência consensual tenha unido o casal.[192]

Uma coisa é certa e, nesse ponto, concordamos com Teixeira "uniões eventuais, passageiras, que redundassem no nascimento de crianças, não eram desejadas pelo Estado e pela Igreja, pois esses tipos de laços eram frouxos e pouco estáveis, levando muitas vezes ao abandono e à morte da prole".[193] Independente dos motivos ou das dificuldades para o enlace matrimonial,

> o que se depreende é que de todas as partes, em todas as camadas da sociedade, havia grande interesse, pelo casamento. O Estado via como uma possibilidade de controle sobre os espíritos turbulentos dos colonizadores das Minas. Para os pais constituía preocupação primordial, por garantir a honra e a sobrevivência, especialmente para as mais pobres.[194]

Senhora, cujo Rosário rezarão todos os dias de joelhos de manhã e a noite quer [ilegível] quanto de hora rezarão oração mental meditando nos mistérios da nossa redenção e nos novíssimos do homem, assistirão todos os domingos aos Ofícios Divinos que se celebrarem na Igreja e Matriz ou Capela Filial em que residirão, rogarão ao [ilegível] pelo [augmento?] espiritual e temporal de toda a Igreja aplicando tudo por modo ou [?] nelas almas do Purgatório e nos dois últimos dias santos estarão ambos juntos de pé ao [ilegível] Cruzeiro da Igreja com as velas acessas nas mãos e só ajoelharam ao levantar a sagrada [óblita?];" (AEAM. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, 33-8162, 081620, fl. 23).

[190] AMARAL, 2012.

[191] LOTT, 2008.

[192] Lewkowicz (1992) apontam a possibilidade de, nesse período, as mulheres exercerem um papel ativo nas escolhas amorosas.

[193] TEIXEIRA, 2004, p. 46.

[194] LEWKOWICZ, 1992, p. 179.

Pouco tempo após o casamento de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, Clara Dias da Cunha faleceu no ano de 1818, ficando o encargo de inventariante para o seu mais novo genro.[195]

No Testamento da mãe de Clara, descobrimos que além dos quatro irmãos citados no inventário do pai, ela também havia tido um irmão chamado Antonio, que já havia falecido e não deixara nenhum herdeiro.

Como Clara Dias da Cunha já era viúva, ela deveria deixar nomeado um herdeiro para receber a terça e ela escolheu a filha Eugenia. Talvez o motivo da escolha fosse a idade, pois os dois irmãos mais velhos que foram citados, Maria Caetana e José Caetano Machado, também já haviam falecido. Além de receber a terça para cumprir as disposições do Testamento da mãe, Eugenia ainda recebeu uma escrava de nome Dezideria, de 18 anos, avaliada em 180$000 (cento e oitenta mil réis).

Eugenia não foi a única privilegiada pelo Testamento de Clara Dias da Cunha. Também ficou determinado que Joana, neta e afilhada, receberia uma esmola no valor de 10 oitavas.

Após a abertura do Testamento, Antonio de Souza Lobo desistiu do encargo de testamenteiro, dizendo que não podia cumprir com as disposições da sogra e a função foi assumida por Miguel José de Souza, esposo de Eugenia. O marido de Clara Maria Violante também solicitou que fosse adiantado a ele o valor de $700 (setecentos réis), que deveria ser descontado da legítima materna de sua esposa.

A soma dos bens de Clara Dias totalizou 538$425 (quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e vinte e cinco réis). Assim, percebemos que, após o falecimento de seu marido, ela juntara mais uma quantia de aproximadamente 85$000 (oitenta e cinco mil réis) à herança recebida. Com isso, deixou a cada um de seus filhos a quantia de 94$270 (noventa e quatro mil duzentos e setenta réis).

Portanto, a partir da análise dos Inventários de Caetano José Machado e Clara Dias Cunha, sabemos que Clara Maria Violante, pela herança recebida de seus pais, já possuía uma quantia equivalente a 207$849 e 1/3 (duzentos e sete mil oitocentos e quarenta e nove réis e um terço de real) e começava a constituir a sua pequena "riqueza".

Além disso, o inventário de Clara Dias nos proporciona uma ampliação da rede de parentesco de Clara Maria Violante, pois aponta um irmão que não fora indicado no inventário de seu pai e os nomes dos sobrinhos cuja mãe ou o pai haviam falecido (FIG.5).

---

[195] AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 74, Auto 1562. Inventário de Clara Dias Cunha, 1818.

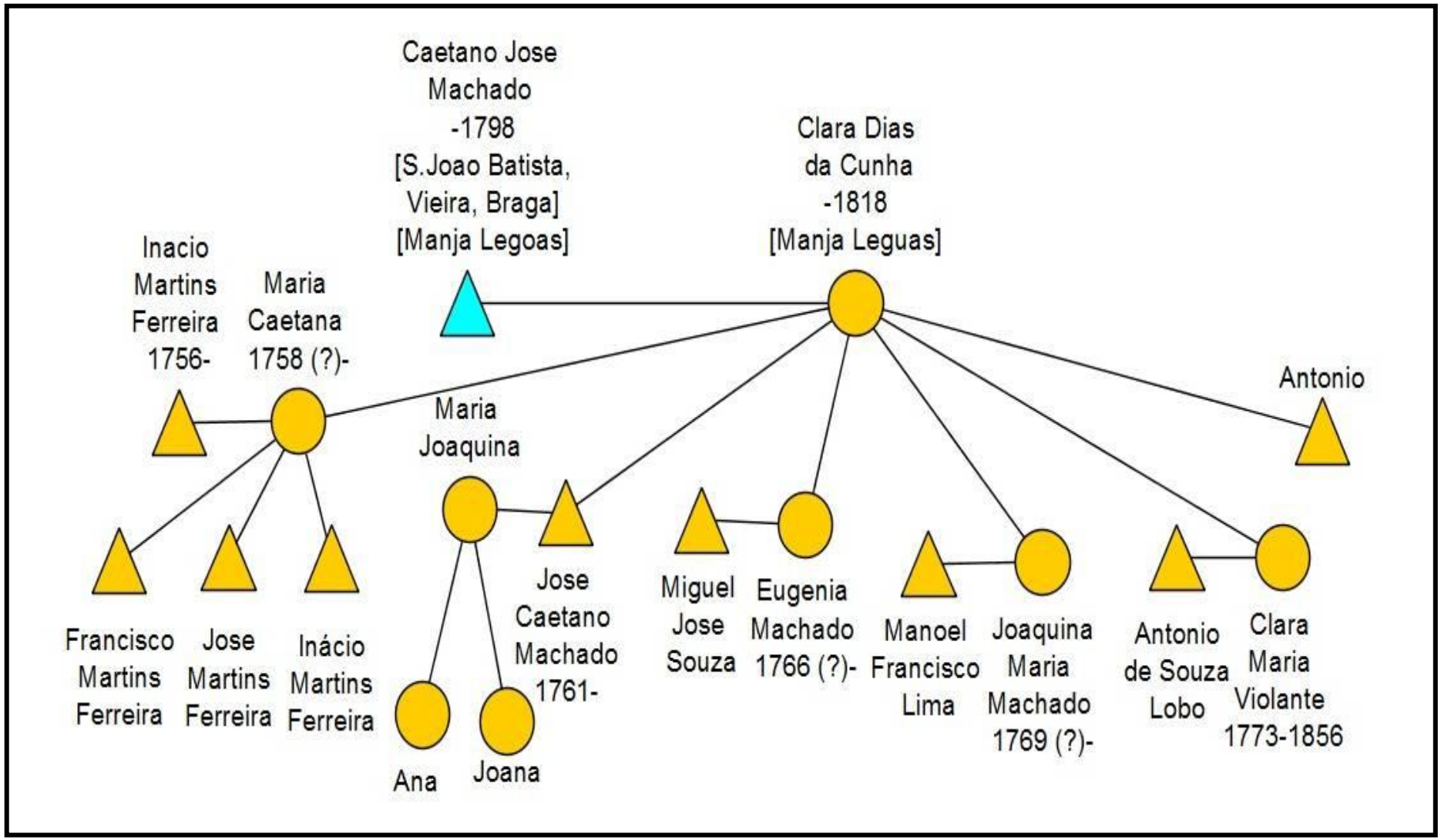


FIGURA 5: [Rede de Parentesco de Clara Maria Violante - Primeira Geraçao (1818)]
Fonte: AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 74, Auto 1562. Inventário de Clara Dias Cunha, 1818.

As análises feitas em Testamentos e Inventários nos aproximam das considerações de Lewkowicz, para quem "(...) transmissão do patrimônio é uma estratégia de sobrevivência para a família visando manter o seu lugar na hierarquia econômica e social, levada a efeito pela existência de determinadas condições materiais e pela educação familiar".[196] A autora ainda ressalta que a prática da sucessão poderia ocasionar a igualdade ou a diferença entre os herdeiros através da partilha de bens.

Se compararmos o acúmulo de bens desse núcleo familiar com o da segunda família analisada, perceberemos que, no caso de Clara, fica difícil pensarmos que a divisão da herança dos pais ocasionou a elevação na escala de estratificação social. Mas é preciso perceber que o recebimento da legítima dos pais impulsiona a vida econômica dessa mulher, que posteriormente, junto com outros rendimentos, resultou em seu monte-mor.

A partir daqui, deixamos a ascendência de Clara Maria Violante para nos dedicarmos à análise da composição de seu domicílio, apresentando os dados das Listas Nominativas para a localidade de Manja Léguas. Em 1831, Clara estava locada no fogo de número 56 do 1º quarteirão de Manja Léguas, sendo classificada como parda e casada; também há referências à sua idade: 50 anos. Além dela, o domicílio reunia mais nove pessoas: o marido e chefe, Antonio de Souza Lobo (76 anos, pardo, lavrador); duas crianças: Maria (10 anos, parda, solteira) e Vidal (8 anos, pardo, solteiro); seis escravos,[197] a maioria em sua faixa etária produtiva.[198]

Tendo em vista essa configuração, podemos considerar que dentro da caracterização de domicílio feita por Costa, o fogo de Clara e seu esposo era do tipo simples, formado pelo casal, uma neta e um agregado, contando com a presença de escravos.[199] Ainda podemos relembrar a análise feita no primeiro capítulo quanto à posse de cativos no povoado de Manja Léguas e ressaltar que o domicílio desse casal – apesar de não possuir um grande número de indivíduos – estava entre aqueles em que os chefes homens casados tinham maior escravaria.

Já na Lista Nominativa de 1838-39, a mesma família é registrada no fogo de número 23 do 11º quarteirão de Piranga, constando 11 residentes (os cônjuges; sua neta e o marido; uma criança de 12 anos sem identificação por nome, mas designada como parda e solteira, e seis escravos). Clara foi listada como parda e com idade de 37 anos, além disso, encontramos

[196] LEWKOWICZ, 1992, p. 7.
[197] Luiz Cabra de 26 anos, solteiro; Silvério Cabra de 30 anos, solteiro; João Cabra de 16 anos, solteiro; Rita Cabra de 32 anos, solteira; Florentina Parda de 25 anos, solteira; Justino Cabra de 5 anos, solteiro.
[198] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.
[199] COSTA, 1979.

a informação de que nossa personagem se ocupava com atividades de fiação. Para seu marido foi acrescentada a informação de que sabia ler e escrever e, ainda, o ofício de lavrador.[200]

Essas informações referentes ao ofício podem indicar uma inserção do indivíduo na economia familiar e são passíveis da atenção do pesquisador, já que a partir delas, podemos ter ideia da dinâmica das atividades econômicas de determinada população. De acordo com Botelho, no Brasil do século XIX, "a ocupação não é uma forma universal de categorizar os habitantes, (...) e sim uma forma de diferenciar uma parcela específica da população".[201] E, o fato de saber ler e escrever pode conferir certo *status* social, já que era uma habilidade reservada a uma camada mais abastada da sociedade.

Outro aspecto a se observar, são as discrepâncias com relação às idades dos indivíduos nessas fontes, o que é bastante comum em vários registros da época. Considerando as datas de nascimento e batismo de Clara e Antonio, em 1838, tinham em torno de 66 e 83 anos, respectivamente.

Sua neta, Maria Rosa (16 anos, parda), é citada como casada com Felipe Ferreira (19 anos, pardo, lavrador) e ambos são classificados como agregados. Além disso, havia se tornado costureira e sabia ler e escrever. Assim, enquanto os homens desse domicílio estavam envolvidos com o trabalho na terra, as mulheres desenvolviam atividades ligadas ao setor têxtil doméstico.[202]

Outra diferença notável entre as Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39 está relacionada às origens dos cativos de Antonio e Clara. Antes citados como cabras, aparecem todos como crioulos. De acordo com Libby e Frank, as designações de etnia guardam certas especificidades. O termo cabra indicava "(...) ascendência africana, usada com certa frequência nas Minas do século XVIII e nas décadas iniciais do XIX. Referia-se à prole de pais de origens mistas: um pardo (ou, talvez mais precisamente, um mulato) e o outro crioulo ou afri-

[200] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga. Importante notarmos que a população mineira do século XVIII e XIX estava constantemente se readaptando à situação econômica vivida e isso gera uma mobilidade até mesmo nas ocupações de cada indivíduo. Antonio de Souza Lobo, em seu Processo Matrimonial, foi classificado como alfaiate e nessa segunda Lista Nomintativa (1838-39) aparece como lavrador.

[201] BOTELHO, 2008, p. 21.

[202] Lewkowicz (1992), após analisar os ofícios de mulheres na cidade de Mariana na primeira metade do século XIX, constatou que as atividade de fiação e tecelagem eram desenvolvidas, geralmente, por mulheres pobres, em sua maioria pardas. No entanto, como já mostramos, na composição do domicílio de Antonio e Clara havia a presença de cativos (o que pode ser indicativo de diferenciação socioeconômica). Assim, mesmo que essas atividades voltadas à produção de um setor têxtil doméstico não tenham grande relevância social, pode ser um meio de evitar alguns gastos e, consequentemente, uma economia e acúmulo de pecúlio familiar.

cano".[203] Enquanto crioulo "(...) referia-se aos negros nascidos no Brasil, independente da origem dos pais – africana, nativa ou ambas – e sem implicações quanto à condição legal".[204]

Ainda analisando a posse de escravos de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, percebemos que o número de cativos apresentados na primeira Lista Nominativa não sofre alterações. O casal não possuiu grande escravaria, mas a posse, por si só, já diferencia esse domicílio. Ao analisar o fator posse de escravos em Mariana, Lewkowicz ressalta que na maioria dos domicílios de indivíduos declarados como pobres não contaram a presença de mão de obra escrava,[205] o que nos leva a deduzir que os personagens que analisamos possuíam alguma relevância econômica dentro do espaço do pequeno povoado de Manja Léguas.

Apesar das imprecisões de alguns registros, as Listas Nominativas nos esclarecem a composição das residências e das escravarias, e esses dados nos possibilitam conhecer melhor a vida das personagens. Informações como ofício, idade, cor, estado civil e condição, nos ajudam a revelar elementos, que por ventura, possam ser omitidos na realização do Inventário e tornar mais concreta a possibilidade de reconstituição da trajetória de Clara dentro do universo analisado.

Em 1854, Clara afirma em Testamento que fora casada com Antonio de Souza Lobo por contrato de arras e que não tiveram filhos desse matrimônio. Esse tipo de contrato, estabelecido no momento do sacramento matrimonial, consistia na promessa que o marido fazia à mulher de lhe deixar certa quantia para o seu sustento e tratamento caso ele morresse antes.[206] Porém, não encontramos nessa fonte e nem no Inventário de Clara referência a algum valor deixado à ela pelo falecido esposo. Pode ser que essa quantia tenha sido declarada no Testamento dele, mas não conseguimos localizar essa fonte.

Também em seu Testamento, Clara reconhece os filhos já falecidos, João de Souza e Lúcio José Dias, como naturais e os institui por seus herdeiros, declarando que os mesmo deveriam ser representados por seus filhos legítimos e/ou ilegítimos.

Seguindo as considerações de Joseph Cezar Ferreira de Almeida (2002), podemos dizer que Clara se preocupou em garantir que sua herança ficasse em mãos de seus descendentes, pois a legislação da época garantia o direito dos filhos legítimos ou legitimados, mas os naturais e os espúrios, sem o reconhecimento por parte do progenitor ou qualquer outra prova de paternidade ou maternidade, dificilmente conseguiriam garantir os seus direitos de herdeiro. Também podemos associar o reconhecimento dos filhos ao desejo de corrigir o pecado de

[203] LIBBY e FRANK, 2009, p. 388.
[204] LIBBY e FRANK, 2009, p. 389.
[205] LEWKOWICZ, 1992.
[206] BLUTEAU, 1789.

uma relação ilícita, desejando assim, alcançar uma boa morte com o perdão divino,[207] já que ao iniciar seu Testamento, Clara se apresenta como cristã da Igreja Católica Apostólica e Romana, irmã do Senhor do Matozinho e da Senhora Mãe de Deus e dos homens da Serra do Caraça.[208]

Em Testamento, Clara também fez algumas determinações com relação a alguns bens e partes de sua riqueza. O escravo Justino Cabra ficaria às netas Maria Rosa e Braselina; no entanto, a segunda só teria direito de exercer sua administração sobre o bem após atingir a maioridade. O artigo 2º parágrafo 58 de o *Direito sobre os escravos e libertos* determinava que "um escravo ou vários podem pertencer a dois ou mais senhores em comum, à semelhança do que sucede com os bens imóveis ou quaisquer outros".[209] O parágrafo 59 esclarecia as determinações com relação ao serviço do cativo de posse compartilhada:

> quanto ao serviço do escravo comum, se não é possível que ele o preste a todos simultaneamente, ou quando não chegarem a acordo sobre venderem a um só d'entre si ou a terceiro, ou de trocarem por outros bens, ou que aquele dos condôminos que se sirva do escravo ou seja preferido, pague aos outros a quota razoável de aluguel correspondente aos seus quinhões.[210]

Clara também deixou coartados dois escravos, ambos com o prazo de dois anos para realizarem o pagamento correspondente à liberdade. Luiz deveria pagar ao testamenteiro de Clara a quantia de 50$000 (ciquenta mil réis) e Rita ficaria livre por apenas 20$000 (vinte mil réis), mas ambos possuíam idade elevada (70 anos) e até mesmo o tempo definido para finalizarem o pagamento poderia ser o bastante para não conseguirem usufruir o *status* de livres.

De acordo com Gonçalves o prazo para as coartações

> poderia variar de alguns anos a poucos meses, bem como poderiam variar as formas de pagamento: parcelamento do preço integral da avaliação ou o pagamento de uma quantia a título de 'entrada' e o restante facilitado em parcelas, a combinar.[211]

A autora também ressalta que a "definição dos prazos e valores da coartação parecia obedecer muito mais às conveniências das partes envolvidas do que ao mero arbítrio do se-

[207] ALMEIDA, 2002.
[208] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856.
[209] MALHEIROS, 1866, p. 69.
[210] *Ibidem, op. cit.*
[211] GONÇALVES, 2011, p. 228.

nhor".[212] Outros fatores que certamente influíam nos preços pagos pela liberdade do escravo nessa situação, bem como, no período de parcelamento, era o gênero e a origem.[213]

Uma das noras de Clara, Maria Joana (viúva de João de Souza), receberia o valor de 80$000 (oitenta mil réis), que deveria ser descontado da legítima dos seus filhos; porém, a sogra determinou que essa quantia fosse utilizada para comprar um pedaço de terras.

Em 1856, em seu Inventário, Clara foi designada como viúva de Antonio de Souza Lobo.[214] A partir da análise de seus bens, descobrimos que além de diversos objetos arrolados, ela possuía cinco escravos, sendo três homens e duas mulheres. Como demonstrado acima, dois cativos (um de cada sexo) foram coartados. Outros dois, João e Justino, fugiram durante o processo de partilha dos bens. A última restante, Florentina, morreu no mesmo ano que sua senhora. A escravaria que já era pequena acabou se desfazendo por razões variadas, o que ocasionou um processo demorado de partilha dos bens.

Desde a Lista Nominativa de 1838-39 a família manteve a posse de cativos. No entanto, isso não tem grande significado dentro da fortuna acumulada durante a vida de Clara, visto que no momento de sua morte os escravos já possuíam idades elevadas e os únicos que estavam na faixa etária considerada como produtiva, fugiram.

Clara também foi possuidora de alguns Bens de Raiz: metade de uma morada de casas cobertas de telhas e paiol; metade de um moinho muito arruinado; um engenho de ralar mandioca com prensa e dois caixões de braúna; terras de cultura e fazenda, algumas de plantar; umas casas cobertas de telhas e um rancho coberto de capim sendo muito arruinado.[215] Pela caracterização dessas propriedades da inventariada, podemos perceber que ela, seus escravos e agregados viviam em uma localidade rural, com propriedades de traços simples e com características de uma baixa condição social. Possivelmente, sua família se mantinha pela agricultura, com a possibilidade de comercializarem localmente o excedente ou mesmo utilizarem para trocas em mercadorias que não produziam dentro da própria unidade familiar.

Diferentemente do Inventário dos pais, o de Clara não informa os limites de suas propriedades, nem mesmo com quem ela repartia a morada de casas cobertas de telhas e paiol ou o moinho. É provável que Clara vivesse em terras e casas que pertenceram à sua mãe e que as dividiam com suas irmãs e/ou sobrinhos, pois em seu Processo Matrimonial fica evidente que ela e Antonio começaram a se relacionar ilicitamente, quando ainda era solteira e vivia em companhia da mãe.

---

[212] GONÇALVES, 2011, p. 229.
[213] *Ibidem*.
[214] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856.
[215] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856.

Somados todos os bens de Clara, temos o total de 2:445$800 (dois contos, quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos réis), uma quantia significativa para uma mulher viúva e de filhos falecidos, que morava em uma localidade rural e afastada do centro e, ainda, carregava consigo o estigma da cor. De acordo com estudos realizados por Bergad, a média de preços de um escravo na sua idade produtiva (15 a 40 anos) na região de Mariana/Ouro Preto, na primeira metade da década de 1850, era de aproximadamente 1:200$000 (um conto e duzentos mil réis).[216] Tomando esse valor como base, o monte-mor de Clara correspondia a pouco mais que o valor de dois escravos.

A pequena fortuna de Clara fora resultado de pelo menos três partilhas de bens, em 1798, com o falecimento do seu pai; em 1818 com a morte da mãe e em algum momento antes de 1856, com a morte do seu companheiro. Provavelmente, a essa quantia foram somadas as arras deixadas por seu marido. No entanto, não foi possível avaliar o quanto sua fortuna aumentou ou diminuiu após a morte de seu cônjuge, como fizemos na análise dos inventários de seus pais. Porém, podemos afirmar que o casal não conseguiu ampliar a sua posse de cativos e que após a morte de Antonio, a escravaria diminui e com o falecimento de Clara, acabou se desfazendo.[217]

De acordo com a partilha dos bens realizada no Inventário de Clara, cada um dos seus filhos, já falecidos, teria direito a uma quantia de 815$286 (oitocentos e quinze mil e duzentos e oitenta e seis réis). Assim, a quantia da legítima de João de Souza e Lúcio José Dias deveria ser dividida entre os seus respectivos representantes. Enquanto, cada um dos dez representantes de João receberia aproximadamente 81$528 (oitenta e um mil e quinhentos e vinte oito réis), cada um dos seis filhos de Lúcio receberia a quantia de 135$881 (cento e trinta e cinco mil e oitocentos e oitenta e um réis).

Além de todos esses aspectos econômicos, o Inventário e o traslado do Testamento de Clara nos permitiram reconstituir os laços de parentesco que indicam a descendência dessa mulher (FIG. 6).

[216] BERGAD, 2004.

[217] Acreditamos que a fuga dos dois cativos em idade produtiva afetou o monte-mor de Clara Maria Violante, pois a soma dos valores que os coartados deveriam pagar ao testamenteiro não representava o valor de nem mesmo um escravo em boas condições de saúde e preparado para enfrentar a lida diária.

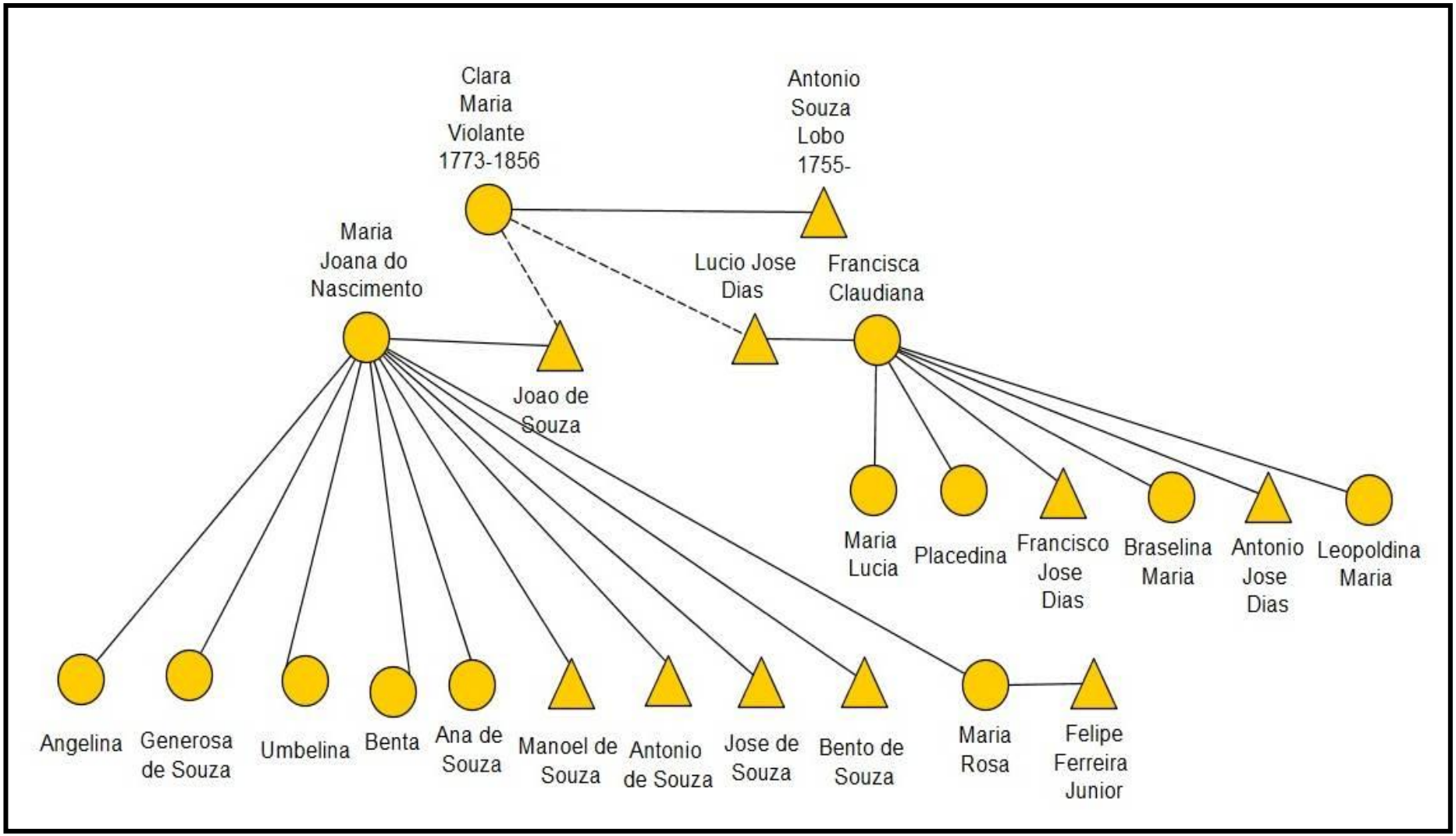


FIGURA 6: [Rede de Parentesco de Clara Maria Violante – Descendência]
Fonte: AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856.

Como vimos nas Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39, a neta Maria Rosa, casada com Felipe Ferreira Junior, filha de João de Souza, vivia com seus avós desde criança. Esse laço e a estadia por tantos anos naquelas propriedades pode ter impulsionado o desejo de permanecer naquele local e antes do fechamento do Inventário de Clara Maria Violante, temos uma declaração dos herdeiros José Ferreira Ramos, casado com Benta; Manoel Francisco de Araujo, casado com Umbelina e Manoel de Souza Lobo afirmando que venderam toda a parte que lhes cabia da herança da avó para Felipe Ferreira Junior e sua esposa.

É claro que mesmo com essa compra da herança dos irmãos, Maria Rosa e seu esposo só reconstituíram uma pequena porcentagem da propriedade em que viveram. Talvez, em momentos posteriores, eles tenham conseguido comprar mais algumas partes dos outros herdeiros.

Contudo, além de complementar as informações sobre a vida de Clara, o Inventário e Testamento nos ajudam a construir o universo material da personagem, assim como nos informa das suas vontades e intenções derradeiras.

Através da análise das fontes, percebemos que tanto a ascendência como a descendência de Clara foram geradas e criadas na localidade denominada Manja Léguas. Juntos, ajudaram a compor o grupo étnico mais numeroso entre os livres, sendo todos classificados como pardos (que na população livre total correspondiam a 70,14% do índice masculino e 68,18% do feminino).

Não sabemos a idade que as irmãs de Clara tinham ao se casarem, mas talvez o maior percentual de mulheres na população do distrito possa explicar o motivo do casamento tardio de Antonio e Clara. Como vimos no Processo Matrimonial do casal, Antonio, apesar da idade elevada, estava em seu segundo matrimônio, enquanto ela, com 42 anos, se declarava solteira.

Constatações de Andrade indicam que essa diferença entre a população masculina e feminina indicava um alto índice de migração dos homens em busca de melhores oportunidades em outros espaços. O autor, através da análise dos padrões de nupcialidade da microrregião norte, afirma que, no geral, era composta "(...) por uma população mais envelhecida e num processo de esgotamento econômico e reestruturação social".[218] Ao separarmos a população livre de Manja Léguas entre homens e mulheres e por faixas etárias, percebemos que o contingente feminino na idade produtiva e na terceira idade é maior que o masculino o que nos aproxima da concepção de Andrade com relação à mobilidade da população masculina local.

[218] ANDRADE, 2014, p. 68.

Ao compararmos os dados encontrados para o domicílio de Clara na Lista Nominativa de 1838-39 com a análise referente às ocupações que fizemos no primeiro capítulo para o ano de 1831-32, podemos dizer que tanto os homens desse fogo quanto as mulheres se adaptaram e passaram a desenvolver as atividades mais rentáveis para o seu gênero. Antonio, que a princípio foi classificado como alfaiate, pode ter ensinado o ofício para a sua esposa e a neta que a acompanhava, para ter a possibilidade de se transformar em um lavrador e cuidar de sua propriedade ao lado de seu agregado (Felipe, esposo de Maria) e escravos.

Analisando a estrutura etária microrregional, Andrade chega à conclusão de que, em 1831-32, a microrregião central vivenciava um dinamismo econômico, enquanto a sul e a norte passavam por um processo de estagnação econômica e estabilidade populacional. Essa situação econômica pode ter feito com que as famílias se adaptassem aos ofícios voltados para o trabalho com a terra, visando o sustento do domicílio. A agricultura era a atividade mais praticada na microrregião norte e correspondia a 42% do total, seguida pelo comércio com 27,3% e pela mineração com 10,4%.[219]

Através da trajetória de Clara e das relações de gênero tecidas no interior de sua família, podemos dizer que a vivência desse grupo familiar se baseava na manutenção dos laços fortes (ou se preferirmos, consanguíneos) para a manutenção e sobrevivência de si e dos seus, formando uma forte rede de solidariedade que se baseava na divisão da vida em comum em pequenas propriedades de um povoado.

Assim como se manteve em companhia da mãe, Clara sempre teve ao seu lado uma neta, que além de compartilhar a vivência das atividades domésticas em uma mesma propriedade, também compartilhou de ofícios produtivos cotidianos. Na ausência do marido se manteve na chefia de seu fogo e preocupou-se em repartir os seus bens acumulados entre os netos legítimos e naturais, amparando, mesmo que minimente, a cada um deles.

A história de vida de Clara Maria Violante aparentemente não nos traz nada de extraordinário, mas nos ajuda a criar um campo de percepção histórica que parte do individual para o coletivo, sendo possível a reconstituição de aspectos de uma história regional através dos indivíduos e das relações por eles estabelecidas.

2.2 Francisca de Paula Januário Carneiro

[219] ANDRADE, 2014.

Aos três de novembro de 1781 foi batizada, na Matriz de Guarapiranga, Francisca, nascida aos 22 de outubro do mesmo ano, filha legítima do Licenciado Francisco de Magalhães Canavazes e de Tomásia Rosa dos Santos. Foram padrinhos o Padre Francisco Vieira Soares e Dona Ana Maria de Jesus.[220]

Os Canavazes correspondiam a uma família modesta do distrito de Piranga, mais eram possuidores de alguns recursos. Além de Francisca, o casal teve cinco filhos legítimos (três mulheres e dois homens). Viviam das atividades de comércio desenvolvidas em uma botica.

Ao lado dos Carneiros,[221] os Canavazes formavam o núcleo de uma grande rede de compadrio – totalizando 60 pessoas batizadas por algum dos membros dos Canavazes e 80 batismos com a presença de pelo menos um Carneiro no intervalo de 1810 a 1840. Não eram ricos ou poderosos, mas, de acordo com as considerações de Mendes, foram "brancos" respeitados e tiveram afiliações profissionais e institucionais que os colocavam em contato com uma grande variedade de pessoas.[222]

Porém, antes de apresentarmos mais detalhes da união dessas famílias, através do matrimônio de Francisca e do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, buscaremos dar sentido aos fatos da trajetória da personagem escolhida seguindo, minimamente, uma sequência cronológica, como na análise anterior.

As fontes não fazem referência à idade do pai de Francisca, mas acreditamos que o cabeça do casal Canavazes morreu precocemente, em 1791. O Ajudante Francisco de Magalhães Canavazes deixou os seus filhos menores de idade sob a responsabilidade de sua esposa, Tomásia Rosa dos Santos.[223]

Através das declarações feitas por Francisco de Magalhães Canavazes em seu Testamento, elaborado dois meses antes de sua morte, tomamos conhecimento de sua origem: era nascido e batizado na Freguesia de Santa Marinha dos Fornos do Bispado do Porto, filho legítimo de Manoel Moreira Pinto e de Maria de Souza Magalhães, casado com Tomásia Rosa dos Santos.

---

[220] AEAM. Processos Matrimoniais, 05-57, 05731. Processo Matrimonial de José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães, 1798.
[221] Correspondiam ao grupo de ascendência do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro. Uma família de grande influência econômica e política da localidade, sendo quase todos os homens possuidores de patente.
[222] MENDES, 2012.
[223] AHCSM. Inventário. 1º Ofício, Códice 77, Auto 1572. Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes, 1791.

Diante das informações recolhidas no Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes, conseguimos reconstituir a rede primária de parentesco na qual nossa segunda personagem estava inserida (FIG. 7).

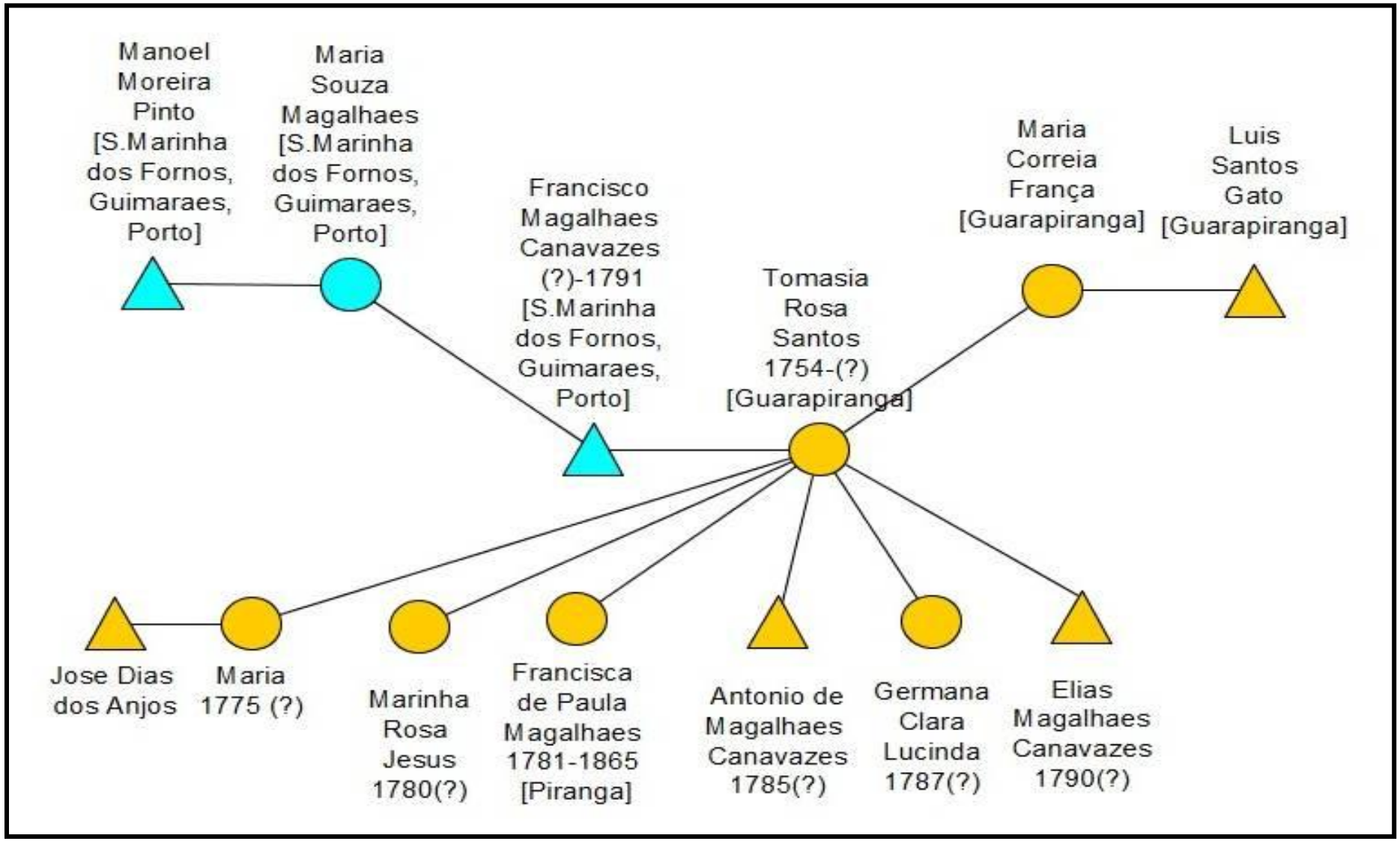


FIGURA 7: [Rede de Parentesco de Francisca de Paula Magalhães – Ascendência]
Fonte: AEAM, Processos Matrimoniais, 03-268, 002674. Processo Matrimonial Francisco de Magalhães Canavazes e Tomásia Rosa dos Santos, 1774; AHCSM. Inventário. 1º Ofício, Códice 77, Auto 1572. Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes, 1791.

Prosseguindo com nossa análise, consideramos importante ressaltar que o traslado do Testamento de Francisco de Magalhães Canavazes também nos apresenta informações sobre os dotes feitos à sua filha mais velha. Maria, à época tinha 16 anos e se encontrava "justa e contratada" para casar-se com José Dias dos Anjos, por isso, recebera de seu pai dois escravos (um crioulo chamado Manoel e uma "negrinha" vinda do Rio de Janeiro) e 500$000 (quinhentos mil réis) em receitas da botica.

A maior porção da riqueza desse homem estava na botica[224] e nos itens nela encontrados. Além deles, foram arrolados objetos de uso pessoal e da casa, como objetos de cozinha e roupas de cama; uma casa de morada coberta com telhas na Vila de Piranga e apenas três escravos, uma africana, de 40 anos e doente, e duas crianças – uma menina de três anos e um menino de dois anos –, provavelmente, mãe e filhos.

Os bens possuídos por Francisco também podem nos indicar o grau de formação que os indivíduos desse grupo alcançou. Ele fora classificado primeiramente como um licenciado[225] e entre os itens da botica são arrolados alguns livros de medicina. O Inventário desse homem ainda nos mostra que sua esposa sabia assinar o nome, pois como tutora de seus filhos e inventariante de seu esposo, assinou todos os processos necessários, e, diga-se de passagem, com uma caligrafia bem moldada e de fácil entendimento.[226]

No entanto, o simples fato de Tomásia assinar o próprio nome não pode ser considerado como um indicativo de domínio da linguagem escrita. De acordo com Álvaro de Araujo Antunes, até a segunda metade do século XVIII, "aquele que sabia assinar o próprio nome era considerado alfabetizado",[227] mas não devemos inferir a partir disso a capacidade de ler, "uma vez que ler e escrever eram atividades que podiam estar dissociadas uma da outra".[228] Levando em considerações os estudos de Venancio, que destinguiu o ato de assinar

[224] Segundo Silva (1789), a botica era a casa onde se vendia a fazenda ou remédios e drogas medicinais. Portanto, botiqueiro ou boticário era o homem que administrava esse tipo de comércio (BLUTEAU,1789).
[225] "Se diz do sujeito, que nas Universidades foi aprovado nos exames das Conclusões magnas, e Exame privado e tomou o grào que chamão de *Licenciado*." [grifos no original] (PINTO, 1832, p. 665). Nesse sentido, as ponderações de Andrade são mais esclarecedoras. De acordo com ele, licenciado era o "ofício de quem desenvolvia procedimentos cirúrgicos." (ANDRADE, 2014, p. 111).
[226] De acordo com Ana Cristina Pereira Lage as primeiras instituições que se dedicavam a formação educacional feminina em Minas Gerais foram os recolhimentos religiosos de Macaúbas (instalado em 1715) e o de São João da Chapada (instalado em 1750). Essa autora ainda nos informa que o primeiro colégio feminino – *Providência* – do Termo de Mariana foi fundado apenas com a chegada das freiras francesas vicentinas, no ano de 1849. "Como o investimento das províncias na educação não era suficiente, a solução encontrada pelas elites para educar suas filhas era contratar professores para ensinar às jovens em suas próprias residências ou, preferencialmente, enviá-las para estudar nos primeiros *Colégio Internos*." (LAGE, 2008, p. 4). No entanto, por falta de contato com fontes que nos informem sobre as condições econômicas dos pais de Tomásia Rosa dos Santos, não podemos afirmar que ela tenha aprendido a assinar o seu nome por estudar em um desses colégios, mas talvez tenha recebido em seu domicílio instruções de terceiros.
[227] ANTUNES, 2000, p. 6.
[228] VILLALTA, 1995, *apud* ANTUNES, 2000, p. 8.

e desenhar o nome,[229] Antunes ainda destaca que a assinatura "poderia ser o nível máximo de instrução de um indivíduo no campo das letras".[230]

Quando Francisco de Magalhães Canavazes faleceu seus filhos ainda eram muito novos, todos menores, ficando sob a responsabilidade de Tomásia Rosa dos Santos, que fora nomeada pelo próprio marido, antes da morte, tutora de seus filhos.

Ao longo da vida Francisco conseguiu acumular uma riqueza que somava a quantia de 2:206$116 (dois contos, duzentos e seis mil e cento e dezesseis réis), sendo que após todas as divisões e a retirada da terça e do meio dote, cada filho recebeu a quantia de 137$839 (cento e trinta e sete mil oito centos e trinta e nove réis).

Não localizamos o Inventário de Tomásia Rosa dos Santos, o que impede, por exemplo, contabilizar a herança que Francisca recebera por ocasião de falecimento dos pais.[231]

Em oito de janeiro de 1798 inicia-se o Processo Matrimonial do primeiro casamento de Francisca de Paula Magalhães. Os proclamas nos trazem algumas informações sobre o primeiro esposo de nossa personagem. José Tomaz Ferreira era filho legítimo de Francisco Ferreira Vasconcelos e de Maria Fernandes de Jesus, nascido e batizado na Catedral da Cidade do Porto.[232]

Diante dos depoimentos de Angélica Monteiro (branca, solteira, 24 anos, vivia em companhia de sua mãe), José Pinto de Oliveira Duarte (branco, solteiro, 27 anos, alfaiate), Francisco Fernandes de Souza (pardo, solteiro, 20 anos, alfaiate e músico), José do Espírito Santo Carneiro (branco, solteiro, 16 anos, vivia na companhia do Capitão Antonio Carneiro), Francisco de Paula Lopes (pardo, casado, 23 anos, sapateiro), Ludovina Freire de Andrade (branca, solteira, 16 anos, vivia na companhia de Dona Cristova Maria Freire de Andrade), Claudia Maria da Encarnação (parda, 15 anos, coartada pela mesma Dona Cristova), Maria Teixeira da Encarnação (parda, 30 anos, coartada pelos herdeiros do Guarda-mor Capitão João Teixeira de Matos, vivia de sua agência), todos moradores no mesmo arraial e freguesia dos contraentes, o matrimônio foi impedido.

---

[229] VENANCIO, In: SILVA, 2001.
[230] ANTUNES, 2000, p. 8.
[231] Acreditamos que há uma grande possibilidade dessa fonte estar armazenada junto aos inúmeros autos que se encontram no Arquivo do Fórum de Piranga. Mas como relatado anteriormente, esse acervo ainda não se encontra organizado. Durante alguns meses do segundo ano de atividades do mestrado, realizamos tentativas de localização de algumas fontes nesse espaço, no entanto, a indisponibilidade de tempo e recursos para realização do processo necessário para identificação, higienização e catalogação de fontes nos impediram de alcançar os resultados esperados nas incursões feitas a esse arquivo.
[232] AEAM. Processos Matrimoniais, 05-57, 05731. Processo Matrimonial de José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães, 1798.

As testemunhas acusavam José de ter cometido cópula ilícita com quatro tias da contraente, o que ocasionou um impedimento por afinidade e fez com que o casal recorresse a um processo de dispensa para contrair o matrimônio.

Três das referidas tias de Francisca (Josefa Maria Clara, Joaquina Maria dos Santos e Ana Rosa dos Santos Gato), prestaram seus depoimentos negando qualquer tipo de envolvimento com o pretendente da sobrinha. A única que não se pronunciou nesse momento foi Luiza Maria dos Santos Magalhães, que de acordo com o pároco Lino Lopes de Matos, se encontrava ausente da freguesia, correndo a notícia de ser falecida.

José Tomaz Ferreira, na tentativa de se livrar das acusações e conseguir a dispensa para o casamento com Francisca, declarou que havia inventado os envolvimentos com as tias da contraente para se gabar no meio da "rapaziada", mas que nunca havia tido cópula carnal com nenhuma delas. Uma prova em defesa de José Tomaz foi a carta que chegou do Arcebispado da Bahia, declarando que Luiza Maria era moradora em São Feliz e que em razão da distância, o envolvimento carnal com o orador era impossível. Além disso, Luiza também prestou o seu depoimento ao Páraco da Vila de Nossa Senhora do Pilar de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, a fim de comprovar que não tivera nenhum tipo de relação com o dito pretendente de sua sobrinha.

A partir dos depoimentos das tias de Francisca e do próprio José, o Vigário Geral e Governador do Bispado Quintiliano Álvares Teixeira Jardim considerou que o impedimento não deveria proceder.

Esse caso é ilustrativo do que já foi ressaltado por Lewkowicz, ao analisar alguns casos de matrimônios no Termo de Mariana, "algumas vezes os noivos tinham que lutar contra mexericos que visavam impedir a união pretendida. Em lugares onde a população não era muito grande o que hoje consideramos vida privada era extremamente exposto (...)".[233]

Diante da consideração do Vigário Geral, os oradores estavam a um passo de conseguirem a dispensa para se casarem. José só precisava comprovar a sua origem e se já havia se casado em sua pátria.[234] Alguns conhecidos do contraente, inclusive pessoas de mesma ori-

[233] LEWKOWICZ, 1992, p. 176.

[234] De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, se os nubentes fossem naturais de outra freguesia ou tivessem residido em outro local por mais de seis meses, em todos eles deveriam providenciar denunciações e certidões que comprovassem a inexistência de impedimentos (Título LXIV, n.º 272 e 273). As denunciações só tinham validade por dois meses, caso a celebração não ocorresse nesse período, o páraco ou sacerdote responsável deveria reabrir o processo de depoimentos, a menos que houvesse licença do Arcebispo ou Provisor. Se na primeira ou segunda denunciações se descobrisse um impedimento, o páraco deveria prosseguir até a terceira, para então passar certidão, na qual declarava o impedimento e a razão que tiveram os impedientes para dela saberem, num termo assinado por estes. (Título LXV, n.º274, 275 e 278) (VIDE, 1853) – utilizamos nesse trabalho a edição do ano de 1853 impressa pela Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes,

gem anunciada por ele, foram ouvidas a fim de se comprovar as informações apresentadas. Todos confirmaram os nomes dos pais, a origem e que se conservara solteiro. Outras informações importantes, também encontradas na fonte, esclarecem que José vivia de ser caixeiro na loja do Alferes Antonio Gonçalves Eleno e que procurara a casa do Capitão Luiz Antonio Faria, quando recém-chegado às Minas.

Com a apresentação da certidão de batismo e banhos de José o casal obteve a dispensa do impedimento e liberação para se casar em 22 de abril de 1799. Mas isso teve um custo. Através das somas das despesas que conseguimos ler claramente no Processo Matrimonial, temos um total de 13$136 (treze mil cento e trinta e seis réis), mas com certeza esse valor foi ultrapassado, já que as despesas cobradas pela carta enviada do Arcebispado da Bahia não estão legíveis e não foram contabilizadas. Um ano após a data do processo matrimonial do casal, em 1800, um escravo em idade produtiva (15 a 40 anos) valia em média um pouco mais que 100$000 (cem mil réis) em Ouro Preto e Mariana.[235] Assim, o casal gastou mais que um décimo do valor de um escravo com o processo de banhos matrimoniais.

Após a análise do Processo Matrimonial de José e Francisca temos condições de apresentar uma nova rede de parentesco para nossa personagem. Se na primeira figura ela foi apontada como filha, agora temos sua representação como esposa e mãe (FIG. 8).

---

mas a primeira versão foi impressa em 1719 na cidade de Lisboa; o documento consiste em propostas aceitas no Sinodo Diocesano de 1707.

[235] BERGAD, 2004, p. 278.

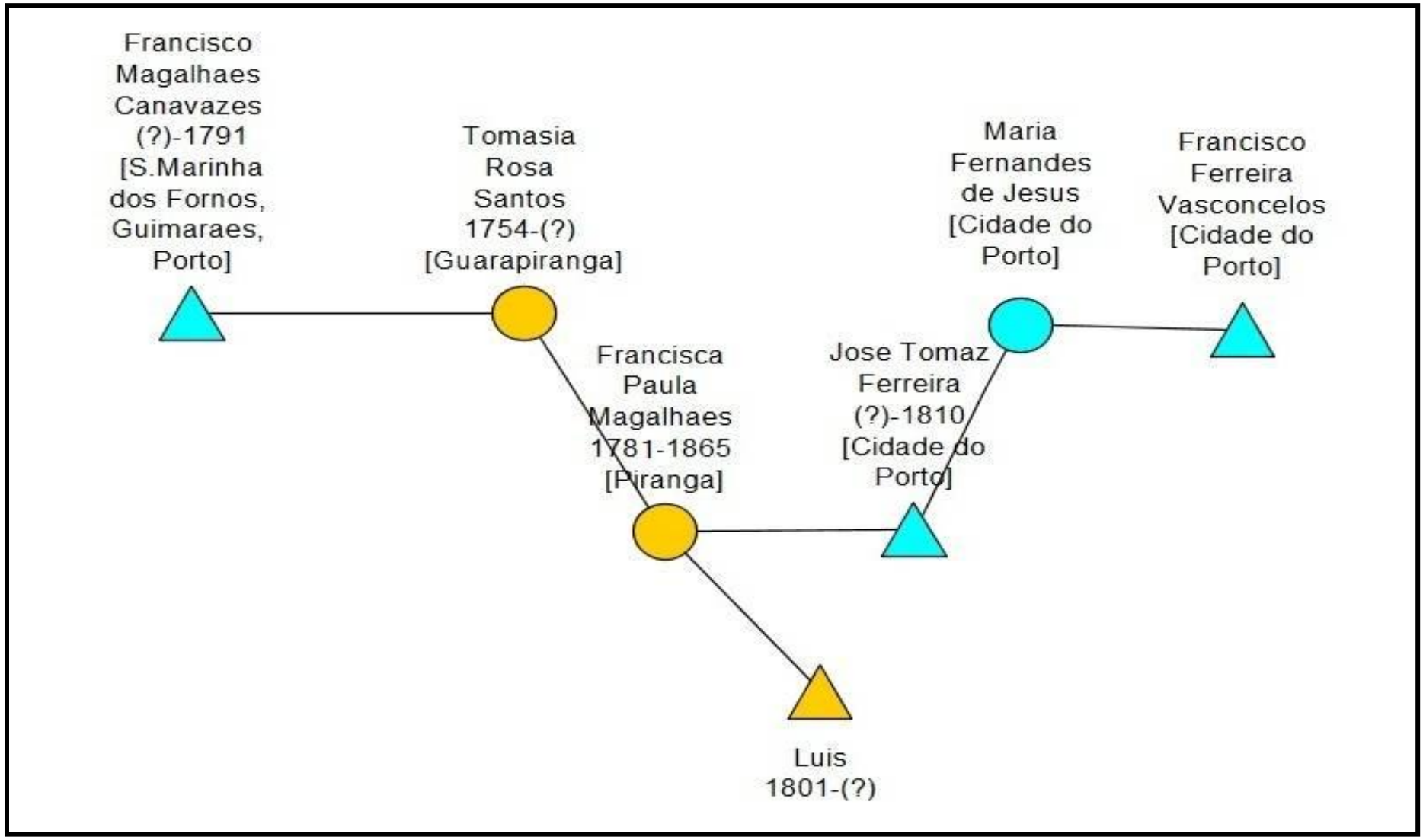


FIGURA 8: [Rede de Parentesco Francisca de Paula Magalhães - Primeiro Matrimônio]
Fonte: AEAM. Processos Matrimoniais, 05-57, 05731. Processo Matrimonial de José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães, 1798.

Através da leitura do segundo Processo Matrimonial de Francisca temos a informação de que seu primeiro marido, em algum momento após o matrimônio, se tornou um Soldado do Exército e que havia falecido em 1810, deixando sua mulher Francisca com um filho legítimo (Luiz). No entanto, se analisarmos as idades dos filhos de Francisca, perceberemos que além do filho legítimo que tivera com o Soldado, havia outros filhos (Clementina, Teresa e Francisco), que através da leitura de uma escritura de perfilhamento, descobrimos que eram filhos de uma relação adulterina. A ausência do marido, por causa do novo ofício adquirido, facilitou o envolvimento de Francisca com outro homem.

O crescimento da prole de Francisca não parou por aí, antes mesmo da referida escritura, tivera mais alguns filhos naturais (Antonio, Joaquim, João, Maria e Justina).[236] Um pouco antes de se casar com Francisca, no ano de 1821, em uma escritura de perfilhamento, Antonio Januário Carneiro reconhece seus filhos espúrios e naturais:

> [...] que vivendo e conformando se no presente estado de solteiro e sem herdeiros forçados por serem falecidos seus pais e avós, teve por sua fragilidade tratos ilícitos com D. Francisca Paula, mulher casada vivendo separada de seu marido resultando do mesmo trato os filhos seguintes: Clementina – Jose – Tereza – Francisco = e continuou do dito trato muito depois do falecimento do dito marido de D. Francisca de Paula e estando no estado de Viúva houveram mais os filhos seguintes = Antonio – Joaquim – Joao (?) – Rita – Maria – Justina, e como desejava que todos esses fossem seus herdeiros não tendo ele outorgante [...] algum que lhe possa suceder por serem falecidos seus pais e avós, os queria por isso perfilhar e legitimar implorando para isso a Graça de Vossa Alteza Real e por ser essa a sua vontade.[237]

Antonio, nessa declaração, acaba nos informando sobre a condição civil de Francisca durante os primeiros anos de seu envolvimento: uma mulher casada que vivia separada do seu marido. De acordo com Sandra Lauderdale Graham,

> aquilo que a Igreja brasileira do século XIX chamava de "divórcio", significando apenas a separação "*a mensa et thoro*", ou "de cama e mesa", sem o direito de casar de novo, diferia muito da anulação e era o procedimento exigido se o casamento houvesse sido consumado. Os casais só podiam "divorciar-se" se um dos cônjuges houvesse abandonado o casamento, cometido adultério ou ferido o outro esposo tão gravemente que

[236] As informações sobre a prole de Francisca de Paula Januário Carneiro foram complementadas com dados colhidos no Testamento de seu segundo esposo, Antonio Januário Carneiro. Antes de morrer, ele fez questão de declarar todos os filhos naturais e espúrios – tanto os que teve com Francisca como os que teve com Ana Clara moradora no Presídio de São João Batista –, pretendendo que estes tivessem os mesmos direitos como herdeiros. (AHCSM. Livro de Registro de Testamentos, lv. 20, p.167v-169v).

[237] O filho Jose, designado como espúrio, não aparece como herdeiro no Inventário de Francisca. E Rita, designada como natural, não foi citada no Testamento de Antonio Januário Carneiro e também não aparece no Inventario de Francisca. (AHCSM. Livro de Notas. nº 111, p. 28v-29. Escritura de Perfilhamento feita por Antonio Januário Carneiro, 1821).

> pusesse em risco a vida dele. A Igreja exigia também que houvesse uma parte culpada e outra inocente: se ambos os cônjuges tivessem cometido adultério e fossem mutuamente culpados, a Igreja se recusava a separá-los e eles estavam condenados a ficar juntos.[238]

Talvez a ausência de José Tomaz Ferreira possa ter sido encarada como um abandono por Francisca e seu amante, fazendo com que esse a declarasse como mulher separada do marido.

A escritura de perfilhamento, confrontada com outras fontes, nos leva a alguns questionamentos. Por que Antonio Januário e Francisca demoraram tanto tempo para se casarem e tornarem seus laços legítimos, se o primeiro esposo da oradora havia falecido no ano de 1810? E ao mesmo tempo nos leva a questionar como esse casal conseguiu se casar e legitimar os laços?

Os filhos que Antonio e Francisca tiveram, quando ela ainda estava casada com o Soldado José, não foram classificados como espúrios[239] na escritura de perfilhamento. No entanto, o direito brasileiro do século XIX previa a impossibilidade de legitimação dessa prole e os "pais estavam impedidos pela lei canônica de se casarem um com o outro, e seus filhos, considerados nascidos no pecado, estavam excluídos de qualquer herança".[240]

Na genealogia da família Carneiro, escrita por Pedro Maciel Vidigal,[241] descobrimos que antes de tornar pública a relação adulterina e ilegítima com Francisca através da Escritura de Perfilhamento demonstrada acima, Antonio Januário Carneiro recebeu sua Carta-Patente quando tinha 35 anos, aos 16 de março de 1815, tornando-se Capitão Mor das Ordenanças do Termo de Mariana.[242]

---

[238] GRAHAM, 2005, p. 91.
[239] Filhos "nascidos de relações adúlteras, incestuosas ou sacrílegas" (GRAHAM, 2005, p. 140).
[240] GRAHAM, *op. cit.*, p. 140.
[241] VIDIGAL, 1980.
[242] Pedro Maciel Vidigal apresenta em sua referida obra a transcrição da Carta-Patente de Antonio Januário Carneiro: "D. Manuel de Portugal e Castro, do Conselho de S.A.R., da Sua R. Fazenda, Gover. e Cap.m General da Capi.nia de Minas Ger.s etc. Faço saber aos q. esta m.ª Carta Patente virem, que attendendo a se achar vago o Posto de Cap.m M.r das Ordenanças do Termo da Cidade de Marianna, desta Com.ª de Ouro Preto, por falescimento de Antonio Alves Pereira q. o era, concorreram os requisitos necessários p.ª o exercer em Antônio Januário Carneiro, Cap.m das mesmas Ordenanças, e p.r isso nas circumt.as do Decreto de 9 de outubro de 1812, e ser este hum dos propostos, na forma das Ord.s pelos Officiais da Comarca da Cidade, com assistência do Dez.r ouv.or da mesma Comarca Antonio José Duarte d Ar.º V. Serviço, esua obrigação sehaverá com prompta satisfação, desempenhando o conceito que formo de sua pessoa; e pela Faculd.e q. S.A.R. me concede no Cap.º 19 do Regimento dos Governadores p.ª o provimento de semelhantes Postos, Hei p.r bem fazer m.es de prover ao d.º Cap.mAnt.º Januário Carneiro no Posto de Cap.m M.r das Ordenanças do Tr.º da d.ª Cid.e e servirá em qt.º S.A.R. Houver p.r bem, e não Mandar o Contr.º, a quem requererá pelo Seu Conselho Supremo Militar, confirmação delle, dentro em dous annos, q. correrão da dita data desta em diante, e com o reffirido Posto, não haverá Soldo algum, mas gosará de todas as honras, privilégios, liberd.e izençoins, e franquezas que em razão delle lhe pertencerem, e será obrigado a rezidir dentro do Termo da d.ª Cidade, pena de que o não fazendo se lhe dar baixa, prover outro na forma da Real Resolução de 23 de Março de 1719. Pelo que ordeno a todos os Comd.es de Milicias, Cabos e Sold.s das Ordenanças da mesma Cidade, e seu Termo, o conheção por Cap.m M.r della, como

Apenas em 18 de outubro de 1823, Antonio Januário Carneiro e Francisca de Paula Magalhães proclamaram que estavam casados por Dispensa de Honra e queriam prestar os seus depoimentos a fim de terem um reconhecimento público do laço sacramentado.[243] Assim surgem outras perguntas: como Antonio e Francisca conseguiram se casar antes mesmo de passarem por um Processo Matrimonial e serem ouvidas testemunhas sobre os impedimentos do matrimônio? A posição social do contraente haveria facilitado os trâmites legais para o sacramento? Pois como exposto pelo próprio Capitão, ele e Francisca mantiveram uma relação ilícita durante muitos anos, antes mesmo do falecimento do primeiro esposo.

De acordo com as *Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia*, se o matrimônio ocorresse sem as denunciações ou lincença para dispensa, ou ainda, maliciosamente ou coativamente fosse chamado um pároco para fazer a celebração, todos incorreriam na pena espiritual de excomunhão maior.[244] No entanto, como já afirmamos anteriormente, os procedimentos poderiam se dá de acordo com o grau de conveniência apresentado ao pároco e como demonstra Amaral o "(...) adultério sem conspiração contra o outro cônjuge"[245] poderia ser dispensado com certa facilidade.[246] Assim, possivelmente, o posicionamento social do Capitão evitou que a vida de adultério e concubinato com Francisca virasse um escândalo.

O Processo Matrimonial nos traz informações importantes sobre a trajetória de vida dos nossos personagens, como já pudemos perceber até aqui. Nessa mesma fonte, tivemos acesso ao batismo de Antonio, datado de 30 de setembro de 1779, realizado na Capela de Santo Antônio, localizada no distrito de Calambau. Nascido aos 19 do mesmo mês e ano, era fi-

---

prão suas Ordens, de palavra, e p.r firmeza de tudo lhe mandei passar a presente p.r mim assignada, e Sellada com o Sello de m.as Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem, registrando-se nos L.os da *Secret.a deste Gov.o* nos da Matrícula Geral, Câmara respectiva, e onde mais tocar.
Joaquim Dias Bicalho a fez. Dada em V.a R.a de Nossa Snr.a do Pillar de Ouro Preto a 16 de Março, Anno do Nascim.to de N.S.J.C. de 1815. O Secretário do Gov.o João José Lopes Mendes Ribeiro a fez escrever. D. Manoel de Portugal e Castro." (VIDIGAL, 1980, p. 84).

[243] AEAM. Proceso Matrimonial de Antonio Januário Carneiro e Francisca de Paula Carneiro, 32-7795, 077950.

[244] VIDE, 1853, p. 114-115.

[245] AMARAL, 2012, p. 7.

[246] Apoiando-se no *Prontuario de la teologia moral* (1866) de Frei Francisco Larraga, Amaral aponta os impedimentos que poderiam receber dispensa matrimonial com maior facilidade: "1º se um parente de uma pobre donzela quisesse recebê-la por mulher e que, se assim não fosse, ficaria ela sem tomar estado; 2º se o casamento levasse à conservação da sucessão ou grande opulência, como o caso da mulher que se tornou herdeira, sendo conveniente que se cassasse com um consanguíneo; 3º para o bem da paz entre províncias, repúblicas ou grandes famílias; 4° quando não se encontrava na pátria da mulher pretendente à sua altura a não ser um parente; 5º no caso de ser benfeitora da Igreja a pessoa que pedisse a dispensa ou para quem se pedia a dispensação; 6º quando havia doação de alguma soma de dinheiro para a Igreja; 7º quando se revalidava matrimônio contraído invalidamente com o fim de evitar escândalos ou perigos de incontinência; 8º no caso de a dispensa ser requerida por príncipes ou pessoas nobres e opulentas." (LARRAGA, 1866, p. 205-206, *apud* AMARAL, 2012, p. 7-8).

lho legítimo do Alferes Antonio Carneiro (homem natural da Freguesia de São João Batista da Vila do Conde, Arcebispado de Braga) e de Dona Teresa Maria de Jesus.[247]

Segundo Vidigal,[248]

> o casamento de Teresa Maria de Jesus e Silva com Antônio Carneiro Flores marca *a origem de todos os Carneiros* de Calambau, de Piranga, de Ubá, de Senador Firmino, de Barbacena, de Nova Era, de Itabira, Visconde do Rio Branco, de Sam Silvério, de Rio Doce, em Minas Gerais, etc.[249] [Grifos no original].

Retomando a análise do segundo matrimônio de nossa personagem: para terem o enlace reconhecido, Antonio e Francisca precisavam compravar que se encontravam livres para o casamento, pois, conforme atestado de óbito enviado do Rio de Janeiro pelo Major Comandante João Egidio Calmons, o Cabo d'Esquadra José Tomaz Ferreira havia falecido em 28 de agosto de 1810 e Francisca encontrava-se no estado de viúva. Além disso, os contraentes prestaram seus depoimentos declarando-se livres e desempedidos, pois não possuíam nenhum grau de consanguinidade, afinidade, espiritualidade ou legalidade.[250]

Rapidamente Antonio Januário e Francisca foram considerados habilitados para o matrimônio e tiveram os seus laços validados pelo Provisor e Vigário Geral Manoel Antonio Monteiro. A relação de tempos foi legitimada pelo sacramento do matrimônio e com o nascimento de mais um filho, o único realmente legítimo entre o casal, Camilo.

Dos casos analisados até o momento, esse foi o Processo Matrimonial menos dispendioso, somando a quantia de 2$962 (dois mil novecentos e sessenta e dois réis).

De acordo com Botelho, o casamento é um momento crucial dentro das estratégias de reprodução social, pois une grupos familiares, garantindo a perpetuidade dos laços.[251] Para Graham, o matrimônio era uma estratégia de expansão e concentração da propriedade.[252] Assim, o enlace de casais através do sacramento matrimonial além de "(...) representar uma

---

[247] AEAM. Procesos Matrimoniais, 32-7795, 077950. Processo Matrimonial de Antonio Januário Carneiro e Francisca de Paula Magalhães, 1823

[248] Na escrita da genealogia da família Carneiro, esse autor nos apresenta informações de um Processo de Habilitação *De genere* encontrado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, referente aos cinco filhos do sexo masculino de Antonio e Tereza. Através das declarações constantes nessa fonte, Vidigal (1980, p. 83) afirma que "os ascendentes pela parte materna pertenciam a uma exemplar família de lavradores, a principal da freguesia. E que, pela paterna, os ascendentes eram pescadores modestos e honrados. Todos eles, de ambos os lados, eram bons católicos cumpridores de todas as suas obrigações, não havendo nenhum herege ou apóstata de nossa Santa Fé, nem réus de 'crime algum de Lesa Majestade Divina e Humana'. Não eram de *nação infecta*. Vale dizer: de nação judia ou de nação moura ou de raça negra."

[249] VIDIGAL, 1980, p. 79.

[250] As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* exigiam que o pároco tomasse conhecimento se os nubentes não possuíam nenhum impedimento canônico (VIDE, 1853).

[251] BOTELHO, 2004a.

[252] GRAHAM, 2005.

união entre corpos (...)"[253] também estabelecia "(...) a comunhão dos bens familiares, o que foi de particular interesse para diversas camadas sociais, sobretudo porque 'um bom casamento' poderia favorecer a ascensão social".[254] No caso de Francisca, antes mesmo que a sua relação com o Capitão fosse formalizada, ela conseguiu estabelecer laços que durariam pelo resto de sua vida e por gerações seguintes com os Carneiros.

A partir do estudo realizado por Alessandra Silveira tomamos conhecimento da existência de matrimônios que seguia uma lógica diferente no Bispado do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, o chamado *Casamento de Consciência* ou *Casamento Oculto* era realizado em segredo, os noivos se casavam sem as formalidades habituais. Os banhos matrimoniais não ocorriam nesse tipo de matrimônio, pois o casal tinha um segredo: eram todos concubinos havia anos.[255] Não acreditamos ser o caso do segundo matrimônio de Francisca, pois de acordo com a autora citada, esse tipo de matrimônio era pouco comum e ela encontrou apenas um livro para todo o Bispado do Rio de Janeiro, que continha apenas 21 registros. Mas algumas considerações levantadas pela autora podem condizer com a situação que levou Antonio Januário e Francisca a legitimarem seus laços.

O fato do Processo Matrimonial desse casal ter ocorrido de forma rápida, apenas para que pudessem prestar seus depoimentos e apresentar a comprovação de óbito do primeiro esposo de Francisca, tem relação com o tipo de dispensa a eles concedida (Dispensa por Honra). Como vimos anteriormente, o casal iniciou sua relação quando Francisca ainda era casada com José Tomaz Ferreira e o envolvimento teve continuidade mesmo após a morte desse. Esses fatos podem ser indicativos de uma vivência em concubinato, que era "culturalmente comum, mas pouco querido pela Igreja".[256]

Antonio Januário e Francisca mantiveram-se envolvidos por pelo menos 20 anos antes de se casarem legitimamente. Segundo Silveira, o adultério era uma das justificativas comuns para o alongamento de uma relação de concubinato e as características culturais arraigadas na sociedade do século XIX serviram de justificativa nos momentos dos pedidos de dispensa. Razões morais e religiosas tinham um grande peso na decisão de se casarem mesmo após tantos anos vivendo juntos, assim como a preocupação com os interesses dos filhos e uma afirmação da condição ou da ascensão social.[257] Além disso, "(...) apenas os casos de 'público escândalo' eram punidos e, mesmo assim, com notória distinção entre as camadas sociais en-

[253] TEIXEIRA, 2004, p. 46.
[254] *Ibidem, loc. cit.*
[255] SILVEIRA, 2004.
[256] *Ibidem*. p. 2.
[257] *Ibidem*.

volvidas (...),"[258] o que pode nos levar a pensar, que mesmo após anos vivendo juntos esse casal soube manter a discrição a respeito do caráter dessa união.

Através do Testamento do segundo consorte de Francisca, percebemos que houve certa demora para a aceitação do processo de legitimação dos filhos feito pelo Capitão. Praticamente um ano antes de sua morte, em primeiro de abril de 1827, Antonio declara em seu Testamento: "(...) para legitimar a todos, e juntamente a Luis filho legítimo da dita [Francisca] requeri, tendo-os perfilhado por Escritura Pública à Sua Magestade Imperial".[259]

Essa preocupação com a transmissão de seus bens fez com que Antonio se cercasse de estratégias para garantir aos seus descendentes a sua herança. Além da escritura de perfilhamento e a declaração de reconhecimento dos filhos espúrios e naturais no Testamento, ele determinou que Francisca fosse a tutora dos seus filhos menores e que os filhos maiores (Francisco, Dona Clementina e Dona Teresa) fossem os primeiros testamenteiros.

As atitudes do Capitão em busca do reconhecimento dos seus filhos nos ajudaram a complementar aspectos da trajetória de Francisca, permitindo-nos a representação de sua prole na rede de parentesco (FIG. 9).

[258] TEIXEIRA, 2004, p. 48.
[259] AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Lv. 20, p.167v-169v. Testamento de Antonio Januário Carneiro, 1827.

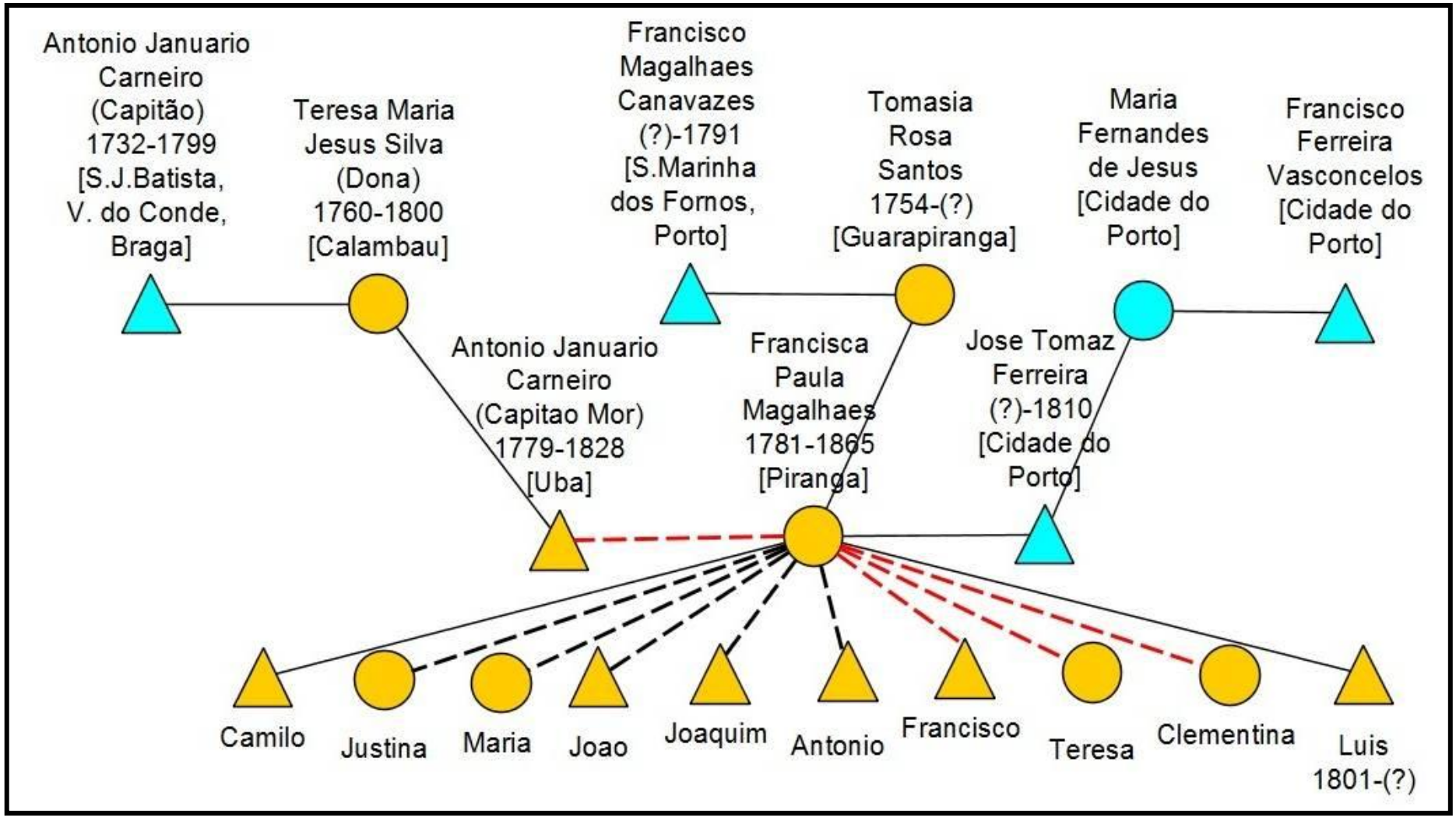


FIGURA 9: [Rede de Parentesco Francisca de Paula Januário Carneiro - Segundo Matrimônio]
Fonte: AEAM. Procesos Matrimoniais, 32-7795, 077950. Processo Matrimonial de Antonio Januário Carneiro e Francisca de Paula Magalhães, 1823; AHCSM. Livro de Notas. nº 111, p. 28v-29. Escritura de Perfilhamento feita por Antonio Januário Carneiro, 1821; AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Lv. 20, p.167v-169v. Testa-

O Capitão Mor Antonio Januário Carneiro morreu antes de completar 49 anos, no dia 16 de fevereiro de 1828 (VIDIGAL, 1980). Não dispomos do seu Inventário, o que impede que conheçamos o monte-mor do segundo esposo de Francisca e que saibamos um pouco mais sobre a origem da fortuna dessa mulher.

Como veremos através da análise das Listas Nominativas de 1831-32 e 1838-39, do Inventário e do Testamento, após o falecimento do segundo esposo, Francisca se manteve viúva até à morte, garantindo assim a posição de chefe de seu domicílio e administradora dos bens adquiridos e herdados de seu segundo marido. Verificando a análise feita por Lewkowicz das *Ordenações Filipinas* é possível entender que as restrições legais às viúvas eram rígidas e se essas quisessem manter a condição de comando assumida com a morte do esposo, deveriam permanecer nesse estado civil. O parágrafo quarto do Título CII das Ordenações é bem claro a esse respeito

> E se alguma mulher, sendo viuva, fôr dada por Tutora, ou Curadora de seus filhos, ou netos na maneira que dito he, e se casar, e por isso lhe fôr removida e tirada a Tutoria ou Curadoria, se ella depois viuvar, e quizer tornar a ser Tutora ou Curadora dos ditos seus filhos, ou netos, não lhe será consentido.[260]

A situação das viúvas com mais de 50 anos era ainda pior. Caso tivessem filhos, as *Ordenações Filipinas* determinavam que essas mulheres não poderiam dispor de seus bens adquiridos ao tempo de casada, nem sequer se os tivesse recebido de ascendentes ou descendentes. Quando falecessem, se os filhos não mais existissem, os herdeiros seriam os parentes mais próximos e nunca o marido. A essas mulheres só cabia o direito de dividir a terça da maneira que achassem melhor.[261]

Entre todos os títulos que previam a situação dessas mulheres, o CVII era o mais rígido, pois se ficasse comprovado que a viúva estava esbanjando a herança deixada pelo cônjuge, as *Ordenações Filipinas* determinavam a confiscação dos bens pela justiça local, as submetendo à situação humilhante de privação de suas fortunas garantindo-lhes apenas o sustento.[262]

No entanto, apesar de tantas restrições impostas ao estado de viúva é importante percebermos que de certa forma essas mulheres estavam em situação de independência (quando os maridos as deixavam bem amparadas financeiramente). Como salientou Lewkowicz,

---

[260] Código Philippino, Título CII, § 4º, p. 1000-1001.
[261] Código Philippino, Título CV, p. 1011-1014.
[262] Código Philippino, Título CVII, p. 1015-1016.

> passavam a chefes de domicílios e a gerir os negócios que por ventura os maridos deixassem a elas e aos filhos, quando menores. Sendo meeiras do patrimônio do casal, adquiriam uma nova posição, de mando, desconhecida em outras fases da vida, primeiro na casa dos pais ou tutores e depois sob a dominação do marido.[263]

Foi exatamente o que aconteceu com nossa segunda personagem. Ao analisar a Lista Nominativa de 1831-32 encontramos Francisca de Paula Januário Carneiro chefiando o domicílio de número 22, do primeiro quarteirão, sendo classificada como branca, viúva, livre e negociante. Com ela moravam os nove filhos (Luiz Antonio Carneiro; Clementina Januário Carneiro; Teresa Januário Carneiro; Antonio; Joaquim; João; Maria; Justina e Camilo), todos citados como solteiros e apenas três maiores de 21 anos, e, também, 16 cativos. Acompanhando a caracterização de domicílios feita por Costa, esse fogo era do tipo simples, composto por viúva com filhos sem prole.[264]

Uma informação constante para esse núcleo familiar são as idades de cada indivíduo. Francisca é apresentada com 44 anos, enquanto seus filhos estavam em uma faixa etária que variava entre 6 e 31 anos. Mais uma vez a Lista Nominativa nos apresenta uma possível falha no quesito idade, pois de acordo com a data de nascimento de Francisca, em 1831 tinha 50 anos.

Francisca se posicionava no penúltimo nível de posse de cativos do distrito de Piranga (16 a 20), possuindo 16 escravos (12 homens e quatro mulheres). O indivíduo mais velho de sua escravaria tinha 51 anos e era do sexo masculino; sete estavam na faixa etária entre 15 e 40 anos, ou seja, a maioria dos cativos estava no auge da produtividade; seis escravos com idades que variava de um a 14 anos. Analisando esse conjunto a partir da perspectiva de gênero, percebemos que havia apenas quatro mulheres, sendo duas em idade produtiva e as outras crianças (com dois e um ano, respectivamente), ambas classificadas como crioulas. Apesar da Lista Nominativa não nos oferecer indícios de laços matrimoniais entre os escravos dessa senhora – todos são classificados como solteiros –, a idade e origem dessas duas meninas podem ser indício da presença de relações consensuais entre eles.

Boa parte da escravaria de Francisca era de origem africana (cinco cativos), três desses eram crianças do sexo masculino, que possuíam de 10 a 11 anos. Assim, os dados indicam que além de possuir dois escravos em idades produtivas (23 e 28 anos) e africanos, Francisca também adquiriu crianças provenientes do tráfico negreiro internacional.

---

[263] LEWKOWICZ, 1992, p. 259.
[264] COSTA, 1979.

A fonte também nos traz informações referentes aos ofícios dos livres e escravos desse domicílio. Francisca era comerciante e seus três filhos mais velhos (Luiz, Clementina e Teresa) foram designados como caixeiros. Entre os escravos, nem todos tiveram a indicação do exercício de algum ofício, mas podemos contar três homens tropeiros, duas mulheres costureiras, um homem alfaiate e outro como lavrador. Essas informações nos revelam em que tipos de atividades econômicas esse grupo familiar estava envolvido e podemos compreendê-las como indício de atividades protoindustriais[265] e com a participação no abastecimento de regiões limítrofes.[266]

De acordo com estudos realizados por Andrade, através da mesma fonte (Listas Nominativas de 1831-32) para o entendimento da composição dos domicílios chefiados por mulheres em Minas Gerais, o domicílio de Francisca pode ser classificado no segundo tipo encontrado pela autora: aqueles

> compostos, principalmente, por chefes alguma vez casadas, brancas ou mestiças que trabalham predominantemente em atividades manuais e mecânicas e da agropecuária. Suas casas estão situadas em regiões de médio desenvolvimento sócio-econômico, sendo compostas, em sua maior parte, [por indivíduos livres].[267]

Já na Lista Nominativa do ano de 1838-39, Francisca de Paula Januário Carneiro foi arrolada no fogo de número 27, no primeiro quarteirão, sendo classificada como uma mulher de 55 anos, branca, viúva, livre, mercadora e com as habilidades de ler e escrever. Apenas três de seus filhos permaneciam no domicílio da mãe: Capitão Antonio Januário Carneiro[268] (26 anos, branco, casado, livre, lê/escreve), Capitão João Januário Carneiro (24 anos, branco, solteiro, livre, negociante, lê/escreve) e Dona Clementina Januário Carneiro (35 anos, branca, solteira, livre, lê/escreve).

Uma informação importante de se observar é que além de receberem novas classificações de ofício, Francisca e seus filhos também recebem designativos que podem indicar um bom posicionamento social. Outra informação constante é a habilidade de saber ler e escrever, qualidade atribuída à nossa personagem. No entanto, é um dado que nos deixa em dúvida, pois em seu Testamento Francisca declara: "quero se cumpra, e guarde como nele existem e

[265] LIBBY, 1988.
[266] LEMOS, 2014.
[267] ANDRADE, 2001, p. 10.
[268] Apesar de ser classificado como casado, sua família não consta no mesmo domicílio.

está escrito a meu pedido por Silverio Ulbaldo Martins Paiva, e que depois de ser lido e o achar conforme ditei assinara por mim a meu rogo por eu não saber escrever o mesmo (...)".[269]

Tanto Clara como Francisca em seus Testamentos pedem a outras pessoas, do sexo masculino, que assinem "a seu rogo". Sabemos que os parâmetros de educação no Brasil Colônia e Império eram peculiares. De acordo com Leila Mezan Algranti, "até o século XVIII o que se observa na América portuguesa é a ausência de espaços institucionais especializados para a instrução das meninas como conventos, escolas e institutos de ensino".[270] Mas como demonstrado por Lewkowicz, "em 1774 foram criadas Escolas Régias em vários locais nas Minas".[271] Essa segunda autora aponta que em Guarapiranga havia cadeiras de Gramática Latina e Primeiras Letras. Através da análise da Lista Nominativa de 1831-32 para a população do distrito de Piranga, encontramos um professor de Primeiras Letras, Manoel José da Cunha (homem branco, 50 anos, casado, acompanhado pela esposa e sete filhos, tendo em seu poder um escravo africano com ofício de cozinheiro).

A partir do século XIX é possível perceber uma maior preocupação com a educação das mulheres, a fim de lhes oferecerem conhecimentos que pudessem auxiliar nos cuidados com a família e o ambiente doméstico.[272] Nos idos de 1827, os legisladores determinaram que fossem criadas as escolas de primeiras letras em todas as cidades vilas e lugarejos mais populosos do Império.[273] Mas a existência de escolas públicas, ou mesmo privadas, que se preocupavam com ensino de mulheres não significaram mudanças expressivas nesse quadro. A distinção entre gêneros, que determinava o que os alunos e alunas iriam aprender, continuou acentuada ao longo do oitocentos.

Se Francisca fosse uma mulher alfabetizada, poderíamos levantar a hipótese de que o saber ler/escrever dependia da condição social, já que esta foi muito mais rica e ocupou uma posição social bem acima da nossa primeira personagem, Clara. Mas, independente da classe social à qual pertenciam, ambas não sabiam ler/escrever. Talvez, o que já foi apontado por Graham, "mais do que raça, condição ou classe, o gênero determinava as chances de uma pessoa aprender a ler e a escrever",[274] condiz com a realidade da região de Guarapiranga.

Também foram listadas como moradores no domicílio de Francisca duas crianças expostas, uma menina chamada Maria, de 11 anos, e um menino de nome Manoel, de 12 anos.

---

[269] AFP. Inventário, 1º Ofício, Códice A037, Auto 469. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865, fl. 173.
[270] ALGRANTI, 2014, p. 283.
[271] LEWKOWICZ, 1992, p. 53.
[272] VASCONCELOS, 2002.
[273] SAFFIOTTI, 1979, *apud* AQUINO, 2012, p. 1.
[274] GRAHAM, 2005, p. 133.

Além disso, são citados três agregados: Clara (70 anos, parda, solteira, livre, costureira), Francisca Gato (50 anos, branca, solteira, livre, costureira) e João Manoel Alves (33 anos, branco, solteiro, livre, boticário, lê/escreve).

A escravaria de Francisca em 1838 contava com 18 cativos e é possível perceber a modificação ocorrida em um curto período de tempo. Em um espaço de apenas sete anos, entre as duas Listas Nominativas analisadas, conseguimos identificar apenas dois escravos que, provavelmente, se repetem, Manoel Congo e Delfina parda. Outro fator importante é que o número de mulheres aumenta significativamente, de quatro para oito, enquanto entre os homens há uma pequena redução do número de cativos, de 12 para 10. Também, foi possível perceber uma diferenciação nas faixas etárias, enquanto os homens se dividiram igualmente entre 1 a 14 anos e 15 a 40 anos, havia apenas duas cativas no primeiro grupo etário e, a maioria, cinco delas estavam na idade considerada como produtiva. A escrava mais velha foi listada com a idade de 100 anos.

Dessa vez os africanos e crioulos estavam em paridade na escravaria de Francisca, cada grupo étnico possuía sete componentes; os quatro restantes eram todos pardos. Porém, é interessante observar que todas as crianças foram classificadas como crioulas ou pardas. Apesar de haver um aumento do número de africanos, é interessante observar que eles compunham a maior parte dos braços ativos, já que três crianças eram crioulas. Assim, a escravaria de Francisca continuou contando com a força africana, vinda do tráfico estrangeiro para manter a sua unidade produtiva. Mas, a presença de sete crianças já é um sinal que a reprodução natural, talvez, estivesse mais presente.

No ano de 1865 foi feita a abertura dos autos do Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro. Através dessa fonte conseguimos mais informações para a reconstituição da vida familiar e material da personagem. Ela faleceu no dia 28 de abril daquele ano e teve como inventariante e testamenteiro dos seus bens um dos filhos, o Coronel Camilo Antonio Januário Carneiro, que junto com Clementina Januário Carneiro, também foi herdeiro da terça.

A partir da leitura do Inventário de Francisca tomamos conhecimento do tamanho da riqueza material que essa mulher conseguiu reunir durante a vida, somando um monte-mor de 143:385$211 (cento e quarenta e três contos, trezentos e oitenta e cinco mil e duzentos e onze réis). Acreditamos que a resposta possa estar em seus laços matrimoniais e, até mesmo, nos Inventários de seus ascendentes, mas não dispomos do inventário de sua mãe, Tomásia Rosa dos Santos e nem dos seus dois maridos, José Tomaz Ferreira e o Capitão Antonio Januário Carneiro, os quais iriam nos dar uma maior visibilidade dos bens herdados por Francisca e dos conquistados por suas atividades comerciais.

O rol de herdeiros de Francisca foi composto por seus 10 filhos (os nove já citados na Lista Nominativa de 1831-32 e o Major Francisco Januário Carneiro), sendo que quatro deles (Tenente Coronel Luis Antonio Carneiro, Doutor Joaquim Januário Carneiro, Major João Januário Carneiro e Dona Jacinta Januário Carneiro) já haviam falecido e foram representados por seus respectivos filhos. A maior parte da prole de Francisca era casada, apenas Dona Clementina Januário Carneiro permanecera solteira e a sua irmã Dona Teresa Januário Carneiro encontrava-se viúva.

Quatro filhos de Francisca realizaram matrimônios endogâmicos. Luís Antonio Carneiro era casado com Camila Januário Carneiro, para qual não temos notícia de sua ascendência. João Januário Carneiro era esposo de Teresa Maria do Carmo, que era filha de Francisco Antonio de Paula Carneiro, irmão do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, portanto, formavam um casal de primos. Dona Maria Januário Carneiro também teve como cônjuge um primo de primeiro grau, o Tenente Francisco Justiniano Carneiro, que era filho do primeiro casamento do Coronel José Justiniano Carneiro[275] com Dona Antonia Teresa Maria do Carmo. Dona Justina Januário Carneiro era esposa do Tenente Coronel Joaquim Antonio Carneiro, para esse enlace não conseguimos esclarecer o laço de parentesco, mas o sobrenome do marido já é um forte indício da endogamia.

Os casamentos realizados entre parentes próximos têm sido percebido por vários autores e considerados como uma estratégia para evitar a dispersão da propriedade e da influência por meio da partilha dos bens.[276] Ao analisar os enlaces matrimoniais das famílias da elite piranguense, Andrade constatou que as escolhas internas à família, claramente tinham esse objetivo.[277] "No Brasil, assim como na Europa de cultura latina, o acordo matrimonial ainda estava nas mãos do pai da moça e obedecia aos interesses familiares. Por isso eram tão frequentes os casamentos entre consanguíneos no século XIX".[278] Estas estratégias matrimoniais também são indícios da existência de arranjos para a manutenção da riqueza familiar.

Todos os filhos de Francisca possuíam títulos que além de indicar um bom posicionamento social, apontava para o envolvimento com a administração e a política da localidade em que viviam. Um deles, Joaquim Januário Carneiro, tinha o título de Doutor, o que requeria o ingresso em alguma instituição de ensino superior, possivelmente, até em alguma universi-

[275] Também era irmão do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro.
[276] GRAHAM, 2005.
[277] ANDRADE, 2014.
[278] QUINTANEIRO, 1995, *apud* AMARAL, 2012, p. 19.

dade estrangeira.[279] As filhas eram tratadas como Donas, que como nos demonstra Venancio; Sousa e Pereira, era uma designação que indica "(...) 'fidalguia' feminina, sendo o termo usado principalmente entre mulheres brancas da elite".[280]

Todas as informações que o Inventário de Francisca apresenta a respeito de seus herdeiros foram úteis para reconstituirmos a rede de parentesco que ilustra as relações que resultaram na descendência de nossa personagem (FIG. 10).

[279] De acordo com Bluteau (1789, p. 456) e Silva (1789, p. 456), Doutor era aquele que recebera o maior grau acadêmico, com direito de trazer as insígnias de borla, capelo e de ensinar na faculdade em que se tornou doutor.
[280] VENANCIO; SOUSA; PEREIRA, 2006, p. 282.

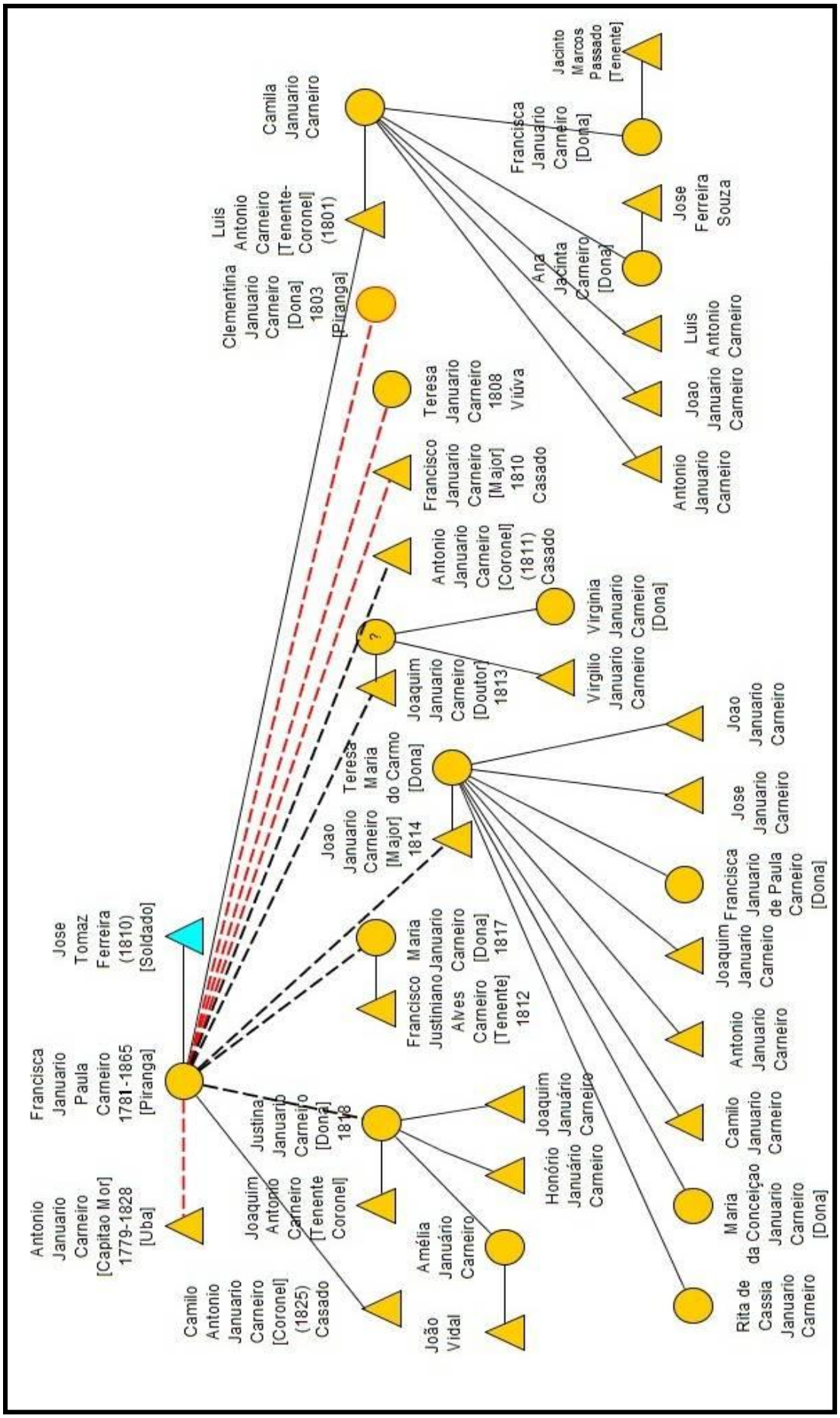


FIGURA 10: [Rede de Parentesco de Francisca de Paula Januário Carneiro – Descendência].
Fonte: AFP. Inventário, 1º Ofício, Códice A037, Auto 469. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.

Do montante de bens arrolados no Inventário de Francisca, podemos citar uma quantidade significativa de animais para trabalho (bestas e cavalos) e parte de várias propriedades (algumas compradas a seus filhos), entre as quais se encontrava a casa onde funcionava a botica.

Apesar do imóvel da botica ter sido arrolado entre os bens dessa personagem, aparentemente, o estabelecimento não se encontrava mais em funcionamento, ou pelo menos, não como uma casa de comércio de remédios e plantas medicinais, como na época do patriarca da família Magalhães Canavazes. Se compararmos os Inventários de Francisco e Francisca de Paula Januário Carneiro, essa hipótese se torna ainda mais consistente. Na descrição dos bens do pai, encontramos uma seção específica para avaliação dos itens constantes na botica (vidraçarias, livros, materiais cirúrgicos, etc.), enquanto no da filha não há nenhum objeto semelhante. Retomando as considerações de Bluteau sobre o que era uma botica, podemos levantar a hipótese de que Francisca diversificou suas atividades comerciais e o comércio que antes se dedicava à venda de produtos específicos, nesse período, havia se transformado em uma espécie de armazém, onde poderia se comercializar produtos de variados gêneros.

Assim, nos resta acreditar que diante das partilhas de bens ocorridas com o falecimento dos pais e irmãos, Francisca tomou posse do imóvel onde funcionou a botica, que fora fonte de sustento de seus ascendentes. Ela manteve o comércio, no entanto, diversificou a tipologias dos produtos que ali eram vendidos.

Desde a Lista Nominativa de 1838-39, Francisca conseguiu aumentar e renovar a sua escravaria. No Inventário são listados 20 escravos, 11 mulheres e 9 homens. No entanto, ao lavrar o Testamento, Francisca deixa três cativas forras (duas mulheres de 50 e 48 anos, e uma criança de 5 anos), três escravos coartados (um homem de 52 anos e duas mulheres, uma de 25 e a outra de 28 anos) e doa dois cativos a duas de suas filhas (Quitéria, de 16 anos, foi doada a Dona Clementina e Luiz crioulo, de 22 anos à Dona Amélia). Assim, sobram para a partilha de bens apenas 12 indivíduos (sete homens e cinco mulheres).

Apesar do vultoso monte- mor, 143:385$211 (cento e quarenta e três contos, trezentos e oitenta e cinco mil e duzentos e onze réis), como citado acima, Francisca deixou muitas dívidas a serem pagas, num total de 23:537$377 (vinte três contos, quinhentos e trinta e sete mil e trezentos e setenta e sete réis). Também foram descontadas desse montante os débitos dos herdeiros – que somavam 32:184$018 (trinta e dois contos, cento e oitenta e quatro mil e dezoito réis) – e os que Francisca tinha em sociedade com o filho Camilo – 27:651$680 (vinte sete contos, seiscentos e cinquenta e um mil e seiscentos e oitenta réis). Após todas as divi-

sões necessárias, sobrou a cada um dos 10 filhos de Francisca 7:715$568 (sete contos, setecentos e quinze mil e quinhentos e sessenta e oito réis).

Calculando todas as dívidas e descontando o valor da terça da inventariada, podemos perceber que a fortuna de Francisca foi imensuravelmente maior que a de seu pai. Apenas a soma que cada filho receberia por ocasião de falecimento da mãe representava mais que o dobro do monte-mor do avô.

A historiografia tem ressaltado que o processo de sucessão e herança era responsável, juntamente com as dívidas, pela fragmentação da propriedade. Graham ao analisar a sociedade do Vale do Paraíba através da reconstituição da trajetória de vida de duas mulheres nos exemplifica esse fato. Ao descrever a situação dos fazendeiros que conseguiam crédito para o desenvolvimento de suas lavouras de café, a autora demonstra que

> os empréstimos duravam muitas vezes anos, com juros normalmente altos e as terras ou escravos penhorados como garantia, e quando esses prestamistas executavam as hipotecas, eram levados a negociar com terras e vendê-las a fim de recuperar o capital. Se não fossem resolvidas enquanto o fazendeiro estava vivo, as dívidas eram descontadas do valor dos bens antes que os herdeiros recebessem suas partes. Desse modo, a propriedade passava das mãos de uma família principal para outros parentes mais distantes, ou pessoas não aparentadas.[281]

E foi o que aconteceu com os herdeiros de Francisca e seu pai. Como anteriormente apontado, Francisco de Magalhães Canavazes também deixou muitas dívidas, o que resultou em uma pequena herança para seus filhos.

Como vimos nos capítulo anterior, o distrito de Piranga era composto por uma população na qual os homens correspondiam a 61,9% dos livres e 38,1% dos escravos, enquanto as mulheres perfaziam a porcentagem de 76,2% e 23,8%, respectivamente. Com relação às características étnicas da população livre dessa localidade, percebemos que entre os homens e as mulheres o maior grupo era o dos pardos representando 50,7% e 49,7%, respectivamente.

De acordo com a perspectiva de microrregionalização, Piranga fazia parte de região central da freguesia, que se caracterizava "(...) pelo expressivo número de escravos, provavelmente reflexo da vocação agrícola",[282] marcada pela agroindústria canavieira. Enquanto as demais microrregiões passavam por um processo de estagnação, o centro da região de Guarapiranga vivia uma dinamicidade econômica, concentrando uma maior quantia de escravos do

[281] GRAHAM, 2005, p. 33.
[282] ANDRADE, 2014, p. 56.

sexo masculino entre 15 e 29 anos, indicando a chegada de cativos para a região, especificamente para a microrregião central.

Analisando as características da chefia de domicílio da Freguesia de Guarapiranga, Andrade percebe que 42,56% dos fogos estavam localizados na microrregião central. O autor estabelece uma relação entre chefia e as atividades econômicas desenvolvidas indicando que 58% das propriedades dessa microrregião estavam envolvidas nas atividades agrárias.[283] Mas, se dividirmos a população masculina e feminina de acordo com os setores ocupacionais, fica visível que a maior parte dos homens estava envolvida com a agricultura, enquanto as mulheres, em sua grande maioria, se dedicavam à fiação e tecelagem.

Como vimos no primeiro capítulo, o distrito de Piranga era o maior da microrregião central, pelo menos em termos populacionais. A chefia dos domicílios concentrava-se nas mãos de homens casados e mulheres solteiras.

Ao comparar os aspectos da trajetória de vida de Francisca, com os dados apontados por Andrade para a microrregião central, percebemos que nossa personagem não estava incluída nos grupos que representavam a maior porcentagem das estatísticas. Em 1831, Francisca já havia ficado viúva de seu segundo marido e chefiava um fogo onde residia com seus filhos, todos solteiros e alguns menores de idade. Estava envolvida em atividades comerciais – que de acordo com o autor anteriormente citado, era a quarta atividade econômica menos desenvolvida pelas mulheres da microrregião central – e possuía a maior escravaria entre as mulheres em mesmo estado civil.

Em Piranga a maior parte das mulheres chefes de domicílio estava envolvida com atividades de fiação, tecelagem e lavração (o que aproxima os dados do distrito do resultado encontrado por Andrade para a microrregião central), sendo que os negócios e comércio foram atividades de menor prestígio e só foram desenvolvidas por mulheres que estavam à frente de seus fogos. Acreditamos que isso tem estreita relação com a posição social determinada pelo gênero, pois a maioria das negociantes eram mulheres viúvas, o que pode indicar uma continuação das atividades do marido. Assim, ao assumirem a posição de comando também colocavam em prática as habilidades adquiridas no convívio com o companheiro, ocupando-se dos ofícios do universo masculino.

Analisando os padrões de nupcialidade para a microrregião central, Andrade percebe que as localidades pertencentes a essa parte do território de Guarapiranga, registraram, casamentos tardios. O autor aponta o dinamismo econômico como um fator que ocasionou uma

[283] ANDRADE, 2014.

diferença entre as populações masculina e feminina, no que diz respeito ao ciclo de vida.[284] Acredita-se que os homens ocupados nos setores do comércio e das artes e ofícios, angariavam ao seu redor um pecúlio que lhes proporcionaram as núpcias, o que lhe garantia distinção social para chefiar um fogo e constituir família. Já as mulheres, em sua maioria, tecedeiras ou fiadeiras, ao obterem algum cabedal, não optavam, necessariamente, pelo casamento, permanecendo, assim, em uniões consensuais.[285]

A análise que realizamos através da Lista Nominativa de 1831-32 para o distrito de Piranga mostra que Francisca também não obedeceu aos padrões de nupcialidade constatados para a microrregião central. Ela se casou pela primeira vez aos 17 anos, ficando viúva quando tinha apenas 29 anos. Ao contrair as segundas núpcias, Francisca tinha em torno de 42 anos e Antonio Januário, aproximadamente, 44 anos.

No entanto, insistimos que as relações sociais constituídas por personagens específicos podem nos ajudar a exemplificar situações maiores de uma determinada localidade. Afinal, uma comunidade se forma através das relações constituídas e vivenciadas pelos indivíduos que nela vivem. Francisca e seu núcleo familiar pode não ter ajudado a compor as maiores taxas para o distrito de Piranga, mas atuaram como sujeitos históricos e conseguiram se desenvolver economicamente e de forma expressiva, o que acaba interferido na realidade local, pois se posiciona como mulher de grande importância social e econômica.

Esperamos que, a partir da abordagem de aspectos da trajetória de Clara e Francisca, tenhamos conseguido ressaltar a importância de fontes como Inventários, Testamentos, Registros de Batismo, Processos Matrimoniais e Listas Nominativas para uma análise da vida social, material e pessoal de indivíduos do passado. Essas fontes não nos informam sobre uma memória do indivíduo, mas nos abre brechas para o entendimento do cotidiano das personagens que escolhemos estudar e as informações nelas colhidas foram de extrema importância para o entendimento das relações sociais e de gênero então estabelecidas.

2.3 Trajetórias em contraste

Após a análise da trajetória individual das personagens, podemos perceber que assim como o contexto da localidade em que viviam, elas tinham histórias de vida bem distintas, mas com alguns pontos de intercessão demarcados pelo gênero.

---

[284] ANDRADE, 2014.

[285] Ao realizarmos a análise das ocupações dos indivíduos do distrito de Piranga, respeitando a categoria de gênero, no primeiro capítulo, podemos dizer que os dados estão de acordo com as constatações de Andrade (2014) e que a localidade ajudou a compor as tendências da microrregião central.

Clara Maria Violante era uma mulher de origem humilde, filha de Clara Dias Cunha, uma parda que foi liberta na pia batismal pelo próprio pai e que fora casada com um homem branco de origem portuguesa.

Como já destacamos anteriormente, Clara Maria Violante viveu em um pequeno distrito da Freguesia de Guarapiranga, conhecido como Manja Léguas. Nessa localidade, esteve em companhia de sua mãe durante o tempo de vida da mesma; manteve uma relação ilícita com um vizinho, Antonio pardo, que havia sido exposto na casa de Francisco de Souza Lobo (padrinho de batismo de Clara), e com quem se casou já em idade avançada (42 anos); teve dois filhos naturais, que foram reconhecidos em seu Testamento sem indicação do nome do pai, mas que morreram antes da progenitora.

Durante a maior parte de sua vida, Clara não esteve em posição de mando. Após a morte do pai viveu durante muitos anos sob as ordens da mãe e, logo em seguida, de um marido a quem devia respeito. Esses fatos nos impediram que tivéssemos a oportunidade de analisar a estrutura do domicílio dessa personagem quando a mesma tomou a posição de chefe, pois nas duas Listas Nominativas utilizadas o chefe de domicílio ainda era Antonio.

Diferente de Francisca que se casou duas vezes e passou a maior parte de sua vida como viúva, Clara viveu sua viuvez, no máximo, durante 17 anos.

Nossa primeira personagem não teve posse de muitos e grandiosos bens, mas conseguiu acumular um montante significativo para uma mulher de condições humilde e se preocupou em ampliar as heranças e o dote deixados pelos pais e marido para garantir o direito de herdeiros aos seus descendentes, que foram constituídos pelos netos.

Não teve uma grande escravaria, mas possuiu cativos em uma localidade onde os índices de posse de escravos eram mínimos. Além disso, se preocupou em manter sua propriedade e a produtividade de seu domicílio, atuando no principal setor ocupacional das mulheres da localidade de Manja Léguas, desenvolvendo atividades de fiação.

A preocupação em reconhecer os filhos já falecidos nos indica o interesse que essa mulher tinha de garantir aos seus netos os direitos de herança e sucessão. E ao doar um escravo para duas netas e recomendar a uma de suas noras que comprasse um pedaço de terra, percebemos que, apesar de não ter usufruído de grande riqueza, essa mulher tinha entendimento de que os bens adquiridos ou herdados poderiam garantir prestígio social aos seus descendentes, além da subsistência.

No terceiro capítulo ainda teremos a oportunidade de perceber que mesmo não possuindo bens tão valiosos e um monte-mor tão significativo como o de Francisca, Clara foi uma personagem que usufruiu de algum prestígio social na localidade de Manja Léguas, ao se inse-

rir em uma rede de compadrio na qual os laços constituídos indicam mais a formação de uma rede de solidariedade entre os vizinhos em condições sociais semelhantes do que a defesa de interesses econômicos e políticos.

Em contraste à trajetória de nossa primeira personagem, que superou diversas dificuldades impostas pela realidade social na qual vivia, nossa segunda personagem teve grande destaque social no distrito de Piranga, tanto por aspectos de sua vida pessoal como por sua importância econômica na localidade.

No entanto, é importante reconhecermos que a relevância social de Francisca estava relacionada aos laços que essa mulher constituiu ao longo da sua vida e devemos dar destaque ao seu segundo matrimônio com o Capitão Mor da Vila de Piranga.[286]

Francisca não nasceu em um núcleo familiar de grande proeminência social, mas como ressaltamos, o ofício do pai fez com que a família Canavazes criasse laços com indivíduos das diversas camadas sociais, que, em muitos casos, foram fortalecidos pelo sacramento do batismo.

Assim como o pai de Clara, Francisco de Magalhães Canavazes era um homem português, mas diferente de Caetano José Machado, o pai de Francisca casou-se com uma mulher branca da localidade.

Francisca, ao contrário de Clara, casou-se pela primeira vez com aproximadamente 17 anos, conservou-se no estado de viúva durante 13 anos e se casou novamente com a mesma idade que nossa primeira personagem contraiu as primeiras núpcias (42 anos) e, após um curto período de cinco anos casada, ficou novamente viúva, mantendo-se nesse estado por mais 37 anos.

A ilegitimidade esteve presente na vida de Clara durante o tempo que manteve a relação ilícita com Antonio de Souza Lobo e perdurou até a morte de seus dois filhos naturais, que não eram fruto de sua relação com o esposo, pois não foram legitimados após o casamento. No caso de Francisca, descobrimos a relação adulterina apenas 11 anos após a morte de seu primeiro marido, com a declaração e pedido de reconhecimento da prole pelo Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, que também confessou a manutenção da relação ilícita mesmo após a morte do Soldado José Tomaz Ferreira. Portanto, a prole ilegítima era um ponto que aproximava a vida das duas personagens.

Nas duas Listas Nominativas analisadas, Francisca aparece como chefe de seu domicílio. Em 1831-32 estava acompanhada de todos os seus filhos e se declarava negociante. Na

[286] As considerações que fazemos no capítulo 3 reforçam essa hipótese.

lista seguinte, em 1838-39, estava acompanhada por apenas três filhos e foi classificada como mercadora. Embora os ofícios declarados tenham uma diferença mínima em seu significado é bom ressaltarmos que enquanto o negociante era o "homem de negócios", o mercador era aquele que comprava para revender.[287]

Na ausência de seus maridos, Francisca tomou a frente da administração de seu domicílio e manteve as atividades que provavelmente eram desenvolvidas por seu segundo esposo, o Capitão Mor. Como vimos, através da análise do Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes, as atividades comerciais já eram desenvolvidas desde os primórdios da família. O núcleo familiar de Antonio Januário Carneiro também tinha em sua origem uma vocação para o comércio, o patriarca da família, o Capitão Antonio Januário Carneiro Flores, era um português que teve grande prestígio social na freguesia de Guarapiranga, principalmente pelo envolvimento em atividades comerciais na localidade e além de suas fronteiras.

Assim, podemos aproximar a realidade vivida por Francisca de Paula Januário Carneiro às constatações de Andrade: "na ausência dos homens (maridos, filhos e pais), as mulheres improvisavam como podiam, fundando na prática, ao contrário de uma divisão ou complementação do trabalho de homens e mulheres, 'uma alternância ou troca de tarefas'."[288] No entanto, o autor destaca que esse tipo de comportamento não era encarado como uma atitude normal da figura feminina, que devia se preocupar em desempenhar "as tarefas ligadas às necessidades do corpo e à conservação da saúde física e moral dos dependentes."[289]

Portanto, analisar as trajetórias de vida de mulheres levando em consideração o fator relacional com o sexo masculino nos possibilita enxergar mais do que simples viúvas, mães ou filhas, mas perceber até que ponto essas personagens conseguem guiar suas histórias de vida, quebrando tabus e barreiras sexistas naturalizados na sociedade do século XIX.

Dessa forma, a reconstituição da trajetória de vida dessas mulheres nos ajuda a perceber que dentro de diferentes contextos locais e socioeconômicos a figura feminina do século XIX não era completamente submissa aos homens com os quais construíam laços conjugais, espirituais e mesmo consanguíneos. Conseguiam manter relações ilícitas durante muitos anos, reconhecer seus filhos naturais e até mesmos os adulterinos, administrar os seu bens mesmo no estado de viúva e incentivar aos seus descendentes que mantivessem e ampliassem a propriedade a eles deixada.

---

[287] PINTO, 1832.
[288] ANDRADE, 2012, p. 85.
[289] *Ibidem*, p. 86.

No entanto, não podemos deixar de evidenciar que nem todas as mulheres conseguiam lidar com as possibilidades de adquirir prestígio dentro do próprio núcleo familiar e para além dele. Acreditamos que a história de vida de cada uma das personagens também está intrinsecamente ligada aos laços sociais constituídos pelos sujeitos e às possíveis interseções entre eles.

A reconstituição das trajetórias de vida de Clara e Francisca nos mostra que além dos aspectos da história de vida de indivíduos, essa metodologia também possibilita entender um contexto de uma localidade, demarcando as hierarquias sociais, as relações de poder e a organização do espaço.

CAPÍTULO 3: O UNIVERSO MATERIAL E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO: A REPRESENTATIVIDADE DO GÊNERO FEMININO NO CONTEXTO REGIONAL.

Neste capítulo analisaremos, primeiramente, o universo material das personagens procurando indicar que os pertences dessas mulheres diziam muito sobre a organização do ambiente doméstico, as condições financeiras e o posicionamento social de cada uma delas. Observaremos se os itens arrolados nos inventários possuíam uma utilidade que atendia apenas as necessidades básicas de sustento e manutenção da unidade familiar ou também serviam como artefatos na esfera pública.

Na segunda parte deste capítulo, apresentaremos as análises realizadas através dos Registros de Batismo para a Freguesia de Guarapiranga, procurando apontar a configuração das redes de sociabilidade em que Clara Maria Violante, Francisca de Paula Januário Carneiro e seus familiares estavam envolvidos. Acreditamos que a vida particular e familiar influenciaram no número de vezes em que essas mulheres foram convidadas para exercerem a função de madrinhas, bem como o universo das pessoas que elas elegeram por seus compadres e afilhados.

3.1 O universo material como fator de distinção socioeconômica

A seguir, será apresentada uma breve análise dos bens materiais arrolados nos Inventários *post-mortem* das duas mulheres cujas trajetórias de vida foram apresentadas no capítulo anterior. O objetivo, aqui, é mostrar que o universo material dos sujeitos históricos pode nos revelar muito de sua vida econômica, mas também nos possibilitar a compreensão de sua inserção no meio social em que viviam, pois "os artefatos não estão descolados da dinâmica das relações sociais".[290]

Para tanto, observamos a relação dos bens que foram arrolados pelos inventariantes de nossas duas personagens principais. De acordo com Cláudia Eliane Martinez

> os inventários têm um padrão que se repete ao longo de décadas e, com raras exceções, neles não se menciona o valor monetário de cada objeto, de cada animal e escravo. Além disso, relacionam e descrevem todos os bens com adjetivos e informações qualitativas e quantitativas (...). Por vezes, trazem,

[290] ABRAHÃO, 2008, p. 93.

> ainda, a localização dos objetos no interior da moradia, o que permite conhecer mais sobre a divisão interna das casas. (...) Também é possível ter conhecimento da posição exata das casas, descritas com a localização das ruas, nomes dos vizinhos, ou, ainda, com outras referências espaciais (...).[291]

A autora acrescenta, ainda, que "(...) o inventário flagra uma ocasião específica e abre uma janela que permite ao pesquisador espreitar alguns infortúnios da vida material, assim como descobrir fortunas acumuladas".[292] Mesmo reconhecendo a riqueza de informações contidas nos autos de Inventário de nossas personagens, esta segunda consideração de Martinez é de suma importância. É preciso ressaltar que o arrolamento de bens presente nestas fontes são um bom referencial para discorrermos sobre a riqueza e, até mesmo, sobre os modos de vida dos indivíduos, mas não devem ser entendidos como um retrato fiel da história ou trajetória dos mesmos. Afinal, ao longo da vida pode haver uma dispersão de fortunas ou momentos de maior acúmulo de bens e a morte pode coincidir com um ou outro momento.

Diante dessas considerações, retomamos algumas informações apresentadas anteriormente. Nossa primeira personagem, uma mulher parda que vivia no distrito de Manja Léguas, reuniu, ao longo de sua vida, uma quantia de 2:445$800 (dois contos, quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos réis), enquanto a segunda mulher branca e viúva do Capitão Mor da Vila de Piranga, conseguiu acumular um impressionante monte-mor que correspondia a 143:385$211 (cento e quarenta e três contos, trezentos e oitenta e cinco mil e duzentos e onze réis). Os valores possuem uma enorme diferença, mas representavam para cada uma dessas mulheres a riqueza que fora fruto do esforço individual ou familiar para acumular, manter e/ou aumentar uma herança para os seus herdeiros legítimos ou naturais.

Assim, é importante enfatizarmos que o que buscamos com a análise dos bens possuídos por Clara e Francisca não é uma comparação quantitativa, mas sim uma compreensão do universo material que se concretizou no cenário de vivência dessas mulheres e como a riqueza individual nos serve como parâmetro para posicioná-las em suas redes de sociabilidade. Pois, de acordo com a historiografia contemporânea

> (...) a cultura material deixa de ser compreendida como um 'rol de artefatos' e passa a ser analisada em simbiose com a sociedade que a criou, com a economia que a produziu, com mercado que a distribuiu e com a cultura que permitiu sua existência estética, morfológica e funcional.[293]

---

[291] MARTINEZ, 2011, p. 419.
[292] *Ibidem*, p. 430.
[293] MARTINEZ, *op. cit.*, p. 418.

Clara Maria Violante[294] tinha a maior parte de sua riqueza na soma dos cativos que possuía (59,3%). Francisca de Paula Januário Carneiro teve suas maiores posses concentradas em dois tipos de bens: as dívidas ativas (14,24%) e os escravos (12,8%) – embora as porcentagens não sejam grandes, a soma dos dois itens resultavam em 38:746$177 (trinta e oito contos, setecentos e quarenta e seis mil e cento e setenta e sete réis).

Segundo Carlos Kelmer Mathias, até as últimas décadas do século XVIII, "o escravo constituiu-se, sem dúvida alguma, no bem mais valorizado na capitania de Minas Gerais"[295] e, por isso, o autor considera ser o melhor parâmetro para medir a riqueza dos indivíduos. Ao perceber que a posse de escravos era comum a um terço dos domicílios campineiros em 1829, Slenes[296] mostra que a aquisição de cativos era uma estratégia de mobilidade social bastante acessível.

Martinez, que realiza uma análise das transformações da cultura material e da riqueza no Vale do Paraopeba/MG, ao longo de sete décadas (1840/1914) constatou uma "relação diretamente proporcional estabelecida aqui entre escravos, riqueza e sofisticação".[297] Portanto, essa autora considera que a história das transformações desse mundo material está intrinsecamente relacionada com o sistema escravista e mostra que quanto mais aproximava sua análise do fim do período da escravidão, mais se constatava uma diminuição nas fortunas dos indivíduos abastados. Ter escravos no decorrer do século XIX facilitava o desenvolvimento de atividades produtivas e sua manutenção continuada, sem a necessidade de recurso ao pagamento de jornais a homens livres ou mesmo no aluguel de um cativo, fontes mais instáveis de trabalho.

A posse de bens de raiz representou a segunda categoria de posses melhor avaliada entre os pertences de Clara e a terceira maior soma entre os de Francisca. A descrição das propriedades no Inventário de ambas as personagens nos informam sobre a estrutura e localidade do lar onde viviam e como utilizavam esses espaços para o desenvolvimento de suas atividades de subsistência e comerciais.

Clara Maria Violante, além da "metade de huma Morada de Casas cobertas de telhas, e Paiol", onde provavelmente vivia em companhia da neta Rosa e do marido da mesma, também possuía "metade de hum Moinho muito arruinado", "hum Engenho de Ralar Mandioca", "terras de cultura de Fasenda" e "humas Casas Cobertas de telhas e hum Rancho coberto de

[294] As dívidas ativas arroladas no Inventário de Clara Maria Violante somavam apenas 40$000 (quarenta mil réis).
[295] KELMER MATHIAS, 2007, p.2.
[296] SLENES, 1997.
[297] MARTINEZ, *op.cit.*, p. 425.

capim".[298] A descrição das propriedades arroladas nos faz perceber que essa personagem, provavelmente, vivia em um espaço com características rurais, onde Felipe Ferreira, após a morte de Antonio de Souza Lobo, comandava a lida diária na roça e, junto com os cativos da proprietária, utilizava as ferramentas rudimentares para cultivar alimentos para o sustento da própria família.

Francisca de Paula Januário Carneiro deixou aos seus herdeiros as diversas partes que tinha em várias propriedades. Aqui, citamos algumas, como a "Casas de Sobrado perto da Matriz", da qual possuía "duas terças partes", provavelmente foi o local onde vivera, pelo menos a partir do momento em que se tornou viúva do segundo esposo e passou a exercer atividades econômicas voltadas para o comércio. Também teve parte em algumas moradas que estavam próximas de sua residência, como as "casas imediatas a que está ao pé da Matriz" e as "casas da ladeira". Ainda estava em poder de Francisca a casa onde funcionou a botica de seu pai e "uma chácara com casas de sobrado cita na Rua do Rosario".[299] A localização dessas propriedades e das demais descritas no Inventário nos mostra que nossa segunda personagem vivia em um ambiente com características urbanas, onde desenvolvia suas atividades comerciais.

Para continuar a nossa análise dos bens arrolados nos Inventários de nossas personagens, optamos por listar as categorias em ordem decrescente, de acordo com a importância que os itens restantes representaram no monte-mor dessas mulheres. Para Clara Maria Violante temos a seguinte ordem: animais, utensílios domésticos, dívidas ativas, móveis, ferramentas e prata. Enquanto para Francisca de Paula Januário Carneiro seguiu-se essa sequência: utensílios domésticos, móveis, animais, joias, ferramentas e roupa de cama.

Os animais apresentados para avaliação pelo inventariante de Clara eram quatro cavalos, sendo dois deles de baixo valor devido à idade, e todos juntos somavam 145$000 (centro e quarenta e cinco mil réis). Os machos "russo novo" e o "pinhão" foram avaliados, cada um, em 60$000 (sessenta mil réis) e se compararmos aos preços de animais de nossa segunda personagem, que receberam descrições bem próximas, podemos dizer que Clara possuiu dois cavalos de boa qualidade e que, provavelmente, serviram aos seus herdeiros por longos anos. No Inventário de Francisca, foram avaliados nove animais que resultaram uma soma de 471$000 (quatrocentos e setenta e um mil réis). Os ofícios de mercadora e negociante arrola-

[298] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856, de fl. 7v.
[299] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A037, Auto 469. Inventário de Francisca Januário de Paula Carneiro, 1865, fls. 26-27v.

dos para essa senhora e dois de seus filhos no ano de 1838[300] podem nos revelar sobre o uso desses animais, que, possivelmente, serviam de meio de transporte para venda, compra e negociação de mercadorias.

Os utensílios domésticos da moradora do distrito de Manja Léguas eram compostos por peças simples e de materiais de baixo valor, que foram identificadas como velhas e com alguns defeitos, como, por exemplo, um "prato de estanho pequeno e velho", um "caldeirão de ferro, usado e rachado" e uma "sopeira velha". Entre os itens que classificamos dentro dessa categoria, os mais bem avaliados foram um "forno de cobre com um remendo no fundo" (14$000 – quatorze mil réis) e um "tacho de cobre, grande, velho e furado" (11$200 – onze mil e duzentos réis).[301]

Diferentemente da simplicidade dos objetos relacionados no Inventário de Clara Maria Violante, alguns utensílios domésticos da viúva do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro dotavam certo requinte. Além disso, ela possuía peças que tinham a nítida função de servir bebidas e alimentos, como, por exemplo, jarros, travessas, xícaras, bule, bandejas, a maioria decorada (um "jarro pintado"; duas "travessas de beira azul"; cinco "canecas pintadas" etc.), o que aumentava o valor da avaliação. Também percebemos a sofisticação de alguns itens pelo material de que eram feitos, como, por exemplo, as cinco "garrafas de cristal", o jarro e a bacia feitos de prata, as 12 "colheres de prata lavrada" e as 12 facas com cabos de marfim. Mas os itens mais valiosos, entre esses utensílios domésticos, eram o jarro e a bacia de prata que somavam a quantia de 272$000 (duzentos e setenta e dois mil réis) e os dois castiçais de prata, que foram avaliados em 53$523 (cinquenta e três mil e quinhentos e vinte e três réis).[302]

De acordo com Martinez, o tipo de material e a procedência definiam o valor monetário e a importância dos objetos inventariados para a sociedade e economia locais.[303] Diante da descrição de variados itens domésticos, que ostentavam valor e cuja procedência ultrapassava as fronteiras locais, e sabendo também que estes tinham a simples função de servir aos moradores do domicílio de Francisca em suas refeições ou aos visitantes que compareciam à residência dessa viúva, acreditamos que também eram utilizados para demarcar o posicionamento de uma família abastada, a partir da valorização dos modos à mesa.

Segundo Abrahão, em meados do século XIX a elite cafeicultora paulista passou a se orientar pelas práticas e comportamentos próprios da aristocracia e da burguesia europeias,

[300] APM, Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[301] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856, fl. 3v-6v.
[302] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A037, Auto 469. Inventário de Francisca Januário de Paulo Carneiro, 1865, fls. 16v-21v).
[303] MARTINEZ, 2011.

recebendo influências da cultura francesa, inglesa e alemã. A autora ainda destaca que o Vale do Paraíba foi o primeiro local desta província a aderir aos costumes europeizados. Ocorreu uma transformação nos ambientes domésticos,

> (...) a antiga sala de jantar foi aberta aos novos modelos de convivência social. Os jantares passaram a ser oferecidos a convidados ilustres e membros de outras famílias pertencentes ao mesmo estrato social. Nessas reuniões reafirmavam-se velhas alianças políticas e econômicas, assuntos que tinham lugar garantido entre os nobres senhores.[304]

Ressalvando o fato de que o contexto da família de Francisca não era o da agroexportação, os seus pertences nos fazem perceber que a personagem, de certa forma, já havia aderido a alguns costumes que circulavam em outras províncias. Também nos faz supor que essas formas de se organizar os espaços domésticos, provenientes de culturas europeias, já haviam chegado às Minas oitocentista e eram propagadas nas diversas localidades pelos indivíduos de mais posses como forma de marcar posição e reafirmar suas alianças sociais também no convívio privado.

Os móveis foram outro tipo de bens que nos possibilitou observar o reflexo das condições sociais no cenário doméstico. Enquanto a casa de Clara estava paramentada apenas com itens básicos para o armazenamento de utensílios domésticos e alimentos (quatro caixas, sendo uma "grande de fechadura", duas pequenas e uma velha; um "caixão em bom uso sem tampa" e um armário com porta, duas gavetas e uma fechadura em bom uso) e alguns móveis para o descanso (três catres[305] e um banco velho),[306] a residência de Francisca continha vários itens que serviam para organização dos pertences e conforto familiar: uma "cômoda com três gavetões e duas gavetas"; uma "cômoda de jacarandá preto com muitas gavetas"; um "relógio de parede velho com caixa" e outro "de mesa moderno"; cinco mesas, sendo uma "de escrever com gaveta", duas com gaveta, uma "grande com cadeiras e uma "ordinária na cozinha"; um "armário com oratório"; um armário pequeno e outro grande; oito caixas, sendo duas grandes, cinco do tipo "frasqueiras" e uma "grande de guarnição"; dois caixões grandes; um "canapé com assento de palhinha"; seis "camas com colchões"; dois bancos; 16 catres, sendo quatro "forrados de couro", dois com bons cortinados, um com cortinado ordinário, três ordinários, um "de jacarandá torneado" e cinco "de madeira branca"; dois "espeguiceiros forrados

[304] ABRAHÃO, 2008, p. 92.
[305] "Leito de pés baixos, tem de lona a parte onde se lança o corpo, os pés dobram-se, e apertam-se com cilhas quando se arma. Camilha." (BLUTEAU, 1789, p. 247).
[306] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856, fl. 5-5v.

de couro"; 11 tamboretes de palhinhas; 12 cadeiras antigas com assentos de palhinha; 11 cadeiras com assentos de couro; dois espelhos "grandes de sala".[307]

Abrahão destaca que os costumes europeus passam por um processo de adequação, sofrendo um "abrasileiramento", o que poderia significar maior sobriedade e frescor. "Móveis em cores mais claras davam leveza ao mobiliário".[308] Analisando os inventários, a autora encontra novidades no mobiliário das casas urbanas e rurais de Campinas na primeira metade do século XIX:

> surgiram os **relógios de parede** com caixa de madeira, **serviços de cristal de louça** de Macau e de Companhia e **espelhos**. Os **móveis de sala confeccionados com assentos e encostos de palhinha** começavam a aparecer, destronando os **móveis luso-brasileiros de jacarandá forrados de sola (couro)**, da segunda metade do século XVIII.[309] [Grifos nossos].

Assim, entre os itens arrolados no Inventário de Francisca podemos perceber vários móveis cuja descrição apresenta grande proximidade com as características apontadas pela autora para a província de São Paulo.

Ao repararmos as aparelhagens que pudessem indicar algum tipo de manufatura doméstica, percebemos que nos fogos de ambas as personagens havia mulheres que se dedicavam ao ofício de fiadeiras e outras atividades do setor de produção têxtil. Clara possuía uma roda de fiar algodão, que mesmo estando velha foi avaliada em 1$000 (mil réis), e um tear velho que foi avaliado em 1$520 (mil quinhentos e vinte réis). Francisca tinha em seu domicílio quatro rodas de fiar, que juntas valiam 2$000 (dois mil réis).

Tanto no Inventário de Clara como no de Francisca não encontramos a descrição de nenhuma peça de roupa ou indumentárias. Talvez isto esteja relacionado com o fato de que dificilmente encontramos arrolados nos Inventários bens de pouco valor, como roupas de algodão, colheres de pau ou vasilhames de barro/argila, ao contrário do que se verificava no século XVIII.[310] O arrolamento de peças voltadas ao vestuário nos possibilitaria mais uma vez a comparação entre os modos de vida de nossas personagens e fortaleceria o nosso argumento de que os bens refletiam o posicionamento social dos indivíduos, já que a historiografia que se dedica à temática tem apontado considerações como as de Cláudia Cristina Mól, que afirma

[307] AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A037, Auto 469. Inventário de Francisca Januário de Paula Carneiro, 1865, fls. 14-16v.
[308] ABRAHÃO, 2008, p. 96.
[309] *Ibidem*, p. 97.
[310] Cf. MARTINEZ, 2011.

que "o vestuário foi, em determinadas épocas, símbolo de distinção social e designou o lugar que os indivíduos ocuparam na sociedade ou num determinado grupo".[311]

Em contrapartida, entre os bens de Francisca, temos uma categoria que ilustra suas condições sociais e que lhe serviam de ornamentos para o convívio no meio público: as joias. Todos os itens eram de ouro e um botão, além de ser fabricado a partir do metal dourado, também era cravejado com diamantes. A peça de valor mais alto entre esses pertences da nossa segunda personagem era um "Caixilio[312] de ouro com um cordão", que foi avaliado em 66$000 (sessenta e seis mil réis).

De acordo com Mól, as mulheres da segunda metade do século XVIII esmeravam-se em se vestir para sair às ruas, aproveitando para exibir "seus melhores trajes e suas melhores jóias".[313] Atitude, que acreditamos ter sido, cada vez mais, reforçada no decorrer do século XIX, quando a proporção de mulheres libertas aumenta e a vestimenta e ornamentação pessoal se tornam uma representação simbólica da posição ou ascensão social.

No caso de Francisca, acreditamos que o espaço privado também foi um lugar onde ela ostentou os bens e reafirmou sua posição social, tendo em vista a descrição dos adereços domésticos feita acima. A vida pública de relevo do falecido marido e, posteriormente, dos filhos que a acompanhavam em suas atividades de comerciante devem ter proporcionado diversas ocasiões para se receber visitas de certa importância.

Contudo, pela análise dos bens que compuseram o universo material das duas mulheres que compõem nosso objeto de estudo, podemos perceber que a escolha das mesmas como madrinhas não estava relacionada à posse de grandes riquezas, pois Clara, mesmo sendo uma mulher mais pobre, conseguiu se inserir na rede de compadrio de Manja Léguas. Entretanto, acreditamos que as condições sociais das pessoas apadrinhadas pelas duas personagens estão intimamente relacionadas às condições financeiras de Clara e Francisca e as análises das relações de compadrio oferecerão maior consistência a essa última hipótese.

---

[311] MÓL, 2004, p. 177.

[312] Não encontramos um significado atribuído ao objeto nos dicionários de época, por isso buscamos a palavra em dicionários da atualidade. De acordo com Aurélio (versão *on line*), Caixilho (grafia um pouco diferente da encontrada no Inventário de Francisca) é uma "moldura de madeira ou metal", que pode ser dividida ou não "em compartimentos onde assentam vidros", geralmente, utilizada como painel; também pode ser um nome atribuído a uma estante; ou, ainda um "caixilho focal" no qual "se põe em foco a imagem fotográfica." (Disponível em: http://dicionariodoaurelio.com/caixilho, acesso 03 out.2015). Assim, de acordo com a descrição do Inventário e com o significado atual da palavra, podemos supor que fosse uma espécie de pingente no qual era carregada uma imagem – talvez, um retrato de um familiar importante e querido.

[313] MÓL, 2004, p. 177.

3.2 Redes de compadrio e prestígio social

Neste tópico, nos propomos a analisar as relações sociais ou os "laços fracos", para utilizarmos o conceito de Mark Granovetter, estabelecidos pelas duas personagens. A partir dos Registros de Batismo, buscaremos reconstituir a rede social em que estavam envolvidas Clara Maria Violante e Francisca de Paula Januário Carneiro, pois, como já apontado por Venancio, "ao longo do 'ciclo de vida' familiar, o compadrio não segmentava os laços sociais, mas sim criava uma 'rede'".[314]

Assim, pretendemos mostrar que os Registros de Batismo nos oferecem "excelente oportunidade para se compreender as hierarquias sociais e as estratégias de exclusão e cooptação, através da análise comparada nas escolhas realizadas no universo relacional dos livres, libertos e escravos".[315]

O batismo era previsto pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, como o sacramento que iniciava o indivíduo na vida cristã e oportunizava o recebimento dos demais sacramentos.[316] Além disso, as relações estabelecidas através do sacramento marcavam a inserção da criança na vida social e possibilitava a ligação de seus pais e padrinhos em uma rede. Venancio; Sousa e Pereira ainda demarcam o momento do batismo como de transição do universo privado para o público.

O compadrio, como apontado por Andrade, além do caráter religioso, "possui uma dimensão social/relacional, pois pode reforçar ou consolidar laços de parentesco, amizade e solidariedade, além de criar relações de natureza clientelares".[317] Dessa forma, podemos destacar duas vias dessa prática: "uma externa à família, de forma a organizar trocas sociais e reforçar laços; e outra, interna à família, pela qual se estreitam laços e reforçam-se relações previamente estabelecidas por outras formas de parentesco".[318] Receber o sacramento do batismo e tê-lo registrado em um livro paroquial era um documento, "um identificador pessoal e social".[319]

De acordo com Venancio, Sousa e Pereira, os laços de compadrio eram intensos e firmavam um parentesco espiritual para o resto da vida.[320] O batismo marca a introdução de novos pais;

---

[314] VENANCIO, 2003, p. 599.
[315] ANDRADE, 2014, p. 105.
[316] VENANCIO; SOUSA; PEREIRA, 2006.
[317] ANDRADE, *op. cit.*, p. 105.
[318] *Ibidem, op. cit.*.
[319] VENANCIO; SOUSA; PEREIRA, *op.cit.*, p. 275.
[320] *Ibidem.*

> pais espirituais servindo funções sagradas que não podiam ser executadas pelos pais biológicos cuja responsabilidade seria limitada à assistência material e afetiva. A nova família deveria ser composta por um padrinho (pai espiritual) e madrinha (mãe espiritual) e iria ter uma existência paralela à família biológica.[321]

A família espiritual deveria se responsabilizar pela educação religiosa do batizando, atuando como uma fiadora da fé.[322] O papel de pais espirituais se confundia com a função social dos padrinhos, que, ao batizarem uma criança, a incluíam em suas redes de relações. Assim, tendo em vista estas considerações, "é possível afirmar que o compadrio consistia em um dos elementos de estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana".[323]

No entanto, apesar do compadrio estabelecer relações entre duas ou mais famílias e incluir os batizandos, pais e padrinhos em uma rede social comum, os laços de parentesco espirituais não ameaçavam o patrimônio familiar, não estabeleciam o direito de sucessão e herança aos filhos espirituais.[324]

As consultas aos Registros de Batismo da freguesia de Guarapiranga foram facilitadas pelo trabalho compartilhado por pesquisadores e voluntários orientados pelo Professor Fábio Faria Mendes, que vem alimentando um banco de dados construído no *software Access*. A partir de um formulário, composto por 67 variáveis, os assentos são transcritos um a um. Atualmente, a base de dados soma mais de 25.000 registros de assentos coletados em livros de batismo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e do Arquivo Paroquial de Piranga.[325]

O caráter nominal dos Registros de Batismo é uma vantagem para o pesquisador que se propõe a estudar trajetórias de vida, mas também pode se apresentar como um impasse, pois, como já corroborado pela historiografia, a escrita desses registros eram feitas pelos párocos e nem sempre seguiam um padrão com relação ao conteúdo. As informações básicas dos assentos são nomes, origem, condição, estado civil dos pais, padrinhos e batizandos. Mas alguns registros apresentam uma maior riqueza de detalhes, indicando, por exemplo, os nomes dos avós e informações sobre os padrinhos.

---

[321] RAMOS, 2004, p. 49.
[322] *Ibidem.*
[323] VENANCIO; SOUSA; PEREIRA, *op. cit.*, p. 274.
[324] VENANCIO, 2003.
[325] Até o momento foram transcritos vários livros de registros, alguns de forma integral e outros ainda estão em andamento. Atualmente, a base de dados é composta por assentos presentes nos seguintes livros: AEAM: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14 e 15; APP: 1B, 3B, 4B, 9B, 10, 10B, 11B, 12. O acesso ao conjunto dessas fontes na forma digital foi facilitado pela disponibilidade das mesmas no site https://familysearch.org/search.

3.2.1 Relações de compadrio de Clara Maria Violante

Iniciamos a análise pela busca dos assentos de batismo dos filhos naturais que Clara Maria Violante reconheceu em Testamento, a fim de percebermos quem essa mulher poderia ter escolhido para apadrinhar a sua prole e criar laços de parentesco espiritual. No entanto, em nenhum registro do nosso banco de dados ela aparece como mãe de algum batizando. Ao buscarmos pelos nomes de João de Souza e Lúcio José Dias, só localizamos um assento que pode corresponder ao batismo do segundo.

Em 25 de agosto de 1805 o inocente Lúcio foi exposto[326] na casa de Clara Dias Cunha, o qual foi batizado no mesmo ano na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Pirapetinga de Manja Léguas, pelo Capitão José Soares Ferreira e Joaquina Machado, esposa de Manoel Francisco de Lima.[327] Acreditamos que a avó tomou a iniciativa de assumir o neto como um exposto, a fim de evitar um escândalo para a honra de sua filha, pois, como vimos no capítulo anterior, Clara Maria Violante viveu durante muitos anos solteira e em companhia de sua mãe.

Autoras como Faria e Brügger já ressaltaram fatores de ordem moral como um dos principais motivos para o abandono de inocentes. "A exposição de crianças, frutos de relações não sancionadas pela Igreja, não era uma estratégia esporádica".[328] Ao analisar fontes referentes a Campos dos Goitacazes, Faria considerou que "a origem do enjeitado, independentemente da fortuna dos pais, está relacionada com uma gravidez indesejada, não prevista".[329]

Se a criança exposta na casa de Clara Dias Cunha era o seu neto, fica fácil identificarmos o laço entre batizando e madrinha. Joaquina Machado era irmã de Clara Maria Violante e, portanto, tia da criança. Com relação ao padrinho, encontramos mais informações em seu Testamento que data de janeiro de 1812: o Capitão José Soares Ferreira era nascido e batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, filho legítimo de Antonio Soares Ferreira e Catarina Ferreira, casado com Dona Catarina Alves da Silveira.[330] No entanto, a fonte não nos esclarece os laços entre o Capitão José e a família de Dona Clara Dias Cunha.

A condição de exposto marcou Lúcio José Dias até o Testamento de sua mãe (1854), mas esse assento nos deixa claro que mesmo não assumindo o filho desde o nascimento, Clara Maria Violante teve a oportunidade de conviver com ele e interferir no seu processo de criação, acompanhando de perto a sua trajetória. Como já fora apontado por Brügger, "muitos

[326] "As crianças expostas eram legalmente livres." (VENANCIO, s./d., *apud* BRÜGGER, 2006, p. 120).
[327] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. lv. 6, p. 21.
[328] BRÜGGER, 2006, p. 126.
[329] FARIA, 1998, p. 71.
[330] AHCSM. Livros de Testamentos, lv. 36, fls. 87v-89v.

filhos ilegítimos, mencionados em inventários e testamentos, haviam sido expostos por seus progenitores",[331] e essa prática de expor a criança fruto de uma relação ilegítima ou adulterina, foi comum em alguns casos para os indivíduos da freguesia e, à frente, ao analisarmos os laços de compadrio de Francisca de Paula Januário Carneiro, perceberemos que essa ação se repete.[332]

Ao encontrarmos Lúcio José Dias na Lista Nominativa de Manja Léguas (1831-32) chefiando o fogo de número cinco, confirmamos o fato de que pelo menos um dos filhos de Clara manteve-se perto dela durante toda sua vida, sendo criado no mesmo distrito de nascimento, onde também constituiu uma família ao casar-se com Francisca Claudiana e desenvolveu o ofício de lavrador.[333]

Diante do que foi apresentado, podemos afirmar que Clara Maria Violante só se inseriu na rede de compadrio da localidade em que vivia a partir das escolhas de seus compadres. Através de consultas feitas à base de dados do *Access* conseguimos localizar 14 Registros de Batismos em que ela aparece como madrinha. Em todos os casos o sacramento foi realizado no distrito de Manja Léguas, na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Pirapetinga.

É importante ressaltarmos que em todos os assentos houve alguma informação que nos ajudasse a reconhecer Clara Maria Violante, ora foi apontada como filha de Clara Dias da Cunha, ora como esposa de Antonio de Souza Lobo. De 1798 até 1830, uma das informações que aparece no banco de dados no campo específico para observações é a filiação materna de Clara. Apenas em um assento do ano de 1836 o mesmo campo foi preenchido com a informação referente ao cônjuge dessa madrinha.

Antes de se casar, Clara Maria Violante fora escolhida para madrinha sete vezes: 1798, 1802, 1806, 1808, 1811, 1813 e 1814. Após o matrimônio, ela ainda aparece mais sete vezes na nossa base de dados: duas vezes em 1816, três em 1830, uma em 1831 e outra em 1836.[334]

---

[331] BRÜGGER, *op. cit.*, p. 124.

[332] Em sua dissertação, Andrade (2014) também apresenta a análise de alguns casos encontrados para a família Carneiro, nos quais pôde perceber a exposição de filhos ilegítimos e adulterinos em casa de parentes próximos. Essa tendência também foi percebida para outras regiões, um exemplo é o trabalho de Sheila de Castro Faria (1998) que apresenta essa realidade para Campos dos Goitacazes.

[333] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.

[334] Devemos relembrar que o processo de transcrição dos livros de Registros de Batismo ainda está em andamento e que esses números de apadrinhamentos aqui relatados, tanto para essa personagem quanto para a próxima, Francisca, podem sofrer acréscimos.

Em agosto de 1798, Clara apadrinhou, junto com Nicolau Martins Ferreira (homem pardo, forro e casado), Balbina inocente, filha legítima de Francisco José da Costa e Francisca Maria de Jesus.[335]

Não conseguimos localizar informações sobre os pais da batizanda. Mas localizamos o Inventário do padrinho, Nicolau Martins, que era nascido e batizado em Manja Léguas, filho natural de José Martins Ferreira e Tereza Dias, preta Mina, portanto, tio de Clara Maria Violante. Foi casado com Josefa Domingues de Souza (inventariante) e teve quatro filhos legítimos e uma filha natural, que compunham o rol de herdeiros. Falecera no mês de novembro do mesmo ano do batizado da afilhada Balbina, deixando um monte-mor de 767$200 (setecentos e sessenta e sete mil e duzentos réis), o qual era composto, em sua maior parte, pelos quatro cativos de origem africana (três homens e uma mulher) em faixa etária produtiva (as idades variavam de 25 a 40 anos, sendo a escrava do sexo feminino a mais jovem). [336]

A leitura do Inventário de Nicolau nos possibilitou a descoberta de mais detalhes da trajetória de vida da avó de Clara. Além de descobrirmos que Teresa Dias teve outro filho natural (além de Jurana e Clara Dias Cunha), fruto de mais uma relação ilegítima com outro homem branco, também tomamos conhecimento de que a filha Jurana permaneceu em estado de escravidão, pois Nicolau pede à sua esposa Josefa que após o seu falecimento fosse concedida carta de alforria à sua irmã.

No ano de 1802, Clara foi madrinha de Lina, filha natural de Inácia crioula, ambas escravas de Mariana Pereira da Conceição. Sobre o padrinho, sabemos apenas que era Manoel Carvalho, homem solteiro da freguesia de Guarapiranga.[337]

A senhora de Lina e Inácia era viúva de Francisco de Souza Lobo,[338] o mesmo homem que havia sido padrinho de batizado de Clara e acolhido Antonio de Souza Lobo em sua casa, quando ainda era uma criança e fora exposto. Mariana também residia no distrito de Manja Léguas e dezesseis anos mais tarde faleceu (em 1818), deixando ao seu filho Manoel de Souza Lobo e à sua neta Rita Francisca Ferreira (filha de Francisca Inácia de Souza – já falecida – e do Alferes Manoel Ferreira Campos) um monte-mor no valor de 736$912 (setecentos e trinta e seis mil novecentos e doze réis).[339]

Assim como Clara Maria Violante, Mariana viveu alguns anos como viúva; no comando de seu domicílio, conseguiu manter a posse de escravos e teve uma escravaria de porte

[335] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. lv. 6, p. 3.
[336] AHCSM. Inventários, 2º Ofício, Caixa 88, Auto 1908. Inventário de Nicolau Martins, 1800.
[337] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. lv. 8, p. 16.
[338] AHCSM, Inventários, 1º Ofício, Códice 74. Inventário de Francisco de Souza Lobo.
[339] AHCSM. Inventário, 1º Ofício, Códice 77, Auto 1642. Inventário de Mariana Pereira da Conceição, 1818.

médio, que somava 11 cativos. No entanto, no ano de sua morte, através da leitura do inventário, percebemos que cinco de seus cativos estavam sob o poder do filho Manoel de Souza Lobo, que era casado e residia na cidade de Mariana. Além disso, três mulheres adultas e três crianças apresentavam problemas de saúde, sendo que uma mulher e seus filhos (as três crianças) apresentavam os mesmo sintomas de uma doença contagiosa denominada "mal de bouba", que, de acordo com Bluteau, eram uma espécie de impigem que se espalhava pouco a pouco pela pele.[340] Sua escravaria não se desfez como a de nossa primeira personagem, mas se dividiu entre dois domicílios e teve o valor drasticamente reduzido devido às doenças e, em um caso, o agravante da velhice.

Lina crioula (a escrava que se tornara afilhada de Clara em 1802) e sua mãe, Inácia crioula, após os autos de partilha, ficaram sob o poder da segunda herdeira de Mariana, a neta Rita Francisca Ferreira de 14 anos, que teve como administrador dos bens deixado por sua avó, o pai e Alferes Manoel Ferreira Campos. Filha e mãe herdadas possuíam 17 e 40 anos e foram avaliadas em 130$000 (cento e trinta mil réis) e 60$000 (sessenta mil réis), respectivamente. Inácia era uma das escravas doentes, na avaliação os louvados a identificaram como "doente da barriga", o que justifica o seu baixo valor.

Em 1806, Clara Maria Violante foi madrinha de mais um escravo de nome Tristão, filho legítimo de João e Luísa pardos, todos pertencentes à escravaria do Alferes Manoel Ferreira Campos, o mesmo genro de Mariana Pereira da Conceição e seu falecido esposo, Francisco de Souza Lobo.[341] Fato interessante a se observar é que, nesse caso, o senhor apadrinhara um de seus escravos, o que, de acordo com a historiografia, não era muito comum.[342]

Schwartz, por exemplo, concluiu, a partir do estudo de duas paróquias do Recôncavo Bahiano, que os senhores não apadrinhavam os filhos de seus escravos.[343] Para esse autor,

> a prevenção dos escravos em ter o senhor como padrinho de seus filhos era resultado do conflito entre o caráter libertador do batismo (o acesso ao Reino de Deus, a vida eterna) e o caráter opressor do escravismo. A escolha de pessoas livres trazia a vantagem de se ter um padrinho ou compadre livre nas imediações para servir de intermediários em conflitos com o senhor. Quanto ao domicílio do padrinho cativo, havia um equilíbrio entre aqueles pertencentes ou não ao mesmo senhor.[344]

---

[340] BLUTEAU, 1789.
[341] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 22.
[342] Durante o processo de transcrição dos livros de Registros de Batismo temos percebido que este não era um ato tão incomum entre os proprietários de escravos da Freguesia de Guarapiranga.
[343] SCHWARTZ, 1988.
[344] SCHWARTZ, 1988, *apud* BOTELHO, 1997, p. 110.

Dentro do território mineiro, temos a análise feita por Botelho para a freguesia de Montes Claros no século XIX.[345] O autor constatou a mesma tendência de Schwartz também naquela localidade. Foi mais comum a escolha de parentes dos senhores ou de companheiros de escravidão de outras escravarias para o estabelecimento de relações de compadrio.

No entanto, o apadrinhamento de escravos por seus senhores também foi percebido, ainda que de forma tímida, em outras regiões, como apontou Neves para a cidade de São Paulo entre 1801 e 1810.[346]

Com intuito de entendermos a rede social que se formou entre Clara e a família Souza Lobo buscamos mais informações sobre o proprietário do afilhado de nossa personagem, através de fontes que nos informassem um pouco mais sobre o núcleo familiar do Alferes. Após 10 anos do batismo do cativo Tristão, em 1816, a esposa de Manoel, Francisca Inácia de Souza morre, deixando ao marido e à sua filha uma quantia de 3:067$850 (três contos sessenta e sete mil e oito centos e cinquenta réis).[347]

A riqueza de Francisca Inácia de Souza era composta por utensílios domésticos (alguns com certo requinte, como talheres de prata e peças de louça do porto), roupas de camas, mobília, ferramentas, animais para carga e transporte, uma fazenda de terras brutas em Paraopeba (Freguesia do Pomba) e 24 escravos. Pai e filha dividiram a herança igualmente, sendo destinado 1:533$925 (um conto quinhentos e trinta e três mil e novecentos e vinte cinco réis) para cada um. Mas sabemos que, apesar da partilha realizada no inventário quem administraria todos os bens seria o Alferes, tendo em vista que a pequena Rita completara apenas 13 anos na data de falecimento da mãe.

No auto de partilhas é possível perceber que o inventariante e esposo da falecida Francisca, recebeu todos os utensílios domésticos, roupas de cama, mobília, ferramentas e animais arrolados, além de parte em uma dívida, metade da fazenda de Paraopeba e 11 escravos. Enquanto isso, a filha recebera a outra parte da dívida, o restante da fazenda, 12 escravos e o que o pai havia recebido a mais em bens também lhe foi pago em dinheiro 28$925 (vinte oito mil novecentos e vinte cinco réis).

Devemos considerar que os louvados agiram com justiça nessa divisão de bens, pois deixaram a Rita apenas escravos adultos e crianças, que poderiam lhe oferecer uma boa chance de casamento e estarem presentes na sua fase adulta. Esses cativos sadios e bem avaliados junto à herança que sua avó lhe deixou em 1818, lhe proporcionavam um pecúlio de quase

[345] BOTELHO, 1997.
[346] NEVES, 1990.
[347] AHCSM. Inventário, 1º Ofício, Códice 98, Auto 2045. Inventário de Francisca Inácia de Souza, 1816.

dois contos de réis (1:902$381 – um conto novecentos e dois mil e trezentos e oitenta e um réis).

Para retornarmos ao ponto chave dessa breve análise, é importante dizermos que o afilhado de Clara Maria Violante e seus pais ainda ajudavam a compor essa escravaria. Tristão foi denominado como um garoto pardo de 10 anos, seu pai João já estava com 50 anos e sua mãe Luísa com 34 anos.[348] Os critérios utilizados para a partilha previa a separação dessa família quando Rita se tornasse de maior e pudesse assumir a administração de seus bens, pois mãe e filho pertenciam à sua parte da legítima materna, enquanto o pai constava na parte que coube a Manoel.

Na última página do Inventário de Francisca Inácia de Souza, descobrimos que em 22 de julho de 1824, Camilo Ferreira Braga solicitou uma justificação dos bens que Rita, sua esposa, havia recebido por falecimento de sua mãe. Na Lista Nominativa de 1831-32, encontramos o fogo do novo casal no distrito de Piranga, no 9º quarteirão e 20º domicílio, onde residiam junto com uma filha de sete anos e oito escravos. Entre os cativos desse novo lar encontramos o afilhado de Clara: Tristão foi listado como pardo de 25 anos e solteiro.[349] No entanto, a comadre de Clara não foi listada na escravaria de Camilo e Rita.

Em busca de informações sobre o domicílio do viúvo Francisco Ferreira Campos, retomamos à Lista Nominativa de 1831-32 do distrito de Manja Léguas, na qual foi listado com idade de 54 anos e ocupação de lavrador, acompanhado por apenas oito escravos, entre os quais identificamos apenas três dos que havia herdado de sua esposa e entre estes não encontramos o escravo João, pai de Tristão e compadre de Clara.[350]

Em 1808, Clara Maria Violante novamente foi madrinha de um escravo, fruto de uma família que residia na propriedade do mesmo Alferes Manoel Ferreira Campos. A criança de nome José era filho legítimo de Paulo e Joaquina crioula. Esse caso apresenta uma peculiaridade, enquanto mãe e filho foram classificados como escravos, o pai aparece como um homem forro. O padrinho da criança foi o Furriel[351] Simão Ferreira de Souza, homem pardo e em mesma condição do compadre: liberto.[352]

---

[348] No Registro de Batismo, os pais de Tristão foram indicados como pardos, mas no Inventário essa informação sofre uma variação: João foi apontado como crioulo e Luísa como cabra.
[349] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Piranga.
[350] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.
[351] Oficial de graduação inferior a de Sargento. (PINTO, 1832, p. 530-531). "É o que cobra os soldos, munições, e os distribui pela companhia, e assim as sardetas, &c. supre as vezes do Sargento em falta delle." (BLUTEAU, 1789, p. 630).
[352] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 26.

Como dito na análise do registro de batismo de 1802, não localizamos o Inventário do Alferes Manoel e na mesma fonte referente à sua esposa, Francisca Inácia de Souza, não constam os nomes de José e de Joaquina na listagem de escravos.

A Lista Nominativa de 1831-32 também não nos ajudou nesse sentido, pois, ao analisarmos a relação de escravos do Alferes Manoel neste período, não conseguimos localizar mãe e filho. Talvez, após 1808, José e sua mãe tomaram outros rumos (venda, troca, doação ou mesmo alforria), mas não tivemos acesso a dados que indicassem maiores informações sobre essa família escrava.

Outra tentativa para uma maior elucidação das relações estabelecidas através desse batismo foi a busca por informações sobre o padrinho, Simão Ferreira de Souza, homem pardo, forro e casado. Contudo, mais uma vez, não conseguimos encontrar o inventário ou o nome na Lista Nominativa. A condição do padrinho nos faz pensar que possivelmente havia sido companheiro de escravidão dos pais de seu afilhado.

Acreditamos que tanto em 1802 como em 1806 houve interferência dos senhores dos cativos para a escolha de padrinhos das duas crianças escravas batizadas por Clara. Especialmente, no caso da madrinha, podemos afirmar que Mariana Pereira da Conceição e Manoel Ferreira Campos a escolheram pelos laços sociais que já existiam entre si e por ser uma pessoa de confiança da família. Nesse ponto, concordamos com Bacellar, consideramos que a intervenção do senhor na escolha dos padrinhos dos escravinhos nascidos em sua senzala era do próprio interesse, tendo em vista que "se o compadrio engendrava laços entre seus escravos e indivíduos externos a seus domínios, seja em âmbito vertical ou horizontal, não há razão para se considerar que a cerimônia lhe era totalmente indiferente".[353]

Em 1811, Clara foi madrinha de outra criança escrava, Matias, filho natural de Ana crioula, ambos propriedade de Dona Flora Rosa do Sacramento.[354] A única pista que encontramos, para além do registro de batismo, foi a possível[355] repetição do nome do padrinho na Lista Nominativa de 1831-32: Manoel Francisco chefiava o fogo de número 40 de Manja Léguas, era casado com Teresa e possuía dois filhos; uma família de pardos livres que viviam das rendas provenientes da atividade de lavrador do chefe.[356]

[353] BACELLAR, 2011, p. 4.
[354] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 30.
[355] Apontamos como uma possibilidade, pois no assento de 1811 o nome do padrinho é apontado como Manoel Francisco de Lima e na Lista Nominativa aparece apenas como Manoel Francisco.
[356] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.

No ano de 1813 temos mais um assento: Antonio era filho legítimo de Francisco Duarte e Joaquina Rosa, sendo pai e mãe cabras.[357] Pela segunda vez, Clara batizou uma criança livre, mas a descendência de cativos continuava sendo uma característica de seu afilhado. Não conseguimos localizar mais informações sobre o núcleo familiar do batizando, o nome de seus pais não foram encontrados no acervo de Inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana ou na listagem dos documentos catalogados no Arquivo do Fórum de Piranga, e nem na Lista Nominativa de 1831-32.

Junto com Clara, apadrinhou o inocente Antonio da Silva que era morador no Sumidouro. As únicas informações que encontramos para esse padrinho foram as do Registro de Batismo, o nome e o local onde vivia.

Adão, batizado em 1814, foi o último afilhado de Clara Maria Violante antes dela se casar com Antonio de Souza Lobo. O batizando era filho natural de Ana crioula, ambos escravos do Padre Luís Caetano de Oliveira Lobo, que foi o responsável pelo sacramento. O padrinho foi Manoel Francisco Lima.[358] Este foi outro assento para o qual não encontramos mais fontes que nos ajudassem a complementar a análise, mas é importante ressaltar que o nosso maior objetivo é perceber a origem e condição das pessoas às quais nossas personagens se ligam através do estabelecimento do laço espiritual do batismo.

Em 1816, Clara já estava casada com Antonio de Souza Lobo e juntos batizaram Bernardo, que era filho legítimo de Paulo Benguela e Joaquina crioula, escravos do Alferes Manoel Ferreira de Souza.[359] Outro assento para o qual não conseguimos expandir a análise, mas que nos parece significativo, pois nos indica que o simples fato de se casar, não modificou, pelo menos de imediato, o universo de relações sociais que Clara estava tecendo através do apadrinhamento.

No mesmo ano de 1816, Clara foi madrinha de outra criança, Manoel filho natural de Angela crioula, mulher forra. Dessa vez, o padrinho não era o esposo da madrinha, mas sim Manoel Gonçalves de Jesus.[360] Foi o terceiro afilhado de Clara que não estava na condição de cativo, mas que tinha em seus antepassados a marca da escravidão.

Durante um período de 14 anos, em nosso banco de dados, não encontramos mais registros de batismo nos quais Clara aparecesse. Apenas em 1830 ela foi citada como madrinha de Bernardino, filho legítimo de Manoel e Inácia pardos. Como a condição dos pais não foi

[357] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 35.
[358] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 36.
[359] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 39.
[360] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 40.

citada no assento, consideramos que eram pessoas livres, sendo assim o primeiro afilhado que não era escravo e não possuía ascendência escrava, por parte dos pais.[361]

Para esse primeiro assento de 1830 encontramos mais informações sobre o padrinho, que foi Silvério Mendes de Vasconcelos, homem pardo, forro, casado e lavrador que vivia no distrito de Manja Léguas, no fogo de número 6, junto com sua esposa Maria Prudência (também parda) e seu cunhado Antonio Mendes Reis (pardo e casado, mas sua mulher não foi listada nesse domicílio) e apenas um escravo de nome Antonio, crioulo de 40 anos e solteiro.[362] No entanto, esses dados não foram suficientes para nos ajudar a compreender a proximidade entre a mãe do batizando e o padrinho.

No segundo assento do ano de 1830, em que Clara apareceu como madrinha, ela estava acompanhada de seu esposo Antonio de Souza Lobo, que também apadrinhou Francisco, filho natural de Joaquina Martins, mulher parda e livre. Assim, temos o quinto afilhado de Clara que era livre, mas fruto de uma relação ilegítima.[363]

A terceira vez que Clara aparece no nosso banco de dados em 1830 foi como madrinha de Quintiliano, filho legítimo de Joaquim e Leocádia, pardos e livres.[364] A falta de maiores informações sobre os pais nos impossibilitou de procurar outras fontes que ajudassem na ampliação da análise. O padrinho foi Antonio Carlos de Carvalho, para quem também não foram localizadas outras fontes.

Em 1831, Clara Maria Violante e Antonio de Souza Lobo foram padrinhos de Francisca, filha legítima de Manoel Gomes Pereira e Domingas da Silva, crioulos forros.[365] Os pais e a batizanda compunham o domicílio 41 de Manja Léguas.[366]

O último afilhado de Clara que consta em nosso banco de dados, até o momento, foi batizado em 1836 e ela não foi acompanhada pelo marido nesse sacramento. Inocêncio era filho legítimo de Felipe Ferreira de Souza e Basília Alves da Silveira, pardos forros, sendo padrinho Inocêncio José do Carmo, homem pardo e casado, morador no Sumidouro.[367]

Antes do nascimento de Inocêncio, em 1831, encontramos os seus pais no domicílio de número 49 de Manja Léguas. Felipe tinha 50 anos e se ocupava do ofício de lavrador; sua mulher, Basília tinha 40 anos e era responsável pelos cuidados com a casa e com os seis filhos, cujas idades variavam entre oito e 20 anos. Além da composição nuclear da família, o

[361] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 50.
[362] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.
[363] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 50.
[364] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 51.
[365] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 53.
[366] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.
[367] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 64.

domicílio desse casal ainda abrigava cinco cativos, sendo quatro adultos, três do sexo masculino e apenas uma mulher, todos de origem africana. A única escrava adulta era casada com um de seus companheiros de escravidão e possuía uma filha de 11 anos chamada Rita, a única crioula da escravaria.[368]

Dois anos após o nascimento e batismo de Inocêncio, conseguimos localizar os seus pais no 11º quarteirão e fogo de número 21 – vizinhos próximos de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, que residiam no mesmo quarteirão no domicílio 23. Felipe continuava se ocupando do ofício de lavrador e ainda foi indicado como um homem alfabetizado; para Basília foi acrescentada a informação referente à sua ocupação, era uma costureira. Em um espaço de seis anos a prole do casal havia aumentado, de seis para onze filhos, mas Inocêncio não foi listado entre os irmãos, o que talvez indique a morte precoce dessa criança.[369]

Ao comparar os dados das duas Listas Nominativas percebemos que o casal não teve apenas 11 filhos, mas, pelo menos, 13. Além da ausência de Inocêncio, também foi possível perceber que os filhos mais velhos apresentados na Lista de 1831-32, Mariana que tinha 20 anos e Felipe de 16 anos, não constavam como moradores do domicílio paterno, o que talvez indique a formação de dois novos núcleos familiares.

Comparando com a Lista de 1831-32, em 1838-39 a escravaria de Felipe e Basília contava com mais três cativos crioulos, sendo um adulto (Fabrício de 40 anos) e duas crianças (Leopoldino de 14 anos e Tomásia de 1 ano). Provavelmente, a crioulinha mais nova era mais um fruto da reprodução natural do casal de escravos existente nessa propriedade.

A partir da análise dos Registros de Batismo em que Clara aparece como madrinha contabilizamos os afilhados com relação a seu grau de legitimidade e condição, conforme apresentado na Tabela 14.

TABELA 14:
Afilhados de Clara Mariana Violante

	Livres	**Escravos**
Filhos Naturais	2	3
Filhos Legítimos	6	3

Fonte: AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6.

A apresentação dos dados em forma de tabela nos ajuda a perceber que o maior número de afilhados de Clara Maria Violante foram frutos de relações legítimas entre livres e es-

[368] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Manja Léguas.
[369] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.

cravos, sendo que seis casais lhe privilegiaram com afilhados legítimos e livres e três casais de escravos lhe convidaram para ser madrinha de seus filhos.

Entre legítimos e naturais, Clara foi madrinha de seis crianças cativas. Sendo que, destes casos, apenas um ocorreu após ela se tornar uma mulher casada, no ano de 1816, e essa única criança era um filho legítimo de uma relação consagrada pelo matrimônio entre escravos do Alferes Manoel Ferreira de Souza. Talvez isso seja um indício de que o estado civil de casada proporcionou à Clara uma maior visibilidade social para o apadrinhamento de crianças legítimas. E, também, é importante ressaltamos que em nosso banco de dados não localizamos nenhum Registro de Batismo em que ela aparece como madrinha no estado civil de viúva, pois, como vimos no capítulo anterior, até 1838, pelo menos, Antonio de Souza Lobo estava vivo e acompanhado da mulher.

Em nove casos, Clara foi madrinha de crianças legítimas. Esses afilhados resultavam de relações entre pessoas de todas as condições (livres, libertos e escravos). Desse grupo de compadres, dois casais eram cativos; um era formado por homem liberto e mulher escrava; outro se compunha da união de um livre com uma liberta; três casais eram compostos por pessoas livres; dois eram formados por forros. Os pais livres eram, em sua maioria, pardos assim como as mães.

Entretanto, como demonstrado acima, Clara não se negou a batizar crianças ilegítimas e filhas de mães solteiras. Em cinco casos foi madrinha de filhos naturais, sendo duas livres e três escravas. Sobre a origem das comadres solteiras, prevaleceram as mulheres mais próximas à descendência africana, apenas uma era parda e as outras quatro foram identificadas como crioulas.

De acordo com os registros consultados, os primeiros laços de compadrio estabelecidos por Clara Maria Violante se deu dentro de domicílios chefiados por membros pertencentes à família Souza Lobo, de seu padrinho Francisco. Primeiro batizou uma cativa pertencente à viúva, Mariana Pereira da Conceição e, depois, foi madrinha de dois cativos que faziam parte da propriedade do genro de sua comadre, o Alferes Manoel Ferreira de Souza.

O fato de nossa personagem ser convidada para exercer a função de madrinha de cativos de senhores com quem mantinha relações sociais próximas pode ter o ocorrido pela confiança que a convidada transmitia para os proprietários, pois, apesar de ser uma mulher de cor parda, também tinha em seu poder alguns escravos. Mas também pode ter se dado por Clara inspirar segurança aos seus compadres e afilhados. Slenes aponta a escolha de padrinhos por

escravos na sociedade livre como "uma estratégia sua [do cativo] de aproximação a pessoas com mais recursos, que pudessem garantir o bem-estar da família deles".[370]

Como destacado anteriormente, Clara Maria Violante batizou apenas crianças que haviam nascido na mesma localidade em que vivia, o que nos faz refletir sobre a ação individual dessa mulher dentro das redes sociais estabelecidas a partir do compadrio. Uma mulher forra, com ascendência cativa por parte materna, que viveu durante anos uma relação ilegítima com Antonio de Souza Lobo e declarou ser mãe de dois filhos naturais, estava envolvida em uma rede de compadrio que tinha as mesmas características: afilhados escravos ou descendentes de escravos, que, em alguns casos, resultaram de relações ilegítimas.

Partindo da perspectiva de análise de Granovetter, os "laços fracos" estabelecidos por Clara Maria Violante através do compadrio se mantiveram nos limites do seu segmento social. Porém, diante da ideia consolidada na historiografia, de que a escolha dos padrinhos era feita, em geral, de comum acordo entre senhores e cativos, Clara, ela própria senhora de escravos, parece ter transitado entre o mundo da liberdade e o do cativeiro.

3.2.2 A Rede de Parentesco Espiritual dos familiares de Clara Maria Violante

Clara Maria Violante foi o membro da família que possuiu maior número de afilhados. Para percebermos o nível de importância social dos indivíduos da família Machado, buscamos em nosso banco de dados os assentos em que os membros desse grupo familiar apareciam como padrinhos e madrinhas. Após a contagem temos a relação apresentada na Tabela 15.

TABELA 15:
Afilhados dos familiares de Clara Maria Violante

Membro	Número de Afilhados	Parentesco com Clara
Caetano José Machado	2	Pai
Clara Dias Cunha	2	Mãe
José Caetano Machado	1	Irmão
Maria Caetana	2	Irmã
Joaquina Machado	1	Irmã
Clara Maria Violante	14	_

Fonte: AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lvs. 1, 6 e 8.

[370] SLENES, 1997, p. 268.

Ao analisarmos os assentos em que os familiares de Clara aparecem como padrinhos e madrinhas, conseguimos perceber a diferença entre a influência social dela e dos parentes mais próximos.

O pai, a mãe e a irmã Maria Caetana estabeleceram laços de parentesco espiritual apenas com pessoas cativas. A irmã Joaquina Machado só aparece entre os assentos já registrados em nosso banco de dados como madrinha do sobrinho Lúcio (filho natural de Clara) que fora exposto na casa da avó materna em 1805. O único irmão de Clara, José Caetano Machado também apadrinhou apenas uma inocente, sua neta Francisca, filha legítima de João Pereira Dias e Maria Clara.

Também é possível perceber que a legitimidade não foi um requisito para que os pais e irmãos de Clara aceitassem o papel de parentes espirituais. Entre os afilhados de Caetano José Machado, Clara Dias Cunha, Maria Caetana e José Caetano Machado, identificamos apenas uma criança proveniente de relação legítima para cada um dos indivíduos citados.

Entre os afilhados legítimos dos pais e irmãos de Clara, apenas José Caetano Machado não era padrinho de criança cativa. Maria Caetana e seu pai foram padrinhos de escravinhos pertencentes à escravaria de Antonio Luís de Oliveira; ele apadrinhou Francisca em 1759 e ela foi madrinha de José em 1804.[371] Clara Dias Cunha, que também batizou um escravo fruto de relação legítima, aceitou o convite do senhor Antonio Soares Ferreira em 1760.[372]

Em 1761, Caetano José Machado fora padrinho de uma escravinha que também pertencia a Antonio Soares Ferreira, que era fruto de uma relação natural. Clara Dias Cunha também batizou uma criança ilegítima e escrava um pouco mais tarde, em 1768, que pertencia a Francisco de Almeida.[373]

Outro membro da família que teve seus laços de compadrio limitado ao universo escravo foi Maria Caetana, que além do escravinho legítimo, anteriormente citado também foi madrinha de um homem cativo de origem africana e adulto, pertencente ao Alferes Manoel Ferreira Campos, no ano de 1818.[374]

Também comparamos os laços de compadrio de Clara Maria Violante e seu cônjuge, Antonio de Souza Lobo. Em termos de número de afilhados, ele foi o que mais se aproximou de Clara, mas mesmo assim estava abaixo de sua esposa nesse quesito de relevância social, sendo padrinho de 10 indivíduos.

---

[371] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1, p. 34 e lv. 8, p.72.
[372] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1, p. 62.
[373] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1, p. 74 e 151v.
[374] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.

Entre os 14 afilhados de Clara, três eram comuns a Antonio de Souza Lobo. O primeiro afilhado do casal foi batizado em 1816, era filho legítimo de um casal de escravos mistos (um africano e uma crioula) pertencentes aos Alferes Manoel Ferreira de Souza.[375] A segunda criança que batizaram juntos, em 1830 era filha natural de uma mulher parda.[376] E, em 1831, foram padrinhos de uma inocente legítima, fruto de uma relação de crioulos forros.[377]

Antes de se casar com Clara Maria Violante, Antonio apadrinhou cinco crianças, sendo três legítimas e duas naturais. Seus três primeiros afilhados tiveram madrinhas diferentes, que não aparentavam ter nenhuma ligação com ele. A primeira e o segundo afilhados foram batizados em 1802 e 1803, respectivamente. Eram filhos legítimos de casais cativos: Felicidade e os pais (um casal misto, africano e crioula) pertenciam ao Alferes Manoel Ferreira Campos e Adão e seus pais (pai sem origem declarada e mãe crioula) ajudavam a compor a escravaria de Francisco Moreira Ribeiro.[378]

Em 1812 e 1814 Antonio aparece novamente como padrinho. Nas duas ocasiões fez par com a primeira esposa, Inácia Maria do Sacramento. Primeiro tornou-se pai espiritual de um menino, filho natural de uma mulher crioula e forra. Depois estabeleceu laços de compadrio com outra mulher – essa, escrava – ao receber sua filha natural.[379]

Em 1816, além do afilhado legítimo que batizou ao lado de Clara, Antonio também foi padrinho junto com Aguida Gonçalves de Moraes de duas meninas naturais, filhas de uma escrava cabra do Capitão José Gonçalves Couto.[380] O fato dos batismos ocorrerem na mesma data e ter os mesmos padrinhos nos leva a crer que as batizandas eram gêmeas.

Os afilhados de Antonio de Souza Lobo foram divididos igualmente entre legítimos e naturais. No entanto, das crianças nascidas de uniões sacramentadas pelo matrimônio, apenas uma era livre. Os afilhados de pais incógnitos eram três escravos e dois filhos de mães forras.

Ao compararmos os laços de compadrio de Clara e Antonio temos uma diferença no número de afilhados e na composição social da rede em que cada um se inseriu. A Tabela 16 faz uma comparação entre os batizandos acolhidos por cada um e nos mostra que Clara estava mais envolvida com famílias legítimas e livres do que seu cônjuge.

[375] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 39.
[376] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 50.
[377] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 53.
[378] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 55v e 26.
[379] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv.6, p. 32 e 37.
[380] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 6, p. 39.

TABELA 16:
Afilhados de Clara Maria Violante e Antonio de Souza Lobo

	Afilhados Naturais		Afilhados Legítimos	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Clara Maria Violante	2	3	6	3
Antonio de Souza Lobo	2	3	1	4

Fonte: AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lvs. 6 e 8.

Fica evidente que além de possuir um maior número de afilhados que os pais, irmãos e marido, Clara estava envolvida em uma rede de compadrio com mais pessoas livres e com relações legítimas. Além disso, essa mulher só estabeleceu laços espirituais com pessoas externas ao seu núcleo familiar. Ela pode não ter acumulado o maior monte-mor dos indivíduos que viveram em Manja Léguas e nem ter levado uma vida luxuosa – como destacamos, através da análise dos bens arrolados no Inventário –, mas se destacou no meio social em que vivia e firmou vínculos, expandindo suas relações e ganhando mais representatividade do que seus consanguíneos e seu cônjuge, sendo escolhida como madrinha, até mesmo, por um casal de brancos.

3.2.3 Relações de compadrio de Francisca de Paula Januário Carneiro

A localização dos Registros de Batismo dos filhos de Francisca de Paula Januário Carneiro foi tão difícil quanto da nossa personagem anterior. Acreditamos que parte disso se deve ao fato de a maioria de sua prole ter nascido de relações adulterinas e ilegítimas com o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro.[381]

Para a busca dos assentos correspondentes à prole de Francisca no banco de dados de Registros de Batismo, partimos das informações apresentadas por Vidigal em seu trabalho de reconstituição da genealogia da família Carneiro. O autor aponta a data de nascimento e/ou batismo de cada um dos filhos que Francisca de Paula Januário Carneiro teve da relação que manteve com o Capitão Mor.

Como explicitamos no capítulo 2, em seu primeiro matrimônio, Francisca teve um filho legítimo com José Tomaz Ferreira, o qual foi batizado em 20 de agosto de 1801 na Matriz

[381] Também devemos considerar a possibilidade de ainda não termos registrado em nosso banco de dados os assentos de batismo dos filhos de Francisca, já que é um procedimento ainda em andamento.

de Piranga. O padrinho foi Antonio Martins[382] e, embora o primeiro nome da madrinha esteja quase ilegível na fonte, acreditamos que era a avó do batizando, Tomásia Rosa dos Santos.[383]

O batismo da segunda filha de Francisca ocorreu "em 19 de novembro de 1803".[384] Através da Carta de Perfilhamento feita pelo Capitão Mor Antonio Januário Carneiro (1821) e das declarações do mesmo em seu Testamento (1827), sabemos que Dona Clementina fora uma das filhas adulterinas de Francisca, mas seu assento de batismo a aponta como filha legítima de José Tomaz Ferreira.[385] Esse fato nos faz deduzir que nessa data o primeiro marido de Francisca ainda não havia se ausentado para cumprir com suas obrigações de Soldado no Rio de Janeiro, o que o fez acreditar que a segunda filha fosse fruto de sua vivência matrimonial. Para apadrinhar a suposta filha legítima, o casal convidou o Padre João Nepomuceno Carneiro e Germana Tomásia Rosa.

José Tomaz Ferreira acabou facilitando o estreitamente de laços entre Francisca e a família Carneiro, ao escolher um padrinho que era irmão do pai biológico de Clementina. Em Testamento datado de 4 de setembro de 1822, o Padre João Nepomuceno Carneiro se declarou natural do Arraial de Piranga e filho legítimo do Capitão Antonio Januário Carneiro e Dona Teresa Maria de Jesus.[386]

A terceira filha de Francisca, de acordo com Vidigal, foi batizada no dia 28 de janeiro de 1808.[387] Encontramos um assento com data bem parecida à indicada pelo autor, alterando-se apenas o mês, que no lugar de janeiro, aparece julho. A criança tinha o mesmo nome (Teresa) e foi exposta em casa de Dona Ana Maria Lourença Dias, sendo apadrinhada pela mesma mulher que a acolheu e pelo Alferes Francisco de Paula Carneiro.[388]

Ao buscarmos fontes que nos informassem mais sobre os personagens participantes desse sacramento, não encontramos nada sobre a madrinha, mas descobrimos que o padrinho era filho legítimo do Capitão Antonio Januário Carneiro e de Dona Teresa Maria de Jesus e Silva, casado com uma homônima da mãe, Teresa Maria de Jesus, com quem teve quatro filhos. Em 1827, elegeu a esposa como tutora de sua prole e a teve como primeira opção para

---

[382] Encontramos um Inventário entre os autos do Arquivo do Fórum de Piranga em que o indivíduo inventariado chamava-se Antonio Martins Gesteira; possuía patente de Alferes; era natural da Vila do Conde, Portugal; filho de Manoel Martins e Antonia Gonçalves Gesteira; vivia na Fazenda da Capoeira, Freguesia de São José do Chopotó, Termo da cidade de Mariana (AFP. Inventário, Caixa A009, Auto 144. Inventário de Antonio Martins Gesteira, 1836). Mas não conseguimos identificar nenhum tipo de relação desse homem com a família de Luís (o filho legítimo de Francisca de Paula de Magalhães Canavazes e José Tomaz Ferreira).
[383] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 3, p. 166.
[384] VIDIGAL, 1980, p. 91.
[385] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 51v.
[386] AHCSM. Inventário. 2º Ofício, Códice 49, Auto 1126. Inventário do Padre João Nepomuceno Carneiro, 1823.
[387] VIDIGAL, *op. cit.*.
[388] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 174.

cumprir a testamentaria, nomeando como possíveis testamenteiros os irmãos José Justiniano Carneiro e o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro e, em quarto lugar, o Cirurgião Mor da Vila, Antonio Pedro Vidigal de Barros.[389]

Ao apontarmos o grau de parentesco do padrinho com aquele com quem Francisca mantinha relações extraconjugais, a hipótese de que a inocente Teresa, criança exposta, era a mesma filha adulterina que o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro aponta em sua Carta de Perfilhamento de 1821 ganha mais força.[390]

O quarto filho de Francisca de Paula nasceu em 24 de agosto de 1810.[391] Francisco também foi apontado como filho adulterino pelo Capitão Mor Antonio Januário Carneiro e nasce no ano de falecimento do primeiro esposo da mãe. Ao procurarmos o registro de batismo não encontramos nenhum assento em que Francisca apareça como mãe de alguma criança com esse nome. No entanto, no ano de 1812, Tomásia Rosa dos Santos recebe em seu domicílio uma criança exposta de nome Francisco e convida a sua filha Germana para ser madrinha do mesmo.[392]

Assim, supomos que Francisco foi acolhido pela avó materna e apadrinhado por uma das tias materna. Talvez, Dona Tomásia tenha utilizado essa estratégia para esconder o comportamento da filha, que foi mãe na ausência do primeiro marido. Para Faria,

> a exposição de crianças representava a própria manutenção da estabilidade familiar ou, melhor dizendo, da moralidade familiar. Para os mais ricos, esconder filhos naturais ou adulterinos poderia significar manter a herança da legalidade e da moral católica.[393]

Acompanhando a cronologia traçada por Vidigal, percebemos que entre 1811 e 1818, Francisca e o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro tiveram mais cinco filhos ilegítimos,[394] para os quais não conseguimos localizar os assentos de batismo. Além de buscá-los na base de dados entre as crianças naturais, também procuramos entre os filhos expostos. Talvez Francisca tenha optado por esconder esses filhos da sociedade, a fim de não gerar um escândalo para si e para a vida pública de seu companheiro, que era um homem de influência política e

[389] AHCSM. Testamentos, lv. 24, fls. 132v-133v. Testamento de Francisco de Paula Carneiro, 1827.
[390] Como mostraremos adiante, um dos irmãos de Antonio Januário Carneiro, José Justiniano Carneiro, além de se casar duas vezes, também traçou relações ilegítimas com duas mulheres da localidade, das quais resultaram alguns filhos naturais, que foram expostos em casa de parentes ou vizinhos próximos. Talvez essa tenha sido uma estratégia comum entre os Carneiros para encobrir relações ilegítimas que manchavam o *status* de homens socialmente importantes.
[391] VIDILGAL, 1980.
[392] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 215.
[393] FARIA, 1998, p. 71.
[394] Antonio, nascido em 26 de agosto de 1811; Joaquim, 15 de fevereiro de 1813; João, 30 de julho de 1814; Maria, 19 de julho de 1817; Justina, 28 de janeiro de 1818. (VIDIGAL, *op.cit.*).

visibilidade social na Vila de Piranga. No entanto, se Antonio, Joaquim, João, Maria e Justina foram expostos, não tiveram a mesma sorte do irmão Francisco em serem recebidos por parentes próximos e o celebrante e os participantes do sacramento agiram com total discrição, não apontando nenhuma informação que deixasse suspeitas sobre a origem dessas crianças, uma vez que os assentos referentes a esses batismos não constam em nossa base de dados.

O filho caçula e o único legítimo de Antonio Januário Carneiro e Francisca de Paula Januário Carneiro, Camilo "nasceu no dia 13 de outubro de 1825",[395] mas não conseguimos localizar o assento de seu batismo.

Contudo, apesar de não conseguirmos muitas informações sobre a rede de compadrio em que foram inseridos os filhos de Francisca, percebemos que em todos os assentos encontrados as crianças tiveram um padrinho ou madrinha com os quais possuíam laços consanguíneos. No caso da madrinha, a avó materna cumpriu a missão. E a função de padrinho, para os filhos que foram declarados como espúrios ou naturais pelo Capitão Mor Antonio Januário Carneiro em 1821, coube aos tios paternos.

O fato de ter que esconder os filhos espúrios e naturais impossibilitou Francisca de expandir os seus laços sociais e comunitários através da escolha de pessoas que pudessem apadrinhar os seus filhos. No entanto, o fato de escolher parentes próximos para acolher e batizar alguns membros de sua prole possibilitou um acompanhamento em relação à criação dessas crianças e deu ao abandono um caráter momentâneo. Pois, como vimos através das Listas Nominativas do distrito de Piranga, posteriormente, os filhos retornaram para a companhia da mãe e, por isso, reafirmamos que "(...) esta possibilidade era facilitada pelo conhecimento e pela familiaridade entre os progenitores e os que recebiam as crianças".[396]

Desde o período de viuvez do primeiro marido, Francisca[397] começou a ser convidada por diversas pessoas da localidade para ser madrinha dos recém-nascidos. Localizamos 18 assentos em nossa base de dados,[398] nos quais ela aparece e que cobrem o período de 1814 a 1864. Todos realizados em Piranga, exceto um batismo que ocorreu em 1846, na Barra do Bacalhau, distrito da microrregião norte da freguesia.

---

[395] VIDIGAL, 1980, p. 92.
[396] BRÜGGER, 2006, p. 136.
[397] Em todos os assentos de batismo que exerceu a função de madrinha recebeu o designativo de Dona.
[398] Utilizaremos para essa análise os assentos em que encontramos alguma evidência de que a madrinha era realmente a Francisca de Paula Januário Carneiro. Na base de dados também localizamos vários registros nos quais a madrinha foi identificada apenas como Francisca de Paula, mas não temos elementos que nos ajude a confirmar que era a mesma personagem que acompanhamos e, por isso, optamos por não incluir todos esses assentos em nossa análise. Nesse último caso, só analisamos alguns registros que foram realizados na Vila de Piranga e que tiveram homens da família Carneiro como padrinhos ou da vizinhança e mesma camada social de Francisca.

O primeiro assento em que Francisca de Paula aparece como madrinha data de 1814. O nome do batizando está ilegível, mas sabemos que era filho legítimo de Lourenço Antunes da Silva e Ana Maria do Carmo, ambos identificados como pardos. Foi padrinho, junto com Francisca, o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro.[399]

É preciso relembrarmos que Francisca e Antonio só se casaram de fato em 1823 e o assento do referido afilhado não indica nenhum tipo de relação entre seus padrinhos. Inclusive a madrinha foi identificada apenas como Dona Francisca de Paula.

Após cinco anos, em 1819, temos o segundo assento. O nome do batizando novamente está ilegível, mas através dos nomes dos pais, o Licenciado Antonio de Magalhães Canavazes e Dona Hipolita Noberta Celestina, conseguimos compreender os laços envolvidos nesse batismo. Francisca era irmã do pai e, portanto, tia da criança.[400]

Novamente o Capitão Antonio Januário Carneiro fez par com Francisca de Paula e apadrinhou mais uma criança. O fato de o casal formar um par de padrinhos sem indícios de sua relação ilegítima revelada nos faz pensar que até 1823 (data do casamento desse casal), a relação manteve-se com discrição.

O pai da criança, o cirurgião Antonio de Magalhães Canavazes, homem de 48 anos, chefiava o domicílio 21 do primeiro quarteirão de Piranga ao lado de sua esposa Hipolita Noberta Celestina de 40 anos. Nesse mesmo fogo também conviviam cinco filhos do casal e três escravos, que compunham uma família, formada por pai, mãe e filho, todos crioulos.[401]

Anos após, em 1838, o cirurgião Antonio de Magalhães Canavazes era chefe do fogo 51 do primeiro quarteirão de Piranga e estava acompanhado por sua esposa e sete filhos. Dona Hipolita e os filhos mais velhos (Dona Joaquina e Francisco) desenvolviam ofícios no mesmo ramo, elas costureiras e ele alfaiate. Além da família nuclear, o domicílio ainda abrigava três escravos (duas mulheres e um homem), sendo dois de origem africana (Benguelas) e uma crioula.[402]

Não conseguimos encontrar os Inventários dos pais desse segundo afilhado de Francisca. O Inventário do pai, em especial, acrescentaria informações para nossa análise do nú-

[399] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[400] AEAM. Registros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, s./lv., p. 214.
[401] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Piranga.
[402] Entre os três escravos constantes em 1838-39, acreditamos que dois já estavam presentes no domicílio desde 1831-32, Inácia e Raimundo, que eram mãe e filho. Mas a divergência em informações como idade e origem, nos deixa em dúvida. Na primeira Lista Nominativa, ambos foram designados como crioulos, a mãe possuía 26 anos e o filho nove. Na segunda lista, apenas seis anos depois, Inácia tinha 36 anos e Raimundo 22, além de serem classificados como escravos de origem Benguela. (APM. Listas Nominativas 1831-32 e 1838-39. Freguesia de Guarapiranga).

cleo familiar dos Canavazes e nos ajudaria a compreender a relevância social dos irmãos de Francisca no distrito onde viveram.

Em 1827 ocorre o batismo de Francisco, filho legítimo de Simão Ferreira de Souza e Efigênia Maria de Souza, ambos pardos forros. Foram padrinhos Antonio Pedro Vidigal de Barros e Dona Francisca de Paula.[403] No entanto, ficamos em dúvida se a madrinha era a mesma Francisca que acompanhamos, pois não há indicação do seu sobrenome e nem do seu estado civil, que nesta data deveria ser apontada como esposa do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro.

Na Lista Nominativa de 1831-32, temos os pais de Francisco habitando o fogo 13 do décimo primeiro quarteirão de Piranga, mas o domicílio não estava sob a chefia de Simão Ferreira de Souza (42 anos e lavrador) e sim de uma senhora de 88 anos chamada Josefa Domingues e viúva. A fonte não nos deixa explicita a relação entre a chefe do domicílio e o casal, mas acreditamos que fosse mãe de um dos dois.

Além desses três indivíduos, o domicílio ainda era composto por sete pessoas, possivelmente filhos de Simão e Efigênia, com idades que variavam entre 8 e 20 anos, sendo que os homens mais velhos desse grupo (Quitiliano, 22 anos; Justiniano, 20 anos; Antonio, 14 anos) foram classificados como carreiros e as mulheres (Sabina, 18 anos; Maria, 16 anos) como fiadeiras. Josefa também possuía três escravos de origem africana, todos solteiros (João de 49 anos, Manoel de 17 anos e Maria de 16 anos).

Nas Listas de 1838-39, não conseguimos localizar os indivíduos desse fogo e perdemos de vista a trajetória de Simão e Efigênia, para os quais também não conseguimos localizar os Inventários ou Testamento.

O padrinho, Antonio Pedro Vidigal de Barros, era um homem influente no distrito. Além de exercer o ofício de cirurgião, comandava o primeiro fogo do primeiro quarteirão de Piranga e ainda acumulava as funções de Juiz de Paz, lavrador e comerciante. Ao seu lado viviam a segunda esposa (Teresa Altina Sande), a sogra (Francisca Clara Umbelina, viúva do Capitão Antonio Gomes Sande), o cunhado (Antonio Gomes de Oliveira), oito filhos e 44 escravos.[404]

Antonio Pedro Vidigal de Barros tinha origem portuguesa, nascido e batizado na Freguesia de São Miguel da Vila de Penela, Comarca e Bispado da Cidade de Coimbra,[405] começou a adquirir visibilidade social dentro do distrito de Piranga a partir do primeiro matrimônio

[403] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 53.
[404] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Piranga.
[405] AHCSM. Inventários, 1ºOfício, Códice 18, Auto 512. Inventário de Antonio Pedro Vidigal de Barros, 1839.

contraído com Francisca Cândida de Oliveira Sande (1811), filha do falecido Capitão Mor Antonio Gomes Sande e Francisca Clara Umbelina de Jesus. Ao casar-se com Francisca, Antonio Pedro toma frente dos negócios e propriedades da família Sande, visto que o único filho homem que poderia ocupar o lugar do pai havia resolvido dedicar-se à vida religiosa (o Padre Antonio Gomes de Oliveira Sande).

Após o falecimento de Francisca Cândida de Oliveira Sande,[406] em 1820, o cirurgião Antonio Pedro Vidigal de Barros não perde o seu vínculo com a família, mas o consolida a partir do segundo matrimônio com uma de suas cunhadas, Teresa Altina de Sande Barros e mantém a sua posição de chefe de domicílio, administrando os bens deixados pelo sogro, pela primeira esposa e pela sogra, que morre no ano de 1833.[407]

A partir da análise das fontes não conseguimos explicitar laços sociais entre a família Gomes Sande/Vidigal de Barros e os Carneiros, mas sabemos que Dona Francisca de Paula Januário Carneiro e Teresa Altina de Sande Barros viveram em situação parecida: a de viúva. Pois em 1839 o Cirurgião Antonio Pedro morre e deixa à sua segunda esposa a responsabilidade de cuidar de seus filhos e bens, elegendo-a como sua primeira testamenteira.

Em 1829, Rita, filha natural de Felizarda Maria foi batizada por Joaquim Pinto de Moraes e Dona Francisca de Paula Januário Carneiro.[408] Sobre esse assento, não conseguimos ampliar a análise e explicitar a ligação entre a mãe e os padrinhos, mas é significativo observarmos que foi a única afilhada natural de Francisca.

No ano de 1831 temos mais um assento em que o nome do batizando está ilegível, mas sabemos que era filho legítimo de Felisberto Gonçalves Aranha e Maria da Cruz e foi apadrinhado pelo Alferes Francisco Dias da Costa e Dona Francisca de Paula.[409] O nome incompleto da madrinha mais uma vez nos gera dúvidas sobre a sua identidade e o Registro de Batismo não nos traz nenhuma informação que a ligue aos pais ou ao padrinho.

Felisberto Gonçalves Aranha era um homem pardo, que se ocupava do ofício de tropeiro e habitava o fogo de número 13 do quarto quarteirão de Piranga ao lado de sua esposa, Maria da Cruz, também parda. Para ajudar em suas atividades, Felisberto mantinha em seu poder dois escravos de origem africana, que declararam a mesma ocupação do senhor.[410]

Sobre o padrinho dessa criança, só encontramos o Inventário que foi aberto em abril de 1845. Francisco Dias da Costa era casado com Luísa da Costa Monteiro e residia na Fa-

[406] AHCSM. Inventários, 1º Ofício, Códice 97, Auto 2032. Inventário de Francisca Cândida de Oliveira Sande, 1820.
[407] Para maiores informações sobre esse núcleo familiar consultar COSTA, 2011.
[408] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, lv. 11, p. 67.
[409] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, lv. 11, p. 75.
[410] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Piranga.

zenda de Santo Antonio do Tijuco, Freguesia do Infeccionado; era um homem de posses e o seu monte-mor (27:993$573 – vinte sete contos, novecentos e noventa três mil e quinhentos e setenta e três réis), somado ao título de Alferes, nos leva a perceber que era um bom padrinho a ser escolhido para quem visasse alcançar prestígio social.[411]

O assento de batismo do filho de Felisberto e Maria é outro registro significativo, pois aponta que, possivelmente, Francisca não via o apadrinhamento de crianças de cor com maus olhos e com isso ampliava a sua oportunidade de criar laços sociais com indivíduos que estão além de seus laços de consanguinidade. Além disso, também demonstra como pessoas em camadas sociais desprivilegiadas poderiam angariar a proteção de pessoas socialmente bem colocadas.

No ano seguinte, em 1832, ocorreu o batismo de José filho legítimo de Antonio Henrique e sua esposa, Silvéria Rosa, ambos crioulos e forros. A criança foi apadrinhada por Antonio Januário Carneiro[412] e sua mãe, Francisca de Paula Januário Carneiro.[413] Visto que não encontrarmos mais informações sobre a família do batizando José, não podemos afirmar com total segurança, mas talvez os pais do batizando foram escravos de Francisca.

Os Registros de Batismo dos filhos dos dois casais forros que foram compadres de Francisca de Paula Januário Carneiro nos fazem perceber que, em ambos casos, os padrinhos foram escolhidos entre os brancos que possuíam títulos e distinção social, o que pode indicar que essa parcela da população buscava estabelecer relações verticais a partir dos laços de compadrio o que poderia significar certo reconhecimento social de si e dos filhos. Ao analisar os Registros de Batismo da paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Venancio constatou que os padrinhos de filhos de mulheres forras eram, em sua maioria, homens brancos, livres e com patente ou algum título distintivo; porém, para as madrinhas não havia muita preocupação com a condição e, muitas vezes, também eram libertas.[414]

Em 1833, ocorreu o batismo de Martinha, filha legítima de Júlio Pereira da Silva e Maria do Espírito Santo, casal de pardos que vivia na Vila de Piranga. Foram padrinhos o Tenente Coronel Luís Antonio Carneiro e sua mãe, Francisca de Paula Januário Carneiro.[415]

---

[411] AHCSM. Inventários, 1º Ofício, Códice 151, Auto 3179. Inventário de Francisco Dias da Costa, 1845.
[412] Filho de Francisca e do Capitão Antonio Januário Carneiro. Mas uma geração com um homônimo do pai e que parece ter que assumir os mesmos papéis do antecedente. Além de acompanhar sua mãe em vários assentos, também se manteve ativo na vida econômica e social do seu núcleo familiar e conquistou títulos de patente como o de Coronel e Capitão. À época do sacramento deste afilhado, Antonio era um rapaz solteiro e vivia no domicílio de sua mãe.
[413] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 193v.
[414] VENANCIO, 2003.
[415] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 173.

Antes do nascimento da batizanda, Júlio foi listado no fogo 19 do primeiro quarteirão de Piranga, ao lado de sua mulher e dois filhos, ainda crianças (Antonio com 3 anos e Ana com apenas um ano). O chefe desse domicílio tinha 53 anos e ocupava-se do ofício de ferreiro; sua esposa, sem ocupação declarada, possuía idade bem inferior, 31 anos.[416]

Cinco anos após o batizado de Martinha, percebemos algumas alterações no domicílio de sua família, que habitava o fogo 31 do primeiro quarteirão da Vila e comportava 5 indivíduos: o casal e três crianças. Júlio, com 64 anos, mantinha o seu ofício de ferreiro e a esposa com 40 anos agora possuía uma ocupação, era costureira. As crianças foram identificadas como Antonio (9 anos), Francisco (7) e Júlia (3).[417] Com relação aos dados da primeira Lista Nominativa, temos duas novas crianças compondo a família, mas Ana (que aparece na lista de 1831-32, com um ano) e Martinha não constam entre os irmãos.

Nas duas ocasiões em que tivemos acesso às informações do domicílio dos pais de Martinha, tornou-se possível a percepção de proximidade na vivência social com os padrinhos escolhidos. Júlio e Maria, tanto em 1831-32 como em 1838-39, viviam no mesmo quarteirão que Francisca de Paula Januário Carneiro. A vizinhança se estendia ao padrinho, que habitava o fogo 25, também do primeiro quarteirão, em 1838-39.

Um ano antes do batismo de Martinha, o Tenente Coronel Luís Antonio Carneiro tinha 31 anos, ainda era solteiro e ao lado de sua mãe administrava os negócios da família, exercendo atividades relacionadas ao comércio através do ofício de caixeiro.[418]

Em 1835, ocorre o batizado de Francisca, filha legítima de José Cesário de Faria Alvim e Dona Teresa Januário Carneiro. O Tenente Coronel Luís Antonio Carneiro novamente fez par com sua mãe e apadrinhou a sobrinha.[419]

Não conseguimos encontrar o domicílio de José e Teresa na Lista Nominativa de 1838-39 da freguesia. Apesar do Registro de Batismo da filha os apontar como moradores de Guarapiranga, talvez tenham se mudado após o sacramento, pois no ano de 1865, quando se deu início aos autos de Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, Dona Teresa foi apontada como viúva no rol dos herdeiros e passou uma procuração ao seu irmão Camilo Antonio Januário Carneiro, para que lhe representasse no andamento do processo de partilha de bens, pois morava na cidade de Ubá, Comarca de Muriaé.[420]

---

[416] APM, Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Piranga.
[417] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[418] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Piranga.
[419] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 143v.
[420] AFP. Inventário, Códice 37, Auto 469, fl. 9-9v. Inventario de Francisca Januário de Paula Carneiro, 1865.

No mesmo Inventário, também encontramos a procuração de uma neta de nome Francisca, que era casada com o Tenente Jacinto Marcos Passada, moradora na cidade de Ubá, solicitando que o tio Camilo lhe representasse no processo de partilha dos bens da avó.[421] No entanto, não podemos afirmar que essa mulher era a Francisca que fora batizada em 1835, já que outros filhos homenagearam a progenitora dando o mesmo nome às filhas.

Voltando aos Registros de Batismo, encontramos três assentos em que Dona Francisca aparece como madrinha no ano de 1837. O primeiro ocorreu no mês de fevereiro e sacramentou Marcelino, filho legítimo do Tenente Tristão Nogueira da Silva e Dona Maria Antonia do Espírito Santo; acompanhando a mãe, o Capitão Antonio Januário Carneiro se encarregou da tarefa de padrinho.[422]

O Tenente Tristão, residia e chefiava o fogo de número 38 do segundo quarteirão da freguesia, que ao todo reunia 26 indivíduos. Além da esposa e oito filhos, compunha o domicílio seis agregados (entre os quais um designado como crioulo, e o restante declarado como brancos) e 10 escravos. As ocupações dos indivíduos variavam entre mineiros, ferreiro, feitor e costureiras.[423]

O segundo assento do ano de 1837 foi registrado no mês de julho e se refere ao batizado de mais um neto de Francisca, José, filho legítimo de Francisco Justiniano Alves Carneiro e Dona Maria Januário Carneiro. Foi padrinho, o avô paterno, o Comandante Superior José Justiniano Carneiro.[424]

Como ressaltamos no capítulo anterior, Dona Maria era prima, por parte paterna, de seu esposo. Assim como no caso de sua irmã Teresa, ela e o marido não foram listados como habitantes na Lista Nominativa de 1838-39. O fato de ela ser citada no rol de herdeiros do Inventário de sua mãe como uma mulher casada nos leva a crer que, após o batismo de José, também se mudaram de Piranga.

Anos antes do batizado, o avô e padrinho, José Justiniano Carneiro, chefiava o fogo de número dois do distrito de Tapera e declarava duas ocupações de negociante e agricultor. Coabitavam no mesmo domicílio Dona Josefa Luisa de Figueiredo Carneiro, segunda esposa do Comandante Superior, mulher de 38 anos, quatro filhos, 66 escravos e três indivíduos forros. Francisco Justiniano Carneiro era o filho mais velho do domicílio, fruto do primeiro casamen-

[421] AFP. Inventário, Códice 37, Auto 469, fl. 8-8v. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.
[422] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 53. 00828-08. Viçosa: UFV, 2011.
[423] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[424] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 200v.

to de seu pai com Dona Antonia Teresa Maria do Carmo. O restante da prole era resultante do segundo matrimônio com Dona Josefa e era composto por três meninas.[425]

Além da prole legítima, José Justiniano Carneiro também foi pai de três crianças naturais que foram expostas em diferentes domicílios da freguesia e reconhecidas em Testamento.[426] Um desses filhos foi exposto na casa do cunhado Tenente José Alves Ferreira. O segundo foi acolhido por Francisca Inácia do Espírito Santo. O terceiro foi recebido pelo tio, o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, que também assumiu o papel de padrinho ao lado da filha Dona Clementina (prima do exposto).[427]

Andrade considera que José Justiniano Carneiro soube arquitetar a inclusão de seus filhos bastardos na sociedade piranguense de forma que fosse possível o acompanhamento da trajetória dos mesmos. "Ter um filho nascido de relações ilícitas aos olhos da Igreja era algo que poderia assolar a imagem do Coronel José Justiniano e atrapalhar a sua inserção política como vereador da Câmara de Mariana e sua ascensão na hierarquia militar."[428]

O terceiro assento de 1837 ocorreu no mês de novembro. Honório, filho legítimo do Alferes Joaquim Antonio Carneiro e Dona Justina Januário Carneiro, foi o terceiro neto batizado por Dona Francisca de Paula, acompanhada do filho Tenente Coronel Luís Antonio Carneiro.[429]

O Alferes Joaquim era um jovem comerciante (24 anos), que chefiava o fogo 16 do sétimo quarteirão de Piranga. Sua esposa, Dona Justina, tão jovem quanto (19 anos), em 1838, já havia lhe dado dois filhos (Honório de 2 anos e Luís de apenas um ano) e juntos tinham a posse de sete cativos.[430]

Muitas vezes a análise nominativa das fontes ressente-se do fato de não serem atribuídos sobrenomes a muitos dos indivíduos, antes de se tornarem adultos ou constituírem a própria família. Não conseguimos localizar os Inventários de Joaquim ou Justina, mas sabemos que ela morre antes de Dona Francisca, pois em 1865 foi representada no rol de herdeiros por seus filhos.[431]

---

[425] APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distrito de Tapera.
[426] AHCSM. Inventários. 2º Ofício, Códice 22, Auto 558. Traslado do Testamento de José Justiniano Carneiro, 1841, p. 35-45.
[427] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 3, p. 275.
[428] ANDRADE, 2014, p. 129.
[429] AEAM. Registro de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 202.
[430] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[431] AFP. Inventário, Códice 37, Auto 469, fl. 4. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.

Em 1838, acontece o batismo de Francisca, filha legítima do Tenente Coronel Luís Antonio Carneiro e Dona Camila Januário Carneiro. Foram padrinhos a avó e o tio, o Capitão Antonio Januário Carneiro.[432]

O Tenente Coronel Luís Antonio Carneiro era um dos vizinhos de sua mãe, residia no fogo de número 25 do primeiro quarteirão de Piranga, ao lado de sua esposa, a filha Francisca e cinco escravos. Luís era negociante.[433]

Na tentativa de ampliar um pouco mais a análise para o núcleo familiar desse filho de Dona Francisca, que a acompanhou em vários batismos, buscamos pôr seu nome no catálogo de Inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo do Fórum de Piranga, mas não encontramos nem o nome de Luís e nem o de sua esposa Camila.

Através do Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, descobrimos que seu filho Luís acabou falecendo antes dela, pois no rol de herdeiros este é representado por seus filhos.[434]

No ano de 1840, Francisca foi madrinha de mais duas meninas. Dessa vez não eram suas netas e nossa personagem volta a expandir sua rede de sociabilidade pelo compadrio. O primeiro assento desse ano foi registrado no mês de agosto e se referia ao batismo de Maria, uma criança parda e filha legítima de Júlio Pereira da Silva e Maria do Espírito Santo, também um casal de pardos. Para fazer par com Francisca, os pais convidaram o Capitão Antonio Teixeira Guimarães.[435]

Essa não era a primeira vez que Francisca batizava uma filha do casal. Como descrito acima, no ano de 1833, nossa personagem já havia sido madrinha de Martinha. O padrinho, Capitão Antonio Teixeira Guimarães, era um mercador de 68 anos, que residia no fogo número oito do primeiro quarteirão, tendo em sua companhia apenas um escravo crioulo e em idade avançada (50 anos).[436]

O segundo assento de 1840 também registrou uma criança chamada Maria, que, em relação à anterior, só tinha o mesmo nome. Era uma criança branca e filha legítima de Jacinto José de Vargas e Maria Felisberta de Oliveira. Para a função de padrinho, foi convidado o Alferes João Manoel Alves.[437]

Dois anos antes do batizado de Maria, Jacinto José de Vargas chefiava o domicílio de número oito do quarto quarteirão de Piranga. Ele tinha 25 anos e se ocupava do ofício de la-

[432] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[433] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[434] AFP. Inventário, Códice 37, Auto 469, fl. 3. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.
[435] APP. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1B, p. 28.
[436] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[437] APP. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1B, p. 30.

vrador, sua esposa com 24 anos era costureira. O casal tinha dois filhos, ambos crianças (Antonio de três anos e João com apenas um ano). Pelas idades declaradas para o casal e para os filhos, supomos que, em 1838, possuíam pouco tempo de casados, mas já tinham uma escravaria de porte médio, com 11 escravos (composta por duas mulheres adultas e seus filhos, todos crianças).[438]

Ao buscarmos informações sobre o padrinho, descobrimos que o Alferes João Manoel Alves era um agregado de Francisca de Paula Januário Carneiro e que desempenhava o ofício de boticário.[439] Posteriormente à data do batismo de Maria, não encontramos outras fontes que nos auxiliassem na reconstituição da trajetória de vida de seus pais.

Continuando a análise dos Registros de Batismo em que Francisca aparece como madrinha, localizamos dois assentos para o ano de 1841. O primeiro ocorreu no mês de maio. Ao lado do irmão, Elias de Magalhães Canavazes, nossa personagem apadrinhou a inocente Altina, filha legítima de Sebastião Dias dos Reis e Júlia Augusta Cesária.[440]

Pouco antes do nascimento de Altina, Sebastião Dias dos Reis (pardo, 48 anos, lavrador) chefiava o fogo de número 50 do primeiro quarteirão de Piranga, onde vivia com sua esposa Júlia (parda, 36 anos, costureira), cinco filhos (todos crianças), cinco agregados e quatro escravos.[441]

Entre os agregados, temos a presença de duas mulheres brancas, Dona Jacinta Ubaldina de Oliveira (52 anos, costureira) e Senhorinha Espinosa (36 anos, costureira),[442] que foram acolhidas pelo casal. Outra agregada é uma senhora parda de 80 anos, costureira, chamada Maria Alves; apesar da idade avançada, parecia contribuir com as atividades do fogo e era dona de uma cativa Benguela. A recepção dessas mulheres nos faz lembrar os estudos de Lewkowicz para a cidade de Mariana no século XIX, que, ao analisar o acolhimento de agregados por algumas famílias, constata a existência de "uma rede de apoio" e solidariedade entre os indivíduos que habitavam um mesmo fogo.[443]

Também buscamos informações sobre os pais de Altina em algum momento após o seu nascimento, mas não tivemos acesso aos seus Inventários. O mesmo ocorreu com o padrinho, para quem não conseguimos localizar informações nem mesmo na Lista Nominativa de 1838-39.

---

[438] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[439] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[440] APP. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1B, p. 37.
[441] APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.
[442] Senhorinha ainda trazia em sua companhia um filho de três anos, de nome Antonio.
[443] LEWKOWICZ, 1992.

O segundo assento de 1841, foi registrado no mês de novembro. Mais uma vez Dona Francisca foi madrinha de um neto. João era filho legítimo do Major João Januário Carneiro e Dona Teresa Maria do Carmo. Além da avó, batizou o menino o Alferes João José Carneiro.[444]

Os pais de João eram primos – Dona Teresa era filha de Francisco Antonio de Paula Carneiro, irmão do falecido Capitão Mor Antonio Januário Carneiro. Não encontramos informações sobre este casal, pois não conseguimos localizar o seus Inventários. Mas sabemos que se casaram em algum momento após o ano de 1838, pois na Lista Nominativa o Major ainda aparece como um habitante do fogo de Francisca, sendo classificado como solteiro.

Apesar de não conseguirmos localizar o Inventário do Major João Januário Carneiro, sabemos que ele morreu antes de sua mãe. No Inventário de Francisca ele foi representado pelos filhos no rol de herdeiros.[445]

Em 1846 ocorre o único batismo em que Francisca toma parte fora do distrito de Piranga, na Capela da Barra do Bacalhau. Filomena era filha legítima de Camilo Januário Carneiro e Dona Francisca de Paula Martins. Junto com a avó da batizanda, foi padrinho João Manoel.[446]

Não encontramos os Inventários dos pais de Filomena, mas sabemos que o Coronel Camilo Januário Carneiro ainda era vivo na época do falecimento de Dona Francisca, pois além de ser um dos herdeiros, também recebeu parte da terça da mãe.[447]

Sobre o padrinho, a falta de informações no assento nos impossibilitou de identificá-lo nos catálogos da Casa Setecentista de Mariana ou mesmo na Lista Nominativa que antecede a cerimônia de batismo de Filomena.

O último assento que Dona Francisca aparece como madrinha foi registrado em 1864, um ano antes de sua morte. O registro correspondia ao batismo de Maria, filha legítima de Faustino Rodrigues Pereira e Ana Celestina. Foi padrinho Sebastião Ferreira Guimarães.[448] Mais um batizado para o qual não conseguimos informações sobre os participantes.

A escassez de dados para além dos Batismos que ocorreram após o ano de 1838-39 dificultou a ampliação das análises para compreensão dos laços de sociabilidade. Mas os laços de parentesco presentes entre padrinhos e pais das crianças, em três casos, ajudaram a esclarecer a relação sem que fosse tão essencial o cruzamento de dados presentes em outras fontes.

---

[444] APP. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, lv. 1B, p. 46.
[445] AFP. Inventário, Códice 37, Auto 469, fl. 3. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.
[446] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, lv. 12, p. 314.
[447] AFP. Inventário, Códice 37, Auto 469, fl. 4. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.
[448] APP. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, lv. 1B, p. 210-211.

Dos 18 assentos analisados, em apenas um caso, Francisca de Paula Januário Carneiro foi madrinha de uma criança natural, sendo o restante de seus afilhados filhos legítimos de pessoas que residiam próximas e que, em alguns casos, possuíam distinção social. Cinco compadres possuíam algum título ou patente e oito comadres eram designadas como "Dona". Ao analisar registros de batismo referentes a filhos e afilhados de famílias da elite piranguense, Andrade constatou uma clara preferência dos padrinhos por crianças frutos de relações legítimas.[449]

Tendo em vista esses dados, também é importante observarmos a origem dos pais dos batizandos de Francisca. Entre os 17 casais que a escolheram como madrinha, 12 eram compostos por pessoas brancas, quatro formavam-se a partir da união de indivíduos pardos e um resultou da união de crioulos. Também é importante relembrarmos que Francisca não foi madrinha de nenhuma criança escrava, mas dois casais de compadres foram classificados como forros. Andrade, em sua análise, também observou como uma tendência das famílias da elite piranguense o apadrinhamento de indivíduos livres.[450]

O fato de Francisca de Paula Januário Carneiro apadrinhar filhos de pessoas pardas e crioulas e que foram libertos não diminui o seu prestígio social dentro da rede de compadrio, mas demonstra que a participação de qualquer indivíduo em uma rede social relevante poderia ser a saída para algum reconhecimento. Sendo assim, o fato de ser escolhido como padrinho era um dos passos para afirmar a importância social do indivíduo, mas o ato de escolher padrinhos em patamares mais altos da sociedade também era importante para garantir a visibilidade social, "pois mesmo sendo inferior socialmente, conseguiu mobilizar recursos para estabelecer o compadrio".[451] E ainda podemos citar as considerações de Venancio, para o qual o vínculo estabelecido através do compadrio é considerado como um laço especial, pois "abre caminho para que, mesmo os grupos empobrecidos da população, por assim dizer 'elejam' parentes pertencentes a grupos superiores da sociedade".[452]

Em sete casos Francisca possuía grau de parentesco com os afilhados, sendo que apenas um se referia ao laço de tia e os demais ao de avó. Também em sete ocasiões comprovamos o parentesco entre madrinha e padrinho, que apenas em um caso era irmã e nos demais mãe. As relações de compadrio internas à família foram apontadas por Andrade como uma

[449] Entre as 29 famílias enfocadas pelo autor na análise das redes de compadrio da freguesia de Guarapiranga, os Carneiros figuravam como um importante grupo, sendo representados principalmente pelos assentos em que compareceram o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro e seu filho, de mesmo nome e fruto de sua relação com Francisca de Paula Januário Carneiro. (ANDRADE, 2014).
[450] ANDRADE, *op. cit.*.
[451] *Ibidem*, p. 121.
[452] VENANCIO, 2003, p. 598.

prática comum à elite da freguesia e, conforme as análises desse autor, os Carneiros se destacaram nesse quesito, somando 14 batismos em que os compadres eram parentes próximos. De acordo com este autor,

> famílias que detinham um bom prestígio social eram aquelas que mais prezavam por relações fortes, as quais, quando escassas, recaíam sobre a própria família, o que poderia ser uma saída possível à ausência de um *bom compadre*, ou um mecanismo que visava as relações intrafamiliares.[453] [Grifos no original].

Ao analisarmos os títulos e patentes dos padrinhos que acompanharam Francisca nos 18 assentos, percebemos que ela estava envolvida em uma rede de sociabilidade de pessoas que possuíam alto *status* social e poder econômico na localidade. Em 13 casos fez par com homens que possuíam patentes, sendo que em duas ocasiões esse papel foi cumprido pelo companheiro, o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro; em seis casos foi acompanhada pelos filhos, Antonio Januário Carneiro e Luís Antonio Carneiro; e em um caso, foi acompanhada pelo cunhado, que também era avô da criança batizada, o Comandante Superior José Justiniano Carneiro.

De acordo com Venancio; Sousa e Pereira, "os assentos batismais possibilitam o conhecimento de formas de sociabilidade da elite".[454] Esses autores ainda destacam que

> a noção de 'prestígio' vinculava-se à capacidade de dispor de recursos (fossem eles pessoais ou do aparelho de Estado), gerando assim uma 'economia de favores', de dom e contra-dom; em outras palavras, de reciprocidade social envolvendo desiguais. [455]

É importante observarmos que a ligação com a família Carneiro possibilitou uma visibilidade a Francisca no nosso banco de dados. Nos primeiros assentos em que a identificamos (1814 e 1819) fazia par com o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, com quem já mantinha uma relação ilegítima. Nos assentos posteriores, a presença de um filho e a indicação do seu sobrenome facilitou a identificação. Em datas anteriores, quando ainda estava casada com o Soldado José Tomaz Ferreira e carregava o sobrenome do pai, não conseguimos identificá-la em nenhum assento de batismo. O que não quer dizer que essa mulher ainda não fizesse parte da rede de compadrio da freguesia, mas sim que, talvez, estava inserida em redes de

[453] ANDRADE, 2014, p. 117.
[454] VENANCIO; SOUSA; PEREIRA, 2006, p. 277.
[455] *Ibidem.* p. 274.

menor prestígio, visto que sua posição, naquele momento, não era privilegiada social e economicamente.

Ao analisar a relação de compadrio estabelecida entre as famílias Canavazes e Carneiro, Andrade constata uma desigualdade, sendo que estavam ligados por apenas um caso em que um membro da família Carneiro foi escolhido por um Canavazes como padrinho: o assento de 1819, em que Francisca foi madrinha de um sobrinho junto com o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro. Segundo o autor, "nenhum membro da família Canavazes foi escolhido como compadre por algum membro da família Carneiro".[456]

Contudo, baseando-nos ainda nas análises deste autor, podemos afirmar que dentro da perspectiva das famílias mais ricas e prestigiadas:

> o compadrio funcionava como um mecanismo de integração social utilizado como forma de solidificar relações e/ou alavancar as mobilidades familiares. Por exemplo, influentes pais, detentores de grandes cabedais e que tivessem estabelecido relações com importantes compadres, solidificaram o prestígio de sua família. Aumentando suas posses, podem ter criado as bases à mobilidade espacial de sua família ao adquirir terras numa nova localidade. Porém, averigua-se que quem migra são os filhos, que assim que chegam numa nova localidade buscam enraizamento social através de relações que estabelecem com as camadas mais baixas da população de forma a alcançar estratos sociais mais elevados.[457]

3.2.4 A Rede de Parentesco Espiritual dos familiares de Francisca de Paula Januário Carneiro

Assim como fizemos para a personagem anterior, analisamos também os laços de compadrio dos familiares de Francisca de Paula Januário Carneiro. O único membro para o qual não tivemos acesso a nenhum Registro de Batismo que indicasse a sua participação como padrinho foi o patriarca do grupo, o Licenciado Francisco de Magalhães Canavazes.[458]

No intuito de apontarmos o grau de participação de cada indivíduo desse núcleo familiar nas redes de compadrio que se construíam ao seu redor contabilizamos o número de afilhados que cada um apadrinhou. A Tabela 17 nos mostra uma maior expressividade na atuação de dois irmãos de Francisca de Paula, o Licenciado Antonio de Magalhães Canavazes e Dona Germana Clara Lucinda.

---

[456] ANDRADE, 2014, p. 113.
[457] *Ibidem.* p. 145.
[458] Encontramos vários assentos que indicam a participação de um homem com o mesmo nome, mas as datas (todas superiores a 1791) nos leva a crer que possivelmente fosse um de seus netos, filho de Antonio de Magalhães Canavazes e Hipolita Noberta Celestina, e não o próprio Francisco.

TABELA 17:
Afilhados dos familiares de Francisca de Paula Januário Carneiro

Membro	Número de Afilhados	Parentesco com Francisca
Tomásia Rosa dos Santos	9	Mãe
Maria de Santa Apolônia Magalhães	7	Irmã
Marinha Rosa de Jesus	9	Irmã
Germana Clara Lucinda	25	Irmã
Elias de Magalhães Canavazes	15	Irmão
Antonio de Magalhães Canavazes	27	Irmão
Francisca de Paula Januário Carneiro	18	_

Fonte: AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lvs. 1, 2, 3, 8 e 11; APP. Registros de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1.

Dona Tomásia Rosa dos Santos, como explicitado na Tabela 17, foi madrinha de nove indivíduos, sendo, a maioria, fruto de relações ilegítimas (seis afilhados naturais). Apenas em quatro assentos não foi acompanhada por um de seus filhos na função de padrinho, os quais ocorreram nos anos de 1762, 1794 e 1805.

O primeiro assento em que Tomásia foi encontrada como madrinha data de 1762. Nessa época, ainda estava solteira e foi acompanhada por Antonio João Vilas na tarefa de apadrinhamento do filho legítimo de um homem pardo forro e uma mulher crioula sem condição declarada.[459]

Na segunda vez em que Tomásia aparece como madrinha em nossa base de dados (1794), já se encontrava viúva de Francisco de Magalhães Canavazes. Na ocasião, foi acompanhada por Luís da Mota Carvalho para batizar um escravinho, filho natural de um africano Benguela do Tenente Francisco Pereira Gularte.[460]

Nos anos de 1802 e 1803, Tomásia foi madrinha de mais dois meninos. Nas duas ocasiões fez par com seu filho Antonio de Magalhães Canavazes, que, assim como pai, exercia a função de Licenciado. Primeiramente, mãe e filho receberam como afilhado uma criança que resultara da união legítima de um homem branco com uma mulher parda (José Vicente de Oliveira e Ana Rosa de São José).[461] No ano seguinte, foram padrinhos de um escravo nascido

[459] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1, p. 59.
[460] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 3, p. 51.
[461] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 12.

na senzala do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro (o que posteriormente casou-se com Francisca) e filho natural de uma escrava vinda de Angola.[462]

Em 1805, Tomásia foi madrinha de mais duas crianças, ambas de pai incógnito. O primeiro batizando era filho de uma escrava crioula que estava sob os mandos de Maria Felícia de Jesus. A segunda afilhada era filha de uma mulher parda e forra (nome ilegível). Primeiramente, a mãe de Francisca fez par com o Padre João Rodrigues Pacheco e depois com o Capitão João de Oliveira Senra.[463]

Os últimos afilhados de Dona Tomásia dos quais tivemos acesso aos assentos também foram batizados por Elias de Magalhães Canavazes. Em 1815, avó e tio apadrinharam a Marciano, filho legítimo do Licenciado Antonio de Magalhães Canavazes e Dona Hipolita Noberta Celestina.[464] No ano seguinte, receberam como afilhada uma menina, filha natural de Ana Ferreira, para as quais não há notícias da origem ou condição.[465] Quatro anos mais tarde (1820) foram padrinhos de outra menina de pai incógnito, porém escrava de um Coronel da freguesia.[466]

Assim, ao analisarmos a condição indicada para as comadres de Dona Tomásia, percebemos que a mãe de Francisca, além de receber mais afilhados ilegítimos, também não se furtou a ser madrinha de escravos (4) e de crianças com ascendência cativa (1).

Entre as irmãs de Francisca, a que mais se destacou, sendo convidada 25 vezes para exercer a função de madrinha, foi Germana Clara Lucinda. Mas também é importante apresentarmos uma caracterização dos laços de compadrio de Maria de Santa Apolônia Magalhães e Marinha Rosa de Jesus.

Maria de Santa Apolônia de Magalhães era a irmã mais velha de Francisca. Casada com José Dias dos Anjos, batizou sete crianças, sendo três legítimas, duas naturais e duas expostas. O primeiro afilhado recebeu o sacramento no ano de 1794 e foi o único em que o esposo não acompanhara Maria. Tratava-se, de um menino exposto na casa de Eufrasia Jacinta Neves, uma crioula forra que convidara o Licenciado Francisco Rodrigues de Carvalho para fazer par com a comadre.[467]

Entre 1795 e 1812, Maria apadrinhou mais seis crianças ao lado de seu esposo. Em 1795 foi madrinha de um filho natural de um casal de brancos (Joaquim Soares Ribeiro e Te-

[462] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 51.
[463] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 105 e 120.
[464] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 88v.
[465] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 3, p. 31.
[466] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[467] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 3, s./p.

resa Maria de Jesus).[468] A outra afilhada natural foi batizada em 1797 e era filha de pai incógnito e uma mulher parda e forra (Juliana da Costa Pinheiro).[469] No ano de 1798, Maria e José acolheram uma menina exposta em sua residência e assumiram juntos a função de pais espirituais.[470] Entre os afilhados legítimos do casal, duas meninas eram livres e o menino, batizado em 1804, era filho de um homem forro e uma mulher escrava pertencente a Maria do Rosário.[471] A primeira afilhada legítima foi batizada em 1802 e era filha de um casal de pardos livres; enquanto a segunda recebeu o sacramento em 1812 e era filha de um casal de crioulos forros.[472]

Apesar de possuir dois afilhados a menos que a mãe, Maria de Santa Apolônia foi madrinha de seis crianças livres. No entanto, quatro de seus afilhados eram frutos de relações ilegítimas, já que a historiografia tem nos demonstrado que, na maioria dos casos, as crianças expostas eram frutos de relações adulterinas ou não sacramentadas pelo matrimônio.

Marinha Rosa de Jesus era esposa de Antonio José Rodrigues de Moraes e teve o mesmo número de afilhados que a mãe, que foram batizados no período de 1800 a 1821. A maioria de seus filhos espirituais eram legítimos (5), mas também foi madrinha de três meninas naturais e um menino exposto.

Entre os afilhados provenientes de relações sacramentadas pelo matrimônio, quatro indivíduos eram livres e todos possuíam ascendência escrava (dois casais eram compostos por forros, um formou-se a partir da união de um africano coartado e uma crioula forra e o outro era resultado do casamento de dois pardos sem condição declarada); Dona Marinha também participou do batizado de uma criança fruto de um casal de escravos do Guarda Mor Luís Gonçalves Heleno e nesta ocasião foi acompanhada pelo irmão Elias de Magalhães Canavazes.[473]

A primeira afilhada natural de Dona Marinha foi batizada em 1800 e era filha de uma escrava parda.[474] A segunda recebeu o sacramento em 1804 e teve indicação da cor/origem e condição da mãe, que era uma mulher livre e branca.[475] A terceira foi batizada no ano de 1821 e Dona Marinha formava par com seu esposo Antonio José Rodrigues de Moraes para apadrinhar a filha de Maria do Rosário, que não teve sua origem ou condição declaradas.[476]

---

[468] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 2, p. 28.
[469] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Guarapiranga, lv. 2, p. 44.
[470] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Guarapiranga, lv. 2, p. 51v.
[471] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Guarapiranga, lv. 8, p. 64v-65.
[472] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Guarapiranga, lv. 8, p. 12 e s./ lv., p. 32.
[473] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[474] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Guarapiranga, lv. 3, p. 147.
[475] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Guarapiranga, lv. 8, p. 73.
[476] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.

O único afilhado exposto de Dona Marinha foi batizado no ano de 1818 e teve como padrinho o mesmo homem que o acolhera, o Capitão João dos Santos França Gato.[477] Não conseguimos localizar nenhuma fonte que evidenciasse o parentesco entre o Capitão e Dona Marinha, mas possivelmente era um parente próximo, pois Dona Tomásia Rosa dos Santos era "filha legítima de Luis dos Santos Gato e de Maria Correia de França".[478]

Dona Marinha Rosa de Jesus, diferentemente da mãe e da irmã Maria, teve mais afilhados legítimos, ao mesmo tempo em que estabeleceu um maior número de relações com pessoas de cor e com ascendência escrava (todos os pais eram negros e apenas uma mãe foi indicada como branca).

Germana Clara Lucinda, como ressaltamos anteriormente, foi madrinha de 25 indivíduos no período de 1803 a 1839. Não tivemos acesso ao Inventário de Dona Tomásia Rosa dos Santos e no ano de falecimento de Caetano José Machado a única filha casada era Maria, sendo que os demais herdeiros eram todos menores de 12 anos. O fato de nenhum dos assentos indicarem o nome de um possível cônjuge como padrinho acompanhante de Germana nos faz pensar que talvez essa mulher tenha optado por ficar solteira.

Em 12 ocasiões Dona Germana fora madrinha de crianças naturais; participou do batismo de oito filhos legítimos e estabeleceu vínculos com cinco expostos. Em relação à condição desses afilhados, podemos afirmar que entre as crianças naturais encontrava-se os únicos escravos (4),[479] todos filhos de cativas crioulas e uma parda. Para os pais encontramos referências da cor/origem de apenas três homens, sendo classificados, respectivamente, como africanos (Benguela), branco e pardo. Entre as mães, apenas sete tiveram a cor/origem indicadas, sendo três pardas e quatro crioulas.

Dona Germana Clara Lucinda foi acompanhada cinco vezes pelos irmãos na tarefa do compadrio, sendo em dois casos por Antonio de Magalhães Canavazes e as outras três vezes por Elias de Magalhães Canavazes. Também identificamos um assento em que ela fez par com o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro e outro em que o Capitão e sobrinho, Antonio Teixeira Guimarães, cumpre o papel de padrinho.

Apesar de possuir mais afilhados que a mãe e as irmãs, os compadres de Dona Germana não pareciam ocupar posições de destaque na localidade, apenas dois pais possuíam título/patente: o Guarda Mor Manoel de Moraes Sarmento e o Licenciado Antonio de Magalhães Canavazes. As comadres não estiveram em posições diferentes, apenas a esposa de seu irmão

[477] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 123v.
[478] AEAM. Processos Matrimoniais, 03-268, Reg. 002674. Francisco de Magalhães Canavazes e Tomasia Rosa Santos. 01/03/1774. fl. 3v.
[479] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 38 e 107v.

Antonio possuía título de Dona. Por outro lado, dos homens que fizeram par com Dona Germana para o apadrinhamento, 14 possuíam título/patente (entre os quais Padre, Licenciado, Alferes, Capitão e Capitão Mor). Tal fato pode indicar que a escolha dessa mulher como madrinha garantiria o estabelecimento de laços horizontais, visto que além de ter um número significativo de afilhados (sendo que a maioria deles era livre), possuía o título de Dona e, na maior parte das vezes, estava acompanhada por homens que possuíam alguma relevância social e política.

Ao analisar os laços de compadrio dos filhos de Dona Tomásia Rosa dos Santos, percebemos que Elias de Magalhães Canavazes acompanhou suas irmãs mais vezes que Antonio de Magalhães Canavazes. Mas a maior relevância dentro da rede de compadrio coube a Antonio, com 27 afilhados, que receberam o sacramento entre 1802 e 1838.

Entre os 12 afilhados legítimos de Antonio nenhum era filho de escravos, portanto eram livres e fruto de uniões de pais em mesma condição. A maioria dos casais que convidara esse irmão de Francisca para padrinho era brancos (8), mas ele também estabeleceu laços de compadrio com homens e mulheres crioulas (um casal) e pardos (um casal) e, ainda, recebeu os filhos de dois casais mistos, compostos por homens brancos e mulheres pardas.

Antonio de Magalhães Canavazes também batizou 13 crianças naturais, das quais quatro eram filhos de mães cativas pertencentes a três homens e uma mulher da localidade, todos com título de distinção social – inclusive, entre estes compadres estava o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro.[480] Entre as mães de batizandos de pais incógnitos também encontramos uma mulher forra e oito sem condição e cor/origem declaradas.

Crianças expostas também compuseram a rede de compadrio de Antonio de Magalhães Canavazes: uma menina branca exposta a Dona Barbara Maria de Jesus e batizada em 1814[481] e um menino sem cor/origem declarada exposto a Manoel Ferreira e batizado em 1818.[482]

Como ressaltamos anteriormente, em duas ocasiões Antonio formou par com a irmã Germana para a prática do compadrio. Ambos os assentos datam de 1814 e registram o sacramento de duas meninas naturais, a primeira filha de uma mulher forra[483] e a segunda sem declaração da origem ou condição da mãe.[484] Tomásia Rosa dos Santos foi madrinha junto

[480] O afilhado escravo pertencente ao cunhado e Capitão Mor foi uma das crianças em que Antonio de Magalhães Canavazes fez par com a mãe para o apadrinhamento (AEAM. Registro de Batismo, Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 51).
[481] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[482] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p..
[483] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[484] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv. p. 105.

com o filho Antonio cinco vezes. Além do escravinho do Capitão Mor, eles batizaram mais duas crianças naturais[485] e duas legítimas.[486]

Elias de Magalhães Canavazes, em comparação ao irmão Antonio, batizou 12 crianças a menos. Seus afilhados eram na maioria naturais (8), mas também apadrinhou seis crianças legítimas e uma exposta.

Entre os afilhados naturais, três eram filhos de cativas (também batizou um escravinho do cunhado); um era fruto de relação de uma mulher forra e os outros quatro não tiveram as informações sobre origem e condição das mães registradas.

Os afilhados legítimos de Elias também tinham origens variadas. O primeiro batismo em que ele participou como padrinho é de 1813, no sacramento de um escravo fruto de uma relação legítima entre os cativos do Capitão Luís Antonio de Souza (batizando que apadrinhou com a irmã Dona Marinha Rosa de Jesus).[487] Em 1821, também batizou um escravinho legítimo.[488] Os demais afilhados frutos de uniões consagradas pelo matrimônio não tiveram a condição indicada.

Elias, como ressaltamos anteriormente, fez par com sua irmã Dona Germana três vezes. Primeiro para apadrinharem uma criança escrava e natural;[489] depois um exposto[490]; e, por último, mais uma natural.[491] Seu último afilhado foi apadrinhado ao lado de Francisca de Paula Januário Carneiro, em 1841, uma menina legítima.[492]

Além dos laços de compadrio estabelecidos em comum com as irmãs, Elias também teve a oportunidade de acompanhar a mãe, Tomásia Rosa dos Santos, em três ocasiões, quando batizou duas crianças naturais e uma legítima (as quais já mencionamos anteriormente).

Após a análise dessas relações de compadrios estabelecidas pela mãe e irmãos de Francisca de Paula Januário Carneiro, podemos considerar que esse núcleo familiar soube impor a sua presença social através dos laços de parentesco espiritual. Vimos que não receberam muitos afilhados de origem branca e filhos de pessoas importantes da localidade, ou seja, não estabeleceram laços que possibilitassem prestígio ou riqueza, mas estiveram ativos para

[485] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 193v e 171.
[486] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 8, p. 12 e lv. 11, p. 223-223v.
[487] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[488] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[489] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[490] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[491] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 11, p. 71v.
[492] APP. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv.1, p. 37.

estabelecerem laços com crianças de origem e descendência negra, sendo que, em muitos casos, batizaram escravos.

A família Canavazes não tinha o mesmo prestígio social que a dos Carneiros, mas também foram bastante escolhidos como parentes espirituais. As relações que podiam ter caráter horizontal para pessoas livres e brancas, para escravos significava, contrariamente, o estabelecimento de um laço vertical.

Ao comparar o caráter das relações de compadrio estabelecidas pelos Canavazes com as do grupo familiar dos Carneiros, Andrade considera que eram relações mais diversificadas que perpassavam

> por compadrios com atores situados nas camadas mais baixas da sociedade, como por exemplo, mulheres crioulas e solteiras, o que é perceptível no número de filhos ilegítimos apadrinhados por Antônio Magalhães Canavazes. Pode-se supor que os Canavazes situavam-se num estrato intermediário da hierarquia social piranguense e que, por isso, detinham o papel de integração religiosa e de assistir camadas mais baixas da população, tendo em vista que estavam ocupados no ofício de boticário e cirurgião. Tais atividades podem ter lhes legado a capacidade de construir uma clientela desde as camadas mais baixas da população às mais elevadas, o que permitiu a circulação entre as diversas camadas sociais e consequentemente um bom prestígio deste grupo familiar.[493]

Ao analisarmos os laços de compadrio estabelecidos pelo Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, as considerações e comparações já apontadas por Andrade ficam nítidas. A condição dos afilhados de Francisca de Paula Januário Carneiro em comparação aos batizandos do seu segundo marido e dos seus familiares já nos aponta uma diferença entre as relações estabelecidas pelos Canavazes e os Carneiros na prática do compadrio (TAB. 18).

TABELA 18:
Afilhados de Francisca de Paula Januário Carneiro e Antonio Januário Carneiro

	Naturais		**Legítimos**	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Francisca de Paula Januário Carneiro	1	_	17	_
Antonio Januário Carneiro[494]	5	1	36	_

Fonte: AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lvs. 4, 8, 11 e 12; APP. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, lv. 1.

[493] ANDRADE, 2014, p. 114.
[494] Não contabilizamos os afilhados expostos de Antonio Januário Carneiro que somavam mais cinco indivíduos.

Como já explicitamos anteriormente, Francisca de Paula Januário Carneiro não foi madrinha de nenhuma criança escrava e aceitou o convite para batizar apenas uma menina, natural. Seu segundo marido foi padrinho de um número bem superior de indivíduos (47) e mesmo assim só encontramos um afilhado escravo, que, junto com mais cinco crianças, compunha o grupo de batizandos naturais de Antonio Januário Carneiro.

O Capitão Mor Antonio Januário Carneiro foi identificado em assentos de Registros de Batismo que cobrem o período de 1802 a 1826 e, como apresentamos na Tabela 18, seu universo de filhos espirituais compreendia o mundo dos livres, sendo, em sua maioria, frutos de relações legítimas. Apenas em 15 casos há indicação da origem dos pais, sendo nove brancos e seis pardos. No entanto, ao tomarmos conhecimento dos nomes dos padrinhos, sabemos que a maioria eram homens brancos, pois até mesmo para irmãos do Capitão e de Dona Francisca essa informação não constava no assento. Um número significativo dos compadres de Antonio tinham título/patente declarados (Licenciado, Alferes, Guarda Mor e Capitão). Entre as comadres mães de crianças legítimas identificamos seis mulheres brancas e seis pardas e para as progenitoras de crianças naturais havia indicação da origem de quatro, sendo duas crioulas e duas pardas. Novamente acreditamos que apesar da origem de 26 mães não ser declarada, eram, em sua maioria, mulheres brancas, pois 13 delas receberam o designativo de Dona e eram esposas de homens que possuíam alguma indicação de título/patente.

Como já mostramos anteriormente, no ano de 1814 e 1819 o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro fez par com Francisca para apadrinhar indivíduos legítimos, sendo que o batizando de 1819, era um sobrinho de nossa personagem, filho do Licenciado Antonio de Magalhães Canavazes e Hipolita Noberta Celestina.[495] Dona Germana Clara Lucinda também foi uma das parceiras do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro; juntos batizaram dois meninos, um natural e outro legítimo, um em 1814 e outro em 1821.[496]

Além dos afilhados que teve em comum com Francisca e a cunhada Dona Germana, Antonio também apadrinhou três crianças junto com a irmã, Dona Teresa Maria do Carmo, em 1812 e 1813. No primeiro assento batizaram um sobrinho chamado Francisco, filho legítimo do Capitão José Justiniano Carneiro e sua primeira esposa Dona Antonia Teresa de Jesus.[497] O nome do segundo afilhado está ilegível, mas era um filho natural de Antonia Gomes,

[495] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[496] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p. e s./lv., p. 275.
[497] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 55.

uma mulher parda e forra.[498] O terceiro assento era outro sobrinho dos padrinhos de nome Antonio, filho legítimo do Capitão Francisco de Paula Carneiro e Dona Teresa Maria de Jesus.[499]

Em 1820 foi registrado o único assento em que encontramos Antonio Januário Carneiro apadrinhando uma criança junto com uma filha Dona Clementina Januário Carneiro, um inocente que fora abandonado na casa do Capitão Mor.[500] Não sabemos se nessa época pai e filha residiam na mesma casa, mas pela análise de todas as fontes apresentadas no capítulo 2, podemos afirmar que nesse ano a união do Capitão e de Francisca ainda não havia sido sacramentada.

A partir da análise de todos os assentos em que encontramos o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro podemos reafirmar o que já foi constatado por Andrade, "os Carneiros transitavam por um círculo relacional de pessoas situadas no topo da hierarquia social piranguense, escolhendo e sendo nomeados por indivíduos que detinham altas patentes militares (...)".[501]

Os laços de compadrio do Capitão Mor também nos ajudam a confirmar o que já afirmamos anteriormente, a relação mantida com Francisca possibilitou a participação dessa mulher num universo relacional diferente do seu núcleo familiar de origem. Mesmo antes de oficializarem a união matrimonial, a influência de Antonio tornou possível o contato dela com membros de outras famílias importantes dentro da rede de compadrio da freguesia de Guarapiranga.

Apesar das diferenças que identificamos entre a rede de compadrio dos Canavazes e Carneiros, através da análise dos laços estabelecidos por Dona Tomásia Rosa dos Santos e seus filhos e pelo Capitão Mor Antonio Januário Carneiro e sua esposa Francisca, é possível afirmar que estas duas famílias (Canavazes e Carneiros) compunham o centro das escolhas realizadas na pia batismal na localidade de Piranga durante a primeira metade do século XIX.

[498] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 48v.
[499] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., p. 49.
[500] AEAM. Registro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, s./lv., s./p.
[501] ANDRADE, 2014, p. 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais conclusões a que chegamos neste trabalho é a de que o meio social é composto pela trajetória dos indivíduos ou pelo que é possível apreender de alguns aspectos de suas trajetórias de vida. Uma concepção possível de região, portanto - ainda que se tenha optado por delimitar a Freguesia de Guarapiranga como recorte espacial – é aquela que se revela na trama tecida entre os vários indivíduos e os grupos sociodemográficos de uma dada localidade.

O cruzamento de dados de Inventários, Testamentos e Registros Paroquiais foi fundamental para a reconstituição das trajetórias de vida das personagens escolhidas, revelando detalhes das relações sociais tecidas e do universo material e conjugal de cada uma. Além disso, a metodologia adotada possibilitou o destaque do aspecto relacional da categoria de gênero para a reconstituição das histórias de vida de mulheres.

O povoado de Manja Léguas, como apontamos no capítulo um, era composto por uma população de 360 habitantes, entre os quais a maioria era de pessoas pardas e livres. A chefia dos domicílios estava concentrada nas mãos de homens casados, mulheres solteiras e viúvas.

O grande número de fogos sem posse de cativos (46 de um total de 66) aponta para independência dos homens e mulheres livres em relação ao trabalho escravo para as atividades produtivas, mas nos chama atenção o fato de as maiores escravarias pertencerem às mulheres solteiras e viúvas.

A localidade tinha características rurais e as atividades desenvolvidas por homens e mulheres estavam voltadas para a produção agrícola e tecidos, que acreditamos ser uma economia que abastecia o distrito e as demais localidades da freguesia.

Manja Léguas foi o povoado em que Clara Maria Violante teceu suas relações e escreveu sua história de vida. Parda, filha legítima de uma mulher de mesma cor e de um homem branco, carregava consigo a ascendência africana, vinda da avó materna, uma escrava que manteve relações ilegítimas com homens brancos.

Ao contrário da mãe e da avó, que buscaram homens brancos para se relacionarem, Clara optou por fazer companhia e casar-se com um homem também designado como pardo e viúvo, com idade avançada na data do matrimônio.

Clara não constituiu uma grande riqueza, mas também não ficou na linha de pobreza. Ela teve em seu poder alguns escravos, deixados pelo marido, os quais compuseram parte significativa do seu monte-mor. A essa pequena fortuna, provavelmente, também foram incluídos frutos de seus trabalhos diários como fiadeira, durante os anos que viveu como viúva. A

ocupação por ela declarada aponta para uma equidade com os modos de vida das mulheres locais, visto que estava envolvida no setor têxtil juntamente com sua neta, que a acompanhara por toda vida.

Ao analisar as redes de compadrio de Clara, seus familiares e o seu cônjuge, percebemos que, entre todos, ela foi a pessoa mais influente. No entanto, as relações estabelecidas através do compadrio não foram indicativas de uma situação de prestígio social de nossa personagem. Clara estabeleceu laços de parentesco espiritual com pessoas pobres e de cor, mas, é importante destacarmos mais uma vez, que diferentemente do seu grupo familiar, a maioria de seus afilhados foram livres e legítimos, e pessoas com quem não possuía parentesco consanguíneo.

Clara não teve uma trajetória de vida que lhe possibilitasse uma ascensão social vertical, mas a sua rede de compadrio configura laços de solidariedade construídos no pequeno povoado, nos quais ela se destacou e alcançou maior representatividade que seus próximos.

O distrito de Piranga, como explicitado em nosso primeiro capítulo, tinha um contingente populacional de 2.006 habitantes, sendo que a maioria dos indivíduos era livre e parda e as mulheres somavam a maior parte desse grupo. Também destacamos, anteriormente, que a chefia da maioria dos fogos esteve sob o comando de homens casados e mulheres solteiras, e que a proporção de viúvos foi maior entre as mulheres.

A população escrava do distrito correspondia a apenas 31,20% e a maioria dos domicílios possuía apenas entre 1 e 5 escravos. Os homens eram os detentores de grande parte dos cativos da localidade, sendo que os casados e os solteiros eram os senhores das maiores escravarias.

Ao analisarmos as ocupações, além de encontrarmos uma diversidade de ofícios que revelavam o dinamismo da economia local, também percebemos que homens e mulheres tinham atividades bem definidas dentro desse distrito. Enquanto boa parte da população masculina estava envolvida em atividades agrícolas e comerciais, o contingente feminino se ocupava no setor têxtil, sendo os ofícios mais declarados a fiação, a tecelagem e a costura.

Os dados demográficos de Piranga nos fez perceber uma interseção entre os aspectos urbanos e rurais, mas acreditamos que a organização estrutural da localidade se aproximava mais do primeiro caso. Afinal, o distrito em questão era a sede da freguesia e onde se localizava a Igreja Matriz.

Foi neste local que Francisca de Paula Januário Carneiro teceu suas relações e constituiu sua trajetória. Mas, como vimos no segundo capítulo, e diferentemente de Clara Violante, ela se destacou socialmente no conjunto da população do distrito. Era uma mulher branca,

filha legítima de um Licenciado que exercia o ofício de boticário. Essa função não rendeu grande riqueza a Francisco de Magalhães Canavazes e, posteriormente, ao filho que lhe sucedeu, mas inseria esse núcleo familiar em uma posição intermediária da hierarquia social da Vila de Piranga.

Apesar de não termos encontrado o Testamento ou o Inventário do primeiro esposo de Francisca, as fontes nos induzem a pensar que o curto tempo de matrimônio, que foi interrompido pela morte do soldado, não proporcionou uma ampliação das posses do casal. Em contrapartida, o segundo casamento ofereceu a esta mulher, além do prestígio social da família Carneiro, um acúmulo de bens.

Após o falecimento do segundo marido, Francisca ainda viveu 37 anos como viúva e administradora dos seus negócios, exercendo a função de chefe de domicílio e o ofício de comerciante (que foi a quarta ocupação mais declarada pelas chefes de fogos do distrito de Piranga), ajudando a compor o grupo de viúvas com maior número de escravos. Observando os resultados da análise demográfica para a localidade em que vivia essa personagem, podemos dizer que ela alcançou posição social e se envolveu em atividades econômicas que foram próprias do sexo masculino. Acreditamos que esse comportamento esteja relacionado à vivência ativa ao lado do segundo marido e, depois, ao lado de seus filhos.

Não tivemos acesso a fontes que pudessem nos revelar aspectos da vida privada de Francisca e seus filhos, mas sua posição social e o fato de encontrarmos filhos casados listados no mesmo domicílio nos fazem pensar em uma mulher que conseguiu aglutinar a sua prole e envolver todos em um objetivo comum – o acúmulo de bens e riquezas.

Através das análises dos Registros de Batismo, percebemos que Francisca de Paula Januário Carneiro em sua origem (família Canavazes) não teria grandes chances de ter uma boa projeção social. Quando ainda era casada com José Tomaz Ferreira, vimos que seu nome não aparece entre os assentos registrados no banco de dados. Acreditamos que isso também ficou claro ao compararmos a rede de compadrio dela com a da mãe e dos irmãos. Mesmo a irmã Germana Clara Lucinda, que possuía o maior número de afilhados, não apadrinhou crianças cujo parentesco espiritual pudesse oferecer prestígio social.

O sobrenome do Capitão Mor Antonio Januário Carneiro transferiu à Francisca e seus filhos relevância social. Como vimos, pelas datas dos Registros de Batismo em que nossa segunda personagem exerceu o papel de madrinha, mesmo antes de este casal legitimar os seus laços, ela já era reconhecida como a senhora Carneiro. A inserção nessa família possibilitou que ela formasse ao seu redor uma rede de compadrio com características próximas a do seu marido. Como evidenciado em nossas análises, Francisca reafirmou os seus laços de pa-

rentesco com alguns netos e um sobrinho através do batizado e também constituiu relações com pessoas que estavam situadas no topo da hierarquia social piranguense, sendo escolhida por indivíduos que detinham títulos e patentes de alto nível.

Por fim, a partir das observações que fizemos sobre a trajetória de vida de ambas as personagens, fica claro que não podemos deixar de considerar a participação do sexo feminino para o desenvolvimento das relações sociais e da economia da freguesia de Guarapiranga. A perspectiva de gênero foi uma forte aliada para que pudéssemos desvendar os aspectos relacionais na história de Clara e de Francisca, nos revelando a possibilidade de mulheres do oitocentos atuarem como "senhoras de seu destino" ao estabelecerem relações sociais que lhes reposicionassem na escala da estratificação social, tornando-se chefes de domicílios e traçando estratégias para manutenção de algum pecúlio ou acúmulo de bens.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AEAM, Processos Matrimoniais, 33-8162, 081620. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante, 1816.

AEAM. Processos Matrimoniais, 01-124, 001236. Processo Matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Inácia Maria do Sacramento, 1778.

AEAM. Procesos Matrimoniais, 32-7795, 077950. Processo Matrimonial de Antonio Januário Carneiro e Francisca de Paula Magalhães, 1823.

AEAM, Processos Matrimoniais, 02-151, Reg. 001501. Processo Matrimonial Caetano José Machado e Clara Dias Cunha, 1761.

AEAM, Processos Matrimoniais, 03-268, 002674. Processo Matrimonial Francisco de Magalhães Canavazes e Tomásia Rosa dos Santos, 1774.

AEAM. Processos Matrimoniais, 05-57, 05731. Processo Matrimonial de José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães, 1798.

AEAM. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Lvs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14 e 15.

AHCSM. Inventários, 1ºOfício, Códice 18, Auto 512. Inventário de Antonio Pedro Vidigal de Barros, 1839.

AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 35, Auto 821. Inventário de Caetano José Machado, 1798.

AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 74, Auto 1562. Inventário de Clara Dias Cunha, 1818.

AHCSM. Inventários, 1º Ofício, Códice 97, Auto 2032. Inventário de Francisca Cândida de Oliveira Sande, 1820.

AHCSM. Inventário, 1º Ofício, Códice 98, Auto 2045. Inventário de Francisca Inácia de Souza, 1816.

AHCSM. Inventário. 1º Ofício, Códice 77, Auto 1572. Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes, 1791.

AHCSM. Inventários, 1º Ofício, Códice 151, Auto 3179. Inventário de Francisco Dias da Costa, 1845.

AHCSM. Inventário, 1º Ofício, Códice 77, Auto 1642. Inventário de Mariana Pereira da Conceição, 1818.

AHCSM. Inventários. 2º Ofício, Códice 22, Auto 558. Inventário de José Justiniano Carneiro, 1841.

AHCSM. Inventários, 2º Ofício, Caixa 88, Auto 1908. Inventário de Nicolau Martins, 1800.

AHCSM. Livro de Notas. nº 111, p. 28v-29. Escritura de Perfilhamento feita por Antonio Januário Carneiro, 1821

AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Lv. 20, p.167v-169v. Testamento de Antonio Januário Carneiro, 1827.

AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Lv. 24, fls. 132v-133v. Testamento de Francisco de Paula Carneiro, 1827.

AFP, Inventário, 1º Ofício, Códice A208, Auto 584. Inventário de Clara Maria Violante, 1856.

AFP. Inventário, 1º Ofício, Códice A037, Auto 469. Inventário de Francisca de Paula Januário Carneiro, 1865.

APM. Lista Nominativa, 1831-32. Distritos de Manja Léguas e Piranga.

APM. Lista Nominativa, 1838-39. Freguesia de Guarapiranga.

APP. Registros de Batismo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Lvs. 1B, 3B, 4B, 9B e 10B.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850-1900).* Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humana da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). *Revista de História Regional*, vol. 19, nº 2, p. 282-297, 2014. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr, acesso 01 ago 2015.

ALMEIDA, Carla M. C. de. *Flutuações nas unidades produtivas mineiras, Mariana 1750 a 1850.* Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ALMEIDA, Joseph Cezar Ferreira de. O Testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, 2002,Ouro Preto. *Anais eletrônicos XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em:< http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_PO17_Almeida_texto.pdf>, acesso em 31 jul. 2015.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. Obstáculos ao casamento no Brasil Imperial. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, XXI, Uberlândia, 2012. *Anais [eletrônicos] do XXI Encontro Nacional do CONPEDI*, Urbelândia: CONPEDI/UFU, 2012. Disponível em: < http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=fccb60fb512d13df>, acesso 03 ago. 2015.

ANDRADE, Cristiana Viegas. Domicílios mineiros chefiados por mulheres em 1831/1832: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, 2001, Belo Horizonte. *Anais [eletrônicos] XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2001. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Hist_Andrade_Text.pdf>, acesso em 16 jul. 2015.

ANDRADE, Cristiana Viegas. Domicílios mineiros oitocentistas: uma caracterização segundo o sexo da chefia. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, et al. *História quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Goiâna: ANPUH-MG, 2001. p. 65-90.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa:* roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho:* roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa: Editora UFV, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. O regime da casa, produtos da rua: trabalhos femininos das oficinas têxteis de Minas Gerais. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (orgs.). *Valor Patrimonial e Turismo:* limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Epressoes, 2012. p. 81-93.

ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola:* as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (1760-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ANTUNES, Álvaro Araujo. Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas. *Locus*: Revista de História, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, s./p., 2000. Disponível em: <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2358>, acesso 17 out. 2015.

AQUINO, Líbia Maria Serpa. A escolarização das meninas no Brasil Império: o século XIX e a educação feminina. In: SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE PESQUISA, XV. 2012, Guaíba. *Anais [eletrônicos] XV Seminário Intermunicipal de Pesquisa*, Guaíba – RS: Ulbra, 2012. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2012/pedagogia.html>, acesso 06 ago. 2015.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana.* Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra:* família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1866. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BACELLAR, Carlos A. P., SCOTT, Ana Silvia V. e BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 22, n. 2, p. 339-350. jul./dez., 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>, acesso 18 out. 2015.

BACELLAR, Carlos A. P. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas.* 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BACELLAR, Carlos A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço historiográfica brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI. 2011, São Paulo. *Anais [eletrônicos] XXVI Simpósio Nacional de História*, Universidade de São Paulo: ANPUH,

2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf, acesso 10 set. 2015.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1971.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica:* demografia de Minas Gerais, 1720-1880. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. 392 p.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino:* aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

BOTELHO, Tarcísio R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus:* Revista de História, Juiz de Fora, v. 3, n.1, p. 108-115, 1997.

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOTELHO, Tarcísio R. Tropas e tropeiros na Minas oitocentista. *Estudos de História*, Franca, v. 10, n.2, p. 131-147, 2003.

BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIV, 2004, Caxambú, *Anais [eletrônicos] XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Caxambú: ABEP, 20- 24 Set. 2004. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/pdf/abep2004_65.pdf>, acesso 30 jul. 2015.

BOTELHO, Tarcísio R. História demográfica e História Social: convergências e perspectivas. *Palestra proferida no I Encontro Memorial do ICHS*, UFOP, Mariana (MG), 11 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr5b.pdf>, acesso 05 out. 2015.

BOTELHO, Tarcísio R. Categorias de diferenças: ocupação, "raça" e condição social no Brasil do século XIX. *Locus:* Revista de História, Juiz de Fora, v. 14, n. 1. jan. – jun. 2008.

BOTELHO, Tarcísio R.; Andrade, Mateus Rezende de; Lemos, Gusthavo. Introdução geral. In: *Redes sociais e história*. 1 ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013. p. 7-17.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças Expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. *Topoi*, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan.-jun., 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal:* família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARNEIRO, Manuel Borges. *Direito civil de Portugal:* contendo três livros: I. Das pessoas, II. Das cousas, III. Das obrigações e ações. Tomo II. Lisboa: Typ. Maria da Madre de Deus, 1858. Disponível em: <http://purl.pt/705>, acesso em 17 out 2015.

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo E. S. A formação do Espaço Agrário no Leste da Capitania de Minas Gerais: vales dos rios Piranga e Paraíbuna (1694-1835). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XIII, 2008, Belo Horizonte. *Anais [eletrônico] XIII Seminário sobre a Economia Mineira.* Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2008. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A004.pdf>, acesso em 07 set. 2014.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais:* Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria da Graça. *Perfeitos Negociantes:* mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana:* 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos (Coord.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos históricos e culturais, 1999. 2 v. (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. *Recopiladas por Mandado D´el-Rey D. Philippe I.* 14ª. Ed. (de acordo com a primeira de 1603, e a nona de Coimbra de 1821). Por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica:* população (1719-1826). São Paulo, IPE-USP, 1979.

COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia Histórica: algumas observações. *SAECULUM* – Revista de História, João Pessoa, vol. 24, p. 213-225, jan./jun. 2011. Disponível em: < http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/12443>, acesso 05 out. 2015.

COSTA, Lucilene Macedo da. A Família Escrava nos Plantéis de Guarapiranga: uma análise da transferência de bens (1807-1853). In: SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA - HISTÓRIA: DEFINIÇÕES, MÉTODOS E ENSINO, 2010, Viçosa. *Anais da Semana Acadêmica de História [recursos eletrônico]: História: definições, métodos e ensino.* Viçosa: Arka, 2011. v. 1. p. 145-151.

COSTA, Rodrigo Paulinelli de Almeida. *"Devo e não nego; pago quando puder":* demografia, economia e o sistema creditício na freguesia de Guarapiranga (1831-1865). (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. 2003, Belo Horizonte. *Anais [eletrônico] V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas.* Belo Horizonte: Secretaria da ABPHE, 2003. Disponível em: <http://EconPapers.repec.org/RePEc:abp:he2003:007>, acesso 27 mai. 2015.

CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cad. Esc. Legisl.* Belo Horizonte, v. 11, n.16, p. 57-70, jan./jun. 2009. Disponível em: < http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/1260>, acesso 01 jul. 2015.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo.* Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: J. Olympio: Brasilia: EDUNB, 1993.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 350-375

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento:* Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e Testamentos como fontes de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação,* Unicamp, v. 00, p. 1-8, 2007. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Helena_Flexor2_artigo.pdf>, acesso 03 jun. 2015.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade*: o cuidado de si. 10ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais no século XVIII e XIX. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito (orgs.). *Termo de Mariana:* história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, vol. 2, p. 13- 26.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade:* estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não:* histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HALFED, H.G.F. e TSCHUDI, J.J. Von. *A Província Brasileira de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

KAUFMAN, Dora. A força dos "Laços Fracos" de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Galaxia.* São Paulo, n. 23, p. 207-218, jun. 2012. Disponível em: < http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/5336>, acesso 01 ago. 2015.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. A composição e a concentração da riqueza no termo de Vila do Carmo, século XVIII. *Virtú,* Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 6, p. 1-14, 2007. Disponível em: < http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-6-a-6.pdf>, acesso 22 set. 2015.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Pedagogia vicentina: as primeiras escolas confessionais femininas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (Mariana e Diamantina). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V, 2008, Aracaju. *Anais [eletrônicos] V Congresso Brasileiro de História da Educação.* Aracaju: UFSE, 2008. http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/713.pdf, acesso em 01 ago. 2015.

LARRAGA, Fr. Francisco. *Prontuario de la teología moral*. Ampliado e revisto por D. Antonio Maria Claret. 6ª ed. Barcelona: Libreria Religiosa D. Pablo Riera, 1866.

LEMOS, Gusthavo; LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. Distinguir & Enraizar nas Minas Gerais: Estratégias Sociais da Elite Local da Freguesia de Guarapiranga (1750-1850). In: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 2º, Juiz de Fora, *Anais[eletrônico] 2º Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, Juiz de Fora: Laboratório de História Econômica e Social, LAHES-UFJF, 2009. Disponível: < http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a25.pdf>, acesso 18 out. 2015

LEMOS, Gusthavo**.** *Minas da Terra:* família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola – Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação:* o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEWKOWICZ, Ida. *Vida em Família:* caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIIIe XIX). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1992.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 29, nº 58, p. 383-415, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a07v2958.pdf>, acesso em 31 jul. 2015.

LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra:* Inquisição e Dinâmica dos Poderes Locais no Sertão das Minas Setecentistas. Curitiba: Editora Prismas, 2014. 270 p.

LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano:* Casamento e família em Vila Rica (1804-1839). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850* (Escravidão e a economia de São Paulo, 1750-1850). Stanford: Stanford University Press, 2003.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil.* Ensaio Histórico-Jurídico-Social. Direito sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara:* Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1986. v. 1.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista:* 1700-1836. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. *Varia Historia*, Rio de Janeiro, nº 31, Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p13.pdf>, acesso em 16 jul. 2014.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. Legados de um passado escravista: cultural material e riqueza em Minas Gerais. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.415-442, jul/dez 2011. Disponível: < http://www.opiniaopublica.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=590>, acesso 22 set. 2015.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Mulheres e direitos de propriedade: o dote versus o poder marital. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada,* Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 7, nº 13, p. 115-128, jul./dez. 2012. Disponível em: < http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Mulheres-e-seus-direitos-de-propriedade-_2_.pdf>, acesso 30 jul. 2015.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *História Quantitativa e Serial no Brasil:* um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 185-204.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, Universidade de São Paulo, vol. 13(1), p. 181-209, 1983.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher.* São Paulo: Edusc, 2000.

MENDES, Fábio Faria. *Redes sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780-1880).* Relatório Final de Projeto de Pesquisa. Edital Universal FAPEMIG, APQ00828-08. Viçosa; UFV, 2011.

MENDES, F. F. Inequality and Social Networks: Spiritual Kinship, Slavery and Illegitimacy in Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil. In: WORKSHOP HISTORICAL INEQUALITY AND MOBILITY: NEW PERSPECTIVES IN THE DIGITAL ERA. University of Guelph, 26-27 mai. 2012.

MENZ, Maximiliano Mac. Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807). *Revista de História***,** Brasil, n. 158, p. 303-307, jun. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64669/67303>, acesso em: 17 Jun. 2015.

MÓL, Cláudia Cristina. Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica. Varia Historia, *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 42, p. 176-189, jul. 2004. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/32p176.pdf, acesso 24 set. 2015.

MORAES, Fernanda Borges de. De Arrais, vilas e caminhos: a rede urbana da Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas Setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007, vol. 1, p. 55-86.

NEVES, Maria de Fátima R. das. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: CONGRESSO SOBRE A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, 1989, Ouro Preto. *História e População:* estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

PAIVA, Clotilde; ARNAUT, Luiz. Fontes para estudo da Minas oitocentista: lista nominativa. SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 5, 1990. Diamantina. *Anais 5º Seminário sobre Economia Mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000100010>, acesso 17 jun. 2015.

PAULA, João Antonio de. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas Setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007, vol. 1, p. 279-301.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira.* Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas Freguesias no Século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana:* 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2008, p. 24-41.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher:* o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar deviageiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 31, p. 41-68, jan. 2004. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p41.pdf, acesso 10 set. 2015.

SAFIOTTI. Heleieth I. B.. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAMARA, Eni de M. *O papel do agregado na região de Itu, 1780-1830.* Coleção Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, Série História, v. 6, 1977, p. 13-121.

SAMARA, Eni de M. *A família brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986. 96 p.

SAMARA, Eni de M. Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 15, p. 91-105, set. 87/fev. 88.

SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989. 194 p.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888. (Dissertação de mestrado). Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del Rei, 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial.* São Paulo: TA. Queiroz, Editor; EDUSP, 1984.

SILVA, Sheyla Farias. Casamento na norma: a busca por uniões sacramentadas em Sergipe oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25º, 2009, Fortaleza. *Anais [eletrônico] 25º Simpósio Nacional de História*, Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1486.pdf>, acesso 01 jun. 2015.

SILVEIRA, Alessandra da Silva. Casando em segredo: um estudo sobre os casamentos de consciência, Bispado do Rio de Janeiro, século XIX. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIV, 2004, *Caxambú, Anais [eletrônico] XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais***,** Caxambú: ABEP, 20-24 Set. 2004. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_571.pdf>, acesso 03 ago. 2015.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, Brasília: CNPq, 1988.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, vol. 17, 80 p. 1985.

SLENES, Robert. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil:* Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2.

SOHEIT, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 399-429.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais.* 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação de meninas e meninos no oitocentos: os conventos, os palácios, as casas e as escolas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, II, 2002, Natal. *Anais [eletrônico]II Congresso Brasileiro de História da Educação,* Natal: NAC - UFRN, 2002. Disponível: < http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3158.pdf>, acesso 06 ago. 2015.

VENANCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana Colonial. In: SILVA, Rosa Virgínia Mattos. (Org.). *Para a história do português brasileiro.* 1ed. São Paulo: Humanitas, 2001, v. II, p. 391-399.

VENANCIO, Renato Pinto. Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804. JORNADA SETECENTISTA, V, Curitiba. *Anais [eletrônico] V Jornada Setecentista,* Curitiba: UFPR, 2003. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Compadrio-e-rede-familiar-entre-forras-de-Vila-Rica-1713-1804-Renato-Pinto-Ven%C3%A2ncio1.pdf, acesso 04 out. 2015.

VENANCIO, Renato Pinto. Crianças sem Amor: o abandono de recém-nascidos na cidade de São Paulo (1760-1860). SEMINÁRIO PERMANENTE DE ESTUDO DA FAMÍLIA E DA POPULAÇÃO NO PASSADO BRASILEIRO, s./d., São Paulo. SP: IPE/USP, s./d.

VENANCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In*Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 273-294, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000200012&script=sci_arttext>, acesso 01 jun. 2015.

VENANCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *História de Minas Gerais:* as Minas Setecentistas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 87-102.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

VIDIGAL, Pedro Maciel. *Os antepassados:* a sua gente. II Volumes. Tomo 1º Os Carneiros. Belo Horizonte: Imprensa Ofiicial, 1980.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 19-52. Jan./dez., 1995.

VOLVELLE, Michel. *Pieté Baroque et dechristianisation em Provence au XVIII^e siecle.* Seuil, 1978.